



2002

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

Objectivos e Estratégia do Grupo PT

- > Liderança no mercado doméstico em todos os segmentos de negócio
 - > Desenvolvimento das potencialidades de crescimento dos novos negócios
 - > Redução da dívida líquida do grupo
 - > Aumento progressivo e sustentado da remuneração aos accionistas
-
- > > Aumento da produtividade e qualidade do serviço
 - > > Captação de economias de escala e sinergias no grupo
 - > > Racionalização de custos operacionais
-
- > > Aumento da rentabilidade das operações em Portugal e no Brasil
 - > > Maximização do cash flow operacional
 - > > Criação de valor accionista

A Comissão
do Mercado de Valores Mobiliários,
ao abrigo do disposto no n.º 3
do artigo 250.º do Código
dos Valores Mobiliários,
dispensou a publicação
das contas individuais.

Os documentos
de prestação de contas
alvo desta dispensa
encontram-se disponíveis
para consulta,
juntamente com os restantes,
na sede desta Sociedade,
de acordo com o estabelecido
pelo Código das Sociedades Comerciais.

Índice

6

Síntese dos Indicadores

7 Principais Indicadores por Negócio

8

Principais Acontecimentos do Ano 2002

10

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

12

Mensagem do Presidente da Comissão Executiva

16

Relatório de Gestão

16 Enquadramento

20 Evolução dos Negócios

30 Mercado de Capitais

35 Pessoal

35 Investigação e Desenvolvimento

36 Impacto Social e Ambiental

38 Sistemas de Informação

39 Análise Económica e Financeira

54 Governo da Sociedade

68 Eventos Subsequentes

69 Perspectivas Futuras

70

Demonstrações Financeiras Consolidadas

148

Proposta de Aplicação de Resultados e Aplicação de Reservas

149

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

150

Certificação Legal das Contas Consolidadas

151

Relatório dos Auditores

150 Extracto da Acta da Assembleia Geral

154 Detalhe das Receitas Consolidadas

155 Dados Operacionais por Negócio

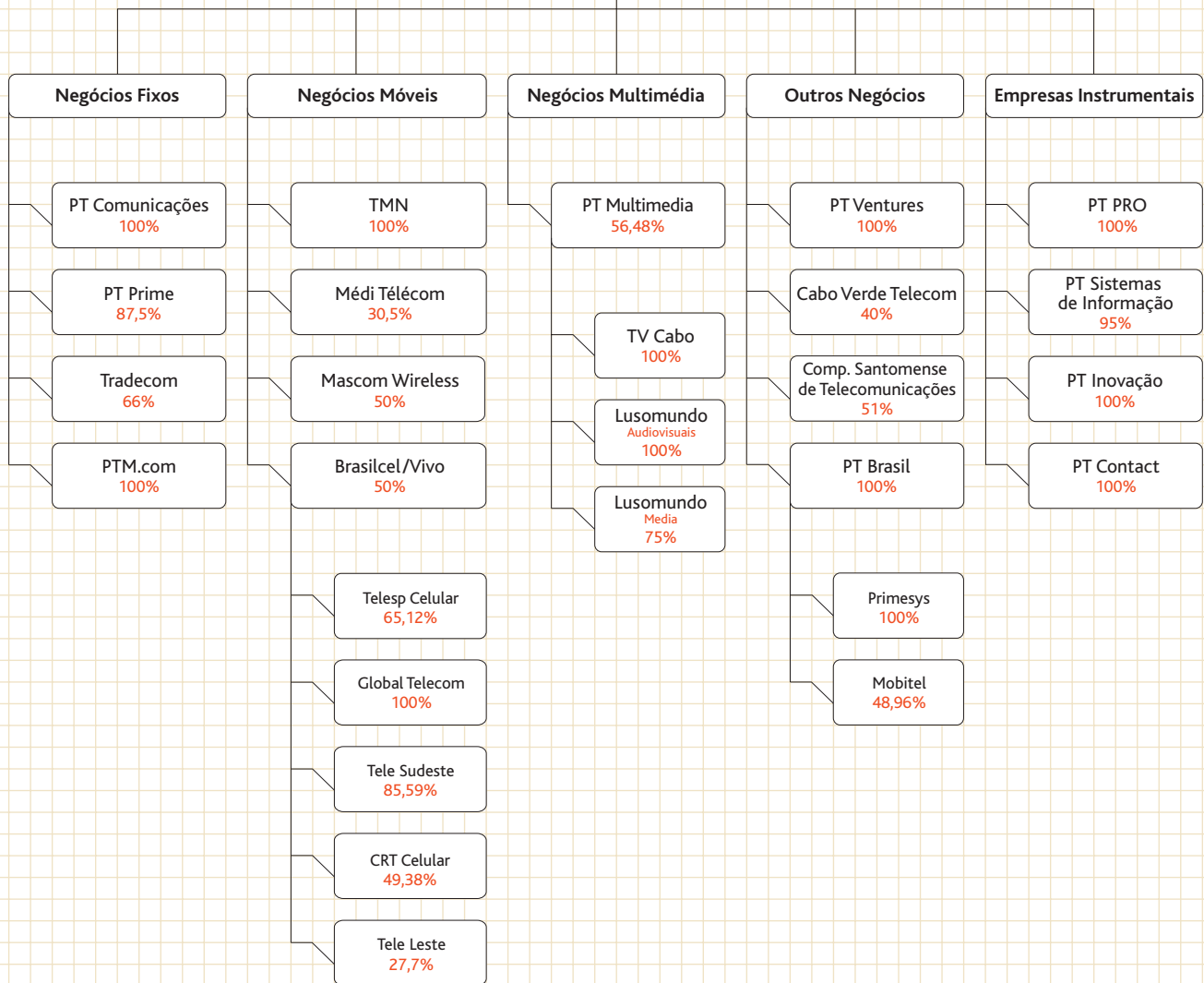
158 Gestão da PT

160 Informação aos Accionistas

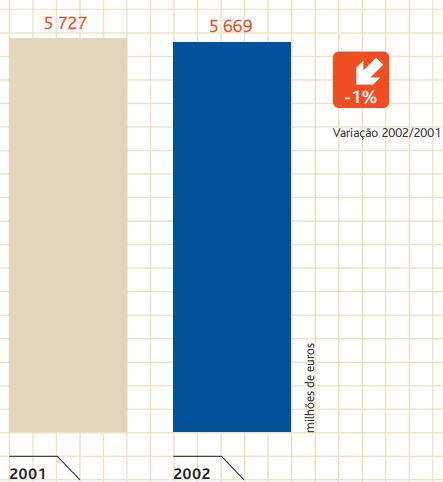
Estrutura do Grupo PT



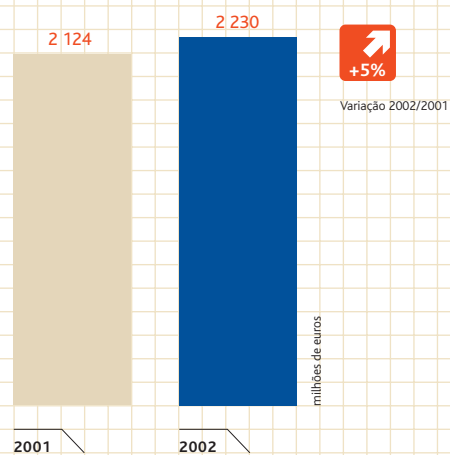
Portugal Telecom



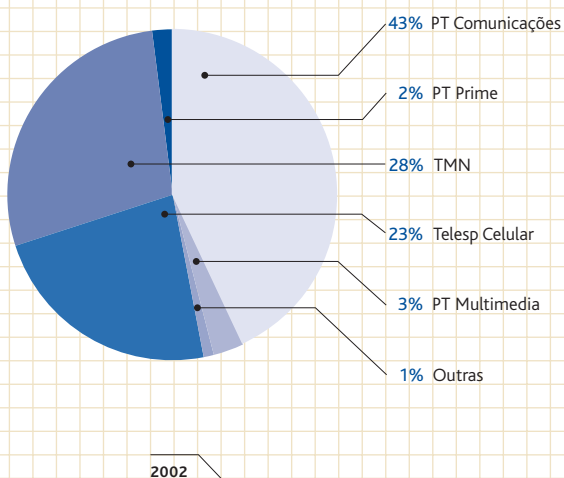
Receitas



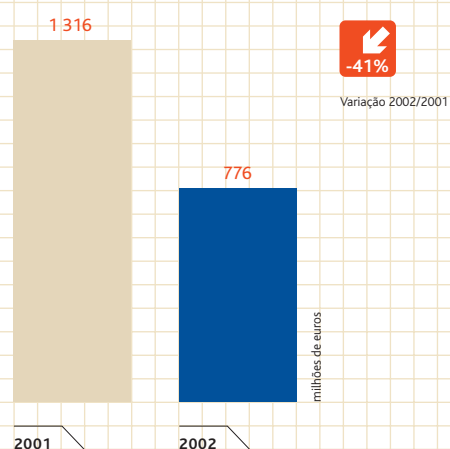
EBITDA



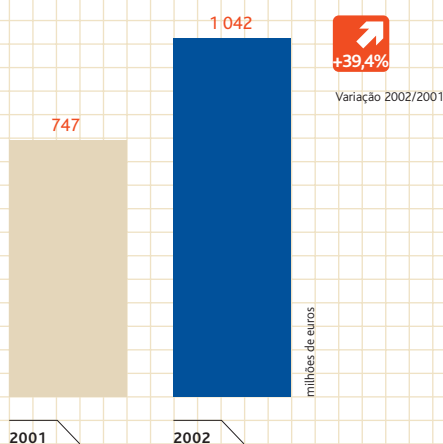
Estrutura do EBITDA



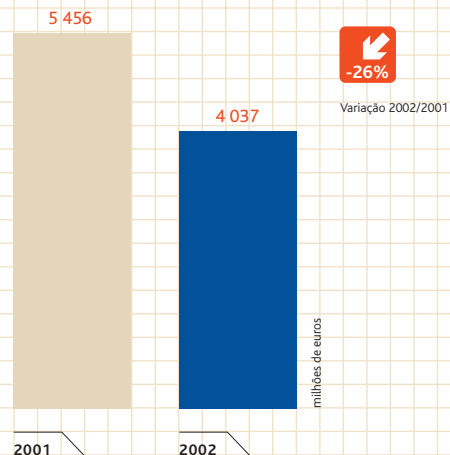
Capex*



Cash flow operacional



Dívida líquida



* Excluindo a aquisição da propriedade da rede fixa

SÍNTESE DOS INDICADORES

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receitas Operacionais Consolidadas
EBITDA (Resultados Operacionais + Amortizações)
Resultados Operacionais
Outras Despesas (Receitas)
Resultado Consolidado Líquido
Resultado Consolidado Líquido por Acção* (em euros)

em milhões de euros, excepto*		
2002	2001	Δ %
5 582	5 727	(2,5)
2 230	2 124	5,0
1 267	1 168	8,5
613	1 028	(40,4)
391	307	27,2
0,31	0,25	27,2

MARGENS E INDICADORES

Margem EBITDA (consolidada)* (%)
EBITDA/Juros Líquidos* (n.º vezes)
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Capital Próprio)* (%)
Investimento Total ⁽¹⁾
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex) ⁽²⁾
EBITDA menos Capex

em milhões de euros, excepto*		
2002	2001	Δ %
39,9	37,1	2,9 p.p.
11,8	7,1	n.s.
56,5	53,9	2,6 p.p.
1 105	3 837	(71,2)
776	1 316	(41,0)
1 454	808	79,9

SITUAÇÃO FINANCEIRA ⁽³⁾

Activo Líquido
Dívida Líquida
Capitais Próprios
Capital Social

em milhões de euros		
2002	2001	Δ %
13 726	17 636	(22,2)
4 037	5 456	(26,0)
3 111	4 667	(33,3)
1 254	1 254	0,0

CLIENTES/ACESSOS

Total de Clientes PT
Portugal
Mercado Internacional ⁽⁴⁾

em milhões		
2002	2001	Δ %
18,8	16,5	13,9
11,1	10,2	9,3
7,7	6,3	21,3

PESSOAL

Pessoal ao Serviço no Grupo
Portugal
Mercado Internacional ⁽⁴⁾
Produtividade
Acessos Telefónicos Principais por Trabalhador – Portugal
Acessos Fixos e Celulares por Trabalhador – Portugal

em unidades		
2002	2001	Δ %
23 109	20 887	10,6
16 893	17 822	(5,2)
6 216	3 065	102,8
403	418	(3,4)
748	714	4,7

Nota: Informação apresentada com consolidação integral da Telesp Celular.

⁽¹⁾ Não inclui o impacto do investimento na aquisição da rede fixa por um montante de 365 milhões de euros, incluindo a renda da concessão de 2002 no montante de 17 milhões de euros.

⁽²⁾ Não inclui goodwill, nem o impacto da aquisição da rede fixa.

⁽³⁾ No exercício de 2002 foi considerada a consolidação proporcional de 50% dos activos e passivos da Brasilcel (joint venture para a área de negócio móvel no Brasil entre o Grupo PT e a Telefónica).

⁽⁴⁾ Empresas consolidadas integral ou proporcionalmente.

PRINCIPAIS INDICADORES POR NEGÓCIO

PT Comunicações

Receitas Operacionais
EBITDA ⁽¹⁾
EBITDA/Receitas Operacionais* (%)
Resultado Líquido
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex)
EBITDA menos Capex
Capex/Receitas Operacionais* (%)

PT Prime

Receitas Operacionais
EBITDA ⁽¹⁾
EBITDA/Receitas Operacionais* (%)
Resultado Líquido
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex)
Capex/Receitas Operacionais* (%)

TMN

Receitas Operacionais
EBITDA ⁽¹⁾
EBITDA/Receitas Operacionais* (%)
Resultado Líquido
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex)
EBITDA menos Capex
Capex/Receitas Operacionais* (%)

Telesp Celular

Receitas Operacionais
EBITDA ⁽¹⁾
EBITDA/Receitas Operacionais* (%)
Resultado Líquido
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex)
EBITDA menos Capex
Capex/Receitas Operacionais* (%)

PT Multimedia

Receitas Operacionais
EBITDA ⁽¹⁾
EBITDA/Receitas Operacionais* (%)
Resultado Líquido
Investimento Corpóreo e Incorpóreo (Capex)
Capex/Receitas Operacionais* (%)

Os valores acima apresentados incluem transações intragrupo.

(1) EBITDA = Resultados Operacionais + Amortizações.

em milhões de euros, excepto*

2002	2001	Δ %
2 301	2 423	(5,0)
957	1 045	(8,4)
41,6	43,1	(1,5) p.p.
349	274	27,2
228	327	(30,2)
729	718	1,5
9,9	13,5	(3,6) p.p.

em milhões de euros, excepto*

2002	2001	Δ %
335	268	24,9
32	27	18,4
9,5	10,0	(0,5) p.p.
(43)	(27)	60,1
41	67	(38,7)
12,2	24,9	(12,7) p.p.

em milhões de euros, excepto*

2002	2001	Δ %
1 475	1 394	5,8
623	538	15,7
42,3	38,6	3,6 p.p.
260	271	(4,2)
283	283	(0,2)
341	255	33,5
19,2	20,3	(1,2) p.p.

em milhões de euros, excepto*

2002	2001	Δ %
1 218	1 402	(13,1)
513	459	11,8
42,1	32,7	9,4 p.p.
(34)	(519)	(93,4)
88	458	(80,7)
425	1	n.s.
7,2	32,7	(25,4) p.p.

em milhões de euros, excepto*

2002	2001	Δ %
676	626	8,1
76	43	78,6
11,2	6,8	4,4 p.p.
(137)	(117)	17,2
85	144	(40,9)
12,5	22,9	(10,4) p.p.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS ANO 2002

8 DE MARÇO

Lançamento pela PT Multimedia de uma oferta potestativa sobre as acções da PTM.com ainda não detidas, tendo a contrapartida sido de 1,93 euros por acção.

22 DE MARÇO

Retirada da negociação em bolsa das acções da PTM.com, passando a PT Multimedia a deter 100% do capital da PTM.com.

23 DE ABRIL

Aprovação em Assembleia Geral do pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2001 no montante de 125 milhões de euros, equivalente a um dividendo bruto de 0,10 euros por acção e a um pay-out ratio de 40,8%.

Aprovação em Assembleia Geral da alteração dos estatutos permitindo que os cargos de Chairman e de CEO pudessem ser desempenhados por pessoas distintas, em linha com as melhores práticas na área de corporate governance e, ainda, que toda a Comissão Executiva da PT fosse nomeada pelo Conselho de Administração de entre os seus membros.

23 DE MAIO

Pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2001 de 0,10 euros por acção, equivalente a um montante de 125 milhões de euros.

28 DE MAIO

Anúncio da composição da nova Comissão Executiva e a implementação do novo modelo de governance do grupo.

19 DE JUNHO

Realização do “Investor Day” da PT, onde a Comissão Executiva da Empresa se reuniu com investidores institucionais e analistas financeiros para a apresentação do novo modelo e equipa de gestão, sua estratégia empresarial e a evolução e perspectivas 2003 (targets) para o grupo em termos consolidados e para cada área de negócio.

Foi igualmente anunciada a intenção da Comissão Executiva de propor ao Conselho de Administração o pagamento de um dividendo relativo a 2002 de 0,16 euros por acção, equivalente a aproximadamente 201 milhões de euros.

27 DE JUNHO

Registo de uma provisão para impairment no montante de 500 milhões de euros. Esta provisão incluía um impairment do investimento na Telesp Celular Participações no montante aproximado de 1 500 milhões de euros, deduzido do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios de telecomunicações móveis que se encontrava em curso nessa data, no montante de 1 000 milhões de euros.

28 DE JUNHO

Anúncio do aumento de capital da Telesp Celular Participações de 1 873 para 4 370 milhões de reais, através da emissão de 249 245 milhões de acções ordinárias e 464 172 milhões de acções preferenciais, tendo o preço de subscrição sido fixado em 3,50 reais por cada lote de 1 000 acções de ambos os tipos.

2 DE AGOSTO

Aprovação em Assembleia Geral da PT Multimedia da alteração da composição do seu Conselho de Administração, através do seu alargamento de onze para quinze membros.

6 DE SETEMBRO

Conclusão do processo de aumento de capital da Telesp Celular Participações, que gerou um encaixe em dinheiro de 2 403 milhões de reais. Nesta operação, a PT subscreveu 80,5% do número total de novas acções emitidas, aumentando o seu interesse económico na Telesp Celular Participações de 41,23% para 65,12%. O encaixe proveniente desta transacção destinou-se à redução da dívida da Telesp Celular Participações, tendo a subscrição dos minoritários permitido reduzir a dívida consolidada da PT em 176 milhões de euros.

4 DE OUTUBRO

“Opening Bell Ceremony” na New York Stock Exchange, que a PT teve a honra de presidir a convite da Administração da NYSE.

17 DE OUTUBRO

Aquisição pela PT das actividades de Internet e Páginas Amarelas da PT Multimedia, correspondendo a 100% da PTM.com, 24,75% das Páginas Amarelas e 50% da Sportinveste Multimédia, por contrapartida do pagamento de 199 milhões de euros. Este montante foi utilizado pela PT Multimedia para reembolsar suprimentos de igual montante que haviam sido concedidos pela PT.

18 DE OUTUBRO

Assinatura pela PT e pela Telefónica da documentação legal definitiva para a criação de uma joint venture, a Brasilcel, que no final do ano passou a deter todas as participações em operadoras de telecomunicações móveis no Brasil de ambos os grupos. Simultaneamente, e com vista a manter a paridade da participação de ambos os grupos em 50%/50% na Brasilcel, a Telefónica Móviles adquiriu uma participação de 14,68% na Telesp Celular Participações por 200 milhões de euros. A Brasilcel detém 65,12% de interesse económico e 93,66% dos direitos de voto na Telesp Celular Participações.

11 DE DEZEMBRO

Celebração de um acordo para a aquisição da propriedade da rede básica de telecomunicações ao Estado Português. Neste âmbito, a PT acordou efectuar o pagamento antecipado das rendas futuras estabelecidas no contrato de concessão em troca da propriedade da rede, assegurando a não reversibilidade dos activos afectos à concessão no final da mesma. Adicionalmente, o Estado Português comprometeu-se a compensar anualmente a PT Comunicações pelas perdas decorrentes da prestação de um conjunto de serviços e a efectuar o pagamento do valor em dívida relativo a descontos concedidos a reformados. O montante pago ao Estado pela aquisição da propriedade da rede básica foi de 365 milhões de euros, incluindo um montante de 17 milhões de euros respeitante à renda da concessão do ano de 2002. O impacto imediato desta operação na dívida líquida da PT foi um acréscimo de cerca de 305 milhões de euros, tendo em consideração o pagamento pelo Estado Português de um valor em dívida à PT Comunicações referente a descontos concedidos a reformados.

27 DE DEZEMBRO

Aquisição pela Telesp Celular Participações dos restantes 17% do capital da Global Telecom por 82 milhões de dólares, passando assim a Telesp Celular Participações a deter a totalidade do interesse económico na Global Telecom.

Transferência para a Brasilcel, pela PT e pela Telefónica, da totalidade das participações que ambos os grupos detinham nas operadoras de telecomunicações móveis no mercado brasileiro. Estas transferências foram efectuadas a valores de mercado (fair value).

30 DE DEZEMBRO

Conclusão do processo de reestruturação societária do grupo que originou a cristalização de um crédito fiscal no montante de 1 350 milhões de euros, que foi registado como um imposto diferido activo em 2002.

Conclusão do processo de apuramento de impairments em investimentos financeiros no grupo, que conjugado com o efeito do crédito fiscal acima indicado, originou a utilização da provisão constituída em 27 de Junho de 2002 pelo montante global de aproximadamente 401 milhões de euros. A referida provisão foi utilizada para cobrir o impairment na Telesp Celular Participações, bem como para cobrir a perda da PT resultante do impairment realizado pela PT Multimedia ao seu investimento na Lusomundo e ainda para cobrir impairments em outros investimentos financeiros do grupo.

Celebração da Convenção de Preços do Serviço Fixo de Telefone para 2002 e 2003, tendo subjacente price caps para as variações médias anuais do cabaz de preços de referência, excluindo comunicações internacionais, de IPC-3% e IPC-2,75%, respectivamente.

Conclusão do processo de fusão por incorporação da Marconi na PT Comunicações.



MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Francisco Murteira Nabó
Presidente do Conselho de Administração

Tivemos em 2002 mais um ano de excelente performance operacional e financeira, em clima de paz social.

Num quadro macroeconómico menos favorável, prosseguimos uma estratégia geral de crescimento e diversificação do portefólio de negócios do grupo com uma aposta mais forte em termos de crescimento nas áreas móvel e multimédia. O actual mix dos nossos negócios de telecomunicações móveis, nos mercados nacional e internacional, representa 64% do total de clientes, 49% das receitas e 52% dos resultados operacionais antes de amortizações.

Reforçámos o nosso empenho na melhoria do retorno dos nossos investimentos no Brasil com o lançamento formal da Brasilcel, a joint venture com a Telefónica para os negócios de telecomunicações móveis no Brasil, detida em 50% por cada um dos grupos. A Brasilcel é o maior operador móvel da América Latina e tem cerca do triplo de clientes do segundo operador brasileiro. A Brasilcel está por isso extremamente bem posicionada para fidelizar os seus clientes e tirar partido das sinergias que lhe advêm da sua dimensão, assim melhorando as suas margens e cash flow.

O exercício de 2002 permitiu também solidificar a estrutura financeira da PT, através da redução e reestruturação da dívida. A redução da dívida situou-se em cerca de 1,4 mil milhões de euros, resultante de um forte aumento do cash flow, permitindo que a dívida líquida atingisse um valor de cerca de 4 mil milhões de euros no final do ano. Simultaneamente, procedeu-se à reestruturação da dívida, aumentando a sua maturidade que é hoje superior a quatro anos, e neutralizando o impacto

das variações cambiais nos resultados através da redução da exposição ao dólar.

Aprofundaram-se as iniciativas de redução de custos, onde quero destacar duas medidas estruturais: o lançamento de uma unidade de serviços partilhados, a PT PRO, e a centralização das compras ao nível do grupo.

O resultado líquido neste exercício aumentou 27% para 391 milhões de euros, não obstante, como já referido, a conjuntura económica difícil, quer na Europa, quer no continente sul-americano. Iremos propor à próxima Assembleia Geral Anual a distribuição de um dividendo de 16 cêntimos por acção, aumentando em 60% a remuneração dos accionistas em relação aos 10 cêntimos pagos em 2002.

Ao nível do governance da PT, o ano de 2002 foi marcado pelo início de implementação de um novo modelo, em linha com as melhores e mais recentes práticas internacionais das empresas cotadas em Bolsa. O nosso objectivo foi aumentar a eficácia e a transparência da gestão, procurando simplificar e tornar mais ágil o processo de tomada de decisões. Adoptámos um modelo de governance com uma clara separação das funções e responsabilidades do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, agora composta por cinco elementos e com um Presidente Executivo distinto do Presidente do Conselho de Administração.

Ao Conselho de Administração cabe definir estratégias e grandes linhas de orientação, enquanto a Comissão Executiva fica mais orientada para a operacionalização do processo de decisão

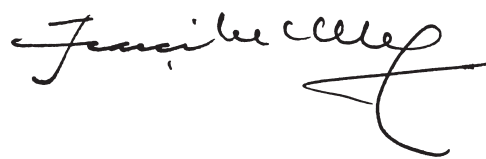
e acção, possibilitando uma mais rápida capacidade de resposta aos desafios colocados pelo mercado.

Iniciámos já as acções necessárias para de forma progressiva adaptar o modelo de governance da PT ao “Sarbanes-Oxley Act”, a nova lei aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos da América e que regula o governo das sociedades cotadas em bolsas de valores supervisionadas pela Securities and Exchange Commission.

Quero aproveitar para saudar a nova Comissão Executiva que tomou posse a 28 de Maio de 2002 e os novos elementos do Conselho de Administração que entretanto foram cooptados, e agradecer aos anteriores membros destes órgãos o seu valioso e dedicado contributo para o grupo.

Estou confiante na estratégia que temos vindo a seguir, agora mais assente no crescimento orgânico dada a actual conjuntura, através quer do reforço da liderança no mercado doméstico, com a excelência dos serviços prestados e o primado do cliente, quer da rentabilização das operações no Brasil. A maximização dos fundos libertos e o aumento da remuneração aos accionistas são os resultados mais visíveis da estratégia que tem sido executada duma forma ímpar pela PT no contexto do sector ao nível europeu. São estes os vectores principais dessa estratégia, cuja prossecução espero possa vir a contribuir também para a valorização e realização profissional de todos os colaboradores.

Os resultados de 2002 levam-me a encarar o futuro do Grupo PT com optimismo, acreditando que estamos no rumo certo para fazer ainda mais e melhor, consolidando o posicionamento deste grupo empresarial a que me orgulho de presidir.





MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

Miguel Horta e Costa
Presidente da Comissão Executiva

Em 19 de Junho de 2002, no “Investor Day” da PT, apresentámos publicamente à comunidade financeira nacional e internacional as principais metas que nos propunhamos concretizar no curto e médio prazo. É com satisfação que anuncio o cumprimento integral de todas as metas traçadas para o exercício de 2002 e que se apresentam como uma excelente plataforma para o corrente ano de 2003.

Apesar de um enquadramento macroeconómico menos favorável no mercado doméstico e internacional, nomeadamente no Brasil, onde se assistiu a uma forte desvalorização do real, conseguimos manter a trajectória de crescimento. Atingimos um crescimento de 5% do EBITDA (resultados operacionais antes de amortizações), que ascendeu a 2 230 milhões de euros. Para atingir este objectivo foram determinantes os contributos positivos dos negócios móveis e multimédia. Para efeitos comparativos com o ano anterior, importa realçar que caso a cotação do real se tivesse mantido constante, o crescimento do EBITDA da PT situar-se-ia em cerca de 13%.

As iniciativas de racionalização de custos permitiram-nos reduzir os custos operacionais em 244 milhões de euros. Das iniciativas estruturantes e de maior impacto nos resultados futuros do grupo, refira-se a centralização das compras, a racionalização do património imobiliário, a integração das áreas de sistemas de informação e o lançamento já em 2003 de uma unidade de serviços partilhados, a PT PRO.

Tendo em vista a maximização dos fundos libertos e corporizando as nossas iniciativas de racionalização de custos, fixámos a meta de redução do investimento em activos corpóreos e incorpóreos (Capex) em 20%. Não considerando a aquisição da propriedade da rede básica concretizada no final de 2002, que não estava considerada na meta de Capex antes referida, o Capex do ano situou-se em 776 milhões de euros, o que representa uma redução de cerca de 41% face ao ano anterior, e que compara muito favoravelmente com o objectivo apresentado no “Investor Day”.

O valor de aquisição da propriedade da rede básica foi de 365 milhões de euros, que inclui o valor da renda da concessão de 2002, no montante de 17 milhões de euros. Deste modo, considerando esta aquisição, o Capex situar-se-ia em 1 124 milhões de euros. O indicador EBITDA menos Capex registou um aumento de dois dígitos, de 37%, para 1 106 milhões de euros em 2002. Não considerando a aquisição da propriedade da rede básica, o aumento deste indicador teria sido de 80%.

A maximização do cash flow permitiu-nos ultrapassar claramente a meta de redução da dívida. Com efeito, a dívida líquida situou-se em 4 mil milhões de euros no final do ano, uma impressionante redução de 1,4 mil milhões de euros, equivalente a uma redução de 26% em relação ao final do ano anterior, e que culminou também um vasto processo de reestruturação da dívida.

A reestruturação da dívida permitiu aumentar a sua maturidade para 4,5 anos, diminuindo quaisquer necessidades de financiamento significativas até 2005, reduzir o custo médio da dívida para 5,5% e neutralizar o impacto da exposição cambial na demonstração de resultados.

A PT tem actualmente uma das situações financeiras mais sólidas do sector de telecomunicações a nível europeu e o sinal de confiança na nossa solidez financeira foi a decisão de recompra de dívida em cerca de 350 milhões de euros.

O resultado líquido do exercício de 2002 foi de 391 milhões de euros, um aumento de 27% face ao ano anterior, incluindo uma quebra na contribuição dos resultados extraordinários de 234 milhões de euros. Iremos propor à próxima Assembleia Geral Anual a distribuição de um dividendo de 16 cêntimos por acção, remunerando os nossos accionistas com cerca de 200 milhões de euros, conforme assumido aquando do “Investor Day”. Os dividendos que nos propomos distribuir representam um pay-out ratio de cerca de 50%, superior ao de 2001 em 10 pontos percentuais.

Por área de negócio, outro dos nossos objectivos era a melhoria da situação financeira da PT Multimedia. Foi neste contexto, e tendo também em vista a racionalização dos negócios do grupo, que se procedeu à transferência para a PT da actividade de Internet da PT Multimedia, bem como das participações que esta empresa detinha nas Páginas Amarelas e na Sportinvest. Esta reestruturação financeira e operacional permitiu potenciar a actuação nos serviços de banda larga do grupo, maximizando as sinergias do acesso ADSL com o negócio fixo e o crescimento futuro destes negócios, outra das nossas prioridades, tendo em vista contribuir para a sociedade da informação em Portugal. Nos serviços de televisão por subscrição, terminámos o ano 2002 com 1 307 mil clientes de televisão por subscrição, enquanto que o número de acessos Internet de banda larga via cabo atingiu os 140 mil. A TV Cabo atingiu uma margem EBITDA de cerca de 20% na totalidade do ano, ultrapassando no quarto trimestre os 20% previstos. As iniciativas de maximização de cash flow e de racionalização de custos que desenvolvemos na PT Multimedia resultaram, estando a recuperação total desta área de negócio agora mais dependente das perspectivas para o mercado publicitário e das perspectivas macroeconómicas, que condicionam fortemente o sector de media.

No Brasil, a Telesp Celular e a Global Telecom vêm registando uma sólida performance operacional. Apesar do aumento da concorrência no estado de São Paulo, a Telesp Celular reforçou a sua quota de mercado para 67% em 2002 e aumentou significativamente a sua margem EBITDA na segunda metade do ano até um nível de 46% no quarto trimestre de 2002. Apesar da desvalorização do real, a Telesp Celular teve um contributo positivo para o EBITDA do grupo de cerca de 23%. A Global Telecom também aumentou a sua quota de mercado em seis pontos percentuais no último ano, para 41%, e atingiu o break-even em termos de EBITDA, não obstante ser uma operadora de banda B, e por isso ainda em fase de consolidação.

Concluímos com êxito o processo de aumento de capital na Telesp Celular Participações, permitindo com o encaixe da operação, de cerca de 2 400 milhões de reais, reduzir a dívida desta empresa e solidificar a sua estrutura financeira.

O acontecimento mais relevante nas operações móveis no Brasil foi sem dúvida o lançamento formal da nossa joint venture com a Telefónica. O acordo entre a PT e a Telefónica foi concretizado em Outubro de 2002 e, após a obtenção das aprovações necessárias pelo regulador brasileiro, foram efectuadas, em 27 de Dezembro de 2002, as transferências para a Brasilcel (a nova empresa que corporiza a joint venture) das participações detidas por ambos os grupos em empresas de telefonia móvel no Brasil. Criou-se assim o maior operador móvel do Brasil e da América Latina. A Brasilcel tem 14 milhões de clientes, um mercado

potencial de mais de 90 milhões de habitantes e uma posição de liderança forte e sustentável nos estados onde actua, que representam 70% do PIB brasileiro. A nova empresa detém um free cash flow operacional positivo e tem todas as condições para captar importantes sinergias, por economias de escala decorrentes da sua dimensão e pela aplicação das melhores práticas dos Grupos PT e Telefónica. A joint venture, para além de mitigar futuros aumentos de exposição ao risco Brasil, será também crucial para a rentabilização dos investimentos da PT neste país, permitindo criar mais valor para os nossos accionistas.

Já em 2003 demos um novo passo para a consolidação da nossa liderança no Brasil, através do acordo para a aquisição da Tele Centro Oeste pela Brasilcel. Com esta aquisição, a Brasilcel acelerou significativamente a sua dinâmica num mercado

O Presidente ladeado pelos outros membros da Comissão Executiva e o Secretário-Geral da Portugal Telecom



que se tornou ainda mais competitivo, não só passando a representar mais de 50% dos clientes móveis do mercado brasileiro, com um número de clientes que é cerca do triplo do segundo maior operador, mas tendo também um impacto positivo na nossa capacidade de geração de cash flow. Esta operação será integralmente financiada pela joint venture, não implicando qualquer acréscimo de exposição da PT ao Brasil.

No negócio fixo, a PT Comunicações mantém uma quota de mercado superior a 90%, após três anos de liberalização total do mercado, fruto da sua diferenciação ao nível da qualidade, dos preços e de uma oferta inovadora, onde se destaca o relançamento do ADSL. Desenvolvemos um conjunto de iniciativas que designámos por “Reinvenção do Negócio Fixo”, que assentam precisamente na promoção do ADSL, no lançamento de novos pacotes para o estímulo do tráfego, na criação de serviços com efectivo valor acrescentado para os clientes e na racionalização dos custos.

Pretende-se deste modo fidelizar os clientes e reduzir o churn, atenuar os efeitos de substituição dos serviços fixos pelos móveis, desenvolver as estruturas de relacionamento com o cliente (CRM) e modernizar as infra-estruturas com as tecnologias mais avançadas, tudo isto de forma mais eficaz e eficiente. Já se começam a sentir os resultados de algumas destas acções, como o evidenciam as menores quebras de tráfego, de receitas e de EBITDA da PT Comunicações no quarto trimestre de 2002.

No conjunto do ano os custos operacionais diminuíram cerca de 2%, permitindo manter a margem EBITDA a um sólido nível de 42%. O Capex foi reduzido para um nível equivalente a 10% das receitas, por forma a assegurar uma performance do EBITDA menos Capex em linha com o ano anterior.

A TMN reforçou a sua liderança no mercado móvel nacional, que continuou a apresentar um potencial de crescimento importante, não obstante a elevada densidade já atingida. A base de clientes da TMN aumentou mais de 13% para

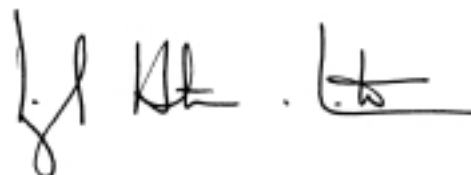
4,4 milhões, correspondendo a uma quota de mercado de 52%. A dimensão já atingida tem vindo a tornar-se um factor de diferenciação crucial para a captação de novos clientes. Em termos de prioridade de gestão, o nível de maturidade do mercado obrigou também a uma maior focalização na rentabilidade e cash flow.

Apesar da pressão resultante da redução das taxas de interligação e de uma situação económica menos favorável em Portugal, manteve-se a receita média por cliente no nível previsto de 27 euros. A racionalização de custos e a redução de subsidiação permitiram aumentar as margens unitárias por cliente, determinando um crescimento do EBITDA de cerca de 16% e elevando sustentadamente a margem EBITDA ao longo do ano para uma média superior a 42%, o que representa um acréscimo de quatro pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Somos hoje um grupo com mais de 28 milhões de clientes, cerca do dobro de há um ano atrás, e com uma abrangência de negócios no sector de telecomunicações que nos permite oferecer serviços sofisticados com garantia de qualidade e a preços competitivos a todos os nossos clientes.

A performance operacional e a solidez financeira da PT foram devidamente reconhecidas pelo mercado. Permitiram-nos manter um dos ratings mais fortes do sector europeu de telecomunicações, tendo, não obstante as condições extremamente adversas e o ambiente de elevada volatilidade nos mercados de capitais, a evolução da cotação das acções da PT em 2002 superado a do índice bolsista DJ Stoxx para as telecomunicações europeias em 14 pontos percentuais.

Por tudo isto quero expressar o meu agradecimento, e em nome da Comissão Executiva, a todos os nossos colaboradores, pelo profissionalismo e empenho e dedicação demonstrados, aos nossos clientes, por acreditarem na qualidade dos nossos serviços, e aos nossos accionistas, pela confiança em nós depositada.

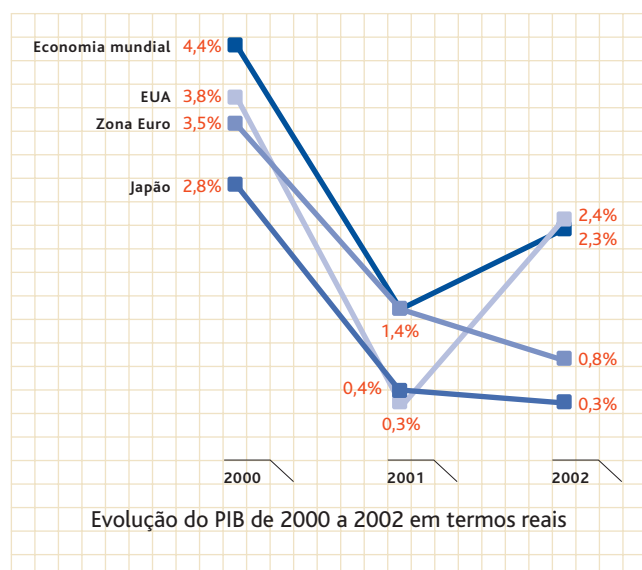


1. ENQUADRAMENTO

Enquadramento macroeconómico

Internacional

Durante o ano de 2002 a economia mundial registou uma ligeira recuperação relativamente ao ano anterior, tendo o PIB registado um crescimento de 2,3%, quando em 2001 havia sido de 1,4%. De qualquer forma o que melhor caracterizou a economia mundial durante o ano de 2002 foi o clima de instabilidade geopolítica e a descida significativa dos indicadores de confiança dos agentes económicos.



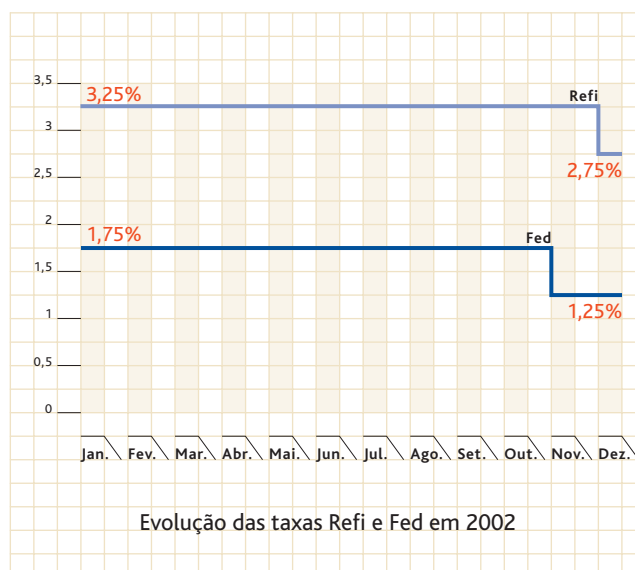
O ano de 2002 foi ainda marcado pelos escândalos contabilísticos e financeiros que ocorreram principalmente nos Estados Unidos da América (EUA) e que tiveram como consequência a desconfiança face à credibilidade da informação financeira prestada ao mercado. Por outro lado, a performance das empresas ficou aquém das expectativas da maioria dos analistas o que originou uma sequência de profit warnings por parte da maioria delas, pertencentes aos mais variados sectores com especial incidência nas chamadas empresas do sector de TMT (tecnologia, media e telecomunicações).

Estas variáveis conduziram os principais índices bolsistas a mínimos dos últimos cinco anos. Associado a esta descida acentuada dos mercados accionistas o efeito riqueza negativo contribuiu em larga escala para o abrandamento do consumo e do investimento, quer nos EUA quer na Europa.

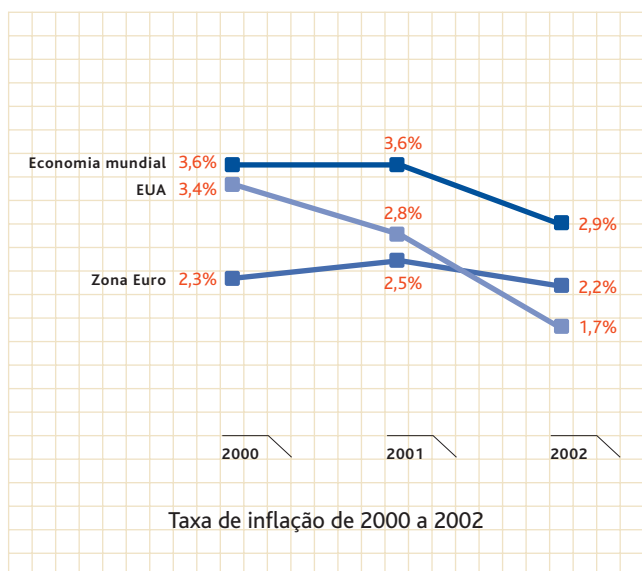
A economia mundial foi ainda afectada pela crise económica e pelo clima de instabilidade social e política na maioria dos países da América Latina, em particular na Argentina e Venezuela e com menor gravidade no Brasil.

A economia dos EUA deverá ter crescido em 2002 cerca de 2,4% face aos 0,3% registado em 2001. Para este crescimento muito contribuíram factores como o comportamento positivo do consumo das famílias e o crescimento das despesas com a defesa e diversas áreas militares.

Na Zona Euro, o PIB deverá ter crescido 0,8% em 2002, o que representou um forte abrandamento face à subida de 1,4% em 2001. Esta performance bastante mais negativa na Europa que nos EUA, para além de ter sido influenciada pelo clima económico globalmente negativo, foi principalmente marcada por um desemprego muito elevado (8,5% no quarto trimestre de 2002), o qual condicionou os níveis de confiança e de despesa das famílias.

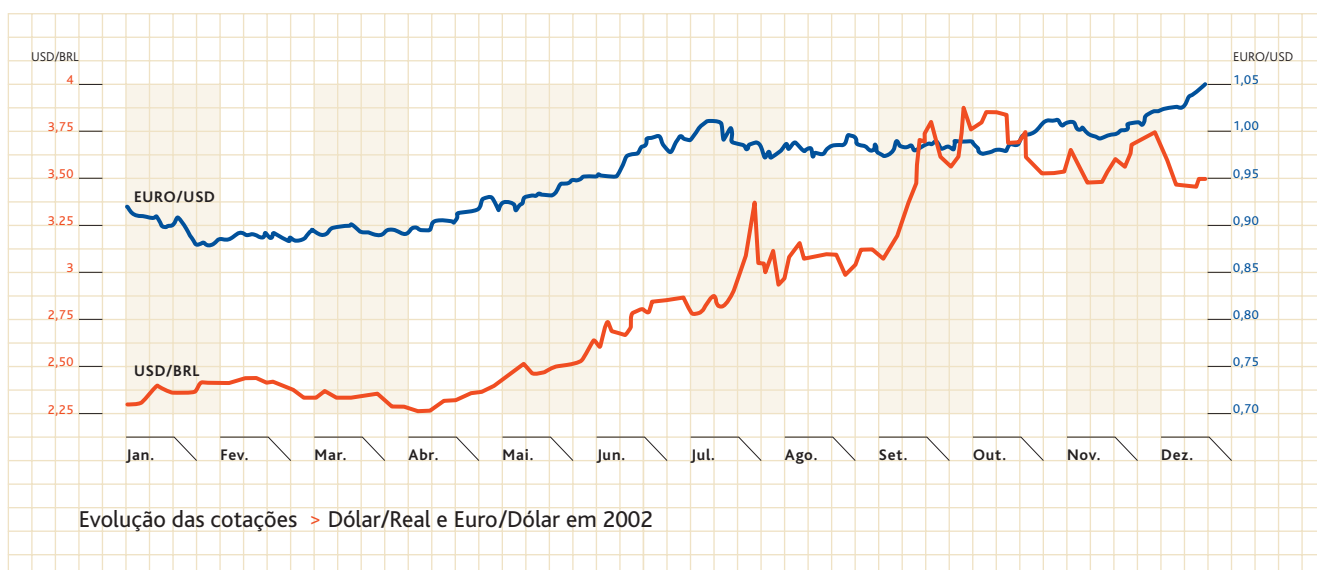


Por outro lado, a Reserva Federal prosseguiu durante o ano de 2002 uma política monetária mais agressiva que o Banco Central Europeu, que esteve condicionado na descida das taxas de juro de referência, por uma inflação média relativamente elevada de 2,2%. A taxa principal de refinanciamento desceu 50 pontos base em Dezembro, cifrando-se em 2,75% no final do ano.



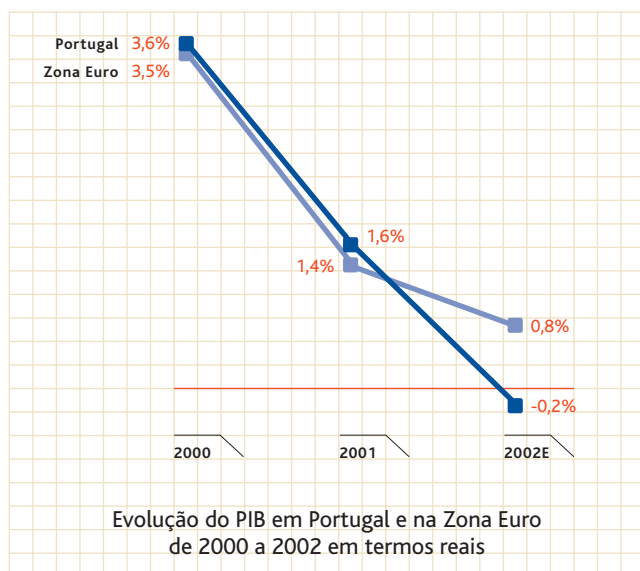
Nos EUA a taxa de inflação sofreu uma forte redução em 2002 tendo passado de 2,8% para 1,7%, enquanto que na Zona Euro a inflação se manteve estável tendo passado de 2,5% em 2001 para 2,2% em 2002.

Na América Latina o clima de extrema incerteza que caracterizou a conjuntura económica em 2002 afectou em especial o Brasil, mercado extremamente importante para a actividade da PT uma vez que a Brasilcel é actualmente o maior operador de telecomunicações móveis no Brasil com cerca de 14 milhões de clientes. Nos meses que antecederam as eleições presidenciais de Outubro, as dúvidas quanto às políticas económicas a adoptar pelo novo governo levaram o real a desvalorizar-se fortemente face ao dólar, tendo a cotação dólar/real atingido o mínimo do ano de 3,94 em Outubro. A necessidade de criar uma expectativa credível anti-inflacionista, num contexto de aceleração dos preços provocada pela forte depreciação do real, obrigou o banco central brasileiro a subir a taxa de juro Selic de 19% para 25,5%, forçando também um maior agravamento fiscal. Com a conjugação de desvalorização cambial, inflação e juros altos, o PIB cresceu 1,5% em 2002 (o mesmo que em 2001). O ganho de competitividade dos sectores exportadores compensou a retracção dos sectores relacionados com a procura interna, penalizados pela elevação dos juros e perda de poder de compra doméstico.



Nacional

Em Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter registado um crescimento negativo, em torno de 0,2%, o que compara com um crescimento positivo de 1,6% em 2001 e representa o nível de actividade económica mais baixo desde a recessão de 1993.



Relativamente à evolução dos preços assistiu-se a uma redução na taxa média de inflação de 4,1%, em 2001, para 3,6%, em 2002. No entanto, a redução verificada foi abaixo do esperado em parte devido aos seguintes factores: (i) subida do IVA em 2% no escalão máximo; (ii) manutenção dos custos unitários de trabalho a níveis relativamente elevados; (iii) entrada em circulação do euro; e (iv) agravamento dos custos dos combustíveis.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

taxas de variação real (%), excepto*

	2002 E	2001	2000
Consumo privado	0,2	0,9	2,6
Consumo público	0,9	2,6	3,8
Formação bruta de capital fixo	(5,0)	0,0	3,6
Exportações de bens e serviços	1,3	2,9	8,3
Importações de bens e serviços	(1,1)	0,9	5,8
Produto Interno Bruto (PIB)	(0,2)	1,6	3,6
Balança corrente* (em % do PIB)	(6,5)	(9,7)	(10,3)
Défice orçamental* (em % do PIB)	(2,5)	(4,1)	(2,9)
Dívida pública* (em % do PIB)	59,3	55,5	53,3
Taxa de desemprego* (em % da população activa) ⁽¹⁾	5,1	4,1	4,0
Inflação (IPC) Taxa Média Anual* (%)	3,6	4,4	2,9
Taxas de juro: ⁽²⁾			
Curto prazo* (MMI 3 meses, %)	2,9	3,3	4,9
Longo prazo* (OT 10 anos, %)	4,3	5,2	5,3

E: Estimativas.

(1) Indivíduos que procuram activamente emprego nos trinta dias anteriores ao inquérito.

(2) Taxas de juro no final de cada ano.

Fontes: Banco de Portugal, INE, Ministério das Finanças, Comissão Europeia, OCDE, Espírito Santo Research, Bloomberg.

O consumo privado teve uma variação muito aquém das expectativas dos principais agentes económicos (0,2%), dada a deterioração generalizada da confiança das famílias. A quebra dos índices de confiança verificou-se, em grande medida, devido ao aumento do desemprego, aliado ao facto do elevado endividamento das famílias que se agravou em 2002 para um valor próximo de 100% do seu rendimento disponível, o que compara com os cerca de 60% verificados cinco anos antes. A taxa média de desemprego subiu de 4,1%, em 2001, para 5,1%, em 2002. Este enquadramento afectou especialmente o consumo de bens duradouros e o investimento em habitação.

As contas externas registaram uma correcção com algum significado, tendo o défice conjunto das balanças corrente e de capital evidenciado uma redução de 9,7% do PIB em 2001 para cerca de 6,5% do PIB em 2002. A redução do défice externo teve como causas principais a quebra nas importações, uma vez que se verificou desaceleração da procura interna e crescimento moderado das exportações.

Em 2002, a fim de atingir a meta orçamental proposta de 2,8% do PIB, o Governo teve imperiosa necessidade de reduzir e suspender despesas, particularmente as de investimento. O défice global do Sector Público Administrativo ter-se-á reduzido de 4,1% do PIB para cerca de 2,5% do PIB.

O Orçamento de Estado para 2003 evidencia um esforço continuado no sentido do cumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Prevê-se assim uma redução do défice para 2,4% do PIB, uma progressão moderada da procura interna a par de uma redução da inflação estimada para um intervalo de 2-3% (deflactor do consumo privado), e uma recuperação significativa da procura externa assente numa retoma da economia mundial, permitindo um crescimento do PIB nacional num intervalo centrado em 1,75%.

Sector europeu de telecomunicações

O sector de telecomunicações na Europa e em Portugal em 2002 foi marcado pela aceleração do crescimento das comunicações de banda larga, pela continuação do crescimento dos negócios móveis e pelo enfoque na contenção de custos e melhoria das margens. Devido ao enquadramento económico desfavorável, os operadores têm vindo a implementar rigorosos mecanismos de controlo dos custos e do investimento por forma a maximizar o cash flow.

As principais questões e tendências que afectaram o sector das telecomunicações e a PT em particular durante o ano de 2002 foram as seguintes:

Enquadramento económico

O nível de utilização das redes de telecomunicações e consequentemente as receitas do negócio encontram-se dependentes da performance da economia. Dado o abrandamento da economia europeia e mundial, o sector das telecomunicações tem vindo a crescer a um ritmo lento nas diversas áreas de negócios.

Regulamentação

Os preços das comunicações, bem como outros aspectos cruciais do negócio, estão regulamentados por órgãos reguladores nacionais em toda a União Europeia (UE). Ao longo de 2002, a UE tem vindo a desenvolver um novo enquadramento regulamentar que contempla as mais recentes tendências do sector. Um dos factores que influenciou particularmente o sector das telecomunicações em 2002 foi a regulação dos preços de retalho e de interconexão, em particular na área das comunicações móveis (fixo-móvel e móvel-móvel), que condicionou a distribuição das receitas do tráfego entre os operadores do sector.

Concorrência

A concorrência manteve-se no sector das telecomunicações. Não obstante, algumas alterações estratégicas efectuadas pelos operadores devido à queda dos mercados financeiros e à entrada de novos operadores utilizando redes alternativas, as perdas de quotas de mercado dos operadores incumbentes em 2002 foram menores do que as registadas em anos anteriores.

Custos e investimento

A performance bolsista negativa associada ao elevado endividamento do sector, que surgiu em 1999 e 2000 com as aquisições de operadores móveis e de licenças móveis de terceira geração, levou a um rigoroso controlo dos custos e dos investimentos por parte de todos os operadores. Deste modo, o enfoque estratégico dos operadores tem sido a geração de cash flow tendo em vista a redução da dívida.

Novos serviços móveis

Com o aumento da penetração das telecomunicações móveis, que se tornou um serviço de massas, os operadores e os fabricantes de infra-estruturas e de equipamentos têm investido em serviços móveis de valor acrescentado, como o SMS, o WAP e mais recentemente o MMS. Na maioria dos mercados, os serviços móveis de terceira geração, como o UMTS na Europa, têm visto o seu lançamento sido adiado. Contudo, tal não tem impedido o desenvolvimento de novos serviços de segunda geração, nomeadamente através do GSM e do CDMA, bem como a utilização de tecnologia 2.5G, como o GPRS e o 1XRTT.

Reestruturação do serviço de televisão por cabo

Durante o ano de 2002, os operadores europeus de cabo prosseguiram ou acentuaram os processos de reestruturação financeira. Com o culminar destes processos, a maioria dos operadores começou a oferecer serviços de acesso à Internet, para além dos serviços de televisão por subscrição ("double play").

Desenvolvimento dos serviços de banda larga

Para além da oferta de Internet de banda larga pelos operadores de cabo, o ano de 2002 registou um desenvolvimento da tecnologia xDSL, que utiliza técnicas de compressão para permitir o acesso em banda larga sobre a rede de cobre dos operadores incumbentes.

Em termos globais, 2002 foi para os operadores de telecomunicações um ano de refocalização no seu core business. Os serviços móveis mantiveram os ritmos de crescimento rápido e os serviços de banda larga atingiram níveis de penetração

significativos. Em resultado da profunda reestruturação dos negócios e da reestruturação financeira dos operadores, as perspectivas para o sector continuam a ser de um crescimento sólido e sustentável.

Sector

- > Performance das telecoms condicionada pelo enquadramento económico.
- > Venda de activos não estratégicos para reduzir dívida.
- > Turn-around de activos nomeadamente na área multimédia.
- > Focalização no cash flow para reduzir dívida e melhorar retorno aos accionistas.
- > Evolução do negócio móvel – crescimento e novos serviços.
- > Enquadramento regulamentar.
- > Substituição fixo-móvel.

Desafios para a PT

- > Manter a liderança e a visibilidade dos cash flows.
- > Aumentar as margens e a geração de cash flow para criação de valor accionista.
- > Reduzir dívida para manter/melhorar rating e assegurar maior flexibilidade.
- > Turn-around da PT Multimedia.
- > Melhoria do retorno dos investimentos realizados no Brasil através da Brasilcel.
- > Nova vaga de racionalização de custos, aproveitamento de sinergias e aumento de receitas.

2. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

PT Comunicações

No final de 2002, após três anos de liberalização total do mercado, em linha com o calendário definido a nível da UE, a PT Comunicações mantém uma quota de mercado de 92% dos minutos de tráfego originado e de 95% do parque de acessos. Esta performance foi conseguida através de uma estratégia de retenção e recuperação de clientes assente na diferenciação e competitividade da oferta, inovação, qualidade e serviço ao cliente, numa conjuntura extremamente volátil no sector das telecomunicações para novos operadores.

O actual quadro regulamentar caracteriza-se pela liberalização plena de infra-estruturas e serviços de telecomunicações, em particular do serviço fixo de telefone, através de infra-estruturas próprias ou da pré-selecção, disponível para qualquer tipo de chamadas.

O número de acessos em pré-selecção ascendia a 275 mil no final de 2002, correspondendo a uma redução de 22,5% face ao ano anterior. Ao longo de 2002 foi possível aumentar de forma consistente a quota de mercado no tráfego, sobretudo no tráfego nacional e internacional, em parte devido a políticas comerciais e tarifárias mais agressivas.

A PT Comunicações tem um historial de cumprimento de todas as determinações do regulador. Tal como em outros países da UE,

a desagregação da oferta do lacete local tem vindo a ser implementada progressivamente, reflectindo todas as deliberações do regulador em termos de preços, acesso completo e partilhado, co-instalação e desagregação da oferta dos sub-lacetes locais.

Promoveu-se em 2002 uma reestruturação da rede de interligação de modo a aumentar a flexibilidade da interligação. Os preços do tráfego de interligação diminuíram em média 17,3% para a terminação de chamadas e 19,2% na originação, para níveis próximos da média europeia, enquanto que o tarifário de aluguer de circuitos diminuiu em média 45%, reflectindo um significativo rebalanceamento de preços.

No final de 2002, a PT Comunicações adquiriu a propriedade da rede básica de telecomunicações ao Estado Português pelo montante global de 365 milhões de euros, que corresponde a um pagamento antecipado das rendas futuras estabelecidas no contrato de concessão (em que se inclui a renda de 2002, no montante de 16,6 milhões de euros), assegurando a não reversibilidade dos activos afectos à concessão no final da mesma. Esta aquisição da propriedade da rede básica irá permitir uma utilização mais eficaz do imobilizado afecto à concessão, em particular no que se refere ao património imobiliário.

Esta operação foi conjugada com o pagamento pelo Estado Português do valor em dívida relativo a descontos concedidos a reformados e pensionistas no montante de 60 milhões de euros. Em consequência, o impacto conjugado destas duas operações na dívida líquida da PT foi um acréscimo de cerca de 305 milhões de euros.

Adicionalmente, o Estado Português comprometeu-se a compensar anualmente a PT Comunicações pelas perdas decorrentes da prestação do Serviço Móvel Marítimo, do Serviço de Telex e do Serviço Telegráfico. Eventuais perdas originadas pelo Serviço de Teledifusão serão igualmente financiadas pelo Estado Português.

No âmbito das negociações com o Estado Português para a aquisição da propriedade da rede básica, foi negociado um acordo modificativo do contrato de concessão, o qual será assinado após publicação do decreto-lei que aprova as novas bases da concessão.

Em 30 de Dezembro de 2002 foi celebrada entre a PT Comunicações, a ANACOM e a Direcção-Geral de Comércio e Concorrência uma nova Convenção de Preços do Serviço Fixo de Telefone para 2002 e 2003, designada de Convenção do Serviço

Universal. A convenção tem subjacentes price caps de IPC-3% e IPC-2,75% para 2002 e 2003, respectivamente, excluindo as comunicações internacionais. Os preços em 2002 não sofreram qualquer alteração, mas como a taxa de inflação foi de 3,6%, o cumprimento do price cap ficou automaticamente garantido.

A 21 de Fevereiro de 2003 procedeu-se à alteração dos preços do serviço fixo de telefone, com um aumento da assinatura em 3,8% e um decréscimo de 10,7% e de 15,2% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente. A redução média anual do total do cabaz de preços daí resultante será de 0,25%, cumprindo com o price cap de 2003 que assume uma taxa de inflação de 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2003. As novas tarifas representam um rebalanceamento adicional dos preços do serviço fixo de telefone, reforçando assim a posição competitiva da PT Comunicações no mercado doméstico.

A PT Comunicações tem vindo a privilegiar o lançamento e promoção de planos de preços como forma de flexibilizar e assegurar a competitividade do seu tarifário. Em 2002 foram introduzidos novos planos de preços, inovadores e ajustados aos diferentes segmentos de clientes, onde se destacam, para o segmento empresarial (PME), os Prime Rate e Vantagem Nacional e os Marconi Prime Rate, Vantagem e Valor Internacional, com descontos significativos nos tráfegos nacional e internacional, respectivamente, para o público em geral. O Preço Único no País (de 6,23 cêntimos) destina-se a clientes com um consumo mensal superior a 100 euros. Os Planos Option constituem pacotes para PME integradores dos vários planos de preços existentes para este segmento.

Para o mercado residencial, é de salientar os planos de preços Local+ e Família e Amigos (descontos fixos para números previamente seleccionados), Relação+, Relação Internacional, Marconi Star, Marconi Alegro Internacional e Marconi Partner (várias modalidades de descontos no tráfego internacional). Foram também lançados planos de preços específicos para o tráfego fixo-móvel, com descontos de quantidade ou com um preço único ao segundo, sem modulação horária.

Diversificar e promover agressivamente o portfolio de negócios, visando a retenção e fidelização dos clientes, tem sido outra das vertentes de actuação. Para o mercado residencial, tem-se apostado nos acessos RDIS e no serviço Voice Mail. Os acessos RDIS aumentaram 3,2% face a 2001, atingindo uma taxa de penetração de 19,9%, enquanto os acessos Voice Mail ascenderam

a 1,2 milhões, equivalente a uma penetração de 34,1%. No final de 2002, o número de acessos fixos principais ao serviço registou um decréscimo de 3,7% para 4,1 milhões. Do total de acessos, cerca de 68,3% representavam clientes residenciais, 11,8% SoHo, 7,2% PME, 9,2% grandes clientes e 2,4% operadores.

A utilização total da rede fixa em minutos registou uma diminuição de 3,1% face a 2001. O tráfego de retalho diminuiu 8,8%, reflectindo essencialmente o efeito de substituição pelo móvel e uma conjuntura macroeconómica desfavorável. O tráfego fixo-fixo diminuiu 17,6% no primeiro semestre de 2002, 8,9% no terceiro trimestre e apenas 6% no quarto trimestre, correspondendo a uma redução acumulada no ano de 12,8%. O tráfego de wholesale manteve uma evolução positiva, mas com um crescimento mais baixo, de 1,9%. O tráfego Internet diminuiu 4,8%, em grande medida devido à migração dos maiores utilizadores para aplicações de banda larga.

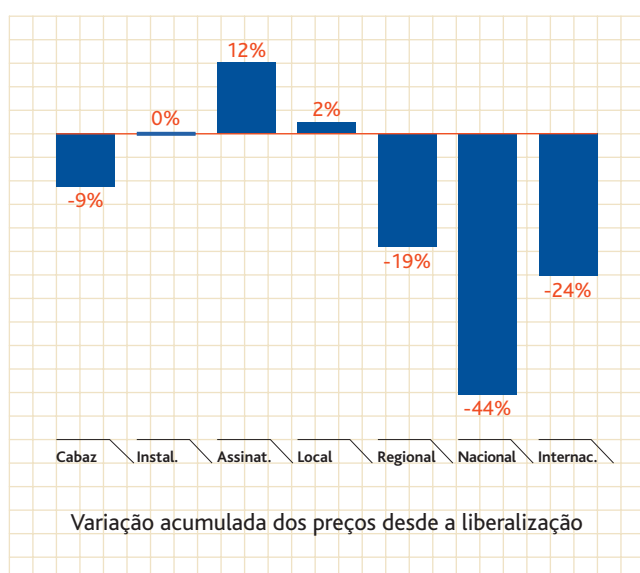
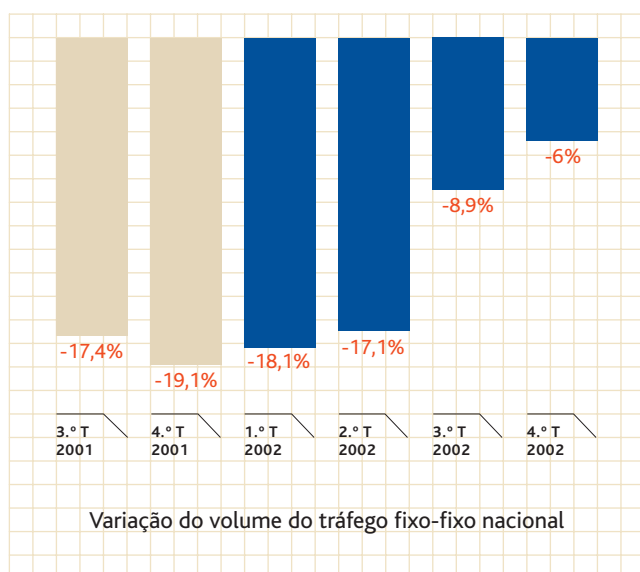
A oferta de wholesale do serviço ADSL foi relançada em Julho, com a marca “Rede ADSL PT”. O serviço ADSL permite uma maior velocidade e a integração de serviços de banda larga. A procura deste serviço registou de imediato um impulso significativo, com 53 mil clientes no final de Dezembro face a 7,1 mil clientes no final de Junho. O serviço ADSL está actualmente disponível para mais de 60% dos clientes da rede fixa e para mais de 70% dos clientes de Internet.

A PT Comunicações prosseguiu o desenvolvimento e modernização de infra-estruturas recorrendo às tecnologias mais avançadas, promovendo a utilização de estruturas SDH (“Synchronous Digital Hierarchy”) e DWDM (“Dense Wavelength Division Multiplexing”) na rede de acesso e as soluções baseadas em tecnologia FITL (“Fiber In The Loop”) e ASDH (“Access Synchronous Digital Hierarchy”) no lacete local, permitindo a capacidade e cobertura necessárias ao desenvolvimento do ADSL. A PT Comunicações encontra-se igualmente a realizar o upgrade das infra-estruturas para uma Rede de Nova Geração, que irá possibilitar uma maior eficiência e racionalização de custos no processamento dos futuros serviços convergentes de voz, dados e vídeo.

Estes desenvolvimentos, com base numa recente digitalização, e um contínuo upgrade da rede, permitiram aumentos significativos da qualidade de serviço, mantendo ao mesmo tempo o Capex sob estrito controlo. O Capex em 2002, e não considerando o efeito de compra da rede básica, devido em grande parte a um aumento de eficiência e à queda dos preços dos equipamentos, registou uma redução de 30,2%, para 228 milhões de euros, o que corresponde a aproximadamente 10% das receitas da PT Comunicações.

O desenvolvimento da qualidade de serviço passou também pela área de customer care, através do lançamento de centros de atendimento telefónico (“call centers”) específicos para cada segmento de mercado – clientes residenciais, SoHo e PME – e através da integração de processos e procedimentos da força de vendas e do telemarketing. Procedeu-se ainda ao lançamento de uma nova plataforma de CRM.

As receitas de exploração da PT Comunicações situaram-se em 2 301 milhões de euros, uma diminuição de 5% em relação ao



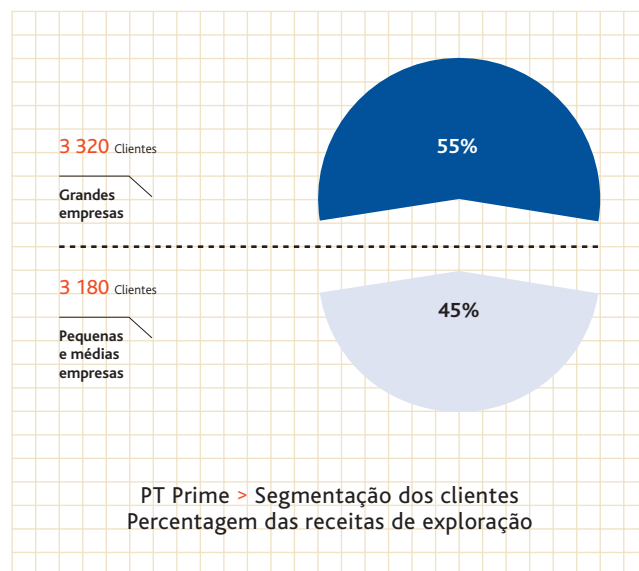
ano anterior, principalmente determinada pela contracção do tráfego fixo-fixe e pela alteração da contabilização das receitas de tráfego de Internet. A alteração da propriedade do tráfego de acesso à Internet, ocorrida em Outubro de 2001, teve um impacto negativo de 35 milhões de euros face ao ano anterior. As receitas do serviço fixo de telefone representaram 65% do total das receitas de exploração, enquanto que as receitas do serviço a operadores representaram 26,9%. A repartição de receitas do serviço telefónico entre receitas de taxas fixas e de tráfego foi de 42% e 58%, respectivamente. As receitas de exploração no quarto trimestre ascenderam a 572 milhões de euros, uma descida de 1% relativamente ao quarto trimestre de 2001, performance bastante mais favorável do que a registada no terceiro trimestre (-7,5%).

O EBITDA atingiu 957 milhões de euros, uma redução de 8,4% em relação a 2001 e equivalente a uma margem EBITDA de 41,6%. Excluindo o impacto negativo da alteração do regime de propriedade do tráfego de acesso à Internet (16 milhões de euros) e o aumento dos custos relacionados com pensões e outros benefícios de reforma (43 milhões de euros), o EBITDA teria registado um decréscimo de apenas 2,5%. A PT Comunicações conseguiu manter uma sólida margem devido a um controlo efectivo dos custos. Os custos operacionais da PT Comunicações diminuíram no período 31 milhões de euros ou 1,8%, apesar do aumento em 31,3% nos custos relacionados com pensões. Através de uma maior focalização nos custos, na gestão do Capex e do cash flow, a PT Comunicações conseguiu em 2002 assegurar um EBITDA menos Capex de 729 milhões de euros, em linha com o ano anterior.

No final de 2002, a PT Comunicações tinha cerca de 10 270 trabalhadores, situando-se o número de acessos principais por trabalhador nos 403.

PT Prime

A PT Prime disponibiliza uma oferta integrada de soluções de telecomunicações de voz e dados, sistemas de informação, Internet, comércio electrónico, B2B e outsourcing de redes e serviços de comunicação para as 6 500 maiores empresas clientes do grupo, constituindo o front end comercial para os grandes clientes empresariais.



Apesar de uma maior agressividade comercial por parte dos concorrentes, ao nível de uma mais ampla abordagem aos diversos segmentos do mercado e no que respeita à competitividade das propostas comerciais, designadamente com preços baixos, a PT Prime manteve uma distribuição das vendas de 55% e 45%, respectivamente, nos segmentos de Empresas Top e PME. Líder de referência neste segmento de mercado, com a oferta das mais avançadas soluções de telecomunicações, ajustadas ao perfil e expectativas de cada cliente, a PT Prime reforçou a sua base de clientes através duma sólida política de investimento, bem como pela qualidade e fiabilidade dos seus serviços e pela sua política de preços competitiva.

Durante 2002 foram celebrados diversos contratos a médio prazo com as maiores empresas e instituições do mercado nacional. Os acessos de comunicações de dados aumentaram 5,5%, o número de acessos frame relay subiu 25,2% e os acessos de banda larga, baseados na rede ATM, aumentaram 57,9%. A capacidade dos circuitos alugados a clientes finais aumentou 10,7% e a capacidade digital atingiu 91,2% do total. A capacidade Internet vendida a clientes empresariais mais do que triplicou face a 2001, dispondo a PT Prime do maior Internet Data Center de Portugal.

As receitas de exploração da PT Prime aumentaram 24,9%, ascendendo a 335 milhões de euros, os quais incluem 36 milhões de euros referentes à PrimeSys (empresa brasileira que opera as redes do Bradesco e Unibanco, incluída na consolidação deste segmento no segundo semestre de 2002). Verificaram-se aumentos significativos nas receitas de banda larga, outsourcing e

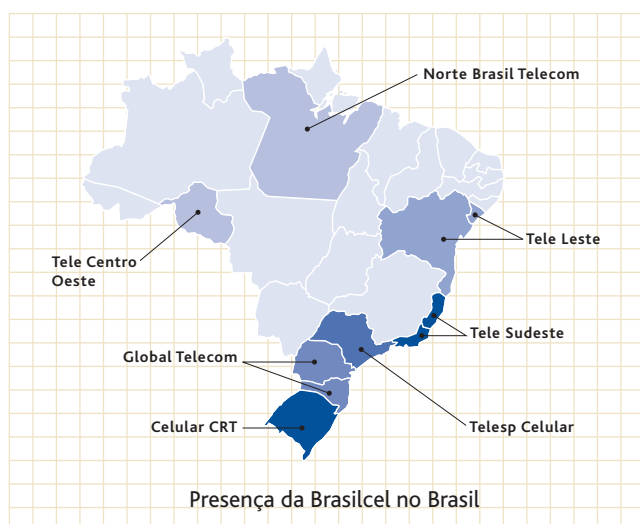
Internet empresarial. O EBITDA da PT Prime atingiu 32 milhões de euros, equivalente a uma margem de cerca de 10%, não obstante a forte pressão concorrencial e o aumento dos custos dos circuitos alugados.

O Capex ascendeu a 41 milhões de euros em 2002, equivalente a 12,2% das receitas, determinado essencialmente pelo estabelecimento de uma nova topologia da rede, que permite uma ainda maior racionalização de custos e melhoria na qualidade de serviço e em segurança e fiabilidade.

Negócios móveis

Em 2002, os negócios móveis nacionais e internacionais da PT incluem essencialmente a TMN em Portugal e a Telesp Celular e a Global Telecom no Brasil. Estas operações móveis abrangiam no final de 2002 uma população de cerca de 64 milhões de habitantes e controlavam aproximadamente 12 milhões de clientes, representando 62,1% da base de clientes da PT.

Em termos consolidados, os negócios móveis em 2002 incluem apenas a TMN e a Telesp Celular, uma vez que o grupo só adquiriu o controlo da Global Telecom no final do ano. O contributo dos negócios móveis para as receitas e EBITDA do grupo no exercício de 2002 foi de 44,5% e 50,9%, respectivamente. A partir do exercício de 2003 os negócios móveis do grupo passam a incluir, para além da TMN, 50% das receitas e EBITDA consolidados da Brasilcel (os quais incorporam a Telesp Celular e a Global Telecom, bem como as operadoras móveis anteriormente detidas pela Telefónica no Brasil), em substituição das receitas e EBITDA da Telesp Celular, que foram consolidadas integralmente em 2002.



TMN

O serviço móvel em Portugal registou um crescimento de 6,9% em 2002, atingindo cerca de 8,5 milhões de clientes activos no final do ano, representando uma taxa de penetração de 82,5%. A TMN reforçou a sua posição de líder com quotas de mercado de 53,4% das adesões líquidas e de 51,9% do total de clientes activos.

A TMN atingiu 4 426 mil clientes activos no final de 2002, um aumento de 13,3% face a 2001, adicionando 521 mil novos clientes, dos quais 221 mil no quarto trimestre de 2002. Aproximadamente 17% das adesões líquidas em 2002 corresponderam a clientes com assinatura, impulsionados também pela oferta de GPRS. O maior enfoque nos programas de fidelização e retenção de clientes, levou ao aumento de 12,7% no número de upgrades, totalizando 263 mil em 2002.

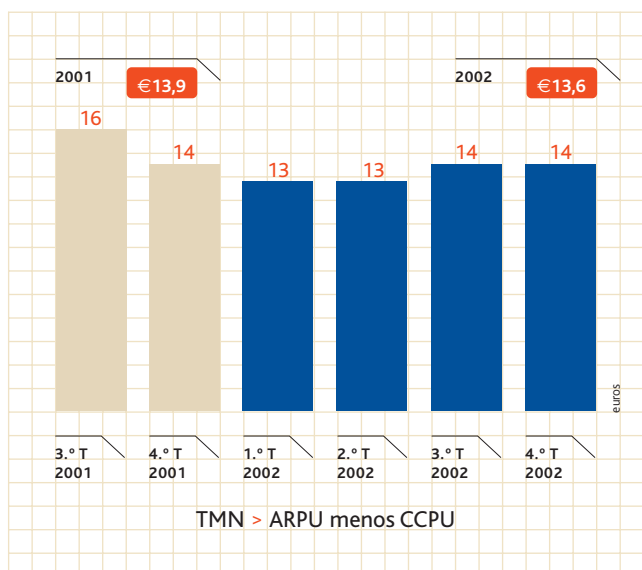
A utilização média mensal em 2002 foi de 130,5 minutos, face a 137,4 minutos em 2001, tendo esta evolução sido influenciada negativamente pelo maior nível de penetração, pelo forte crescimento das adesões líquidas, nomeadamente no quarto trimestre, bem como pela conjuntura macroeconómica desfavorável.

O número de mensagens (SMS) aumentou 16,1%, para 1,2 mil milhões, correspondendo aproximadamente a 53 mensagens por mês e por utilizador activo. O número total de clientes que utilizam o serviço SMS representa 53,6% da base total de clientes, uma melhoria de 5,6 pontos percentuais em relação a 2001. Em Maio de 2002, a TMN lançou com sucesso o serviço MMS, que sendo premium tem tido uma penetração mais lenta, com apenas nove mil terminais activos no final de 2002. O número de clientes com terminais WAP ascendeu a cerca 831 mil, dos quais mais de 196 mil são utilizadores activos, representando uma diminuição de 0,4% face a 2001. O número de terminais GPRS situou-se em 114 mil, dos quais 21,5% eram utilizadores activos.

A receita média mensal por cliente (ARPU) em 2002 ascendeu a 27,1 euros, o que representa uma redução de 9,8% em relação ao ARPU de 2001. Esta queda deveu-se essencialmente ao decréscimo nos preços de interligação. A interligação sofreu uma diminuição de 20,6%, em linha com as reduções médias dos preços de interligação de 28,2% nas comunicações móvel-móvel e de 9,5% nas comunicações fixo-móvel. O customer bill diminuiu 4,3%, para 19 euros, em linha com a redução de 5,1% no número médio de minutos de utilização.

As receitas de exploração aumentaram 5,8%, para 1 475 milhões de euros. As receitas de serviço registaram um acréscimo de 9,3%, enquanto que as receitas de vendas de equipamentos diminuíram 18,9%. As receitas de dados, nomeadamente SMS e WAP, representaram em 2002 cerca de 7,4% das receitas de serviço. A contribuição destes serviços foi de 8,5% no quarto trimestre, representando uma melhoria de 2,3 pontos percentuais face ao quarto trimestre de 2001.

Os custos de aquisição e retenção dos clientes (SAC) situaram-se em 65 euros em 2002, face a 72,2 euros no ano anterior, reflexo essencialmente de uma menor subsídio. O custo operacional por cliente (CCPU) registou um decréscimo de 16,1% face a 2001, para 13,5 euros. O ARPU menos CCPU em 2002 situou-se em 13,6 euros (14 euros no quarto trimestre), uma redução de 2,6% em relação ao ano anterior.



O EBITDA situou-se em 623 milhões de euros, representando um aumento de 15,7% face a 2001 e equivalente a uma margem EBITDA de 42,3%, uma melhoria de 3,6 pontos percentuais face ao ano anterior. A margem EBITDA no quarto trimestre de 2002 atingiu os 44,4%.

O Capex realizado pela TMN em 2002 ascendeu a 283 milhões de euros, equivalente a 19,2% das receitas, relacionado essencialmente com a expansão da capacidade e de cobertura da rede e com a melhoria dos níveis de qualidade de serviço e do customer care. O Capex na rede UMTS ascendeu a 38 milhões de euros em 2002.

A TMN tinha 1 192 trabalhadores no final de Dezembro de 2002, representando 3 713 clientes por trabalhador, uma melhoria de 13,5% em relação a 2001.

Telesp Celular

O mercado móvel no estado de São Paulo tinha aproximadamente nove milhões de clientes no final de 2002, correspondendo a uma taxa de penetração de cerca de 23,8%, em comparação com uma taxa média de 19,8% para o Brasil no seu conjunto.

Durante o ano de 2002, e apesar da entrada de um novo concorrente, a Telesp Celular reforçou a sua liderança no estado de São Paulo, atingindo uma quota de mercado de 67%, face aos 65% de 2001, não obstante a focalização na rentabilidade, que resultou numa margem EBITDA de 46% no quarto trimestre de 2002. O número de clientes da Telesp Celular situou-se em 6 060 mil, um aumento de 18,7% face a 2001. As adesões líquidas da Telesp Celular foram de 956 mil, correspondendo a 80% do total de adesões líquidas da área da concessão.

As campanhas de retenção de clientes, a par da focalização em clientes empresariais e de segmentos de topo, permitiram um aumento da base de clientes com assinatura de 4,2%, totalizando 1 426 mil e representando 23,5% do total da base de clientes da Telesp Celular. A migração de clientes analógicos para o serviço digital encontra-se praticamente concluída, representando os clientes digitais 97,6% do total.

Os serviços de dados têm evoluído favoravelmente, quer em termos de serviços de mensagens como o SMS e o WAP, quer em termos de instrumentos de conexão dirigidos aos clientes empresariais através da plataforma iXRTT. No final de 2002, mais de 2,8 milhões de clientes da Telesp Celular possuíam terminais WAP. Um ano após o lançamento da tecnologia 2,5G já tinham sido vendidos mais de 200 mil terminais com esta tecnologia. Consequentemente, as receitas dos serviços de dados aumentaram 70% em relação a 2001, para 1,8% do total de receitas líquidas ou 4,6% das receitas geradas pelos clientes com terminais adequados aos serviços de dados.

Apesar do ambiente macroeconómico desfavorável no Brasil, em 2002 o ARPU manteve-se ao mesmo nível do ano anterior, em 44 reais, enquanto que a utilização média dos clientes diminuiu para 109 minutos, face aos 116 minutos verificados em

2001. No entanto, a utilização média dos clientes com assinatura aumentou 20,4%, para 210 minutos.

As receitas da Telesp Celular em reais, e de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites no Brasil, aumentaram 15,1% em relação a 2001, para 3 391 milhões de reais, tendo as receitas de serviço aumentado 17,8%. Este desempenho resulta do crescimento da base de clientes e do contínuo esforço de retenção e fidelização nos segmentos de topo.

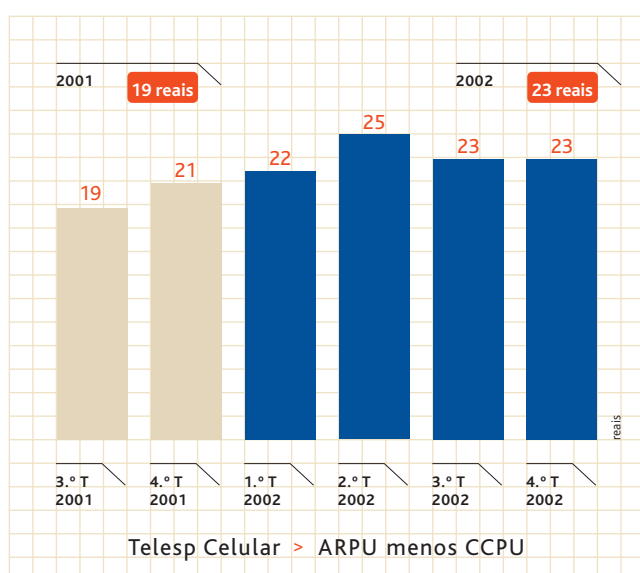
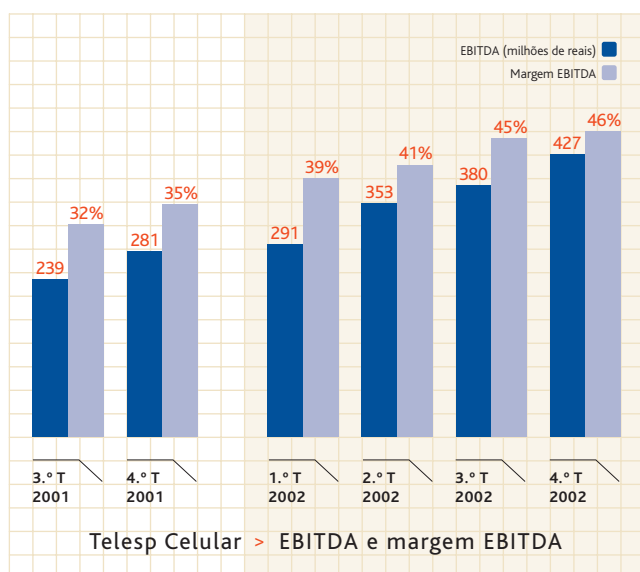
Dadas as actuais condições de mercado, a Telesp Celular acelerou em 2002 os seus esforços no controlo dos custos, reduzindo a subsidiação, restringindo os custos de marketing e publicidade e controlando os fornecimentos e serviços externos. Os SAC

diminuíram 24,2% em 2002, para 97 reais, face a 128 reais em 2001, e o CCPU registou uma descida de 14,4%, para 21 reais, em comparação com 24 reais no ano anterior. O ARPU menos CCPU ascendeu a 23 reais em 2002, que corresponde a um aumento de 21,4% face ao ano anterior.

A margem EBITDA da Telesp Celular de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites no Brasil, tem vindo a apresentar um padrão consistente de recuperação desde o segundo trimestre de 2001, quando atingiu os 27,9%, tendo atingido 46% no quarto trimestre de 2002, à custa de várias alterações estruturais com impacto nos custos. Na totalidade do ano de 2002, a margem EBITDA subiu para 42,8%, mais 10,7 pontos percentuais que em 2001. O EBITDA aumentou 53,3%, para 1 451 milhões de reais.

O esforço de racionalização e maximização do cash flow levou a uma descida do Capex, de 937 milhões de reais em 2001 para 327 milhões de reais em 2002, equivalente a um rácio de Capex em percentagem das receitas de 9,6% em 2002, comparado com 31,8% em 2001.

Em termos de contribuição para os resultados do Grupo PT, e contando com a desvalorização de 24,5% do real no período, as receitas de exploração da Telesp Celular ascenderam a 1 218 milhões de euros, uma diminuição de 13,1% face a 2001, e o EBITDA aumentou 11,8%, para 513 milhões de euros, equivalente a uma margem EBITDA de 42,1%.



Global Telecom

A Global Telecom é o operador móvel de banda B (segundo operador) nos estados do Paraná e de Santa Catarina. O número de subscritores nesta região é de 2,9 milhões, equivalente a uma taxa de penetração de aproximadamente 19,4%. Em resultado da intensificação das iniciativas de marketing, a Global Telecom conseguiu aumentar a sua quota de mercado para 41% no final de Dezembro de 2002, face aos 35% obtidos no final de 2001 e aos 38% no final de Setembro de 2002. A base de clientes da Global Telecom atingiu os 1,2 milhões de clientes no final do ano, representando um aumento de 36,5% e correspondendo a 315 mil adesões líquidas.

O ARPU dos clientes com assinatura registou um acréscimo de 21,5%, para 64 reais, em resultado de uma maior focalização do esforço comercial nos segmentos de topo. Por outro lado, foi inevitável que, com o aumento de penetração, o ARPU dos

clientes pré-pagos sofresse uma diminuição de 5,4%, para 23 reais. Assim, uma vez que grande parte do crescimento da base de clientes continuou a ser dos clientes pré-pagos, globalmente o ARPU diminuiu 15%, para 34 reais, em 2002. As receitas operacionais, expressas em reais e de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites no Brasil, aumentaram 20,3%, para 512 milhões de reais.

Em resultado da implementação de um efectivo programa de controlo dos custos, de economias de escala, de sinergias e de uma menor subsidiação, os SAC tiveram uma forte quebra em 2002, para 126 reais, em comparação com 237 reais do ano anterior. O CCPU registou igualmente uma redução de 48%, para 26 reais. O ARPU menos CCPU situou-se em 8 reais em 2002, face a 10 reais negativos em 2001. Assim, a Global Telecom atingiu um EBITDA positivo de 95 milhões de reais, face aos 100 milhões de reais negativos em 2001.

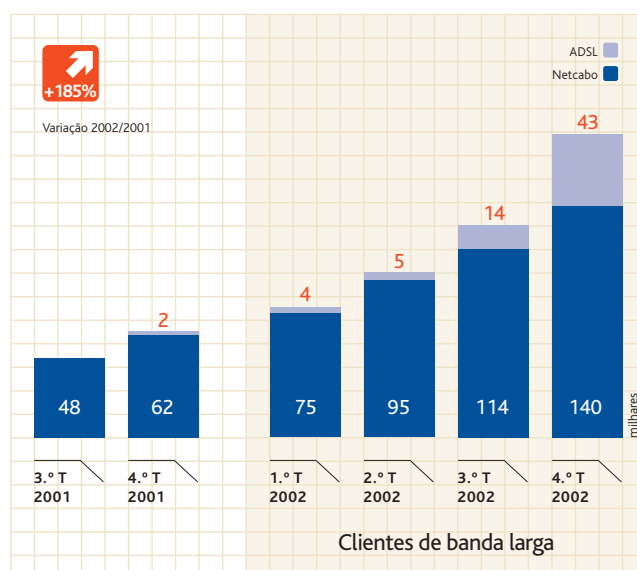
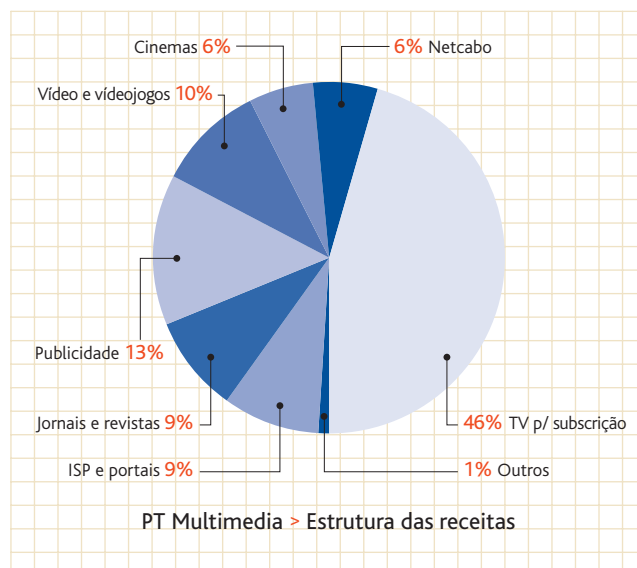
O Capex ascendeu a 152 milhões de reais em 2002, que compara com os 413 milhões de reais em 2001 e em termos de percentagem das receitas é equivalente a 29,7%.

Em termos de contribuição para os resultados do Grupo PT, o investimento na Global Telecom é registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo a contribuição de 2002 (perda de 89 milhões de euros) sido registada na rubrica “Perdas em empresas associadas” da Demonstração de Resultados.

PT Multimedia

As receitas de exploração da PT Multimedia apresentaram um aumento de 8,1% em 2002 para 676 milhões de euros, ainda que a PTM.com tenha deixado de fazer parte do perímetro de consolidação deste segmento após Setembro de 2002, em resultado da aquisição pela PT à PT Multimedia da totalidade do capital daquela empresa participada. As receitas da PT Multimedia provêm em 51% de taxas fixas e apenas em 13% de receitas de publicidade.

EBITDA teve um comportamento muito positivo ao aumentar 78,6%, para 76 milhões de euros, equivalente a uma margem de 11,2%, a que corresponde uma melhoria de 4,4 pontos percentuais face ao ano anterior. O esforço de contenção do Capex implicou uma diminuição de 40,9%, para 85 milhões de euros, em 2002.



Televisão por subscrição – TV Cabo

A TV Cabo ultrapassou as 2 390 mil casas passadas, das quais 85,7% equipadas com bidireccionalidade. No final de 2002, o total de assinantes da televisão por subscrição atingiu os 1 307 mil clientes, equivalente a um crescimento de 12,7% em relação a 2001. Do total de clientes, 1 017 mil clientes eram assinantes por cabo e 290 mil por satélite. O total de clientes de canais premium aumentou 24,5%, para 916 mil, equivalente a um rácio pay-to-basic de 70%, que compara positivamente com os 63,4% obtidos em 2001. Os “Revenue Generating Units” (“RGU”) da TV Cabo atingiram os 1 455 mil, uma melhoria de 18,9% face ao ano anterior.

O acesso à Internet em banda larga via cabo tem evoluído favoravelmente e no final do ano a TV Cabo tinha 140 mil clientes com este serviço, correspondendo a uma quota de mercado de 68%.

O ARPU global da TV Cabo situou-se em 21,6 euros em 2002, um acréscimo de 11,6% em relação ao ano anterior, fruto do aumento na adesão a canais premium e de acessos de banda larga. As receitas de exploração atingiram os 364 milhões de euros, aumentando 30,9% em comparação com 2001. O EBITDA aumentou 75%, para 71 milhões de euros, pelo que a margem EBITDA melhorou em 4,9 pontos percentuais, para 19,5%, devido ao maior enfoque no controlo de custos. A margem EBITDA tem vindo a subir trimestre após trimestre, tendo no quarto trimestre de 2002 atingido os 22,8%.

O Capex diminuiu 41% em 2002, para 63 milhões de euros, representando 17,2% das receitas. A diminuição do Capex foi conseguida através de maior rigor no investimento e prioridade para projectos nomeadamente acesso Internet de banda larga. Deste modo, o indicador EBITDA menos Capex foi positivo em 8 milhões de euros.

Media e audiovisuais – Lusomundo

A Lusomundo é uma das empresas de referência em Portugal nos sectores de media e entretenimento, com destacada liderança nas áreas de jornais, revistas, rádio e distribuição e exibição cinematográfica.

O Jornal de Notícias é o jornal diário líder em Portugal, com uma circulação média próxima das 109 mil unidades/dia. O Diário de Notícias, outro jornal detido pela Lusomundo, disputa o terceiro lugar entre os jornais diários nacionais. A versão portuguesa da revista National Geographic tem-se revelado um êxito, com uma circulação média de 83 mil exemplares por edição, tendo consolidado a sua presença no mercado das revistas em menos de dois anos após o seu lançamento.

O número de bilhetes de cinema vendidos em Portugal e Espanha aumentou 1,9%, para 14,9 milhões, em 2002. Na área de distribuição de filmes foram lançados 75 novos filmes.

Apesar da Lusomundo ter deixado de representar o catálogo da Warner, as actividades de vídeo e de jogos de vídeo tiveram um bom desempenho em resultado do sucesso dos DVD e da Play Station II da Sony, já presente em mais de 170 mil casas. As receitas da área de jogos de vídeo aumentaram 30,6% em relação a 2001.

As receitas de exploração da Lusomundo atingiram 256 milhões de euros, uma subida de 2,1% face a 2001, excluindo a Delta-press. As receitas de audiovisuais aumentaram 8,4%, enquanto que as receitas de media registaram um decréscimo de 2,4%, face a uma diminuição de 14,7% das receitas de publicidade. O quarto trimestre foi particularmente afectado pelas receitas de publicidade, que apresentam uma redução de 12,1% em relação ao ano anterior. As receitas de publicidade em 2002 atingiram 75 milhões de euros.

O EBITDA foi de 11 milhões de euros, uma descida de 55% face a 2001, situando-se a margem EBITDA em 4,3%. A diminuição do EBITDA na Lusomundo deveu-se essencialmente à redução verificada na contribuição da Lusomundo Media.

A contribuição da Lusomundo Media foi de 1 milhão de euros em 2002, face a 10 milhões de euros no ano anterior. Esta redução resultou do impacto de menores receitas de publicidade (que diminuíram 13 milhões de euros em 2002), que não foram compensadas pelo aumento dos preços de capa e pelos menores custos do papel. A recuperação do EBITDA na área dos media está dependente da melhoria do mercado publicitário, bem como do sucesso na implementação do programa de racionalização de custos que está em curso.

Em relação à Lusomundo Audiovisuais, a contribuição para o EBITDA foi de 13 milhões de euros, um decréscimo de 10,8% em relação ao ano anterior, devido em grande parte à quebra verificada na distribuição e exibição de filmes, e equivalente a uma margem de 10,5%.

Outras operações

Portais e ISP – PTM.com

Após a aquisição da totalidade do capital da PTM.com pela PT no quarto trimestre de 2002, a PTM.com foi incluída em “Outras operações”.

A actividade operacional da PTM.com registou um bom desempenho, com uma subida de 52,6% no número de clientes ISP dial-up, para 940 mil, tendo a rede registado 33,3 milhões de horas de tráfego Internet dial-up em 2002.

O serviço plug & play ADSL foi lançado no terceiro trimestre de 2002 para clientes residenciais com a designação comercial de “Sapo ADSL.PT”. Uma solução à medida para clientes SoHo e PME foi lançada com a designação comercial de “Telepac ADSL.PT”.

A PTM.com realizou aproximadamente 60 mil vendas de acessos até ao final do ano e registou um parque de 42,5 mil clientes ADSL. A quota de mercado da PTM.com neste mercado é de 80,6%.

O portal Sapo da PTM.com registou 190 milhões de páginas vistas, um acréscimo de 11,4% face a Dezembro de 2001, e 2,3 milhões de visitantes únicos em Dezembro de 2002. De acordo com os últimos estudos de mercado, o Sapo mantém a liderança também em termos de notoriedade no mercado português de portais de Internet.

As receitas de exploração da PTM.com ascenderam a 82 milhões de euros, um aumento de 40,7% em relação ao ano anterior. Este aumento reflecte uma repartição das receitas do tráfego de acesso à Internet mais favorável para o ISP, conforme estabelecido pelo regulador em Outubro de 2001. Aproximadamente 40% das receitas da PTM.com provêm da assinatura de serviços.

O EBITDA foi negativo em 5 milhões de euros em 2002. Neste período, a PTM.com reduziu o número de pessoal ao serviço em 41% e encerrou determinadas iniciativas de menor escala e deficitárias, em linha com o objectivo de atingir em breve o break-even no EBITDA. O Capex em 2002 situou-se em 6 milhões de euros.

Outras operações móveis

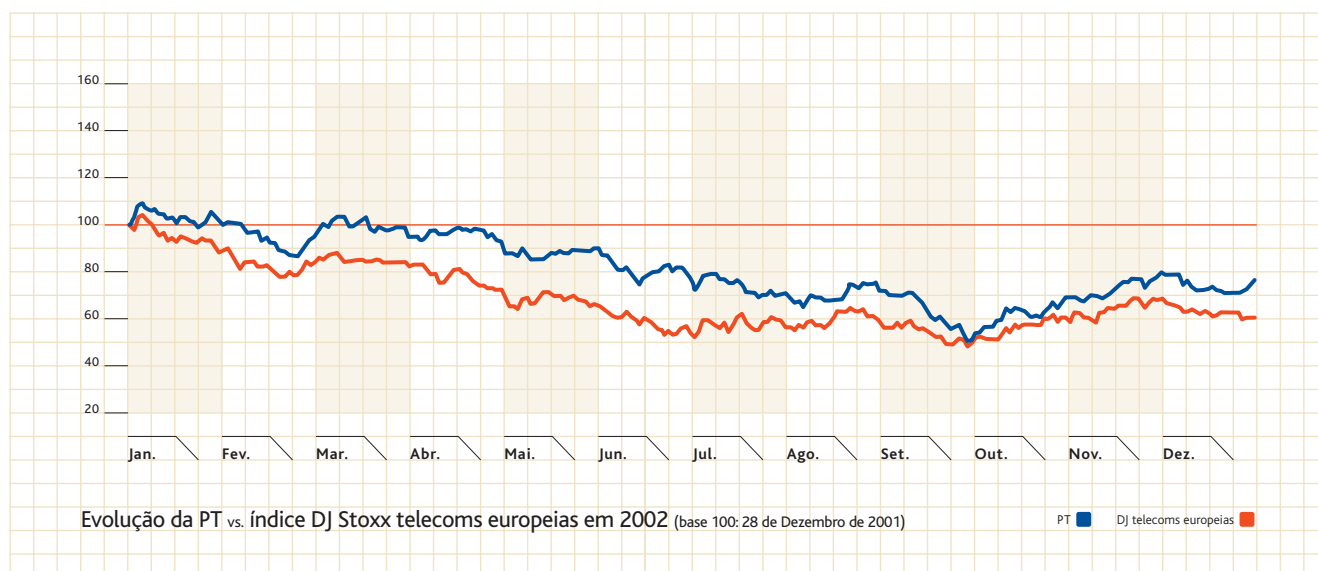
A PT detém uma participação de 31,34% na Médi Télécom, em Marrocos. No final de 2002 esta empresa atingiu 1 600 mil clientes, conseguindo uma quota de mercado de 41%. Os clientes pré-pagos representavam 93% da base total de clientes. O ARPU da Médi Télécom em 2002 foi de 14 euros. As receitas de exploração ascenderam a 223 milhões de euros, um aumento de 37,2% face a 2001. O EBITDA situou-se em 43 milhões de euros, face a 5 milhões de euros negativos em 2001, e o Capex ascendeu a 137 milhões de euros, face a 182 milhões de euros no ano anterior. Em termos de contribuição para os resultados do Grupo PT, o investimento na Médi Télécom é registado pelo método de equivalência patrimonial, tendo a contribuição de 2002 (perda de 56 milhões de euros) sido registada na rubrica “Perdas em empresas associadas” da Demonstração de Resultados.

A PT detém uma participação de 50% mais uma acção na Mascom, no Botswana. No final de 2002 esta empresa atingiu os 278 mil clientes, um aumento de 26,7% face ao ano anterior. A Mascom tem uma quota de mercado de aproximadamente 71% e os clientes pré-pagos correspondiam a 97% do total da base de clientes. O ARPU da Mascom foi de 16 euros. As receitas de exploração totalizaram 55 milhões de euros, um aumento de 2,8% face a 2001, e o EBITDA ascendeu a 20 milhões de euros, um aumento de 31,9%. A margem EBITDA situou-se em 36,4%, uma melhoria de oito pontos percentuais em relação ao ano anterior. O Capex situou-se em 16 milhões de euros.

3. MERCADO DE CAPITAIS

Performance bolsista – acções

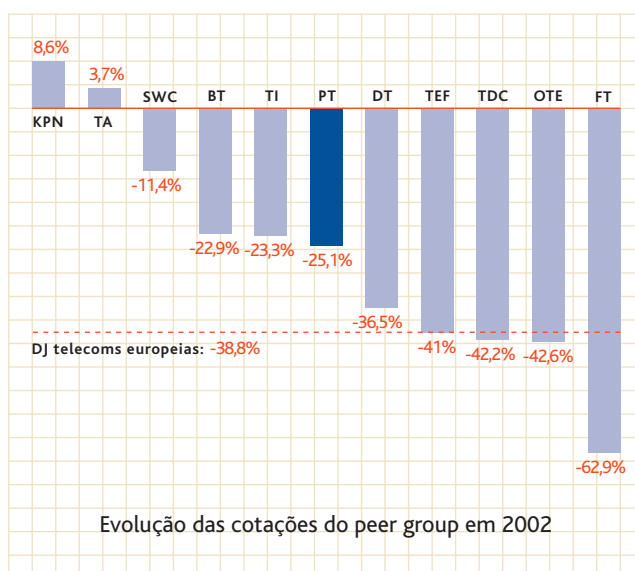
Durante o ano de 2002 os mercados financeiros registaram uma forte volatilidade. A indefinição relativamente à recuperação da economia norte-americana e da Zona do Euro, a instabilidade na América Latina, nomeadamente no Brasil, a crise no Médio Oriente, os receios de um eventual ataque norte-americano ao Iraque e a desvalorização do dólar, contribuíram para a evolução negativa das principais praças financeiras.



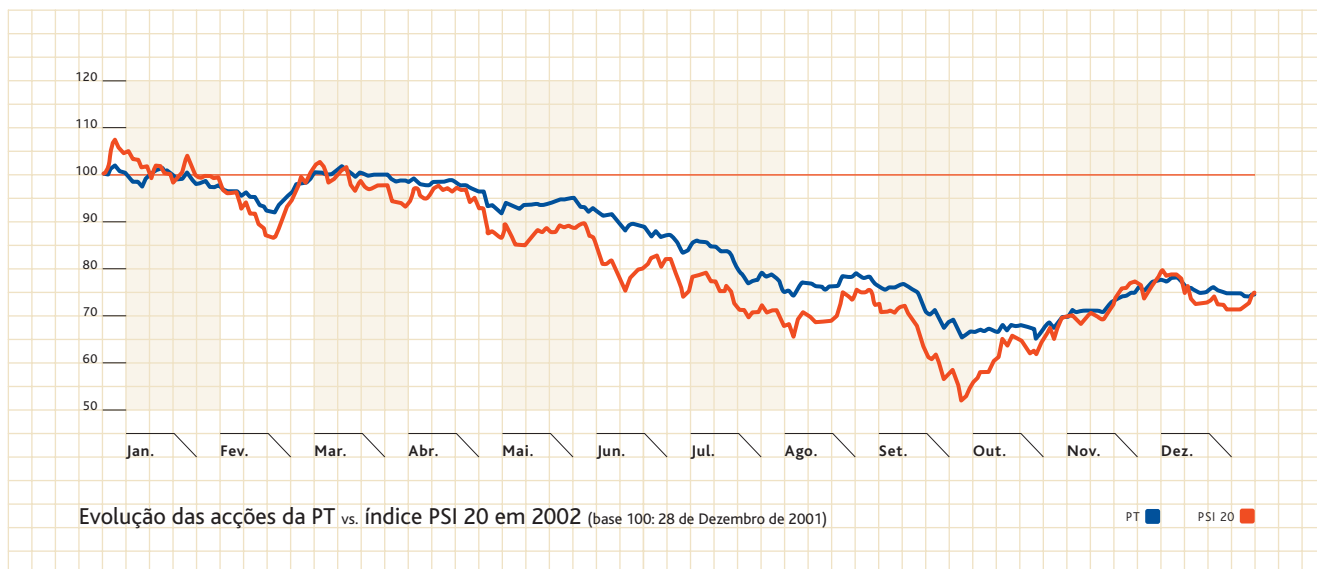
O sector das telecomunicações continuou a ser um dos sectores mais penalizados por factores como o elevado endividamento de algumas empresas de referência e o consequente aumento do seu risco de crédito, os escândalos relacionados com as irregularidades financeiras e contabilísticas de algumas empresas norte-americanas, os sucessivos profit warnings das empresas do sector TMT (Tecnologia, Media e Telecomunicações) e a divulgação de fracos resultados.

Apesar da instabilidade sentida na generalidade dos mercados, em particular no Nasdaq, que registou em 2002 uma acentuada perda de 31,5%, a PT voltou a apresentar uma performance mais favorável do que o sector das telecomunicações europeias, que registou uma queda de 38,8% ao longo do ano. Na Euronext Lisboa, as acções da PT registaram uma descida de 25,1%, tendo fechado o ano a 6,55 euros, correspondendo a uma performance superior em 13,7 pontos percentuais à do índice DJ Stoxx para as telecomunicações europeias. No mesmo período, os índices PSI Geral e PSI 20 observaram decréscimos de 20,7% e 25,6%, respectivamente.

Entre as congéneres, será de destacar em 2002 as fortes descidas da France Telecom (-62,9%), da Tele Danmark (-42,2%), da Telefónica (-41%) e da Deutsche Telekom (-36,5%).

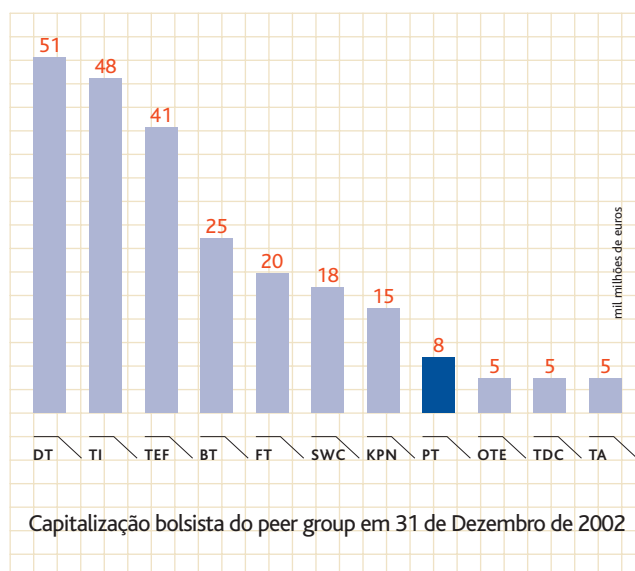


Em termos de transacções, a PT negociou ao longo do ano de 2002 cerca de 1 170 milhões de acções, equivalente a uma média diária de 5 milhões de acções, tendo o seu volume de transacções representado aproximadamente 40% do valor global negociado na Euronext Lisboa, continuando a PT a manter a sua posição de liderança no mercado doméstico, em termos de liquidez.



De realçar, ainda, que a PT continua a ser a empresa nacional com maior peso nos índices bolsistas portugueses: 19,9% do PSI Geral e 20,4% do PSI 20, no final do ano de 2002.

Na New York Stock Exchange, os ADS da PT registaram uma descida de 10,2% em 2002, tendo fechado o ano a 6,83 dólares. Em termos de transacções, no ano de 2002 negociaram-se em média cerca de 100 mil ADS por dia, ascendendo o número de ADS outstanding a 60,8 milhões.

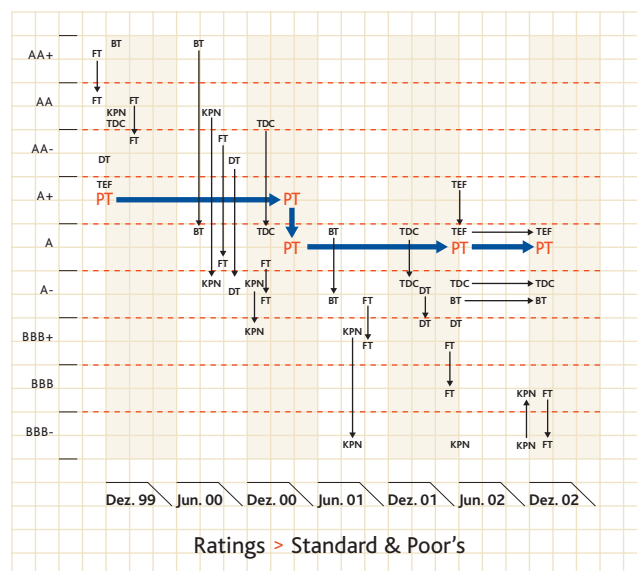
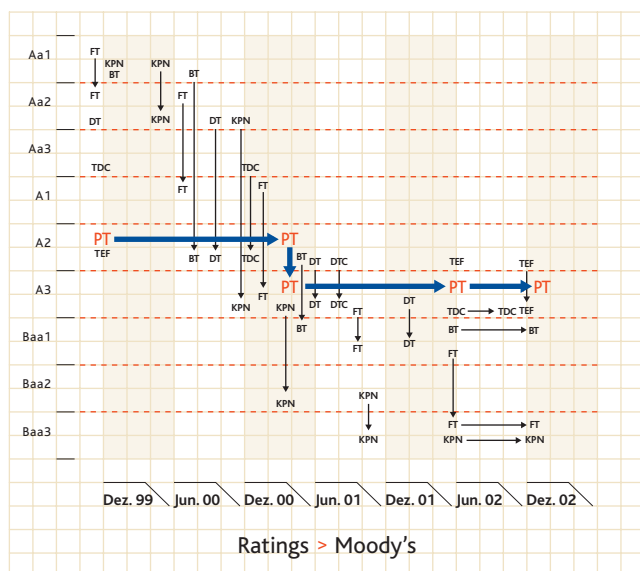


Performance bolsista – Eurobonds e Exchangeable Bonds

A exemplo de 2000 e 2001, o ano de 2002 ficou marcado pela redução do rating de diversos operadores europeus de telecomunicações, em resultado, fundamentalmente, das dificuldades sentidas por diversas empresas na redução dos respectivos níveis de endividamento, como

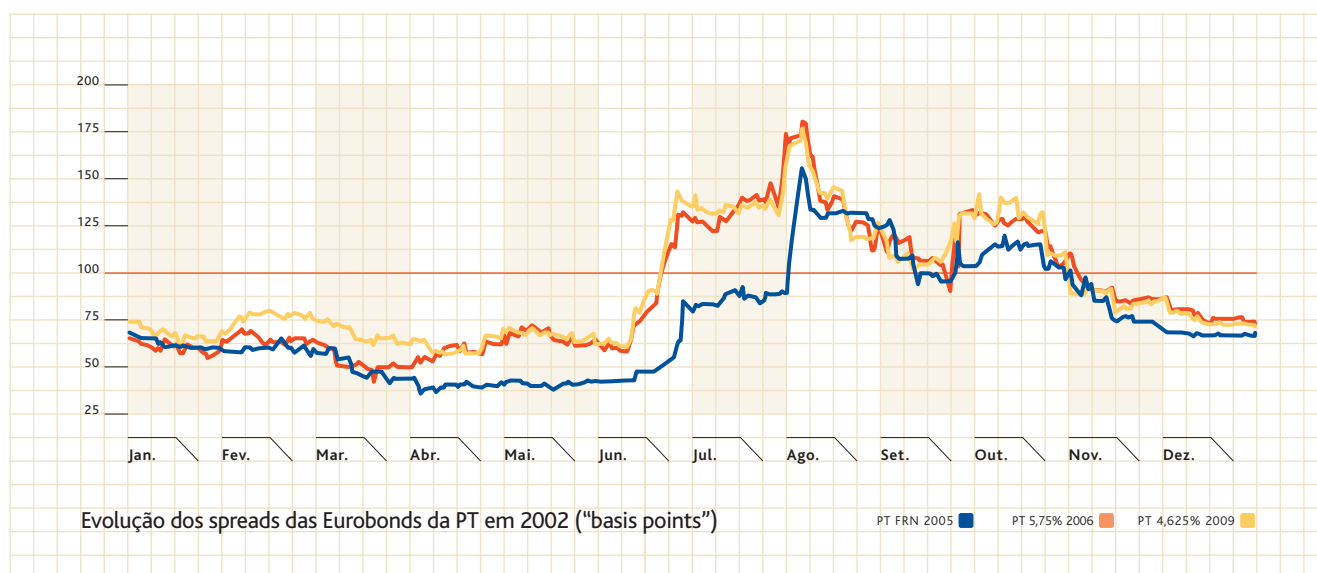
foi o caso da France Télécom, da Deutsche Telekom e da Telefónica.

A PT manteve a sua notação junto da Standard & Poor's – A – e da Moody's – A3 – em resultado da forte capacidade de geração de cash flow, da elevada liquidez do seu balanço e do perfil da dívida, após o refinanciamento da sua dívida levado a cabo durante o ano de 2001 e início de 2002.



Após uma fase inicial de relativa acalmia, as Eurobonds emitidas pela PT começaram a ser transaccionadas a spreads mais elevados em resultado da pressão a que o sector de telecomunicações esteve sujeito – sobretudo durante os meses de Julho e Agosto – e da acentuada desvalorização do real imediatamente antes da realização das eleições presidenciais no Brasil – fenómeno que

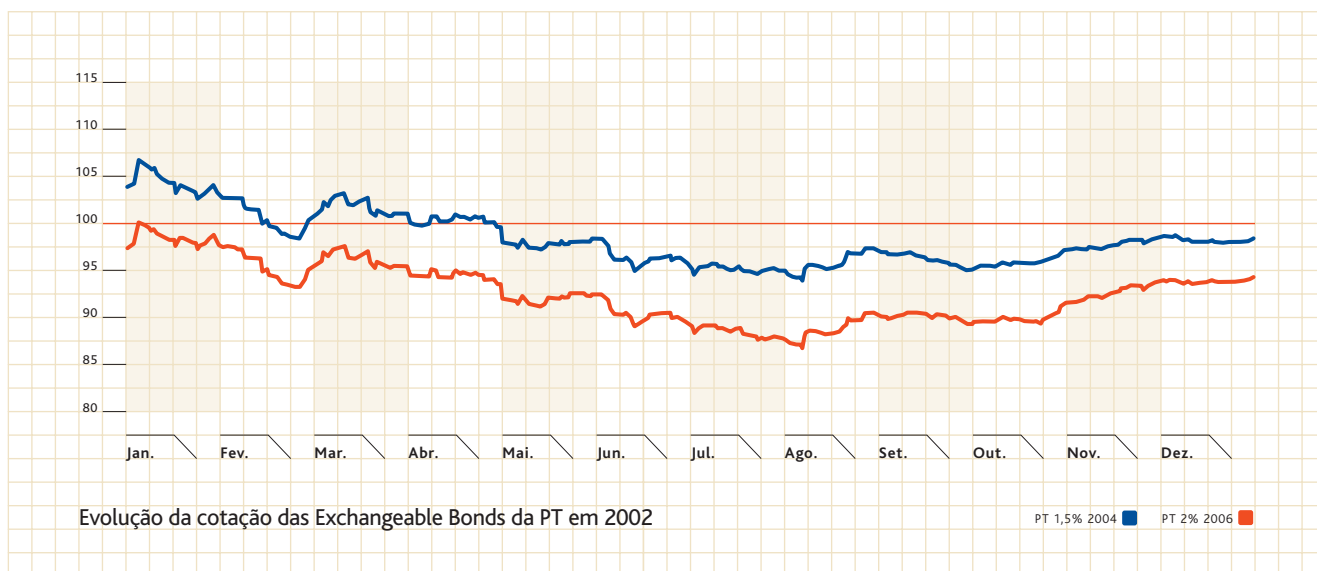
se verificou desde meados do ano até Outubro. Após a concretização deste evento, verificou-se novamente uma forte correcção nos spreads das Eurobonds cotadas em mercado secundário, sendo os níveis observados nos dois últimos meses os mais baixos de todo o sector de telecomunicações, o que é revelador do reconhecimento pelo mercado da qualidade de crédito da PT.



Face ao comportamento do segmento accionista, a cotação das Exchangeable Bonds da PT diminuiu ao longo do ano até inícios de Agosto, momento a partir do qual se verificou uma recuperação no preço destes valores mobiliários, quer devido à descida dos yields em euros, alteração observada a partir de Agosto e que tornou mais valiosa a componente de dívida destes títulos, quer

devido à subida da cotação das acções da PT, a partir de finais de Setembro.

Devido à elevada liquidez do seu balanço, a PT adquiriu em mercado secundário 354 milhões de euros de Eurobonds e Exchangeable Bonds por si emitidas. Este investimento, no valor de 340 milhões de euros, foi efectuado entre Julho e Outubro,



isto é, durante o período em que estes valores mobiliários estavam a ser transaccionados a spreads mais elevados e, logo, a preços mais baixos, tendo quase todo o investimento sido concretizado através de aquisições abaixo do par, ou seja, a desconto em relação ao seu valor nominal.

Actividades de relação com investidores

A comunicação entre as empresas e a comunidade financeira tem-se tornado cada vez mais importante, sendo fundamental

uma comunicação clara e efectiva da actividade do Grupo PT e da sua estratégia de criação e distribuição de valor.

Neste contexto, teve lugar no dia 19 de Junho de 2002 o “Investor Day”, onde a Comissão Executiva da empresa e os responsáveis das principais subsidiárias se reuniram com investidores e analistas, representantes das mais prestigiadas casas de research nacionais e internacionais. Do programa constava a apresentação do novo modelo e equipa de gestão dos vários negócios do grupo e da estratégia empresarial.

Objectivos anunciados no "Investor Day"

Metas para final do ano de 2002	Referido no "Investor Day" · 19 de Junho de 2002	Realizado a 31 de Dezembro de 2002
Manutenção do crescimento	5 a 7% crescimento EBITDA	Crescimento de 5%
Redução do Capex	Diminuição de 20%	Diminuição de 41%
Maximização do cash flow para os accionistas	Dívida líquida 4 500 milhões de euros Dívida/EBITDA: 2	Dívida líquida 4 037 milhões de euros Dívida/EBITDA: 1,8
Turn-around na PT Multimedia	Cash flow positivo em 2003	20% margem EBITDA na TV Cabo e reestruturação do Balanço da PTM
Operacionalização da joint venture no Brasil	Aumento dos resultados no Brasil	Constituição da Brasilcel a 27 de Dezembro de 2002 Margem EBITDA Telesp Celular Participações de 43%
Aumento dos dividendos aos accionistas	Cerca de 200 milhões de euros	201 milhões de euros

De salientar o reforço da notoriedade do Grupo PT e da sua equipa de gestão na comunidade financeira nacional e internacional, processo que culminou com o convite para presidir ao "Opening Bell Ceremony" na New York Stock Exchange, em 4 de Outubro de 2002.

Ainda neste domínio, será de destacar a realização ao longo do ano de doze roadshows na Europa e nos EUA, bem como a participação da PT em vinte e quatro importantes conferências nacionais e internacionais. Para além dos contactos diários, a PT realizou em 2002 mais de cento e cinquenta one-on-ones e conference-calls com investidores e analistas.

Durante o ano de 2002 efectuaram-se cerca de cinquenta comunicados, dos quais dez foram factos relevantes. A PT cumpriu todas as regras e prazos legais vigentes, tendo a divulgação dos resultados do exercício de 2001 sido efectuada no dia 13 de Março de 2002 e os resultados trimestrais do ano 2002 foram divulgados nas seguintes datas:

- > Primeiro trimestre: 30 de Abril.
- > Segundo trimestre e semestre: 12 de Setembro.
- > Terceiro trimestre: 30 de Outubro.

Por último, refira-se que a quantidade e qualidade ao nível do disclosure de informação levou a que a PT fosse considerada pela comunidade financeira internacional como uma das best practices do sector nesta matéria.

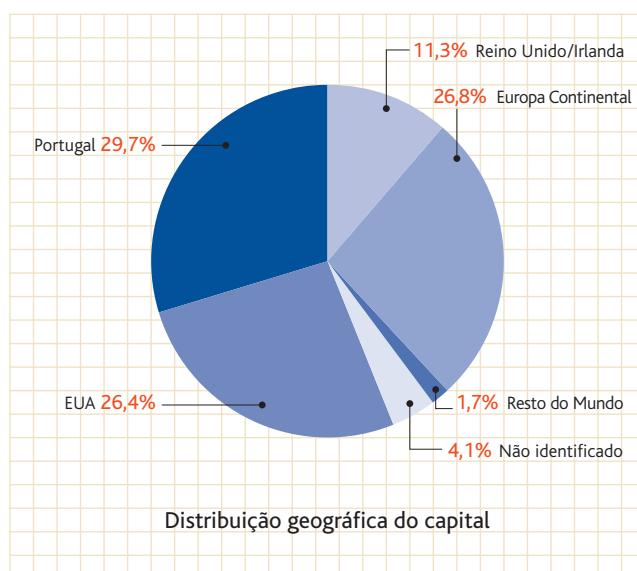
Estrutura accionista

Participações qualificadas

em 31 de Dezembro de 2002

Instituição	N.º de acções	% capital
Grupo Banco Espírito Santo	116 919 661	9,3%
Brandes Investment Partners, L.P.	68 833 640	5,5%
Telefónica	60 264 787	4,8%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	59 011 288	4,7%
Grupo Banco Português de Investimento	35 880 396	2,9%
Cinveste, SGPS, S.A.	28 712 500	2,3%
Telexpress/Patrick Monteiro de Barros*	23 000 000	1,8%

* Participação ao abrigo do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais.



Acções próprias

A Assembleia Geral da PT de 23 de Abril de 2002 autorizou a aquisição de acções próprias, até ao limite correspondente a 5% do seu capital social.

Em linha com esta autorização, a PT procedeu durante o ano de 2002 à aquisição de 7 855 121 acções próprias a um preço médio unitário de 6,66 euros, as quais foram integralmente alienadas no decorrer do corrente ano por um preço médio unitário de 6,36 euros. Estas alienações de acções próprias geraram uma perda patrimonial de 2,4 milhões de euros, a qual foi registada como uma dedução de reservas livres, conforme estabelecido nas normas contabilísticas portuguesas. No final do ano, a PT não detinha quaisquer acções próprias em carteira.

4. PESSOAL

A PT tem vindo a seguir uma política de valorização dos seus recursos humanos, assumindo-os como um factor estratégico do grupo, nomeadamente de diferenciação, num mercado extremamente competitivo. Os principais elementos dessa política têm sido a formação, o rejuvenescimento do quadro de efectivos, a captação de quadros com competências críticas, a gestão de carreiras com eventual alocação a novas funções no grupo, a fidelização e a responsabilização.

Implementou-se um novo modelo de formação, assente no desenvolvimento de acções direccionadas para as necessidades específicas de cada segmento, e foram lançadas novas vertentes formativas, entre as quais um programa avançado de gestão para telecomunicações e um programa de seminários para alta direcção, a par com o desenvolvimento de novas acções de formação, designadamente na área da gestão.

Nos últimos anos tem vindo a alterar-se progressivamente a estrutura de pessoal, em paralelo com as alterações da estrutura relativa do portfolio de negócios do grupo e das suas tendências de crescimento, a favor dos negócios mais dinâmicos, mais sujeitos à obsolescência tecnológica e à pressão da concorrência. Para isso, tem-se privilegiado a mobilidade intra-grupo e uma forte racionalização dos efectivos nos negócios de maior maturidade, tendo em vista maximizar a sua competitividade e os seus cash flows.

TRABALHADORES AO SERVIÇO POR NEGÓCIO

	2002	2001	Número	Variação %
PT Comunicações	10 270	10 296	(26)	(0,3)
PT Prime	1 153	882	271	30,7
TMN	1 192	1 194	(2)	(0,2)
Telesp Celular	2 063	1 711	352	20,6
PT Multimedia	3 173	3 927	(754)	(19,2)
Outras	5 258	2 877	2 381	82,8
TOTAL	23 109	20 887	2 222	10,6
Portugal	16 893	17 822	(929)	(5,2)
Internacional	6 216	3 065	3 151	102,8

No final do ano de 2002, o número de trabalhadores ao serviço do grupo situava-se em 23 109, o que representa um acréscimo de cerca de 2 222 trabalhadores face ao ano anterior. Este comportamento foi determinado essencialmente pelo aumento de 2 440 trabalhadores na Mobitel, na sequência da expansão da actividade desta empresa como call center da Telesp Celular, a qual anteriormente estava subcontratada a terceiros. Por outro lado, na PT Multimedia registou-se uma redução de 754 trabalhadores, em resultado da alienação da participação financeira na Deltapress.

Na PT Comunicações, o número de trabalhadores era de 10 270, situando-se o número de acessos principais por trabalhador em 403, rácio que se situa ao nível das melhores práticas europeias. A TMN manteve o seu quadro de pessoal em 1 192 trabalhadores, tendo o indicador de produtividade “cartões por trabalhador” aumentado 13,5%, para 3 713, enquanto na Telesp Celular este indicador se situou em 2 938.

5. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A actividade de Investigação e Desenvolvimento (“I&D”) no Grupo PT é levada a cabo pela PT Inovação, empresa cuja actividade está particularmente direccionada para o desenvolvimento dos negócios do grupo, ao nível tanto da investigação aplicada como da prestação de serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços, quer no mercado doméstico, quer no internacional.

A participação em actividades de cooperação tem permitido à PT Inovação estabelecer e manter uma rede de contactos e relações de interacção com outras instituições de I&D, tais como

universidades, institutos ou outros centros de investigação nacionais e estrangeiros.

No âmbito da investigação aplicada, o Contrato de Inovação de 2002 incluiu onze projectos que, na sua grande maioria, abordaram aspectos técnicos relacionados com as redes de próxima geração, nomeadamente ao nível da sua gestão, das redes empresariais, da formação, da inteligência e da segurança. Outras áreas de desenvolvimento incluíram os domínios da óptica, de soluções alternativas para a rede de acesso e do processamento de fala.

Deu-se continuidade aos trabalhos no âmbito dos projectos IST (“Information Society Technologies”), sendo de destacar a conclusão do projecto de estudo de infra-estruturas de rede de banda larga para o suporte de videoconferência sobre IP (com a integração de soluções PT Inovação baseadas em tecnologia xDSL e de IP Routing) e prepararam-se novas candidaturas a projectos que privilegiam as áreas das redes domésticas, do planeamento e optimização de redes celulares, da televisão interactiva e da “multimedia home platform” e dos interfaces adaptativos de linguagem falada.

No âmbito do EURESCOM, a PT Inovação participou em doze projectos, sete dos quais terminaram no decorrer de 2002 e cinco tiveram o seu início nesse ano, cobrindo áreas como localização, web services, serviços com acesso móvel, Ethernet na rede de acesso, serviços IP Multicast, IP na rede de acesso, usabilidade de serviços, análise de desempenho de serviços na Internet e em Intranets e visão dos operadores para além do 3G.

Das realizações ocorridas em 2002, será de destacar a entrada em exploração na Global Telecom, com sucesso, da solução NGIN e o fornecimento à Telesp Celular de uma solução, pioneira a nível mundial, de dados em modo pacote (NGIN Pack), em modo de operação Near Real Time e Real Time, bem como as soluções de mobilidade e convergência (e.g. plataformas, serviços e soluções WAP, de mensagens unificadas e de localização) instaladas em diferentes operadoras móveis e fixas do grupo, em Portugal e no estrangeiro.

A PT Inovação e a sua filial brasileira PT Inovação Brasil, cuja actividade teve início em Fevereiro, têm vindo a realizar uma intensa actividade com vista a avaliar a possibilidade de utilização das suas soluções tecnológicas ao nível da Brasilcel, a joint venture entre a PT e a Telefónica para o sector de telefonia móvel no Brasil.

6. IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL

A PT desempenha um papel determinante no desenvolvimento da coesão do tecido económico e social em Portugal, pela sua dimensão, pelos serviços que presta e pelas acções que visam directa e especificamente os clientes com necessidades especiais, o desenvolvimento da sociedade da informação, a cultura e o ambiente.

No ano de 2003 o impacto social e ambiental do Grupo PT será potenciado ainda mais pela criação da Fundação PT, que irá permitir a coordenação de toda a actuação e actividades das empresas do grupo nesta área.

Clientes com necessidades especiais

No que respeita aos clientes com necessidades especiais, a PT vem desenvolvendo, há mais de uma década, produtos, serviços e projectos específicos para este segmento.

A PT prosseguiu com o Programa Aladim – RDIS para clientes com deficiência, o Serviço 118Braille – acesso gratuito ao serviço informativo 118 para clientes com deficiência visual, e Serviço TeleAlarme – serviço de apoio domiciliário destinado a pessoas em situação de risco, coordenado pelo PAII (Programa de Apoio Integrado a Idosos) e prestado pela Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito de um protocolo estabelecido entre as três entidades. Estes três serviços foram considerados case study no âmbito de um estudo mundial efectuado pela AT Kearney.

No caso dos idosos e clientes mais carenciados, o Grupo PT, através da PT Comunicações, oferece um conjunto de serviços e apoios, entre os quais se destaca a chamada com destino fixo, o Apoio 65 – Idosos em Segurança, a participação no Cartão 65, e os descontos concedidos a reformados e/ou pensionistas com agregados familiares de baixo rendimento, aos quais se facilita o acesso e a utilização dos serviços, através de desconto no preço da assinatura e a oferta de minutos grátis de comunicações. Através da TV Cabo, a PT também oferece um pacote de programação específico, a preço mais baixo, para este segmento de clientes.

No âmbito da sua política de preços para o serviço fixo de telefone, a PT pratica, desde 1998, o chamado Pacote Económico, que vem garantindo aos clientes residenciais de menor consumo por ele abrangidos a ausência de quaisquer aumentos de preços em termos reais. O Pacote Económico aplicou-se em 2002 a cerca de 1,2 milhões de clientes.

Os Projectos PORCIDE, nos quais a PT tem sido uma voz activa e dinamizadora, têm visado desenvolver a nível nacional uma rede de trabalhadores com deficiência. Atendimento “Help DesK”, desenho de páginas web, telemarketing, apoio e secretariado, contabilidade e tradução são apenas algumas das funções cujo desempenho é já assegurado, no âmbito desta iniciativa, por trabalhadores com deficiência em regime de teletrabalho.

Revestiu-se também de grande importância o lançamento comercial do serviço PT Mutatis, em Novembro de 2002, destinado sobretudo a idosos e deficientes com necessidade de estabelecer contacto de emergência com médicos ou familiares, independentemente do local em que se encontrem. De salientar também o lançamento do serviço PT Conversas, que permite que os telefones de texto possam comunicar com serviço de mensagens curtas das redes móveis, e-mail, faxes e outros telefones de texto independentemente da norma utilizada.

Foram ainda desenvolvidas várias acções para divulgação e disseminação das novas tecnologias na integração e ensino de crianças deficientes e com doenças severas. Neste domínio, a PT Comunicações, a DREL – Direcção Regional de Educação de Lisboa e o Centro de Reabilitação de Alcoitão juntaram-se num projecto de criação de um esquema educacional e recreativo que permita promover a integração escolar das crianças e jovens com internamentos prolongados. Foram integradas três escolas de referência, o Instituto Português de Oncologia e a casa das crianças envolvidas de acordo com as necessidades e condições clínicas específicas de cada aluno.

Outros projectos e iniciativas mereceram atenção por parte da PT ao longo do ano, nomeadamente o Programa Aurora, que contempla a actuação de todo e qualquer colaborador do grupo em iniciativas sociais, durante as horas de expediente e sem perda de retribuição nem de assiduidade. De salientar ainda o projecto pioneiro Mão-na-Mão – Movimento Empresarial para o Voluntariado, promovido e liderado pela PT, o qual visa envolver os colaboradores das empresas parceiras do projecto no apoio a instituições que apoiam pessoas com necessidades especiais.

Desenvolvimento da sociedade de informação

No âmbito do desenvolvimento da sociedade de informação, a PT continuou a proporcionar importantes vantagens aos seus

clientes, nomeadamente no âmbito da rede de comunicação para universitários (PT UniversityNet) e da Internet escolar (NetEscolas), oferecendo condições muito favoráveis aos seus utilizadores.

A PT vem também promovendo o desenvolvimento, a preços competitivos, dos seus serviços de banda larga enquanto suporte à sociedade de informação, através das suas ofertas Netcabo, banda larga sobre o suporte televisão por cabo e ADSL a partir da rede telefónica. No final de 2002, as plataformas de banda larga da PT registavam 182 mil clientes, dos quais 140 mil Netcabo e 42 mil ADSL, ou seja, cerca de três vezes o número de clientes de banda larga existentes no final de 2001.

Cultura e ambiente

O apoio à cultura tem sido uma prioridade da PT, nomeadamente através da sua política de patrocínios e de mecenato, tais como a atribuição de prémios literários e o apoio a importantes eventos culturais, entre os quais os Concertos Portugal Telecom e o apoio ao Teatro Nacional.

A conservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos negativos no meio ambiente, tem sido uma preocupação constante da PT na actividade de todas as suas empresas.

Neste contexto, a PT Comunicações tem vindo a consolidar uma política de ambiente assente no desenvolvimento sustentado das suas actividades, produtos e serviços, pondo em funcionamento processos de recolha e separação de resíduos, com procedimentos claramente definidos e conhecidos de todos os seus colaboradores. Para o exterior, a empresa tem também vindo a influenciar a inclusão de práticas ambientais junto dos seus fornecedores, com os quais tem acordado procedimentos amigos do ambiente.

A TMN deu continuidade ao estudo efectuado em 2001, com a colaboração da PT Inovação, prosseguindo-se com a monitorização de estações de radiocomunicações, para aumentar não só o conhecimento sobre a matéria, mas também a capacidade de resposta a reclamações e a pedidos de informação. De salientar que todas as estações medidas se encontram dentro dos limites de segurança adoptados, não tendo, até à data, recebido a empresa nenhuma notificação do Regulador de que qualquer estação esteja com níveis elevados de radiação.

Para esta questão, a TMN procedeu à sensibilização de determinadas Instituições – Direcções Escolares e Autarquias –

fornecendo elementos e medidas, explicações e argumentos, por forma a esclarecer e a tranquilizar as comunidades. Será intenção, logo que estejam definidos os níveis de referência pelo grupo interministerial, proceder à emissão de regras internas de instalação de estações, que tenham em linha de conta os referidos níveis e a proximidade das populações.

A TMN participou ainda no grupo de trabalho patrocinado pela Secretaria de Estado da Administração Local na elaboração do documento que serviu de base ao Decreto-Lei 11/2003, regulador da autorização municipal sobre a instalação e funcionamento de estações de radiocomunicações.

A Telesp Celular e a Global Telecom têm também desenvolvido acções de medição dos níveis de radiação das estações de radiocomunicações, para verificação do valor daqueles níveis e para comprovação da sua conformidade com as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) e da ANATEL (órgão regulador brasileiro), relativas à exposição da população aos campos electromagnéticos, acompanhando os trabalhos que têm sido desenvolvidos internacionalmente neste domínio.

A PT Multimedia implementou também diversas iniciativas de preservação do meio ambiente, onde se destacam a aquisição de um sistema digital de fotografia para os jornais do grupo, que permitirá eliminar todos os efeitos nefastos inerentes aos sistemas clássicos de revelação de imagem e consumo de papel com elevado teor químico, a utilização apenas de papel reciclado para toda a documentação interna das empresas e a não utilização de impressões a cores.

O Grupo PT manterá no futuro uma grande preocupação em relação aos equipamentos poluentes, nomeadamente as baterias dos telefones móveis e os pára-raios, para que no fim da sua vida útil sejam enviados aos órgãos competentes ou aos respectivos fornecedores para serem devidamente tratados. Em particular, no que se refere às baterias dos telemóveis, todas as lojas fazem a respectiva recolha junto dos clientes que assim o desejam.

A prática de instalação das estações-base camufladas em locais de especial sensibilidade estética e de torres em “árvore” pintadas com as cores dominantes do meio ambiente, também tem sido seguida pela Médi Télécom em Marrocos e pela Mascom no Botswana.

7. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A operação e desenvolvimento das tecnologias de informação do grupo são assegurados pela PT Sistemas de Informação, empresa que está vocacionada para operar nos domínios da convergência das tecnologias de informação com as comunicações, prestando fundamentalmente serviços ao grupo.

Nos negócios de rede fixa efectuaram-se diversos projectos, destacando-se a implementação da portabilidade numérica na PT Comunicações e na PT Prime, o desenvolvimento de um sistema de gestão da rede da Marconi e ainda ao nível da PT Comunicações a implementação de um sistema de gestão da cadeia logística e de um sistema de gestão da rede, bem como a adequação dos sistemas para o serviço ADSL e para o processamento de informação referente aos recursos humanos.

Nos negócios móveis, finalizou-se o primeiro projecto CRM na Telesp Celular, sendo também de destacar na TMN a implementação do sistema de gestão do serviço de portabilidade numérica entre operadores, o projecto de serialização de lojas, o estudo da cadeia logística, a implementação de funcionalidades no sistema de gestão documental e a colaboração no projecto de billing.

Na PT Multimedia efectuaram-se diversos projectos, sendo de destacar, na TV Cabo, o envolvimento ao nível do projecto de webificação do grupo, a implementação de um sistema de gestão e o desenvolvimento de um projecto de data warehousing, e, na Lusomundo, a implementação do SAP e a consultadoria na racionalização dos sistemas de informação.

A nível internacional salienta-se, em São Tomé e Príncipe, o desenvolvimento e implementação de um sistema integrado de gestão de clientes na CST, incorporando billing, ERP (“Enterprise Resource Planning”) e atendimento a clientes, em Angola a implementação de um sistema de suporte à gestão de tráfego na Unitel e, em Cabo Verde, a conclusão de um projecto de implementação do sistema de suporte à actividade comercial e de facturação da Cabo Verde Telecom.

A PT Sistemas de Informação efectuou a primeira fase do projecto de “Disaster Recovery” do Grupo PT e obteve, no final do ano, a certificação em qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise efectuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas anexas. As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom são apresentadas em euros, e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, os quais diferem em determinados aspectos dos princípios contabilísticos geralmente aceites nos Estados Unidos da América.

Em 27 de Dezembro de 2002, a Portugal Telecom e a Telefónica transferiram para a Brasilcel, 100% dos seus investimentos em operadores de telecomunicações móveis no Brasil. Em resultado desta operação, o balanço consolidado da Portugal Telecom inclui a consolidação proporcional em 50% de todos os activos e passivos da Brasilcel. No entanto, a demonstração de resultados consolidada do exercício de 2002 continua a incluir a consolidação integral dos resultados da Telesp Celular Participações e não a consolidação proporcional dos resultados da Brasilcel.

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo baseia-se nas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o formato internacional adoptado pelo grupo, as quais divergem das demonstrações financeiras oficiais preparadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC), por incluírem determinadas reclassificações em termos de activos, passivos, custos e proveitos, apesar de apresentarem os mesmos valores totais de activos, passivos, capitais próprios e resultados do exercício.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações financeiras em formato internacional e em formato POC, estas últimas incluem na Nota 23 do anexo uma reconciliação das principais rubricas da demonstração de resultados, a saber:

- > Proveitos operacionais;
- > Resultado operacional; e
- > Resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

8.1. Resultados operacionais

No exercício de 2002 os proveitos operacionais consolidados da Portugal Telecom ascenderam a 5 582 milhões de euros. O EBITDA consolidado (resultado operacional + amortizações), para o mesmo período, ascendeu a 2 230 milhões de euros e os resultados operacionais consolidados atingiram 1 267 milhões de euros. O resultado consolidado líquido ascendeu a 391 milhões de euros, equivalente a um crescimento de 27,2% em relação ao ano anterior, traduzindo-se num resultado líquido por acção de cerca de 0,31 euros em 2002.

8.1.1. Proveitos operacionais consolidados

No exercício de 2002 os proveitos operacionais consolidados ascenderam a 5 582 milhões de euros, equivalente a um decréscimo de 2,5% face ao ano anterior. A actual estrutura das receitas reflecte a estratégia da Portugal Telecom de focalização em novos negócios com elevado potencial de crescimento, nomeadamente o móvel e a multimédia. Em conjunto, estes dois negócios representam cerca de 56% das receitas operacionais em 2002 e 55% em 2001. Os proveitos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição por segmento de negócio:

PROVEITOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS

valores expressos em milhões				
	2002 Euro	2001 Euro	Varição	2002 USD
PT Comunicações	1 983,1	2 184,6	(9,2%)	2 079,3
Prestação de serviços	1 957,1	2 150,9	(9,0%)	2 052,0
Vendas de equipamentos	26,0	33,7	(22,8%)	27,3
PT Prime	264,9	215,9	22,7%	277,7
Prestação de serviços	258,5	207,1	24,8%	271,0
Vendas de equipamentos	6,4	8,8	(27,3%)	6,7
TMN	1 266,6	1 171,9	8,1%	1 328,0
Prestação de serviços	1 132,7	1 007,9	12,4%	1 187,6
Vendas de equipamentos	133,9	164,0	(18,4%)	140,4
Telesp Celular Participações	1 217,6	1 401,2	(13,1%)	1 276,7
Prestação de serviços	1 048,6	1 178,7	(11,0%)	1 099,5
Vendas de equipamentos	169,0	222,5	(24,0%)	177,2
PT Multimedia	640,3	592,9	8,0%	671,4
Prestação de serviços	492,7	428,2	15,1%	516,6
Vendas de equipamentos	147,6	164,7	(10,4%)	154,8
Outros negócios	209,5	160,1	30,9%	219,6
Prestação de serviços	200,4	140,3	42,8%	210,1
Vendas de equipamentos	9,1	19,8	(54,0%)	9,5
TOTAL	5 582,0	5 726,6	(2,5%)	5 852,7

PT Comunicações

Os proveitos operacionais consolidados da PT Comunicações situaram-se em 1 983 milhões de euros, diminuindo 9,2% face ao ano anterior, devido essencialmente à desaceleração do crescimento económico, que se traduziu num decréscimo dos volumes de tráfego, ao aumento da concorrência e à alteração da propriedade do tráfego de acesso à Internet. Não considerando o efeito da alteração da propriedade do tráfego de acesso à Internet, os proveitos teriam diminuído 3,6% face a 2001 em vez de 9,2%. Os proveitos do serviço fixo de telefone da PT Comunicações diminuíram 11,7% para 1 512 milhões de euros. Os proveitos de wholesale da PT Comunicações aumentaram 0,4% para 269 milhões de euros, apesar da descida dos preços de interligação e de circuitos alugados durante 2002.

PT Prime

Os proveitos operacionais consolidados da PT Prime situaram-se em 265 milhões de euros, incluindo 33 milhões de euros referentes ao efeito da consolidação no segundo semestre da

PrimeSys (empresa brasileira de comunicação de dados), correspondendo a um aumento de 22,7% em relação a 2001. Este aumento das receitas resulta essencialmente de um forte dinamismo das vendas de soluções de outsourcing, Internet e dos serviços de comunicação de voz e dados.

TMN

Os proveitos operacionais consolidados da TMN aumentaram 8,1%, tendo ascendido a 1 267 milhões de euros, sobretudo em resultado do crescimento do número de clientes. Os proveitos de serviço aumentaram 12,4% em 2002, enquanto que a venda de equipamentos diminuiu 18,4%. Os proveitos dos serviços de dados corresponderam a 7,4% dos proveitos de serviço, uma melhoria considerável face à contribuição de 5,9% registada em 2001.

Telesp Celular Participações

Os proveitos operacionais consolidados da Telesp Celular Participações em euros sofreram uma redução de 13,1% devido à desvalorização de 24,5% do real em 2002, tendo ascendido

a 1 218 milhões de euros. Excluindo a desvalorização do real, os proveitos da Telesp Celular Participações seriam de 1 613 milhões de euros, o equivalente a um crescimento de 15,1%, reflectindo a forte posição da Telesp Celular no mercado brasileiro, uma focalização contínua nos segmentos de maior rentabilidade e o desenvolvimento de novos serviços. As receitas de serviço subiram 17,8% em 2002, enquanto que a venda de equipamentos aumentou 0,6%, considerando os valores em reais e de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites no Brasil.

PT Multimedia

Os proveitos operacionais consolidados da PT Multimedia situaram-se em 640 milhões de euros, equivalente a um aumento de 8%, reflectindo a boa performance da TV Cabo, que regis-

tou uma subida de 30,9% em 2002. Este desempenho foi conseguido apesar da diminuição de 13,8% nas receitas de media da Lusomundo, as quais foram influenciadas pelo impacto da descida significativa das receitas de publicidade e da não inclusão das receitas da Deltapress, que em 2001 representaram 41 milhões de euros.

8.1.2. Custos operacionais consolidados

Os custos operacionais consolidados ascenderam a 4 315 milhões de euros, o que representa uma redução de 5,3% face ao ano anterior, superior ao decréscimo de 2,5% verificado nos proveitos operacionais consolidados do grupo, o que originou um crescimento nos resultados operacionais consolidados de 8,5%. Os custos operacionais consolidados apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

CUSTOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS	valores expressos em milhões			
	2002 Euro	2001 Euro	Varição	2002 USD
Remunerações e outros encargos com o pessoal	694,8	668,6	3,9%	728,5
Custos com benefícios de reforma	183,2	140,7	30,2%	192,1
Custos com telecomunicações	622,9	715,1	(12,9%)	653,1
Custo das matérias-primas e materiais consumidos	97,2	139,1	(30,1%)	101,9
Custo das mercadorias vendidas	462,7	619,8	(25,3%)	485,1
Marketing e publicidade	108,8	142,0	(23,4%)	114,1
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	132,8	130,7	1,6%	139,2
Outros fornecimentos e serviços externos	923,9	997,1	(7,3%)	968,7
Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo	962,8	956,2	0,7%	1 009,5
Outros custos operacionais	126,2	49,5	154,9%	132,4
TOTAL	4 315,3	4 558,8	(5,3%)	4 524,6

Remunerações e outros encargos com o pessoal

Os custos com pessoal ascenderam a 695 milhões de euros face a 669 milhões de euros em 2001. Esta rubrica de custos foi influenciada pela inclusão na Telesp Celular Participações dos trabalhadores de lojas em regime de franchising e pelo efeito da consolidação da PrimeSys no segundo semestre de 2002. Os custos com pessoal representaram 12,4% das receitas consolidadas de exploração, correspondendo a um ligeiro aumento em relação a 2001 (11,7%). No caso da PT Comunicações, os custos com pessoal, que representaram 43,7% do total dos custos com pessoal do grupo, registaram uma descida de 2,5%.

Custos com benefícios de reforma

Os custos com benefícios de reforma aumentaram 43 milhões de euros, ou 30,2%, para 183 milhões de euros, em resultado da amortização de custos actuariais diferidos de anos anteriores decorrentes de uma rendibilidade dos fundos de pensões inferior aos 6% considerados nos estudos actuariais. Os custos com as pensões representaram 3,3% dos proveitos operacionais consolidados.

Custos com telecomunicações

Os custos com telecomunicações situaram-se em 623 milhões de euros face a 715 milhões de euros em 2001, um decréscimo de 12,9% em resultado da redução do tráfego na PT Comuni-

cações e da alteração da propriedade do tráfego de acesso à Internet a partir de Outubro de 2001, e da desvalorização do real na Telesp Celular Participações. Os custos de telecomunicações representaram 11,2% dos proveitos operacionais consolidados.

Custo das matérias-primas e dos materiais consumidos

O custo das matérias-primas e dos materiais consumidos desceu 30,1%, essencialmente devido à redução das aquisições directas de matérias-primas e consumíveis e ao facto de se terem observado níveis excepcionalmente elevados de reparações em 2001 em resultado das condições climáticas adversas. Esta rubrica de custos representou 1,7% dos proveitos operacionais consolidados.

Custo das mercadorias vendidas

Os custos das mercadorias vendidas caíram 25,3% devido essencialmente à redução das vendas de equipamentos terminais, que diminuíram 21,3% em 2002. Esta redução nos custos com existências vendidas reflecte também a menor subsidiação de terminais nos negócios móveis. Esta rubrica de custos representou 8,3% dos proveitos operacionais consolidados.

Marketing e publicidade

Os custos de marketing e publicidade ascenderam a 109 milhões de euros, face a 142 milhões de euros em 2001, equivalente a uma diminuição de 23,4%. A redução desta rubrica de custos reflecte a rigorosa política de controlo de custos adoptada nesta área e o aumento do poder negocial do grupo no contexto do mercado publicitário português. Estes custos representaram 1,9% dos proveitos operacionais consolidados.

Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos

As provisões para cobrança duvidosa aumentaram 1,6%, em linha com o necessário aumento do nível de provisões num contexto de condições económicas adversas. Esta rubrica de custos representou 2,4% dos proveitos operacionais consolidados.

Outros fornecimentos e serviços externos

Os outros fornecimentos e serviços registaram um decréscimo de 73 milhões de euros, ou 7,3%, para 924 milhões de euros, reflectindo a política de redução de custos posta em prática em todo o Grupo Portugal Telecom. Esta rubrica de custos representou 16,6% dos proveitos operacionais consolidados.

Amortizações de imobilizado corpóreo e incorpóreo

As amortizações aumentaram em 7 milhões de euros para 963 milhões de euros, um ligeiro aumento de 0,7% face a 2001. As amortizações foram superiores ao Capex (excluindo a aquisição da propriedade da rede fixa), que se situou em 776 milhões de euros em 2002. Esta rubrica de custos representou 17,2% dos proveitos operacionais consolidados.

8.1.3. EBITDA

O EBITDA consolidado aumentou 5% em consequência do crescimento da TMN e da PT Multimedia em Portugal, da Telesp Celular Participações no Brasil e da contínua redução de custos em todas as áreas de negócio. A contribuição de cada área de negócio para o EBITDA é apresentada no quadro seguinte:

EBITDA CONSOLIDADO	valores expressos em milhões					
	2002 Euro	2001 Euro	Variação	2002 Margem	Variação Mg	2002 USD
PT Comunicações	956,9	1 044,8	(8,4%)	41,6%	(1,5 p.p.)	1 003,3
PT Prime	31,7	26,8	18,3%	9,5%	(0,5 p.p.)	33,2
TMN	623,2	538,4	15,7%	42,3%	3,6 p.p.	653,4
Telesp Celular Participações	512,7	458,6	11,8%	42,1%	9,4 p.p.	537,6
PT Multimedia	76,0	42,6	78,6%	11,2%	4,4 p.p.	79,7
Outros negócios	29,0	12,8	127,2%	n.m.	n.m.	30,4
EBITDA	2 229,5	2 124,0	5,0%	-	-	2 337,6
MARGEM DE EBITDA	39,9%	37,1%	2,8 p.p.	39,9%	2,8 p.p.	39,9%

○ EBITDA da PT Comunicações em 2002 atingiu os 957 milhões de euros, um decréscimo de 8,4% face a 2001. Apesar da desaceleração do volume de tráfego, a PT Comunicações conseguiu obter uma margem EBITDA de 41,6% devido essencialmente à implementação de iniciativas de redução de custos. Os custos operacionais diminuíram 1,8% apesar do aumento em 31,3% dos custos relacionados com pensões e outros benefícios de reforma. Não considerando a alteração da propriedade do tráfego de acesso à Internet (16 milhões de euros) e o aumento dos custos relacionados com pensões e outros benefícios de reforma (43 milhões de euros), a PT Comunicações teria uma diminuição do EBITDA de apenas 2,5%.

○ EBITDA da PT Prime situou-se em 32 milhões de euros, equivalente a uma margem de 9,5%. A PT Prime continuou a registar uma forte procura sobre os seus produtos e serviços, mas a sua performance continua a ser negativamente influenciada por uma concorrência agressiva, com base em descontos significativos de preços, e pelos custos de telecomunicações.

○ EBITDA da TMN em 2002 subiu 15,7%, para 623 milhões de euros, em resultado do crescimento da base de clientes e de uma maior contribuição dos serviços de dados. A margem EBITDA no período foi de 42,3%, uma melhoria de 3,6 p.p. face a 2001, devido essencialmente à redução dos SAC e às iniciativas de redução de custos, que implicaram uma diminuição do CCPU de 16,3%.

○ EBITDA da Telesp Celular Participações ascendeu a 513 milhões de euros, um aumento de 11,8% face ao ano anterior. Esta evolução foi conseguida apesar da desvalorização do real em 24,5%. A margem EBITDA situou-se em 42,1%, um acréscimo de 9,4 p.p. face a 2001, devido essencialmente à redução dos SAC e à racionalização de custos (o CCPU baixou 14,4%).

○ EBITDA da PT Multimedia foi de 76 milhões de euros, representando uma subida de 78,6% e equivalente a uma margem de 11,2%, uma melhoria de 4,4 p.p. face a 2001. O negócio de televisão por subscrição (TV Cabo) registou um EBITDA de 71 milhões de euros, um incremento de 75% em relação ao ano anterior. O negócio de media encontra-se sob uma significativa reestruturação e o seu desempenho tem vindo a ser afectado pela contracção do mercado publicitário. O EBITDA da Luso-mundo em 2002 ascendeu a 11 milhões de euros, tendo como principal contribuição as actividades de distribuição e exibição cinematográfica e venda de software (DVD e jogos para a Play Station II).

8.1.4. Resultado líquido consolidado

○ resultado líquido do exercício de 2002 ascendeu a 391 milhões de euros, o que compara com 307 milhões de euros em 2001. A reconciliação entre os resultados operacionais consolidados e o resultado líquido do exercício é apresentada no quadro seguinte:

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Resultados operacionais consolidados
Outros (custos)/proveitos não operacionais

Resultado consolidado antes de impostos
Imposto sobre rendimento

Resultado consolidado antes de interesses minoritários
Perdas/(ganhos) aplicáveis a interesses minoritários

Resultado líquido
Resultado líquido por acção (Euro/USD)

valores expressos em milhões, excepto para o resultado líquido por acção				
	2002 Euro	2001 Euro	Varição	2002 USD
Resultados operacionais consolidados	1 266,7	1 167,8	8,5%	1 328,1
Outros (custos)/proveitos não operacionais	(613,2)	(1 028,5)	40,4%	642,9
Resultado consolidado antes de impostos	653,5	139,3	369,2%	685,2
Imposto sobre rendimento	(337,1)	(174,6)	93,1%	(353,4)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	316,4	(35,3)	(996,5%)	331,8
Perdas/(ganhos) aplicáveis a interesses minoritários	74,6	342,7	(78,2%)	78,2
Resultado líquido	391,1	307,4	27,2%	410,0
Resultado líquido por acção (Euro/USD)	0,31	0,25	27,2%	0,33

Outros custos não operacionais

Os outros custos e proveitos não operacionais incluem essencialmente os encargos financeiros líquidos, a amortização do goodwill, os resultados da aplicação do método de equivalência patrimonial em empresas associadas, outros custos financeiros líquidos e os custos extraordinários com o programa de redução de efectivos.

Os juros suportados atingiram os 300 milhões de euros, face aos 197 milhões de euros registados em 2001. O custo médio da dívida em 2002, incluindo os financiamentos em reais realizados pelas subsidiárias no Brasil, foi de 5,5%.

Em resultado do esforço de neutralização da exposição ao dólar, o grupo registou diferenças cambiais positivas de 88 milhões de euros em 2002, face a 10 milhões de euros em 2001. Esta rubrica inclui 147 milhões de euros de ganhos referentes ao cancelamento de certos instrumentos derivativos. Seguindo uma política financeira conservadora, o grupo eliminou praticamente a sua exposição ao dólar (ver Dívida Líquida).

A amortização do goodwill situou-se em 143 milhões de euros, uma diminuição de 7,5%. Esta redução reflecte na sua maioria a menor amortização do goodwill, relativo ao investimento financeiro na Telesp Celular Participações no montante de 28 milhões de euros, na sequência do reconhecimento de um impairment do goodwill registado no início de 2002. Esta diminuição da amortização do goodwill foi parcialmente eliminada pelo aumento da amortização do goodwill na PT Multimedia, de 9 milhões de euros, na sequência da aquisição da posição dos minoritários na PTM.com, e ao nível da PT Prime, de 7 milhões de euros, após a conclusão da operação de aquisição de 100% da PrimeSys.

As perdas relativas a empresas associadas diminuíram para 161 milhões de euros no final do ano de 2002, face a 381 milhões de euros em 2001. Esta rubrica incluiu essencialmente a proporção nas perdas da Médi Télécom e da Global Telecom, nos montantes de 56 milhões de euros e 89 milhões de euros, respectivamente. A melhoria nesta rubrica em relação a 2001 ficou a dever-se essencialmente à redução em 222 milhões de euros

das perdas da Global Telecom, que reflecte o seu melhor desempenho operacional e a reestruturação do seu balanço, realizada pela Telesp Celular Participações após a conclusão do aumento de capital em Setembro de 2002.

Os outros custos financeiros líquidos em 2002 ascenderam a 112 milhões de euros, em comparação com os 144 milhões de euros em 2001. Em 2002, esta rubrica inclui a contabilização da provisão para os swaps de acções da Portugal Telecom ligadas aos planos de incentivos, no montante de 43 milhões de euros.

Os custos associados ao programa de redução de efectivos ascenderam a 54 milhões de euros em 2002, que compara com 184 milhões de euros em 2001.

Imposto sobre o rendimento

A provisão para imposto sobre o rendimento totalizou 337 milhões de euros. A taxa de IRC é de 33%, mas uma vez que certas rubricas, incluindo a amortização do goodwill e as perdas relativas a empresas associadas, não são consideradas como custos elegíveis para efeitos fiscais, a taxa de imposto efectiva surge significativamente maior.

Durante o ano de 2002, o grupo efectuou pagamentos por conta ao Estado Português, no cumprimento da legislação em vigor, no montante de 198 milhões de euros. A Portugal Telecom acredita que a reestruturação efectuada nas holdings para a área dos negócios móveis, incluindo a constituição da Brasilcel, implicou a realização de significativas perdas fiscais, que foram contabilizadas no Balanço na rubrica "Impostos diferidos". A utilização deste crédito de imposto terá um impacto positivo nos cash flows futuros do grupo, mas não no seu resultado líquido.

Interesses minoritários

No exercício de 2002 as perdas aplicáveis a interesses minoritários respeitam essencialmente à parcela dos minoritários da Telesp Celular Participações (23 milhões de euros) e da PT Multimedia (61 milhões de euros).

8.2. Situação financeira

8.2.1. Balanço consolidado

Os balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 são como segue:

BALANÇO	valores expressos em milhões				
	2002 ⁽¹⁾ Euro	2002 ⁽²⁾ Euro	2001 ⁽³⁾ Euro	Varição	2002 ⁽¹⁾ USD
Activos					
Activo circulante	4 850,9	4 455,8	3 628,1	1 222,8	5 086,2
Investimentos financeiros	376,4	1 197,5	2 000,3	(1 623,9)	394,7
Imobilizações corpóreas	4 575,8	4 544,4	5 491,3	(915,5)	4 797,7
Imobilizações incorpóreas	2 968,7	2 835,9	4 934,4	(1 965,7)	3 112,7
Impostos diferidos de médio e longo prazo	877,3	950,4	500,5	376,8	919,8
Custos diferidos com benefícios de reforma	—	—	761,9	(761,9)	—
Outros activos de médio e longo prazo	77,0	81,0	319,8	(242,8)	80,7
TOTAL DO ACTIVO CONSOLIDADO	13 726,1	14 065,0	17 636,3	(3 910,2)	14 391,8
Passivo					
Passivo circulante	10 167,6	10 395,1	11 749,5	(1 581,9)	10 660,7
Empréstimos de médio e longo prazo	2 958,0	2 945,6	3 240,0	(282,0)	3 101,5
Provisões para benefícios de reforma	5 219,1	5 043,1	5 428,3	(209,2)	5 472,2
Provisões para outros riscos e encargos ⁽⁴⁾	1 061,5	1 061,5	1 810,0	(748,5)	1 113,0
Impostos diferidos de médio e longo prazo	359,0	359,0	577,3	(218,3)	376,4
Proveitos diferidos com benefícios de reforma	—	—	22,9	(22,9)	—
Outros passivos de médio e longo prazo	361,1	776,8	439,5	(78,4)	378,6
Capital próprio	208,9	209,1	231,5	(22,6)	219,0
Interesses minoritários⁽⁵⁾	3 111,3	3 111,3	4 666,8	(1 555,5)	3 262,2
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO	447,2	558,6	1 220,0	(772,8)	468,9
	13 726,1	14 065,0	17 636,3	(3 910,2)	14 391,8

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% dos activos da Brasilcel.

(2) Pró-forma considerando a consolidação integral da Telesp Celular Participações e excluindo a consolidação proporcional da Brasilcel.

(3) Considerando a consolidação integral da Telesp Celular Participações.

(4) Em 31 de Dezembro de 2002, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" inclui essencialmente: (i) provisão para impairment (99 milhões de euros), a qual considera avaliações efectuadas pelo grupo relativamente a certos investimentos financeiros; (ii) provisões para equity swaps sobre acções da PT Multimedia (62 milhões de euros) e acções da Portugal Telecom (42 milhões de euros); (iii) provisão para ajustar activos e passivos na TMN (51 milhões de euros); (iv) provisão para registar ao valor de realização determinados equipamentos, os quais deverão ser abatidos antes do final da sua vida útil (33 milhões de euros); e (v) provisão para perdas em empresas associadas, em resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial (32 milhões de euros).

(5) Em 31 de Dezembro de 2002 os interesses minoritários respeitam essencialmente à parcela dos minoritários nas empresas subsidiárias da Brasilcel (226 milhões de euros) e da PT Multimedia (174 milhões de euros).

O activo consolidado atingiu um montante de 13 726 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002, o que representa uma diminuição de 3 910 milhões de euros em relação ao final de 2001. Esta diminuição resultou essencialmente de reduções nas seguintes rubricas: (i) imobilizações incorpóreas (1 966 milhões de euros), que reflecte fundamentalmente a desvalorização do real ocorrida no exercício de 2002 e os impairments efectuados ao goodwill; (ii) investimentos financeiros (1 624 milhões de euros) que reflecte o recebimento de empréstimos concedidos à Global Telecom de 810 milhões de euros e o registo de provisões para investimentos financeiros; (iii) imobilizações corpóreas (915 milhões de euros) decorrente essencialmente da desvalo-

rização do real; e (iv) custos diferidos com benefícios de reforma, os quais passaram a ser deduzidos às provisões constituídas para estas responsabilidades (762 milhões de euros – Nota 43 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas). Estas diminuições foram parcialmente compensadas pelo aumento dos impostos diferidos de médio e longo prazo (377 milhões de euros) decorrente essencialmente do impacto fiscal da reestruturação societária dos negócios de telefonia móvel efectuada em 2002, e pelo aumento do activo circulante (1 223 milhões de euros, tal como mencionado na secção 8.2.4.).

O passivo consolidado atingiu um montante de 10 168 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2002, o que representa uma

diminuição de 1 582 milhões de euros em relação ao final de 2001. Para esta diminuição contribuíram as reduções das seguintes rubricas: (i) passivo circulante (282 milhões de euros); (ii) dívida remunerada de médio e longo prazo (209 milhões de euros); (iii) impostos diferidos de médio e longo prazo (218 milhões de euros); e (iv) provisão para benefícios de reforma (762 milhões de euros), em resultado da dedução dos respectivos custos diferidos, como mencionado em baixo.

Em Junho de 2002, a Portugal Telecom registou uma provisão para impairment no montante de 500 milhões de euros. Esta provisão incluía um impairment do investimento na Telesp Celular Participações no montante aproximado de 1 500 milhões de euros, deduzido do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios de telecomunicações móveis que se encontrava em curso nessa data, no montante de 1 000 milhões de euros. Esta provisão, por ser considerada um ajustamento extraordinário e de grande significado às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2001, foi registada por contrapartida de resultados transitados. No quarto trimestre de 2002, e no âmbito da contribuição dos investimentos detidos pelo grupo para a Brasilcel, esta provisão foi utilizada para registar o impairment na Telesp Celular Participações, de 1 141 milhões de euros. A provisão foi também utilizada para cobrir a perda resultante do impairment realizado pela PT Multimedia ao seu investimento da Lusomundo (190 milhões de euros, deduzido da parcela atribuível a interesses minoritários) e ainda para cobrir impairments verificados no quarto trimestre de 2002, em outros investimentos do grupo, nomeadamente na PrimeSys, Médi Télécom, Banco 1.net e Investnews. Em 31 de Dezembro de 2002, a provisão para impairment ascendia a 99 milhões de euros.

Após os impairments dos investimentos financeiros registados pela PT em 2002, a exposição (activos menos passivos) do grupo ao Brasil reduziu-se para 7 708 milhões de reais (2 076 milhões de euros com o câmbio real/euro de final de ano). Os activos denominados em reais no Balanço do grupo em 31 de Dezembro de 2002 ascenderam a 3 474 milhões de euros, equivalente a aproximadamente 25% do total dos activos.

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital próprio ascendia a 3 111 milhões de euros, uma diminuição de 1 556 milhões de euros em relação ao final do ano de 2001. O quadro seguinte apresenta a reconciliação da redução do capital próprio:

valores expressos em milhões de euros	
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2001	4 667,8
Resultado líquido de 2002	391,1
Dividendos	(125,4)
Provisão para impairment	(500,0)
Ajustamentos de conversão cambial	(1 321,5)
Outros ajustamentos	(0,7)
Capital próprio em 31 de Dezembro de 2002	3 111,3
Variação do capital próprio	(33,3%)
Redução do capital próprio em 2002	(1 556,5)

A provisão para impairments foi registada por contrapartida de resultados transitados por ter sido considerada um ajustamento extraordinário e de montante significativo às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2001.

Os ajustamentos de conversão cambial no montante de 1 322 milhões de euros dizem respeito aos ajustamentos negativos relativos à conversão cambial das subsidiárias do grupo no Brasil.

8.2.2. Investimento em activos financeiros e Capex

O investimento consolidado do grupo no exercício de 2002 teve a seguinte composição:

INVESTIMENTO	valores expressos em milhões			
	2002* Euro	2001 Euro	Varição	2002* USD
Investimentos em activos financeiros	329,2	2 520,6	(2 191,4)	345,2
Capex, excluindo a aquisição da propriedade da rede básica	776,0	1 316,2	(540,2)	813,6
Aquisição da propriedade da rede básica	348,4	—	348,4	365,3
TOTAL	1 453,6	3 836,8	(2 383,2)	1 524,1

* Considerando a consolidação integral da Telesp Celular Participações.

Investimento em activos financeiros

O investimento em activos financeiros (incluindo goodwill), no ano de 2002, situou-se em 329 milhões de euros e está relacionado fundamentalmente com o refinanciamento da Global Telecom (153 milhões de euros) e com a aquisição pela Telesp Celular Participações da participação remanescente na Global Telecom (79 milhões de euros).

Capex

O Capex tem vindo a diminuir consistentemente no grupo, em linha com a anunciada estratégia de maximização do cash flow. Não considerando o investimento na aquisição da propriedade da rede básica, o Capex em 2002 situou-se em 776 milhões de euros, correspondendo a 13,9% das receitas.

A distribuição do Capex, excluindo a aquisição da propriedade da rede básica, por segmento de negócio, apresenta-se no quadro seguinte:

CAPEX	valores expressos em milhões			
	2002* Euro	2001 Euro	Varição	2002* USD
PT Comunicações ⁽¹⁾	227,9	326,7	(30,2%)	239,0
PT Prime	40,9	66,7	(38,7%)	42,9
TMN	282,7	283,3	(0,2%)	296,4
Telesp Celular Participações	88,2	457,9	(80,7%)	92,5
PT Multimedia	84,8	143,5	(40,9%)	88,9
Outros negócios	51,5	38,1	35,2%	54,0
TOTAL⁽²⁾	776,0	1 316,2	(41,0%)	813,7

* Considerando a consolidação integral da Telesp Celular Participações.

⁽¹⁾ Considerando a aquisição da propriedade da rede básica no montante de 348 milhões de euros, o Capex da PT Comunicações seria de 576 milhões de euros.

⁽²⁾ Considerando a aquisição da propriedade da rede básica no montante de 348 milhões de euros, o Capex do Grupo PT seria de 1 124 milhões de euros.

O Capex da PT Comunicações em 2002 situou-se em 228 milhões de euros. Desta forma a PT Comunicações conseguiu atingir um rácio de Capex sobre receitas de 9,9%.

Durante 2002, a TMN e a Telesp Celular Participações desenvolveram a sua actividade com um rácio de Capex sobre as receitas de 19,2% e 7,2%, respectivamente.

8.2.3. Investimento em fundo de maneo

O investimento em fundo de maneo atingiu 129 milhões de euros no exercício de 2002, o que compara com 74 milhões de euros em 2001. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o fundo de maneo do grupo apresentava a seguinte composição:

FUNDO DE MANEIO

	valores expressos em milhões				
FUNDO DE MANEIO	2002 ⁽¹⁾ Euro	2002 ⁽²⁾ Euro	2001 ⁽³⁾ Euro	Variação	2002 ⁽¹⁾ USD
Disponibilidades	2 276,5	1 790,6	1 291,5	499,1	2 386,9
Activo circulante – operacional (a)	1 503,9	1 614,1	1 608,7	5,4	1 576,9
Valores a receber – clientes ⁽⁴⁾	1 011,3	995,6	1 105,2	(109,6)	1 060,4
Valores a receber – outros ⁽⁵⁾	220,1	370,9	258,4	112,5	230,8
Existências	149,8	127,2	132,0	(4,8)	157,0
Custos diferidos e outros activos correntes	122,7	120,4	113,1	7,3	128,7
Activo circulante – não operacional	1 070,6	1 051,2	727,9	323,3	1 122,4
Valores a receber – outros ⁽⁶⁾	238,9	238,9	133,1	105,8	250,4
Custos diferidos e outros activos correntes	11,7	8,5	5,2	3,3	12,3
Impostos diferidos	820,0	803,8	589,6	214,2	859,7
TOTAL ACTIVO CORRENTE	4 851,0	4 455,9	3 628,1	827,8	5 086,2
Dívida de curto prazo	1 094,4	1 176,1	1 319,3	(143,2)	1 147,4
Passivo circulante – operacional (b)	1 623,2	1 522,8	1 646,5	(123,7)	1 702,0
Valores a pagar – fornecedores ⁽⁴⁾	658,8	587,0	546,7	40,3	690,9
Valores a pagar – outros ⁽⁷⁾	454,3	412,9	600,5	(187,6)	476,3
Acréscimo de custos e proveitos diferidos	439,6	452,4	422,0	30,4	460,9
Impostos a pagar	70,5	70,5	77,3	(6,8)	73,9
Passivo circulante – não operacional	240,4	246,7	274,2	(27,5)	252,1
Acréscimo de custos e proveitos diferidos	195,6	201,9	154,5	47,4	205,1
Impostos a pagar	0,6	0,6	76,3	(75,7)	0,6
Impostos diferidos	44,2	44,2	43,4	0,8	46,4
TOTAL PASSIVO CORRENTE	2 958,0	2 945,6	3 240,0	(294,4)	3 101,5
Fundo de maneo (a)–(b)	(119,3)	91,3	(37,8)	129,1	(125,0)
Investimento em fundo de maneo	n.a.	129,1	74,1	55,0	n.a.

(1) Considerando a consolidação proporcional de 50% dos activos e passivos da Brasilcel.

(2) Pró-forma considerando a consolidação integral da Telesp Celular Participações e excluindo a consolidação proporcional da Brasilcel.

(3) Considerando a consolidação integral de activos e passivos da Telesp Celular Participações.

(4) O decréscimo nestas rubricas resulta basicamente da redução do valor contabilístico dos activos da Telesp Celular Participações decorrente da desvalorização do real.

(5) O aumento nestas rubricas resulta de pagamentos efectuados pela Telesp Celular Participações por conta da Global Telecom, e que se encontram em dívida no final do ano.

(6) Em 31 de Dezembro de 2002 esta rubrica inclui um montante de 198 milhões de euros referente aos pagamentos por conta de IRC efectuados pela PT em 2002, que deverão ser recuperados nos próximos anos. No ano anterior, esta rubrica incluía um montante de 97 milhões de euros referente à venda de acções da Telefónica, que foi recebido em 2002.

(7) O decréscimo nesta rubrica resultou essencialmente da diminuição do Capex em 2002.

8.2.4. EBITDA menos Capex e cash flow operacional

A distribuição do EBITDA menos Capex por segmento de negócio apresenta-se no quadro seguinte:

valores expressos em milhões				
	2002* Euro	2001 Euro	Varição	2002* USD
PT Comunicações ⁽¹⁾	729,0	718,2	1,5%	764,0
PT Prime	(9,3)	(40,0)	(76,8%)	(10,0)
TMN	340,5	255,1	33,5%	357,0
Telesp Celular Participações	424,5	0,7	n.m	445,0
PT Multimedia	(8,8)	(100,9)	(91,3%)	(9,0)
Outros	(22,3)	(25,3)	n.m	(23,0)
TOTAL⁽²⁾	1 453,6	807,8	79,9%	1 524,0

* Considerando a consolidação integral de activos e passivos da Telesp Celular Participações.

(1) Considerando a aquisição da propriedade da rede básica no montante de 348 milhões de euros, o EBITDA menos Capex da PT Comunicações seria de 381 milhões de euros.

(2) Considerando a aquisição da propriedade da rede básica no montante de 348 milhões de euros, o EBITDA menos Capex do Grupo PT seria de 1 105 milhões de euros.

Os negócios no mercado doméstico representaram mais de 70% do EBITDA menos Capex do Grupo PT. A Telesp Celular Participações contribuiu com 29,2% do EBITDA menos Capex em 2002.

No quadro seguinte apresenta-se o cash flow operacional do grupo:

CASH FLOW OPERACIONAL	valores expressos em milhões			
	2002* Euro	2001 Euro	Varição	2002* USD
EBITDA	2 229,5	2 124,0	105,5	2 337,6
Aumento extraordinário das provisões	22,1	13,3	8,8	23,2
Capex ⁽¹⁾	(776,0)	(1 316,2)	540,2	(813,6)
Aquisição da propriedade da rede básica ⁽²⁾⁽³⁾	(365,0)	–	(365,0)	(382,7)
Pagamento do saldo relativo aos descontos a reformados ⁽³⁾	60,4	–	60,4	63,3
Investimento em fundo de maneio	(129,1)	(74,1)	(55,0)	(135,4)
CASH FLOW OPERACIONAL	1 041,9	747,0	294,9	1 092,4

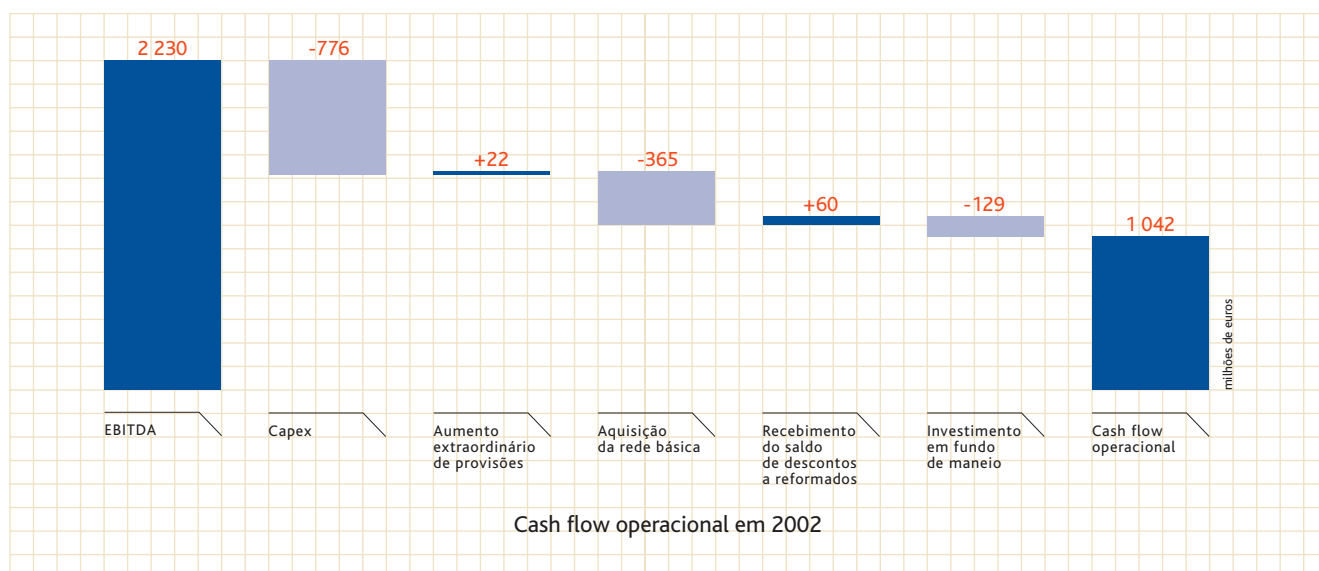
* Considerando a consolidação integral de activos e passivos da Telesp Celular Participações.

(1) Excluindo a aquisição da propriedade da rede básica.

(2) Incluindo a renda da concessão de 2002 de 17 milhões de euros. Deste modo, o aumento do Capex em resultado desta aquisição é de 348 milhões de euros.

(3) Nas negociações com o Estado Português para a compra da rede fixa, ficou acordada com a PT a liquidação do saldo a 31 de Dezembro relativo a descontos concedidos aos reformados no montante de 60 milhões de euros.

Em linha com a sua estratégia, o Grupo PT gerou mais de 1 000 milhões de euros de cash flow operacional em 2002, conforme apresentado no gráfico seguinte. Adicionalmente à redução do Capex e aos baixos custos do serviço da dívida, é de salientar a melhoria do investimento em fundo de maneio que desceu de 195 milhões de euros no primeiro semestre de 2002 para 129 milhões de euros.



8.2.5. Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2002 ascendeu a 4 037 milhões de euros e o passivo remunerado a 6 314 milhões de euros, correspondendo a amortizações de 1 419 milhões de euros e 434 milhões de euros, respectivamente, comparativamente a 31 de Dezembro de 2001. A comparação da dívida líquida consolidada, em 31 de Dezembro de 2002, é conforme apresentado seguidamente:

	valores expressos em milhões							
DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA	2002		2002*		2001		2002	
	Euro	%	Euro	%	Euro	%	USD	
Dívida de curto prazo:	1 094,4	17,3	1 176,1	18,9	1 319,3	19,6	1 147,5	
Empréstimos obrigacionistas	285,1	4,5	285,1	4,6	197,0	2,9	298,9	
Empréstimos bancários	257,3	4,1	332,3	5,3	360,1	5,3	269,8	
Outros empréstimos obtidos	552,0	8,7	558,7	9,0	762,2	11,3	578,8	
Dívida de médio e longo prazo:	5 219,1	82,7	5 043,1	81,1	5 428,3	80,4	5 472,3	
Empréstimos por obrigações convertíveis	1 059,0	16,8	1 059,0	17,0	1 059,0	15,7	1 110,4	
Outros empréstimos obrigacionistas	2 724,7	43,2	2 724,7	43,8	2 724,7	40,4	2 856,8	
Empréstimos bancários	1 289,8	20,4	1 112,9	17,9	1 411,1	20,9	1 352,4	
Outros empréstimos obtidos	145,6	2,3	146,5	2,4	233,5	3,5	152,7	
Passivo remunerado	6 313,5	100,0	6 219,2	100,0	6 747,6	100,0	6 619,8	
Disponibilidades	2 276,5	36,1	1 790,6	28,8	1 291,5	19,1	2 386,9	
DÍVIDA LÍQUIDA	4 037,0	63,9	4 428,6	71,2	5 456,1	80,9	4 232,9	

* Considerando a consolidação integral da Telesp Celular Participações.

A redução da dívida foi conseguida pelo forte crescimento do cash flow operacional (1 042 milhões de euros em 2002), por uma equilibrada gestão financeira, pelo efeito da consolidação da Brasilcel e pelos efeitos positivos de conversão cambial da dívida denominada em dólares e reais.

O quadro seguinte apresenta a variação da dívida líquida no ano de 2002:

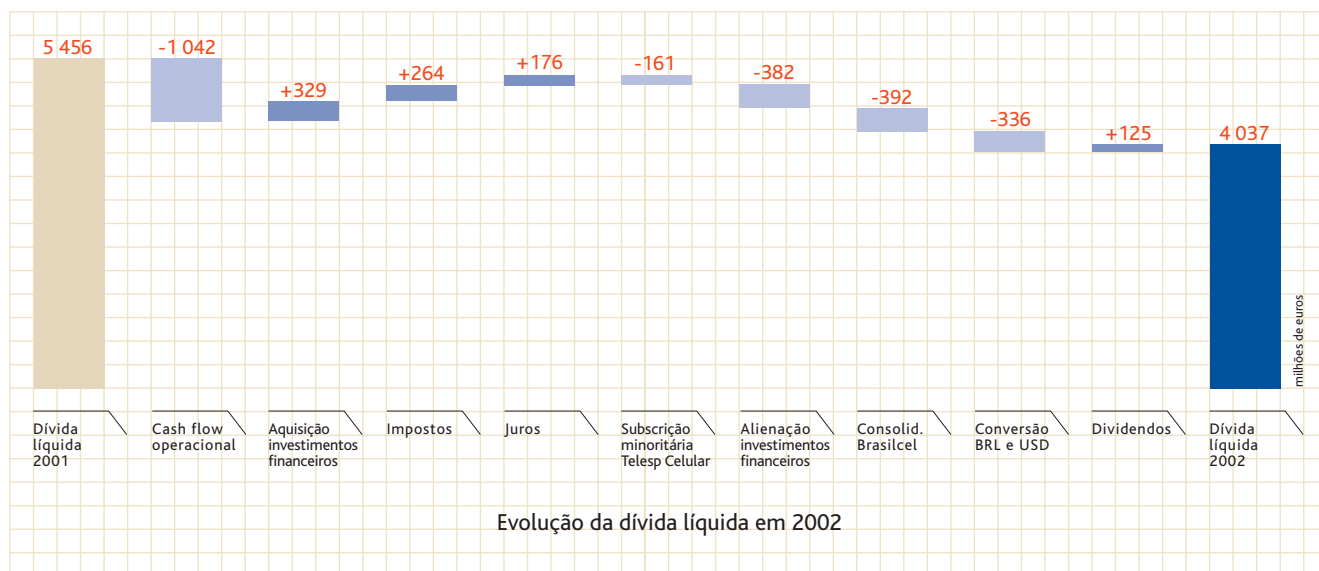
valores expressos em milhões de euros	
Dívida líquida em 2001	5 456,1
Cash flow operacional	(1 041,9)
Aquisição de investimentos financeiros ⁽¹⁾	329,2
Impostos pagos em 2002 ⁽²⁾	264,4
Juros pagos em 2002	176,2
Venda de investimentos financeiros ⁽³⁾	(382,3)
Subscrição pelos minoritários no aumento de capital da Telesp Celular Participações	(161,0)
Impacto da consolidação da Brasilcel	(391,7)
Efeitos de conversão cambial da dívida em dólares e reais	(336,0)
Dividendos pagos em 2002	125,4
Outros	(1,4)
Dívida líquida em 2002	4 037,0
Variação da dívida líquida	(26,0%)
Redução da dívida líquida	(1 419,1)

(1) Esta rubrica inclui essencialmente: (i) 153 milhões de euros de financiamentos à Global Telecom em 2002; (ii) 79 milhões de euros referentes à aquisição dos restantes 17% do capital social da Global Telecom.

(2) Inclui o último pagamento de imposto referente a 2001 no montante de 69 milhões de euros e adiantamentos em relação ao imposto do ano de 2002 no montante de 198 milhões de euros.

(3) Esta rubrica incluiu essencialmente: (i) 200 milhões de euros referentes à venda de 14,68% do capital social da Telesp Celular Participações à Telefónica Móviles; (ii) 182 milhões de euros referentes à venda de acções da Telefónica no primeiro semestre de 2002.

O quadro seguinte apresenta graficamente a evolução da dívida líquida no ano de 2002.



Para além da redução da dívida, durante o ano de 2002, o grupo reduziu a sua exposição ao dólar, no montante total de 1 514 milhões de dólares, através do cancelamento de contratos derivativos e/ou da eliminação da componente de troca cambial final noutros instrumentos derivativos. A 31 de Dezembro de 2002, a exposição ao dólar através de contratos derivativos ascendia a 218,7 milhões de dólares com maturidade em Abril de 2009. Como resultado de certos empréstimos efectuados à Telesp Celular Participações se encontrarem denominados em dólares, os quais foram convertidos para reais pela Telesp Celular Participações através de contratos de swap para reais por forma a cobrir a exposição cambial, a exposição total da PT ao dólar, incluindo os empréstimos efectuados à Telesp Celular Participações em dólares e também contratos de derivativos e instrumentos de dívida, ascendia a 8 milhões de dólares negativos.

A 31 de Dezembro de 2002, 82,7% da dívida do grupo era de médio e longo prazo, na sequência do processo de refinanciamento levado a cabo em 2001. A 31 de Dezembro de 2002, 75,8% da dívida líquida era a taxa fixa e 82,7% do total da dívida líquida consolidada estava denominada em euros, 4% em dólares e 12,4% em reais. A totalidade da dívida das subsidiárias no Brasil está actualmente denominada em reais ou convertida para reais através de contratos de swap. O custo médio da dívida da PT em 2002, tendo em consideração os empréstimos em reais, foi de 5,5%. Não considerando esses empréstimos, de custo mais elevado,

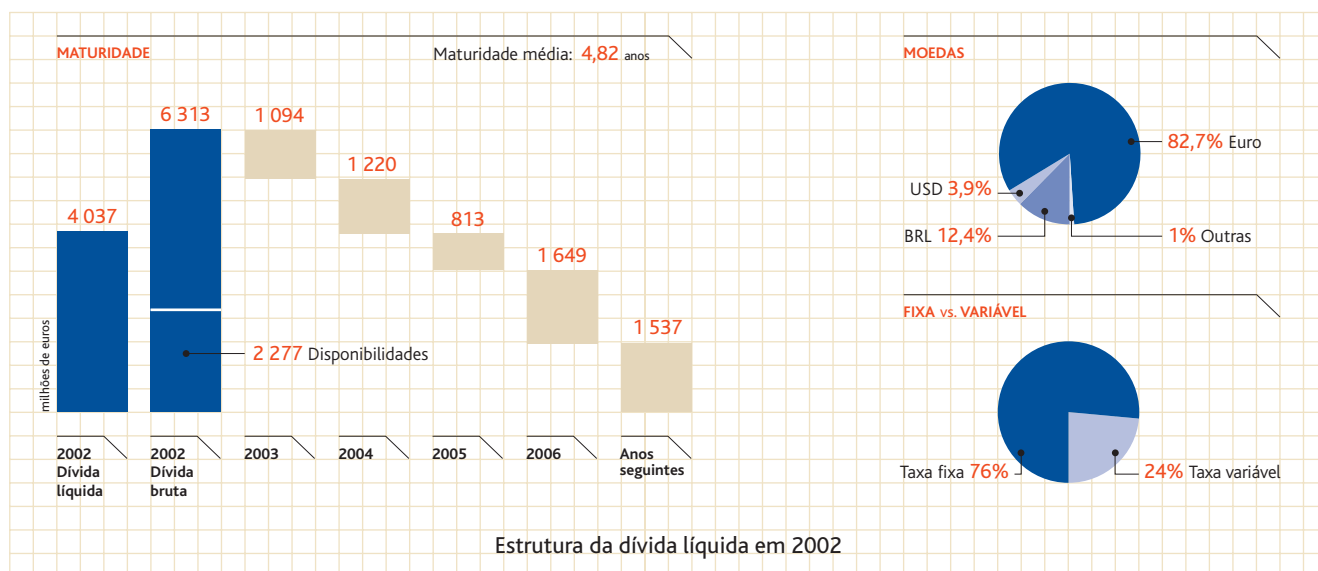
o custo médio da dívida da PT seria de 2,8%. A maturidade da carteira de empréstimos da PT é de 4,8 anos. À data deste release, os únicos empréstimos da PT com cláusulas automáticas de spread relacionada com rating (no caso do rating da PT ser inferior a BBB+) eram dois empréstimos do Banco Europeu de Investimento totalizando 150 milhões de euros. Adicionalmente, a PT detém linhas de papel comercial tomadas firmes e disponíveis no montante global de 875 milhões de euros, utilizadas actualmente em apenas 60 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta o perfil da dívida líquida do grupo em 31 de Dezembro de 2002:

valores expressos em milhões de euros	
Maturidade	Dívida líquida
2003*	(828)
2004	1 161
2005	798
2006	1 489
2007	129
2008	104
2009	975
2010	74
2011	65
2012	44
2013	26
TOTAL	4 037

* Parcela da dívida a financiar em 2003, deduzida de disponibilidades no montante de 2 277 milhões de euros existentes no final de 2002 (as quais incluem os depósitos bancários e caixa e os títulos negociáveis).

O quadro seguinte apresenta graficamente a maturidade da dívida líquida no ano de 2002, bem como a sua composição por moeda e tipo de taxa de juro aplicável.



A PT terá que refinarçar 1 095 milhões de euros em 2003, que compara com um EBITDA menos Capex e um cash flow operacional gerados em 2002 de 1 454 milhões de euros e de 1 042 milhões de euros, respectivamente. À data deste relatório, a PT já reembolsou 745 milhões de euros de empréstimos a refinarçar em 2003, pelo que apenas faltam refinarçar 350 milhões de euros.

Entre Julho e Outubro de 2002, a PT investiu 340 milhões de euros na compra de títulos das suas emissões de empréstimos obrigacionistas (convertíveis e não convertíveis). A PT adquiriu 25,29% da emissão obrigacionista não convertível que termina em 2005, 10,05% da que termina em 2006 e 12,05% da que termina em 2009. A PT adquiriu igualmente 118 milhões de euros das emissões de empréstimos obrigacionistas convertíveis que terminam em 2004 e 2006. Estes títulos encontram-se contabilizados como títulos negociáveis no Balanço da PT a 31 de Dezembro de 2002.

O gearing (dívida líquida/(dívida líquida+capital próprio)) aumentou para 56,7% face a 53,9% no final de 2001, devido a ajustamentos no capital próprio resultantes do impacto negativo das conversões cambiais do real (1 322 milhões de euros) e da provisão efectuada relativa ao impairment do investimento na Telesp Celular Participações no montante de 500 milhões

de euros. O indicador “Dívida líquida sobre o EBITDA” no final de 2002 era de 1,8 vezes e o rácio de cobertura dos juros líquidos pelo EBITDA era de 11,8 vezes.

8.2.6. Benefícios de reforma

Em 31 de Dezembro de 2002, as responsabilidades projectadas com benefícios de reforma (PBO), incluindo pensões e cuidados de saúde, actualizadas com base numa taxa de desconto de 6% e considerando um aumento salarial de 3%, ascendiam a 3 654 milhões de euros (3 015 milhões de euros para pensões e 639 milhões de euros para cuidados de saúde). Em comparação com 2001 existiu um crescimento de 2,1%, equivalente a 80 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma (pensões e cuidados de saúde), que já se encontram fechados a novas entradas de trabalhadores, abrangiam aproximadamente 33 700 trabalhadores, dos quais 34% são trabalhadores ainda ao serviço.

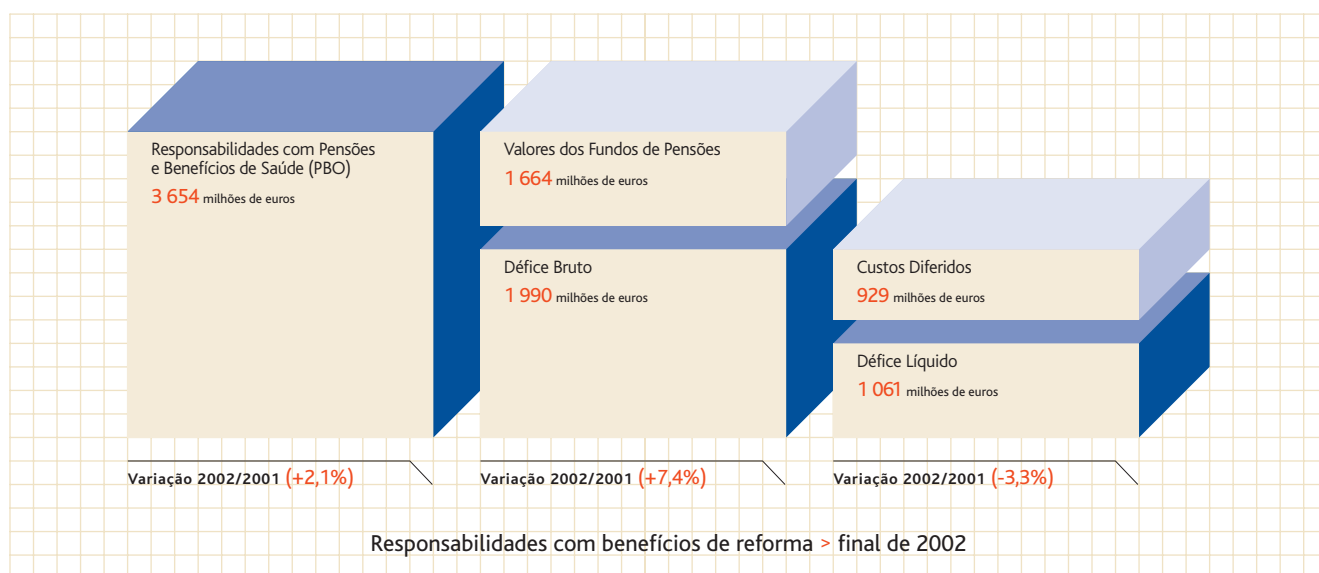
De acordo com as regras do Instituto de Seguros de Portugal, as responsabilidades com pensões de reforma relativas a reformados deverão estar integralmente fundeadas, o que é o caso nos fundos de pensões da PT. No que diz respeito às responsabilidades relativas a trabalhadores pré-reformados e trabalhadores ainda ao serviço, estas podem ser fundeadas até à idade das respectivas reformas. Estima-se que o período médio que

decorre até à reforma dos trabalhadores actualmente ao serviço seja de dezasseis anos.

Em Portugal não existe legislação referente à constituição de fundos relativos a responsabilidades com cuidados de saúde. A PT só tem que contribuir para esses benefícios quando os serviços de cuidados de saúde são prestados aos trabalhadores e a respectiva factura cobrada à PT. Assim, não existe a necessidade de fundear agora esses benefícios (639 milhões de euros).

Em 31 de Dezembro de 2002, o valor de mercado dos fundos de pensões ascendia a 1 664 milhões de euros, correspondendo

a uma redução de 68 milhões de euros face ao ano anterior, decorrente essencialmente da performance negativa dos fundos. Os custos diferidos relacionados com benefícios de reforma ascendiam a 929 milhões de euros, pelo que o valor das responsabilidades não financiadas líquidas a 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 1 061 milhões de euros, valor reflectido no Balanço da PT, de acordo com o estabelecido na Norma Internacional de Contabilidade n.º 19. O quadro seguinte apresenta graficamente a situação das responsabilidades com benefícios de reforma do grupo em 31 de Dezembro de 2002.



Os custos diferidos relacionados com benefícios de reforma respeitam essencialmente a: (i) responsabilidades à data de transição (data do reconhecimento inicial das responsabilidades com benefícios de reforma pela PT – ano de 1993), as quais estão a ser amortizadas pelo período médio estimado de vida laboral dos trabalhadores a essa data (18 anos); (ii) ganhos e perdas actuariais, que respeitam essencialmente às diferenças entre os pressupostos actuariais e os valores reais, nomeadamente no que se refere à rentabilidade dos fundos, aos aumentos salariais e aos custos com a prestação de cuidados de saúde. O custo financeiro do exercício associado ao PBO é registado na demonstração de resultados na rubrica “Custos com pessoal – benefícios de reforma”, tendo ascendido a 208 milhões de euros

em 2002. A rentabilidade esperada dos activos dos fundos de pensões, baseando-se no pressuposto de uma taxa de rentabilidade de 6%, é registada a deduzir ao custo financeiro do exercício associado ao PBO e ascendeu a 103 milhões de euros em 2002. O custo com serviços do pessoal ao serviço e cobertos pelos planos ascendeu a 25 milhões de euros e a amortização das perdas actuariais e das responsabilidades à data da transição ascendeu a 53 milhões de euros. Deste modo, o custo líquido com benefícios de reforma do exercício de 2002, que inclui os custos financeiros das responsabilidades não fundeadas e amortização dos custos diferidos, ascendeu a 183 milhões de euros. As contribuições para o fundo de pensões efectuadas pela PT em 2002 ascenderam a 114 milhões de euros.

9. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo específico sobre o governo da sociedade foi elaborado nos termos do modelo constante do Anexo ao Regulamento n.º 7/2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

O acesso das empresas ao mercado de capitais tem-se tornado cada vez mais competitivo, com referência a um mercado financeiro global. As decisões dos investidores relativamente à alocação de capitais têm em conta não só as avaliações económicas, como também a transparência da informação e os níveis de segurança e fiabilidade do management das sociedades.

Pretende-se assim, com as regras de corporate governance, contribuir para a optimização do desempenho das sociedades e favorecer todos os agentes envolvidos na actividade societária – investidores, accionistas, credores e trabalhadores.

No dia 30 de Julho de 2002 o Presidente dos Estados Unidos da América (EUA) aprovou (“signed into law”) uma lei (“Sarbanes-Oxley Act”) que visa solucionar as causas que estiveram na origem dos escândalos financeiros e corporativos nos EUA que afectaram de forma significativa a confiança dos investidores. Esta lei, que havia sido previamente aprovada pelo Congresso (Câmara dos Representantes e Senado), tem profundas implicações nas empresas com títulos cotados em bolsas de valores nos EUA, nomeadamente no que se refere: (i) à obrigação de certificação pelos CEO e CFO de relatórios periódicos; (ii) a disclosures financeiros adicionais que passam a ser requeridos às empresas; (iii) a novas e acrescidas responsabilidades dos Audit Committees; e (iv) à relação com os auditores externos para acautelar questões de independência.

Ao contrário de outras propostas sobre esta matéria emitidas nos EUA, nomeadamente as regras sobre certificação de relatórios periódicos pelos CEO e CFO, emitidas pela SEC em Junho de 2002, e as regras sobre corporate governance emitidas pela NYSE em 2001, o “Sarbanes-Oxley Act” é também aplicável a empresas não-americanas com acções cotadas em bolsas de valores nos EUA (“Foreign Private Issuers”), pelo que esta lei será aplicável ao Grupo PT.

Tendo em conta as significativas implicações para o Grupo PT decorrentes da aprovação do “Sarbanes-Oxley Act” e das regras subsequentemente emitidas pela SEC, foi constituída uma comissão de acompanhamento e análise desta lei com as seguintes tarefas:

- > Redefinição das funções da Comissão de Auditoria.
- > Identificação do perfil adequado para os membros da Comissão de Auditoria, face ao estabelecido pelo “Sarbanes-Oxley Act”.
- > Definição do relacionamento entre a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, face ao estabelecido na legislação portuguesa e no “Sarbanes-Oxley Act”.
- > Implicações no relacionamento com os auditores externos.
- > Definição das medidas a tomar pelo grupo ao nível do sistema de controlo interno.

Deste modo, durante o ano de 2002 o Grupo PT reforçou a função controlo interno através da implementação das seguintes medidas:

- > Formalização de um modelo de controlo interno corporativo onde são explicitados princípios fundamentais orientadores para a implementação de um efectivo sistema de controlo interno.
- > Actuação em cada empresa do grupo através da formalização de procedimentos e práticas num Manual de Controlo Interno.
- > Definição de “disclosure controls and procedures” na PT com vista a assegurar que toda a informação financeira e não financeira é devidamente recolhida, tratada e incluída nos relatórios reportados para o exterior.
- > Reforço da avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controlo interno do Grupo PT.

Pretende-se com o reforço desta função, quer ao nível da produção de manuais de controlo, quer através da avaliação da sua adequabilidade e efectividade, uma maior eficiência nas operações e garantia que os objectivos de controlo interno do grupo são alcançados, com principal preocupação para a maximização do valor accionista, garantia de fiabilidade da informação financeira e minimização da ocorrência de fraude.

O ano de 2002 foi marcado pela implementação na PT de um novo modelo de governo, cuja filosofia assenta essencialmente em três elementos: a eficácia, a simplicidade e a transparência.

Pretende-se com este novo modelo tornar a Comissão Executiva da PT mais operacional, reforçando a sua intervenção nas decisões-chave, bem como envolver os quadros das segundas linhas no debate das questões críticas e garantir o envolvimento do Conselho de Administração no acompanhamento das questões estratégicas.

Neste contexto, os accionistas aprovaram em Assembleia Geral uma alteração dos estatutos da empresa, a qual permite que o Presidente do Conselho de Administração possa ser diferente

do Presidente da Comissão Executiva, assegurando uma melhor separação entre as funções de supervisão e controlo e as tarefas de gestão corrente. A referida alteração permite ainda que todos os membros da Comissão Executiva, incluindo o seu Presidente, sejam escolhidos pelo Conselho de Administração, de entre os seus membros.

Ainda no âmbito do novo modelo de governance, em 27 de Junho de 2002, o Conselho de Administração criou as seguintes

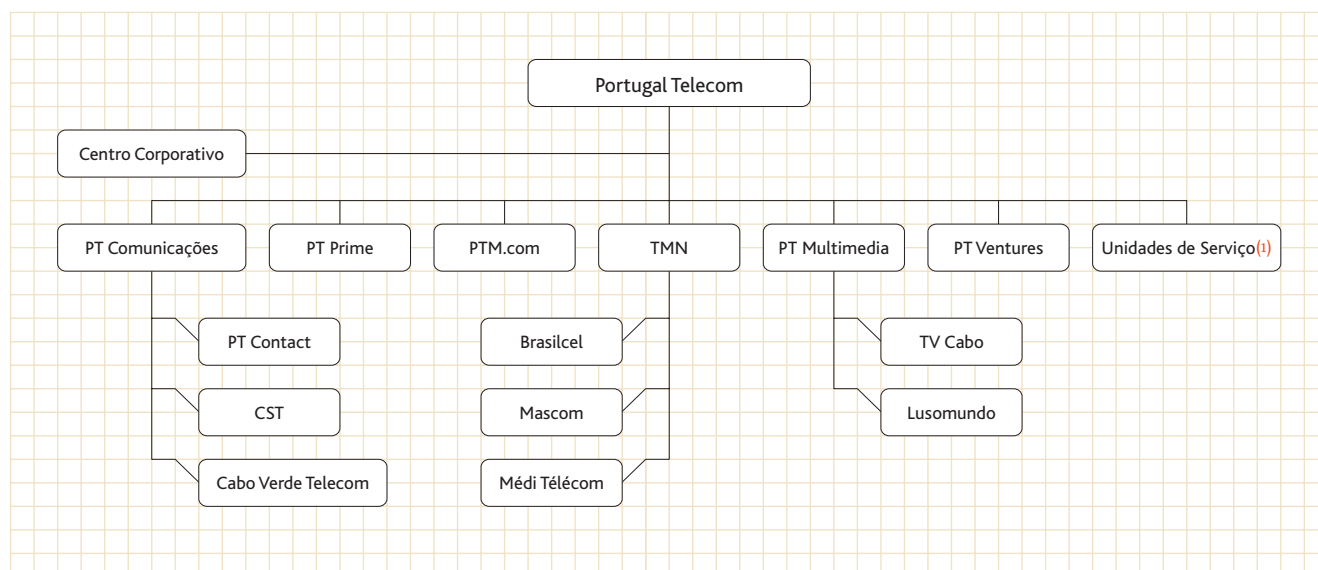
comissões: a Comissão de Estratégia, a Comissão de Avaliação e Compensação, a Comissão de Governo e a já referida Comissão Instaladora da Comissão de Auditoria, encontrando-se a sua descrição no ponto (IV) Órgão de Administração deste capítulo.

O ano de 2002 foi igualmente marcado pela aprovação e divulgação do Código de Ética do Grupo PT, o qual visa explicitar as normas de conduta e os valores que deverão servir de orientação a todos os colaboradores do grupo.

(I) Divulgação de informação

Organograma e competências dos órgãos e departamentos da sociedade

O modelo organizativo do Grupo PT é constituído por: Unidades de Negócio, Unidades de Serviço e Centro Corporativo.



(i) PT Inovação, PT Sistemas de Informação, PT Contact, PT Associação de Cuidados de Saúde, PT PRO – Serviços Partilhados.

As Unidades de Negócio são responsáveis pelas vendas e prestação de serviços, gestão da conta de resultados, estratégia do negócio, gestão de recursos e performance operacional.

As Unidades de Serviço são responsáveis pela obtenção de economias de escala na partilha de pessoas e infra-estruturas (através da uniformização de procedimentos e da gestão eficiente das infra-estruturas respectivas), desenvolvimento de competências próprias (recorrendo à partilha de know how e best practices) e aumento do poder negocial (assegurando maior influência, maior rapidez de resposta e maior qualidade).

O Centro Corporativo reporta à Comissão Executiva e ocupa-se da coordenação dos negócios, através da estratégia corporativa e Business Development, gestão financeira, regulatória e tecnológica, M&A, Corporate Finance, IR, Controlo, Gestão do Talento, Comunicação Corporativa e Acção Jurídica.

Discriminam-se a seguir as unidades e as respectivas competências do Centro Corporativo:

> Secretaria-Geral (SGC): assegurar o apoio administrativo ao Conselho de Administração da PT e restantes órgãos sociais e garantir a sua comunicação com os diversos órgãos da empresa e instituições exteriores.

- > Auditoria Interna (AIC): assegurar a avaliação da eficiência e eficácia dos sistemas de controlo interno das empresas da PT.
- > Assessoria Jurídica (AJC): assegurar o suporte jurídico às operações da PT.
- > Gestão Regulatória (GRC): influenciar o ambiente regulatório de forma a maximizar os negócios da PT e a explorar novas oportunidades, num contexto competitivo.
- > Gabinete de Comunicação Corporativa (GCC): articular e coordenar a comunicação dentro do Grupo PT, no sentido da criação de um espírito de pertença motivador que se assuma como alavanca de criação de valor.
- > Segurança do Grupo PT (SEC): planejar, organizar, dirigir, controlar e inspecionar as actividades de segurança no Grupo PT.
- > Consolidação e Controlo (CCC): assegurar um eficaz e eficiente processo de reporting financeiro do Grupo PT, bem como garantir o controlo interno em termos operacionais e financeiros da performance de todo o grupo.
- > Desenvolvimento Empresarial e Controlo de Gestão (DCC): assegurar a fluidez e coerência no processo de planeamento da PT e controlar, estimular e avaliar a performance das suas empresas, bem como consolidar, ao nível da PT, um processo de investimento orientado para as necessidades de desenvolvimento do negócio.
- > Finanças Corporativas (FNC): organizar e acompanhar as operações de mercado de capitais de dívida, gerir a exposição cambial e otimizar a utilização dos recursos financeiros do Grupo PT.
- > Corporate Finance: otimizar a estrutura de capital do Grupo PT e desenvolver eventuais operações de fusões, aquisições e alienações.
- > Relação com Investidores (RIC): assegurar o adequado relacionamento com a comunidade financeira (investidores, accionistas e entidades reguladoras do mercado), nomeadamente através da prestação de informação financeira e empresarial da PT e da organização de conferências e reuniões individuais com investidores financeiros, de forma a maximizar o valor accionista.
- > Quadros-chave e Excelência Organizacional (QCC): atrair, motivar, desenvolver e reter os melhores profissionais e garantir

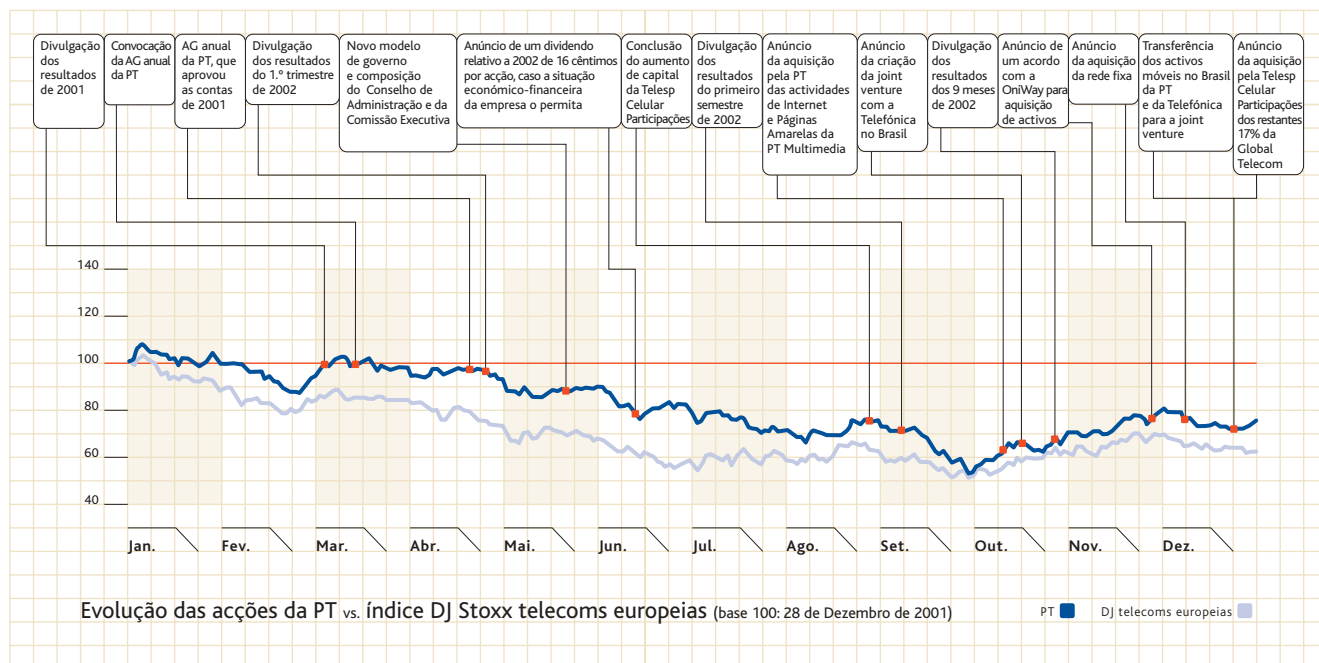
a existência de capacidades para desempenhar os postos críticos.

- > Gestão da Formação e do Conhecimento (GFC): garantir a optimização do conhecimento, das competências e do saber dentro do Grupo PT, através de uma gestão adequada da formação dos seus colaboradores.
- > Marketing e Gestão do Conhecimento (GMC): desenvolver, implementar e gerir uma progressiva convergência das actividades de marketing e gestão do conhecimento dos diversos negócios do grupo, de forma a aumentar a eficiência e melhorar a proposta de valor ao mercado.
- > Desenvolvimento Tecnológico (DTC): desenvolver, implementar e gerir a convergência das plataformas tecnológicas de rede, de gestão de rede e de serviços que suportam os diversos negócios do grupo numa óptica de infra-estrutura única, visando ganhos de eficiência, de racionalização dos recursos de investimento e de exploração e aumento do posicionamento competitivo do grupo.
- > Estratégia e Desenvolvimento de Negócios (EDC): assegurar um adequado apoio para a tomada de decisões estratégicas de elevado impacto na evolução da configuração e na performance do grupo, bem como direccionar e promover o desenvolvimento dos negócios do grupo.
- > Imobiliário e Planeamento de Espaços (IEC): garantir a gestão e coordenação do património imobiliário do Grupo PT, bem como a optimização do espaço físico ocupado, e do custo imobiliário associado, por todas as empresas do grupo, de forma consistente e sustentada.
- > Planeamento de Sistemas de Informação (SIC): garantir a eficiência da prestação dos serviços de sistemas de informação à PT, promovendo sinergias entre as diferentes empresas e unidades de negócio.
- > Negociação de Compras e de Investimento Corporativo (NCC): otimizar, numa perspectiva integrada de grupo, a função de compras e de investimentos nas vertentes de preço, qualidade e serviço, contribuindo significativamente para a criação de vantagens competitivas para o Grupo PT.

Evolução da cotação das acções da PT

Vide capítulo 3. Mercado de Capitais do presente relatório.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução da cotação das acções da PT ao longo de 2002, identificando-se os diversos factos relevantes da empresa.



Política de dividendos

A proposta de distribuição de dividendos é da competência exclusiva do Conselho de Administração da PT, subordinada à observância da legislação portuguesa e aos estatutos da sociedade. De acordo com os estatutos da PT, pelo menos 40% dos resultados líquidos distribuíveis da PT (calculados de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites – PCGA – em Portugal, após dedução dos prejuízos transitados de exercícios anteriores e da dotação de 5% para reforço da reserva legal, até perfazer a quinta parte do capital social e consideradas outras limitações previstas na lei) deverão ser distribuídos aos accionistas na forma de dividendos, sem prejuízo de a Assembleia Geral, por maioria qualificada de dois terços dos votos expressos, poder deliberar no sentido da redução do dividendo ou mesmo da sua não distribuição. A maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A poderá vetar a distribuição de dividendos que excedam 40% dos resultados líquidos distribuíveis.

Na proposta de aplicação de resultados relativa ao exercício de 2001, o Conselho de Administração formalizou a competente proposta à deliberação da Assembleia Geral, que aprovou em

23 de Abril de 2002 o pagamento de um dividendo bruto por acção (ou ADS) de 0,10 euros, tendo o mesmo ocorrido em 23 de Maio de 2002.

Planos de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções

Em 31 de Dezembro de 2002 estavam em vigor o Plano de Opção de Compra de Acções da PT e o Plano de Incentivos da PT, aprovados em Abril de 1998 e Setembro de 1999, respectivamente.

Plano de Opção de Compra de Acções da PT

Em 21 de Abril de 1998, a Assembleia Geral Anual da PT aprovou a criação de um Plano de Incentivos para Administradores e Quadros da PT e de empresas participadas, constituído por opções de compra de acções da PT.

Este plano tem como objectivos essenciais a criação de valor para os accionistas, a fidelização dos quadros-chave e o incentivo ao seu desempenho a médio e longo prazo, consistindo, essencialmente, na atribuição de direitos de aquisição de acções representativas do capital social da PT, de forma faseada durante

um período de cinco anos, mediante o cumprimento de determinadas performances a definir pelo Conselho de Administração.

Os custos associados a este plano são registados na demonstração de resultados como custo no ano em que as opções são exercidas, sendo o correspondente custo registado na rubrica “Custos com o pessoal”.

No final de 2002 existiam 142 participantes neste plano, que se destina a titulares dos órgãos de administração e quadros da PT e de outras empresas do grupo, sendo a condição de participante neste plano estabelecida de acordo com os critérios previamente fixados pelo Conselho de Administração.

O preço de aquisição das acções objecto de opção é o que resultar da média das cotações de fecho das acções da PT na Euronext – Lisboa ao longo dos vinte dias úteis imediatamente anteriores ao dia de atribuição das opções. Este preço pode ser corrigido, nos termos do regulamento do plano, sempre que a PT efectuar operações financeiras, susceptíveis de afectar o valor das suas acções, de modo a neutralizar o efeito daquelas operações. O actual preço de exercício é de 9,39 euros.

As opções podem ser exercidas faseadamente, no prazo de três meses a contar do termo de cada aniversário do plano (8 de Junho), em lotes correspondentes às percentagens seguintes: 1999 – 0%; 2000 – 10%; 2001 – 20%; 2002 – 30%; 2003 – 40%. As opções não exercidas, total ou parcialmente no respectivo ano de maturidade, poderão ainda ser exercidas, por uma só vez, no prazo de três meses a contar da data do último aniversário do plano. Não existem incentivos especiais para o exercício das opções.

A gestão do plano é da responsabilidade do Conselho de Administração, ou em quem este delegar, podendo, em qualquer momento, mediante parecer favorável da Comissão de Vencimentos, ser alterado, suspenso ou cessado.

O número de acções necessárias para fazer face ao número de opções atribuídas no final de 2002 é de 1 465 428. Por outro lado, o número de acções necessárias para fazer face ao exercício de opções exercitáveis em 2002 era de 445 342 acções no início do período de exercício de 2002 e de 439 628 no fim do período de exercício de 2002.

Plano de incentivos da PT

Em 27 de Setembro de 1999, a Assembleia Geral Extraordinária da PT aprovou a criação e implementação de um novo Plano de Opções de Compra de acções da PT, que abrange titulares

do Conselho de Administração e quadros superiores de empresas do grupo.

Este plano visa a vinculação de gestores-chave e o incentivo à melhoria contínua da performance individual e empresarial, consistindo essencialmente na atribuição não onerosa de acções, com base na avaliação positiva da performance individual, e de opções de aquisição de acções, no final de cada um dos três anos de mandato.

Os custos associados a este plano são registados na demonstração de resultados como custo no ano em que as acções são atribuídas ou as opções são exercidas pelos trabalhadores, sendo o correspondente custo registado na rubrica “Custos com o pessoal”.

O mesmo destina-se aos membros do Conselho de Administração da PT e aos executivos elegíveis (membros de comissões executivas de empresas do grupo) que o Conselho de Administração ou o seu Presidente (PCA) entenderem considerar, ao PCA/PCE de sociedades cotadas em bolsa e nas quais a PT detenha directa ou indirectamente uma participação social superior a 50%, ou o respectivo controlo de gestão. Excepcionalmente, e com a devida fundamentação, a quem, não sendo executivo elegível, o PCA entenda ser de atribuir acções e opções ao abrigo deste plano. O número de participantes do Plano de Incentivos no final de 2002 era de vinte e sete elementos.

Compete ao Conselho de Administração da PT ou ao seu Presidente, bem como à Comissão de Acompanhamento do Plano de Incentivos, nomeadamente no caso do Presidente, deliberar sobre a atribuição de acções e de opções, nos termos do respectivo regulamento, por iniciativa própria ou sob proposta dos Conselhos de Administração das empresas do grupo. A atribuição de acções e de opções é efectuada uma única vez, podendo o PCA aumentar o número de acções e opções atribuídas a um dado participante em função de novas responsabilidades que lhe tenham sido cometidas. Cada atribuição dá origem à celebração de um contrato de adesão.

Dependente da avaliação positiva da performance individual, a PT atribui ao participante, no final de cada um dos três anos de mandato, um dado número de acções a título não oneroso, cujo modo de determinação é arbitrado com a celebração do contrato e fixado, caso a caso, pelo PCA, dentro dos limites estabelecidos pela Comissão de Acompanhamento. Em 2002, o número de acções atribuídas no âmbito deste plano foi de 884 301 acções.

Com a celebração do contrato de adesão é arbitrado ao participante o modo de determinação do número de opções que lhe serão atribuídas no final de cada ano de mandato, fixado, caso a caso, pelo PCA, dentro dos limites estabelecidos pela Comissão de Acompanhamento.

O preço de exercício das opções é igual à média simples das cotações na Euronext – Lisboa das acções da PT nos quinze dias corridos anteriormente à data de início do plano, sendo este valor ajustável nos termos do regulamento do Plano de Incentivos. O actual preço de exercício é de 11,38 euros.

As opções devidas num dado ano podem ser exercidas, total ou parcialmente, no prazo de três meses a contar do termo de cada aniversário da data da assinatura do plano. As opções não exercidas total ou parcialmente no respectivo ano de vencimento, poderão ser ainda exercidas, na sua totalidade, por uma só vez, no prazo de três meses a contar da data do último aniversário do plano ou de outra que se venha a estabelecer. Não existem incentivos especiais para a aquisição de acções.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) pode delegar num administrador executivo a prática de todos os actos e formalidades de carácter administrativo relacionadas com este plano. As alterações, a suspensão ou termo do regulamento do Plano de Incentivos resultarão de deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do PCA. O número de opções atribuídas e exercitáveis em 2002 era de 2 624 468 acções.

Utilização de novas tecnologias

A PT tem vindo a utilizar cada vez mais as novas tecnologias, nomeadamente a Internet e o correio electrónico, para a divulgação, disponibilização e envio de informação para a comunidade financeira e para os seus clientes. O meio privilegiado para o envio de informações, tais como factos relevantes, press releases, relatórios e contas, apresentações, toda a documentação inerente às Assembleias Gerais, bem como qualquer tipo de resposta ou esclarecimento a questões solicitadas à empresa, tem sido o correio electrónico.

Encontram-se disponíveis na página da Internet da PT (www.telecom.pt) e acessíveis ao mercado todas as publicações e comunicações, press releases, relatórios e contas semestrais e anuais, Form 20-F, informação financeira trimestral, apresentações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da empresa.

No âmbito da preparação das reuniões de Assembleias Gerais, a PT disponibiliza no seu site a convocatória, a partir do momento da respectiva publicação, bem como as minutas dos boletins de voto, a utilizar no caso de voto por correspondência, com uma antecedência de quinze dias, relativamente à data da celebração da Assembleia Geral.

Relação com investidores

Em Março de 1995 foi criada a Direcção de Relação com Investidores, com o objectivo de assegurar o adequado relacionamento com os accionistas, investidores e analistas, bem como com os mercados financeiros em geral e, em particular, com as bolsas de valores onde está cotada a PT e respectivas entidades reguladoras: a CMVM e a SEC. O representante para as Relações com o Mercado da PT é: Vitor José Gama Sequeira. Esta Direcção elabora regularmente apresentações, comunicados e press releases sobre os resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram. Presta igualmente todo e qualquer tipo de esclarecimentos à comunidade financeira em geral – accionistas, investidores (institucionais e retalho) e analistas.

Qualquer interessado pode contactar a Direcção de Relação com Investidores, através do seguinte endereço ou contacto:
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40 – 8.º
1069 – 300 Lisboa (Portugal)
Tel./Fax: +(351) 21 500 1701/+(351) 21 355 6623
E-mail: vitor.j.sequeira@telecom.pt

(II) Exercício do direito de voto e representação de accionistas

Os accionistas que pretendam participar na Assembleia Geral devem comprovar, até quinze dias antes da respectiva reunião, a inscrição das suas acções em conta de valores mobiliários escriturais, devendo as acções permanecer inscritas ou registadas em nome do accionista, pelo menos, até ao encerramento da reunião da Assembleia Geral. A cada 500 euros de capital, isto é, a cada 500 acções, corresponde um voto.

Os accionistas detentores de um montante de capital que não atinja os 500 euros poderão agrupar-se de forma a, em conjunto e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o montante necessário ao exercício do direito de voto.

Os accionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral, desde que o representante seja membro do Conselho de Administração, ou cônjuge, ascendente ou descendente do accionista, ou por outro accionista, sendo suficiente como instrumento de representação uma carta, com assinatura, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Os accionistas com direito a voto poderão, de acordo com o artigo 22.º do Código dos Valores Mobiliários, exercê-lo por correspondência, através de declaração por si assinada, onde manifestem, de forma inequívoca, o sentido do seu voto em relação a cada um dos pontos da ordem de trabalhos da assembleia. De referir que não existe qualquer regra nos estatutos da empresa que afaste o exercício do direito de voto por correspondência.

A declaração de voto deve ser acompanhada de fotocópia legível do Bilhete de Identidade do accionista. No caso de accionista que seja pessoa colectiva, a declaração de voto deverá ser assinada por quem a represente, com a assinatura reconhecida notarialmente nessa qualidade. As declarações de voto, acompanhadas dos elementos referidos anteriormente, deverão ser inseridas em envelope fechado, endereçado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, apresentadas em mão na sede da sociedade, ou aí recebidas, através de correio registado, até cinco dias úteis antes da data da Assembleia Geral.

Aos detentores de ADS (um ADS representa uma acção ordinária) são conferidos os mesmos direitos que aos detentores de acções ordinárias.

São postas à disposição dos senhores accionistas, na sede social e no prazo legal, as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral, os relatórios que legalmente as devem acompanhar e demais elementos de informação preparatória, bem como o texto das alterações estatutárias propostas. Ainda relativamente a esta matéria, e a fim de facilitar o acesso às referidas informações, especialmente aos accionistas estrangeiros, procede-se, quando solicitado, ao envio das mesmas por correio, fax ou correio electrónico.

(III) Regras societárias

Código de Ética

Durante o primeiro trimestre de 2002, foi divulgado por todos os colaboradores e principais stakeholders do Grupo PT o Código

de Ética aprovado em 18 de Dezembro de 2001 pelo Conselho de Administração.

Com este Código pretende-se explicitar e formalizar padrões de comportamento alinhados com os princípios e valores do grupo, fomentar junto dos colaboradores a sua partilha e a adopção dos comportamentos consentâneos, e consolidar as bases que sustentam as relações crescentes de confiança entre colaboradores, accionistas, clientes e fornecedores da PT. Aplica-se a todos os colaboradores, tendo a Comissão de Governo do Conselho da PT a seu cargo supervisionar a aplicação do mesmo.

O Código de Ética encontra-se disponível para consulta no site oficial da empresa (www.telecom.pt).

Gestão e controlo de riscos

A gestão dos riscos de negócio assume cada vez maior importância, atendendo ao contexto de globalização e elevado dinamismo que hoje em dia caracteriza o meio em que se desenvolvem as actividades das várias áreas de negócio da PT.

Atendendo a que a gestão de riscos de negócio é uma responsabilidade de todos os colaboradores, a PT tem vindo a desenvolver metodologias com vista a criar uma “Risk-Awareness Culture” que estabeleça uma linguagem comum para identificar, priorizar, avaliar e controlar os riscos críticos de negócio.

Os negócios do grupo são afectados por um grande número de factores de risco, uns fora do controlo da gestão, e outros que devem ser geridos pró-activamente, de modo a influenciar de forma positiva o desempenho do grupo. Estes afectam as operações, as receitas, os resultados, os activos, a liquidez e os recursos do grupo e, consequentemente, o valor accionista da empresa.

A gestão de riscos é assegurada pelas diversas unidades do Centro Corporativo, Unidades de Negócio e Unidades de Serviço, as quais com base numa identificação e priorização prévia de riscos críticos desenvolvem estratégias de gestão de risco com vista a implementarem os controlos considerados adequados e que garantam a redução do risco para um nível aceitável.

As estratégias de gestão de riscos adoptadas visam garantir que:

- > Os sistemas e procedimentos de controlo e as políticas instituídas permitem responder às expectativas dos órgãos de gestão, accionistas e público em geral.

- > Os sistemas de procedimentos de controlo e as políticas instituídas estão de acordo com todas as leis e regulamentos aplicáveis.

> A informação financeira e operacional é completa, fiável e segura e reportada periódica e atempadamente.

> Os recursos do Grupo PT são usados de forma eficiente e económica.

> O valor accionista é maximizado; e

> A gestão operacional tomou as medidas necessárias para corrigir aspectos reportados anteriormente.

Os riscos de negócio são avaliados tendo em conta a probabilidade e impacto da sua ocorrência nos negócios do grupo. Essa avaliação é feita pelas Comissões Executivas e Direcções das empresas do Grupo PT.

Os principais factores de risco inerentes aos negócios do grupo são:

> Concorrência: potencial redução das receitas do serviço fixo em resultado da progressiva canibalização por parte do serviço móvel e de outros operadores de rede fixa. A gestão deste risco é uma preocupação constante da Comissão Executiva da PT e suas empresas participadas na procura de novos e melhores produtos e serviços que se revelem inovadores e representem valor face aos da concorrência, que permitam consolidar, junto do cliente final, a imagem do Grupo PT como líder e pioneiro no mercado de telecomunicações.

> Evolução tecnológica: necessidade de investimentos em negócios cada vez mais concorrenciais e com uma história recente de mudanças tecnológicas muito rápidas. A gestão do risco de evolução tecnológica está, a nível corporativo, sob responsabilidade do departamento de “Desenvolvimento Tecnológico” da PT. Paralelamente, a nível operacional o Grupo PT detém a PT Inovação, direccionada para o desenvolvimento tecnológico dos negócios do grupo, ao nível da investigação aplicada, serviços de engenharia e de desenvolvimento de soluções e serviços inovadores, quer no mercado doméstico, quer no mercado internacional.

> Regulação: assegurar o acompanhamento das alterações regulatórias, dadas as ameaças e oportunidades que representam para a posição competitiva do Grupo PT nos negócios em que este está inserido. A gestão do risco de regulação está entregue ao departamento de “Gestão Regulatória” da PT que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao sector, com impacto para o Grupo PT, emitidas por entidades nacionais e internacionais.

> Fiscal: eventuais interpretações da aplicação da regulamentação fiscal e para-fiscal de formas diversas da oficial. A gestão

deste risco está entregue ao departamento de “Consolidação e Controlo” da PT que acompanha toda a regulamentação fiscal e aproveitamento de oportunidades de planeamento fiscal. Poderá este departamento ser apoiado por consultoria fiscal sempre que os temas em análise possam ser mais críticos e, por isso, carecerem de uma interpretação de uma entidade independente.

> Não obtenção/retenção de talentos: assegurar a capacidade de dispor das pessoas com as capacidades correctas, devidamente motivadas, nos lugares certos. A gestão deste risco está a cargo do departamento de “Quadros-chave e Excelência Organizacional” da PT que identifica os elementos-chave do Grupo PT para depois utilizar as estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.

> Parcerias estratégicas: assegurar alianças, joint ventures, ou outro tipo de relações eficientes e eficazes que afectem de modo positivo a capacidade de competir. Nesta matéria, a Comissão Executiva da PT e das restantes empresas participadas têm assumido a gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.

> Mercados financeiros: alteração dos rendimentos esperados de investimentos efectuados no exterior, em resultado de alteração de diversas variáveis, nomeadamente taxa de juro e taxa de câmbio. A gestão do risco de mercados financeiros tem sido feita pelo departamento de “Finanças Corporativas”. Até 31 de Dezembro de 2002, o Grupo PT contratou um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e taxa de câmbio. A contratação de investimentos financeiros é efectuada após a análise cuidada dos riscos, benefícios inerentes a este tipo de operações e consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela empresa. O fair value destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras.

De salientar que alguns riscos podem neste momento ser desconhecidos ou então considerados como imateriais, o que não impede que no futuro possam vir a tornar-se relevantes.

Para além da gestão de riscos (discutida ao longo do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas)

que é assegurada pelas diversas Unidades do Centro Corporativo, Unidades de Negócio e Unidades de Serviço, é de referir a existência da Unidade de Auditoria Interna Corporativa (AIC) que depende directamente do Presidente da Comissão Executiva e que tem uma missão, estatuto e modelo de funcionamento que reforçam o seu papel de parceiro de gestão das empresas da PT, verificando a todos os níveis como é que os sistemas de controlo interno e de gestão de risco estão a funcionar.

Durante o ano de 2002 a Auditoria Interna direccionou-se para a identificação e prioritização dos riscos críticos, bem como para a realização de auditorias baseadas nos riscos de negócio com vista a avaliar de forma independente as actividades do Grupo PT e a gestão, actuando de modo a garantir que os processos de negócio estão a ser adequadamente geridos e fornecendo recomendações quanto ao sistema de controlo interno e à forma como o grupo está a responder aos riscos de negócio que se lhe deparam.

Limites ao exercício dos direitos de voto e direitos especiais

De acordo com os estatutos da empresa, não serão contados os votos emitidos por um accionista titular de acções ordinárias, por si ou através de representante, em nome próprio ou como representante de outro accionista, que excedam dez por cento da totalidade do capital.

Para além das acções ordinárias, o capital social da PT está também representado por 500 acções de categoria A, as quais são detidas pelo Estado e conferem direitos especiais, resultantes do estabelecido no artigo 14.º n.º 2 e no artigo 19.º n.º 2 dos estatutos da empresa.

Nos termos destas disposições, as matérias que se indicam a seguir não serão aprovadas em Assembleia Geral, contra a maioria dos votos correspondentes às acções de categoria A:

- > Eleição da Mesa da Assembleia Geral e dos membros do Conselho Fiscal.
- > Aplicação de resultados do exercício, sendo apenas aplicável em relação à aprovação de dividendos em percentagem superior ao mínimo de 40% dos lucros distribuíveis, fixado na alínea b) do artigo 30.º dos estatutos.
- > Quaisquer alterações dos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direitos de preferência

e a fixação, nos termos do artigo 4.º n.ºs 3 e 4 dos estatutos, de parâmetros para aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração.

> Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, a fixação do valor daquelas que o Conselho de Administração pode autorizar, nos termos do artigo 8.º n.º 3 dos estatutos, bem como sobre a limitação ou supressão do direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções e a fixação, nos termos do artigo 8.º n.ºs 3 e 4 dos estatutos, de parâmetros para emissões a aprovar pelo Conselho de Administração de obrigações desta natureza.

> Autorização para a empresa poder criar e manter em qualquer ponto do território nacional, ou fora dele, agências, delegações ou qualquer outra forma de representação, bem como, com a autorização da Assembleia Geral, deslocar a sua sede dentro do concelho de Lisboa ou para concelho limítrofe.

> Autorização da Assembleia Geral para que os accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT sejam titulares de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social da empresa.

> Aprovação dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas da empresa.

> Definição dos princípios gerais de política de participações em sociedades, nos termos do artigo 3.º n.º 2 dos estatutos, e deliberar sobre as respectivas aquisições e alienações, nos casos em que aqueles princípios as condicionem à prévia autorização da Assembleia Geral.

> A eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração.

Por último, refira-se que não existem quaisquer acordos parasociais.

(IV) Órgão de administração

Caracterização do órgão de administração

O Conselho de Administração da PT poderá ser composto por um número ímpar de quinze a vinte e três administradores, sendo os mesmos eleitos por maioria dos votos emitidos. O quórum para a reunião do Conselho de Administração consiste numa maioria simples de administradores, possuindo os membros iguais direitos de voto e sendo todas as deliberações

do Conselho de Administração tomadas por maioria de votos. O Presidente goza de voto de qualidade, em caso de empate. O mandato dos administradores é de três anos, sendo o ano de eleição considerado como um ano civil completo, não existindo restrição quanto à reeleição de administradores. Actualmente, o Conselho de Administração da PT é composto por dezanove administradores, encontrando-se a respectiva composição descrita em anexo.

Os membros do Conselho de Administração foram eleitos em nome individual por proposta conjunta de accionistas privados e pelo Estado na Assembleia Geral de 27 de Abril de 2000, sem indicação de qualquer tipo de representação. O Conselho é constituído por profissionais de gestão com larga experiência, nomeadamente nas telecomunicações e no sector financeiro.

Indica-se a seguir as funções que os membros do Conselho de Administração exercem em outras empresas:

> Francisco Luís Murteira Nabo, Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa; Vice-Presidente do Conselho Geral da Associação Industrial Portuguesa; Vogal da Direcção da ACL – Associação Comercial de Lisboa/Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa.

> Miguel António Igrejas Horta e Costa, Presidente do Conselho de Administração da PT Comunicações; Presidente do Conselho de Administração da PT Multimedia; Presidente do Conselho de Administração da PT Móveis; Presidente do Conselho de Administração da TMN; Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações; Presidente do Conselho de Administração da Portugal Telecom Brasil; Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures; Administrador da Telefónica.

> Zeinal Bava, Presidente do Conselho de Administração da PT PRO – Serviços de Gestão; Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Multimedia; Administrador da Brasilcel; Administrador da Telesp Celular Participações; Administrador do Banco BEST; Membro do Conselho Geral da AMBELIS.

> Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz, Presidente da Comissão Executiva da PT Comunicações; Presidente da Comissão Executiva da PT Prime, SGPS; Presidente do Conselho de Administração da PT Prime; Presidente do Conselho de Administração da Tradecom; Presidente do Conselho de Administração da PT Contact; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações; Administrador da Brasilcel; Administrador da TMN.

> Iriarte José Araújo Esteves, Presidente da Comissão Executiva da PT Móveis; Presidente da Comissão Executiva da TMN; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telesp Celular Participações; Administrador da Brasilcel; Administrador da PT Prime, SGPS.

> Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes, Presidente do Conselho de Administração da PT Sistemas de Informação; Vice-Presidente do Conselho de Administração da PT Ventures; Administrador da Brasilcel; Administrador da Telesp Celular Participações.

> Victor Manuel Pereira Dias, Presidente do Conselho de Administração da Tradingpor.

> Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, Presidente da Comissão Executiva do BES Investimento; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Cervejas Estrela; Administrador da Parfil, SGPS; Administrador da Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS; Administrador do BES; Administrador da Urfil; Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento Brasil; Administrador do BES.COM, SGPS; Administrador da Espírito Santo Financial Group; Administrador da VTR, SGPS; Administrador da SCC – Sociedade Central de Cervejas; Administrador da ES-CAPITAL – Sociedade de Capital de Risco; Administrador da Espírito Santo Dealer; Presidente do Conselho de Administração da Benito Monjardin; Administrador da PT Multimedia.

> Carlos Alberto Oliveira Cruz, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Caixa-Banco de Investimento; Presidente do Conselho de Administração da Caixa Brasil, SGPS; Administrador da Gerbanca, SGPS; Administrador da Unibanco Holdings.

> João Manuel de Mello Franco, Administrador da José de Mello Participações; Vice-Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Imobiliária; Presidente do Conselho de Administração da José de Mello Residências e Serviços; Presidente do Conselho de Administração da Imopólis (SGFII); Presidente do Conselho de Administração da Engimais; Administrador da International Shipowners Reinsurance Co.

> Fernando Maria da Costa Duarte Ulrich, Vice-Presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração do Banco BPI; Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Português de Investimento; Presidente do Conselho de Administra-

ção do BPI Fundos; Presidente do Conselho de Administração do BPI Pensões; Presidente do Conselho de Administração do BPI Vida; Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento (Moçambique); Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento (Angola); Administrador do BPI Capital Finance; Presidente do Conselho de Administração do BPI Global Investment Fund Management Company; Administrador do Banco BPI Cayman; Administrador da Inter-Risco; Presidente do Conselho de Administração da Solo, SGPS; Administrador do BPI Madeira, SGPS, Unipessoal; Administrador da Companhia de Seguros Allianz Portugal; Administrador da PT Multimedia; Administrador da Impresa, SGPS; Administrador da SIC.

> António Pedro de Carvalho Viana Baptista, Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Móviles; Conselheiro da Telefónica; Conselheiro da Telefónica de Espanha; Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Móviles Espanha (em processo de formalização); Conselheiro da TBS Celular Participações; Conselheiro da Sudestecel Participações; Conselheiro da Iberoleste Participações; Conselheiro da Tele Sudeste Celular Participações; Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Internacional (até 28/08/2002, data a partir da qual foi designado Administrador da mesma empresa); Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Argentina; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telefónica del Peru; Vice-Presidente do Conselho de Administração da Telecomunicações de São Paulo – Telesp; Administrador suplente da Telefónica CTC Chile; Director da Telefónica Larga Distancia de Puerto Rico; Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Internacional Chile; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Internacional de Telecomunicaciones (COINTEL); Presidente do Conselho de Administração da Telefónica Peru Holding; Presidente do Conselho de Administração da SP Telecomunicações Holding; Administrador da Terra em representação da Telefónica Data; Administrador da Brasilcel.

> Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Administrador do BES; Administrador do BES.COM, SGPS; Administrador do Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito; Administrador da ESDATA – Espírito Santo Data, SGPS; Presidente do Conselho de Administração do E. S. Interaction, Sistemas de Informação Interactivos; Administrador do Banco BEST; Administrador da Companhia de Seguros Tranquilidade Vida; Administrador da PT Multimedia.

> Luís Augusto da Silva, Presidente da Comissão Executiva da Cinveste, SGPS; Presidente da Comissão Executiva da Israrber, SGPS; Gerente da MPBS – Imobiliária; Gerente da Bordalo Silva – Investimentos, SGPS; Gerente da LAS, Investimentos, SGPS; Gerente da LSMS, Investimentos, SGPS.

> Israel Vainboim, Conselheiro e Director Presidente do Unibanco Holdings; Conselheiro do Unibanco – União de Bancos Brasileiros; Vice-Presidente do Conselho de Administração do Unibanco Leasing; Conselheiro do Unibanco AIG Seguros; Conselheiro do Banco Credibanco; Conselheiro do Banco Investcred Unibanco; Conselheiro do Banco 1Net; Director do BWU Representação e Participações; Presidente do Conselho de Administração do BWU Vídeo; Director do Cambuhy Agrícola; Director Presidente do Cambuhy Comercial, Representações e Participações; Director do Caminho Editorial; Director do Consórcio Unibanco BW; Membro do Conselho de Administração do E-BIT Tecnologia em Marketing; Director Presidente do E. Johnston Representações e Participações; Director Presidente da Imopar Participações Imobiliárias; Presidente do Conselho de Administração da Itaparica – Empreendimentos Turísticos; Director da Marília Investimentos; Director Presidente e Membro do Conselho de Administração da MPC Participações; Director Presidente e Membro do Conselho de Administração da MPC Representações e Participações; Director da Resorts Investments; Director Presidente e Membro do Conselho de Administração da Rima Participações; Director Presidente e Membro do Conselho de Administração da Rima Representações e Participações; Director da Rosefield Finance; Gerente da Santana Investimentos; Gerente da São Carlos Representação e Participações; Gerente da São Gregório Representação e Participações; Gerente da São Leonardo Representação e Participações; Gerente da São Teófilo Representação e Participações; Director Presidente da Unicorp Administração de Bens e Empresas; Director da Unicorp International Finance Corporation.

> Fernando Abril-Martorell, Administrador-Delegado da Telefónica; Administrador da Telecomunicações de São Paulo – Telesp.

> Jorge Humberto Correia Tomé, Presidente da Comissão Executiva da Caixa-Banco de Investimento; Administrador não executivo da Caixa Gestão de Patrimónios; Presidente do Conselho de Administração da Trem II – Aluguer Material Circulante, ACE.

> Patrick Monteiro de Barros, Administrador não executivo da Espírito Santo Control Holding; Administrador não executivo da Espírito Santo International Holding; Administrador não executivo da Espírito Santo Resources; Presidente do Conselho de Administração da Argus Resources (UK); Administrador-Delegado da Fundação Monteiro de Barros; Presidente do Conselho de Administração da Telexpress Investments.

> Jorge Maria Bleck, Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Crédito Predial Português; Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Santander – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário; Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander de Negócios Portugal; Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Banco Santander; Vogal do Conselho de Administração da Foggia, SGPS (Grupo Banco Totta).

Comissão Executiva

Nos termos dos estatutos, a gestão corrente da empresa cabe a uma Comissão Executiva, composta por cinco ou sete administradores. É necessária a maioria dos votos dos membros da Comissão Executiva para a aprovação das suas decisões, possuindo todos os membros iguais direitos de voto, e cabendo ao Presidente voto de qualidade, em caso de empate. A Comissão Executiva reúne semanalmente, à quinta-feira.

A Comissão Executiva tem actualmente a seguinte composição:

Presidente:

Miguel António Igrejas Horta e Costa

Vogais:

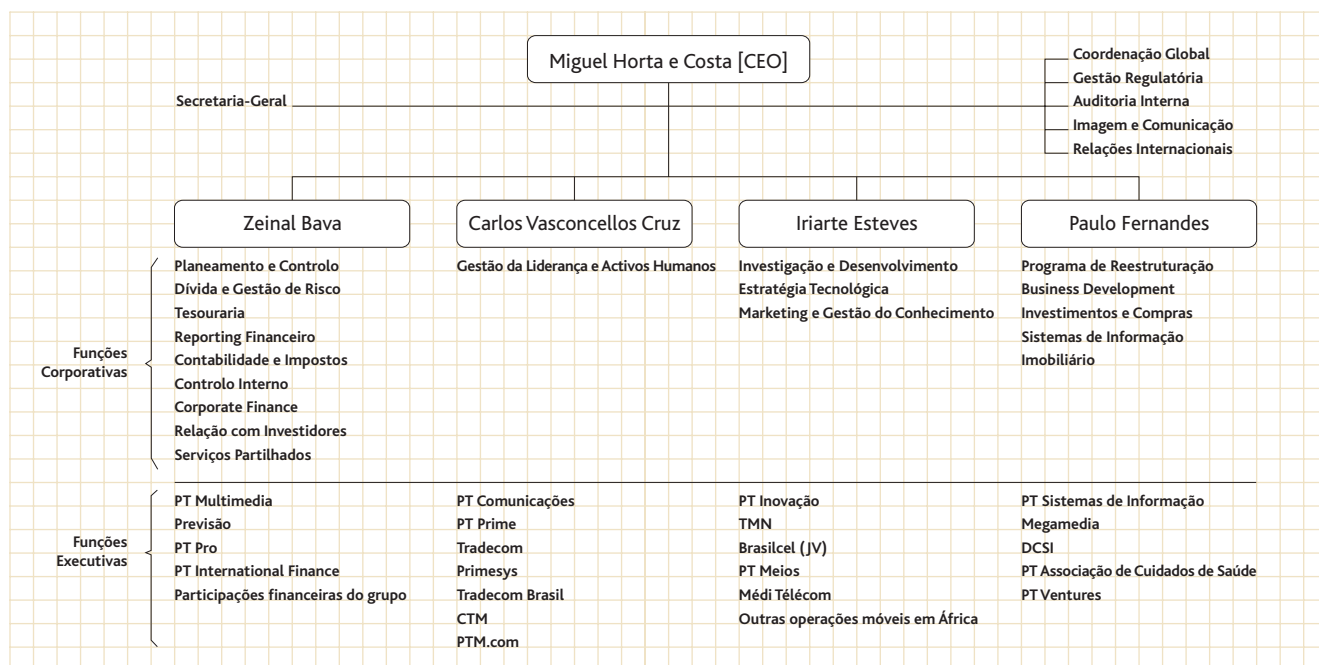
Zeinal Bava

Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz

Iriarte José de Araújo Esteves

Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes

No organigrama seguinte apresenta-se a atribuição de responsabilidades aos membros da Comissão Executiva:



Em 27 de Junho de 2002, foi criada a Comissão de Estratégia, a qual tem por missão debater, analisar e apresentar recomendações sobre o Plano Estratégico do grupo, preparado pela Comissão Executiva, a submeter à aprovação do Conselho de Administração; pronunciar-se sobre o impacto e a eficácia do Plano Estratégico e das grandes decisões estratégicas tomadas, propondo eventuais ajustes; estudar e preparar, com vista a futuro debate em reunião de Conselho de Administração, matérias sugeridas pelo PCA ou PCE, relativas a questões estratégicas que surjam ao longo do ano, por exemplo novas oportunidades de expansão internacional e de diversificação para novos negócios e alienação de activos estratégicos.

A Comissão de Estratégia é constituída pelo Presidente do Conselho de Administração, Francisco Luís Murteira Nabo, que é o seu Presidente, pelos administradores da Comissão Executiva, Miguel António Igrejas Horta e Costa, Zeinal Bava, Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz, Iriarte José Araújo Esteves e Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes, e pelos seguintes administradores não executivos: Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, Carlos Alberto de Oliveira Cruz, António Pedro de Carvalho Viana Baptista, Fernando Maria da Costa Duarte Ulrich e Patrick Monteiro de Barros. A Comissão de Estratégia reúne-se trimestralmente.

Controlo por parte do órgão de administração

O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da empresa, atribuindo-lhe, sem prejuízo da faculdade de poder avocar qualquer das competências delegadas, todos os poderes para o efeito necessários, com excepção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- > Cooptação de administradores.
- > Pedido de convocação de Assembleias Gerais.
- > Relatórios e contas anuais, a submeter à aprovação da Assembleia Geral.
- > Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15.º dos estatutos da PT.
- > Mudança de sede da sociedade.
- > Projectos de cisão, fusão e transformação da sociedade, a propor à Assembleia Geral, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões e acordos de parceria estratégica que envolvam

sociedades do Grupo PT, sempre que, nestes casos, tais operações não consubstanciem meras reestruturações internas do Grupo PT enquadradas nos objectivos gerais e princípios fundamentais aprovados pela Assembleia Geral.

- > Projectos de aumentos de capital da sociedade, a propor à Assembleia Geral.
- > Alterações estatutárias, a propor à Assembleia Geral.
- > Definição dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia Geral, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviços.
- > Extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade e modificações importantes na organização da empresa.
- > Planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais.
- > Definição do montante a propor anualmente à Assembleia Geral para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva.

Ordinariamente, o Conselho de Administração reúne-se mensalmente, em datas fixadas pelo seu Presidente, podendo no entanto reunir extraordinariamente nos termos previstos nos estatutos da empresa. Em 2002 tiveram lugar quinze reuniões do Conselho de Administração.

Por indicação do Presidente da Comissão Executiva, é dado conhecimento ao Conselho de Administração das matérias discutidas, bem como das decisões tomadas pela Comissão Executiva. Em geral, todas as matérias de carácter relevante são levadas ao conhecimento do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

A fiscalização da actividade social compete a um Conselho Fiscal, composto por um Presidente, dois Vogais Efectivos e um Suplente, todos eleitos em Assembleia Geral, por mandatos de três anos, sendo um dos Vogais Efectivos e o Suplente Revisor Oficial de Contas ou Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída pelo respectivo Presidente, por um Vice-Presidente e por um Secretário. A Assem-

bleia Geral é convocada e dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Comissões de controlo internas

A **Comissão de Vencimentos** foi criada, em Assembleia Geral de Agosto de 1995, com o objectivo de fixar as remunerações dos seus órgãos sociais, sendo composta pelos seguintes membros: Armando Manuel Marques Guedes, Augusto Athayde d'Albergaria e Victor Manuel Batista de Almeida.

Adicionalmente, em 27 de Junho de 2002, o Conselho de Administração criou as seguintes três comissões onde têm assento administradores não executivos:

A **Comissão de Avaliação e Compensação** tem como atribuições a validação, para posterior aprovação pelo Conselho de Administração, do modelo global de compensação dos membros da Alta Direcção do Grupo, do Regulamento dos Planos de Incentivos e a avaliação anual do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva, tendo em vista a determinação da remuneração anual variável, sendo composta pelos seguintes membros: Armando Marques Guedes (Presidente), Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, Luís Augusto Silva, Fernando Maria da Costa Ulrich e João Manuel de Mello Franco. A Comissão reúne sempre que necessário.

A **Comissão Instaladora da Comissão de Auditoria** que surge da necessidade, entre outras, de distinguir e clarificar as funções do "Audit Committee" de acordo com o "Sarbanes-Oxley Act" e do Conselho Fiscal, visando definir a sua composição e estrutura de funcionamento. Esta Comissão Instaladora é constituída pelos seguintes membros: Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes (Presidente), António Pedro de Carvalho Viana Baptista e Jorge Humberto Correia Tomé. A Comissão reúne pelo menos trimestralmente.

A **Comissão de Governo** é constituída pelos administradores Victor Manuel Pereira Dias (Presidente), Israel Vainboim e Jorge Bleck, tem como atribuições a análise e proposta ao Conselho de Administração do grupo de alterações às regras de funcionamento deste órgão estatutário e de alterações ao modelo de governo da holding do grupo, bem como a supervisão da aplicação do Código de Ética e dos Valores do grupo. Esta Comissão reúne sempre que necessário.

Por último, será de referir o Provedor do Cliente de Telecomunicações, que é um órgão de apoio e consulta do Conselho de Administração, que tem como missão a apreciação de assuntos relativos a práticas negociais, conflitos, reclamações e queixas ou sugestões de clientes das empresas do Grupo PT. É designado pela Comissão Executiva por um período de três anos, automaticamente renovável, devendo a escolha recair num cidadão de comprovada reputação profissional, integridade e independência. Actualmente, o Provedor do Cliente da PT é José Manuel Matos Pereira. No desempenho das suas funções, o Provedor goza de total independência relativamente aos órgãos sociais e serviços das empresas do grupo, salvaguardados os limites impostos por lei e pelo Regulamento do Provedor do Cliente.

Remunerações variáveis

A remuneração variável dos administradores, que inclui fundamentalmente prémios, está dependente da performance do grupo, bem como da evolução da cotação das acções. De referir que na remuneração variável está incluída a atribuição não onerosa de acções prevista no Plano de Incentivos já descrito anteriormente.

Remunerações da Administração

Em 2002, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos administradores executivos e não executivos foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES	milhares de euros		
	Fixas	Variáveis	Total
Administradores executivos	3 202	7 470	10 672
Administradores não executivos	1 202	314	1 516
TOTAL	4 404	7 784	12 188

As remunerações dos administradores executivos no exercício de 2002 incluem as remunerações pagas aos administradores que cessaram funções antes do final do seu mandato, aquando da reestruturação da Comissão Executiva ocorrida em Maio de 2002, no montante aproximado de 1 milhão de euros. A Comissão Executiva reduziu nessa data a sua composição de sete para cinco membros. Adicionalmente, as remunerações variáveis dos administradores executivos no exercício de 2002 incluem o pagamento de indemnizações, no montante de aproximadamente 3,3 milhões de euros, aos membros da Comissão Executiva que

cessaram funções antes do final do seu mandato, aquando da reestruturação deste órgão ocorrida em Maio de 2002.

As remunerações dos administradores não executivos no exercício de 2002 incluem as remunerações pagas aos administradores que cessaram funções antes do final do seu mandato, aquando da reestruturação do Conselho de Administração ocorrida em Maio de 2002, no montante aproximado de 0,3 milhões de euros. O Conselho de Administração reduziu nessa data a sua composição de vinte e três para dezanove membros. Adicionalmente, as remunerações variáveis dos administradores não executivos no exercício de 2002 incluem o pagamento de indemnizações, no montante de aproximadamente 0,3 milhões de euros, aos membros do Conselho de Administração que cessaram funções antes do final do seu mandato, aquando da reestruturação deste órgão ocorrida em Maio de 2002.

As remunerações variáveis incluem ainda as acções atribuídas aos administradores executivos no âmbito do Plano de Incentivos da PT que totalizam 4,1 milhões de euros, sendo que um montante de 1,8 milhões de euros respeita aos membros da Comissão Executiva que cessaram funções antes do final do seu mandato em Maio de 2002.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aquisição da Tele Centro Oeste Participações

16 de Janeiro de 2003

Foi assinado pela Brasilcel, através da sua subsidiária Telesp Celular Participações, um acordo com a empresa brasileira Fixcel para a aquisição da Tele Centro Oeste Participações, operadora líder nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil, com uma base de clientes de cerca de três milhões.

A aquisição de 100% da Tele Centro Oeste Participações será realizada pela Telesp Celular Participações e executada em três fases:

- (i) A aquisição das acções ordinárias detidas pela Fixcel, representando 61,1% dos direitos de voto da Tele Centro Oeste Participações, por aproximadamente 1.408 milhões de reais (404 milhões de euros);
- (ii) Uma posterior Oferta Pública de Compra sobre as restantes acções ordinárias da Tele Centro Oeste Participações; e
- (iii) A integração da Tele Centro Oeste Participações na Telesp Celular Participações através da incorporação das restantes

acções da Tele Centro Oeste Participações. Com esta aquisição, a Brasilcel espera reforçar a sua liderança e competitividade no mercado brasileiro, alcançando mais de 16,8 milhões de clientes e uma quota do mercado brasileiro superior a 50%.

Após esta aquisição a Brasilcel irá ter três vezes mais clientes que o segundo operador móvel brasileiro. Espera-se que esta operação seja integralmente financiada em reais pela Telesp Celular Participações e por outras subsidiárias da Brasilcel.

Reestruturação dos Programas de Papel Comercial

Janeiro de 2003

Procedeu-se a uma reestruturação dos Programas de Papel Comercial emitidos pela PT Finance, passando os mesmos a incluir a PT Comunicações e a TMN como emitentes. No âmbito desta reestruturação, a TMN utilizou parcialmente esta facilidade com o intuito de liquidar a dívida decorrente da aquisição da PT Móveis à PT, decorrente do processo de reestruturação das participações em operadores móveis do Grupo PT.

Lançamento da PT PRO

4 de Fevereiro de 2003

Lançamento de uma nova plataforma de serviços partilhados (PT PRO), que será responsável pela agregação e optimização de diversos procedimentos de back office do Grupo PT. A PT PRO permitirá a uniformização dos procedimentos e princípios contabilísticos do grupo, aumentando o nível de controlo interno e permitindo igualmente a redução de custos através da obtenção de significativas economias de escala.

Novos preços do serviço fixo de telefone

21 de Fevereiro de 2003

Procedeu-se a uma actualização, através da PT Comunicações, dos preços do serviço fixo de telefone, com um aumento da assinatura de 3,8% e decréscimos de 10,7% e de 15,2% nas comunicações regionais e nacionais, respectivamente. A redução média anual do total do cabaz de preços daí resultante será de 0,25%, cumprindo com o price cap de 2003 que assume uma taxa de inflação de 2,5%, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2003. As novas tarifas representam um rebalanceamento adicional dos preços do serviço fixo de telefone, reforçando assim a posição competitiva da PT Comunicações no mercado doméstico.

11. PERSPECTIVAS FUTURAS

Não obstante as implicações da actual conjuntura macroeconómica portuguesa e internacional e da volatilidade dos mercados financeiros, os resultados obtidos em 2002 levam-nos a encarar o futuro com optimismo e evidenciam as virtualidades da estratégia em curso.

A PT tem uma estrutura financeira extremamente sólida, uma posição de forte liderança no mercado doméstico, um bom desempenho operacional na generalidade dos negócios, uma exposição limitada aos mercados emergentes e uma forte geração de cash flow. A PT alia a uma carteira diversificada e completa de serviços no mercado doméstico as potencialidades de crescimento futuro do mercado brasileiro.

São estes os factores de diferenciação da PT no mercado e no sector ao nível europeu que deverão ser consolidados no futuro.

A PT deverá prosseguir uma estratégia de maximização de cash flow e fortalecimento da sua estrutura financeira, através de uma sólida execução em todas as áreas de negócio, promovendo a produtividade e eficiência a todos os níveis, melhorando a rentabilidade e de uma forma progressiva e sustentada aumentar a remuneração dos accionistas como objectivo prioritário.

No mercado doméstico, a PT deverá aprofundar a racionalização de custos operacionais e de investimento em todas as áreas de negócio, tirando partido da actual fase de desenvolvimento dos serviços.

Nos negócios de rede fixa, a PT pretende preservar a sua posição de liderança no mercado e rentabilidade, através duma fidelização dos clientes assente na qualidade e desenvolvimento da oferta, tirando partido das potencialidades duma reinvenção do negócio e de novos pacotes de preços e serviços, tais como os de banda larga (ADSL). A racionalização de custos continuará a ser uma prioridade, por forma a permitir manter no futuro um adequado retorno de capital, tendo presente a conjuntura macroeconómica em que vivemos e a grande ameaça que a canibalização e a concorrência do serviço móvel representa para este negócio.

Na TMN, a estratégia visa uma melhoria progressiva das margens, através de uma gestão rigorosa dos SAC e do CCPU, do estímulo do consumo e do desenvolvimento de novos serviços, por forma a colmatar a pressão sobre o ARPU resultante da redução dos preços de interligação. A focalização da PT é no sentido de manter a liderança destacada neste mercado e fidelizar os seus clientes, que fazem parte da maior comunidade de clientes do país, através do lançamento de novos serviços, nomeadamente de 2,5G e 3G.

Na PT Multimedia, estão em curso iniciativas para aumentar as margens dos diferentes segmentos de negócio, nomeadamente rendibilizando a infra-estrutura instalada e a forte posição na televisão por subscrição. Pretende-se aumentar a penetração e a oferta de produtos premium, tais como o acesso à Internet em banda larga, reduzir os custos de programação e simplificar todas as estruturas operacionais, acções que já se reflectiram na performance de 2002, mas que se deverão aprofundar no futuro.

No Brasil, deverá ser potenciado o lançamento da Brasilcel, a joint venture com a Telefónica, tirando partido das economias de escala e sinergias decorrentes da dimensão e liderança face ao segundo operador, rendibilizando os investimentos realizados e limitando a exposição a este mercado.

Em termos de endividamento e estrutura financeira, a estratégia da PT vai pautar-se pela contínua melhoria dos rácios, através de uma gestão conservadora dos custos e da exposição cambial. A solidez financeira da PT é uma vantagem competitiva no contexto do sector e que se pretende reforçar no futuro.

A criação e distribuição de mais valor pelos accionistas será pois a prioridade da PT nos próximos anos, só passível de ser implementada através da maximização do cash flow dos negócios, da flexibilidade financeira do grupo e duma maior focalização no retorno do capital.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2003.

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

valores expressos em euros

ATIVO	Notas	Activo bruto	Amortizações e provisões	2002 Activo líquido	2001 Activo líquido
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	27	86 310 197	(80 650 379)	5 659 818	26 948 164
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	72 463 506	(42 801 424)	29 662 082	17 331 123
Propriedade industrial e outros direitos	27	586 280 468	(114 115 902)	472 164 566	138 031 730
Outras imobilizações incorpóreas	27	140 613 913	(12 348 565)	128 265 348	7 217 275
Imobilizações em curso	27	118 196 299	–	118 196 299	138 004 013
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	27	3 447 779	–	3 447 779	1 524 401
Diferenças de consolidação	10 e 27	2 463 303 983	(251 953 956)	2 211 350 027	4 605 371 354
		3 470 616 145	(501 870 226)	2 968 745 919	4 934 428 060
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	27 e 42	110 479 544	(14 685 716)	95 793 828	108 029 603
Edifícios e outras construções	27 e 42	919 106 467	(459 101 459)	460 005 008	453 503 885
Equipamento básico	27 e 42	9 465 614 133	(5 859 697 752)	3 605 916 381	4 173 446 833
Equipamento de transporte	27 e 42	52 787 325	(35 511 673)	17 275 652	19 488 963
Ferramentas e utensílios	27 e 42	22 390 008	(16 997 295)	5 392 713	14 748 510
Equipamento administrativo	27 e 42	787 031 782	(571 690 204)	215 341 578	235 815 577
Outras imobilizações corpóreas	27 e 42	65 694 635	(48 993 164)	16 701 471	15 680 344
Imobilizações em curso	27 e 42	158 454 687	–	158 454 687	467 309 854
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	27 e 42	935 332	–	935 332	3 254 878
		11 582 493 913	(7 006 677 263)	4 575 816 650	5 491 278 447
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	27 e 46	6 545 161	(3 733 540)	2 811 621	2 289 681
Partes de capital em empresas associadas	27 e 46	110 697 810	(15 720 003)	94 977 807	351 157 018
Empréstimos a empresas associadas	27 e 46	124 099 240	(19 736 946)	104 362 294	1 003 304 147
Partes de capital em outras empresas	27 e 46	232 413 314	(94 242 706)	138 170 608	397 304 550
Empréstimos a outras empresas	27 e 46	107 046 710	(94 224 811)	12 821 899	2 279 081
Títulos e outras aplicações financeiras	27 e 46	123 179 803	(103 439 003)	19 740 800	19 689 835
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	27	3 467 699	–	3 467 699	224 243 069
	46	707 449 737	(331 097 009)	376 352 728	2 000 267 381
Realizável a médio e longo prazo:					
Dívidas de terceiros a médio e longo prazo:					
Clientes, conta corrente	64	30 986 354	–	30 986 354	41 839 675
Clientes de cobrança duvidosa		2 770 620	(628 644)	2 141 976	3 190 407
Estado e outros entes públicos	50	–	–	–	60 380 376
Outros devedores		14 906 018	(2 027 158)	12 878 860	15 823 717
	46	48 662 992	(2 655 802)	46 007 190	121 234 175
Circulante:					
Existências:					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		20 767 132	(544 347)	20 222 785	29 414 463
Produtos e trabalhos em curso		8 450 408	(43 622)	8 406 786	7 551 877
Mercadorias		137 498 119	(16 361 430)	121 136 689	94 956 531
Adiantamentos por conta de compras		17 615	–	17 615	78 257
	46	166 733 274	(16 949 399)	149 783 875	132 001 128
Dívidas de terceiros – curto prazo:					
Clientes, conta corrente	64	894 007 901	(43 014 225)	850 993 676	835 301 602
Clientes, títulos a receber		218 562	–	218 562	881 938
Clientes de cobrança duvidosa		323 798 823	(305 924 752)	17 874 071	35 336 272
Empresas associadas		32 484 390	–	32 484 390	19 061 259
Empresas participantes e participadas		9 799	–	9 799	34 508
Outros accionistas		28 969	–	28 969	101 579
Adiantamentos a fornecedores		21 219 272	–	21 219 272	30 583 667
Estado e outros entes públicos	50	260 157 818	–	260 157 818	49 145 041
Outros devedores	51	124 042 897	(18 157 904)	105 884 993	239 072 116
	46	1 655 968 431	(367 096 881)	1 288 871 550	1 209 517 982
Títulos negociáveis:					
Outros títulos negociáveis		683 481 107	(19 066)	683 462 041	600 496 303
Outras aplicações de tesouraria		1 239 642 551	–	1 239 642 551	173 530 398
	46 e 52	1 923 123 658	(19 066)	1 923 104 592	774 026 701
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		345 862 930	–	345 862 930	513 177 067
Caixa		7 540 373	–	7 540 373	4 269 190
		353 403 303	–	353 403 303	517 446 257
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de proveitos	53	186 134 754	–	186 134 754	444 104 490
Custos diferidos	53	160 639 864	–	160 639 864	921 839 602
Impostos diferidos	57	1 697 266 155	–	1 697 266 155	1 090 111 027
		2 044 040 773	–	2 044 040 773	2 456 055 119
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			(7 520 065 508)		
TOTAL DE PROVISÕES			(706 300 138)		
TOTAL DO ACTIVO		21 952 492 226	(8 226 365 646)	13 726 126 580	17 636 255 250

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002.

em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

valores expressos em euros

CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO	Notas	2002	2001
Capital próprio:			
Capital	54	1 254 285 000	1 254 285 000
Prémios de emissão de acções	54	2 149 565 000	2 149 565 000
Reservas:			
Reserva legal	54	144 184 287	128 814 507
Outras reservas	54	2 019 997 177	1 935 039 113
Ajustamentos de conversão cambial	54	(2 266 416 192)	(944 948 774)
Resultados transitados	54	(581 346 840)	(163 362 198)
		2 720 268 432	4 359 392 648
Resultado consolidado líquido do exercício	54	391 055 798	307 390 459
		3 111 324 230	4 666 783 107
Interesses minoritários	55	447 181 484	1 219 954 042
Passivo:			
Provisões para outros riscos e encargos:			
Provisões para benefícios de reforma	46	1 061 457 264	1 810 043 795
Provisões para impostos	46	26 144 615	67 153 725
Outras provisões para riscos e encargos	46	413 058 740	492 790 150
		1 500 660 619	2 369 987 670
Dívidas a terceiros – médio e longo prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Convertíveis	34	1 059 035 000	1 059 035 000
Não convertíveis	34	2 724 699 474	2 724 699 474
Dívidas a instituições de crédito	34	1 289 838 767	1 411 123 759
Outros empréstimos obtidos	34	145 534 426	233 439 524
Empresas associadas		1 215 763	3 351 217
Fornecedores de imobilizado	47	19 555 481	25 610 360
Outros credores		12 021 020	3 361 972
		5 251 899 931	5 460 621 306
Dívidas a terceiros – curto prazo:			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	34	285 118 370	197 024 625
Dívidas a instituições de crédito	34	257 338 082	360 075 494
Outros empréstimos obtidos	34	551 899 363	762 190 554
Fornecedores, conta corrente		500 998 409	428 161 887
Fornecedores – facturas em recepção e conferência		303 021 449	252 215 535
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		97 393 728	279 795 497
Fornecedores, títulos a pagar		110 908	299 330
Empresas associadas		1 402 427	13 103 460
Adiantamentos de clientes		2 770 021	1 341 000
Outros accionistas		4 543 594	746 362
Estado e outros entes públicos	50	71 074 052	153 576 386
Adiantamentos por conta de vendas		2 565 073	3 328 987
Outros credores	51	201 677 620	168 189 288
		2 279 913 096	2 620 048 405
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	53	469 817 401	475 726 894
Proveitos diferidos	53	262 059 321	202 434 322
Impostos diferidos	57	403 270 498	620 699 504
		1 135 147 220	1 298 860 720
TOTAL DO PASSIVO		10 167 620 866	11 749 518 101
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO		13 726 126 580	17 636 255 250

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002, 2001 e 2000

valores expressos em euros

CUSTOS E PERDAS	Notas	2002	2001	2000
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias		462 664 452	619 849 449	658 050 274
Matérias		<u>94 548 484</u>	<u>140 514 290</u>	<u>96 266 637</u>
Fornecimentos e serviços externos		1 878 916 823	2 064 250 886	1 667 005 289
Custos com o pessoal:				
Remunerações		581 537 670	551 584 681	472 074 301
Encargos sociais:				
Benefícios de reforma	58 e 59	183 213 061	140 677 528	120 826 124
Outros		<u>114 236 695</u>	<u>809 393 054</u>	<u>115 120 884</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	972 543 435	957 428 773	1 005 227 980
Provisões	46	<u>122 955 108</u>	<u>143 113 294</u>	<u>191 080 644</u>
Impostos		88 514 116	80 693 489	90 604 569
Outros custos e perdas operacionais		<u>25 507 122</u>	<u>26 293 175</u>	<u>33 929 536</u>
(A)		4 524 636 966	4 841 536 410	4 450 186 238
Custos e perdas financeiros:				
Perdas relativas a empresas associadas	44	186 196 155	403 426 446	72 582 896
Amortizações e provisões de investimentos financeiros	44	143 323 963	155 025 213	102 164 490
Juros e custos similares	44	<u>731 803 037</u>	<u>927 689 388</u>	<u>690 517 980</u>
(C)		5 585 960 121	6 327 677 457	5 315 451 604
Custos e perdas extraordinários	45	246 363 335	426 319 556	729 654 611
(E)		5 832 323 456	6 753 997 013	6 045 106 215
Imposto sobre o rendimento do exercício	57	343 871 552	190 554 170	268 094 744
Interesses minoritários	55	<u>(74 620 664)</u>	<u>(342 649 754)</u>	<u>(42 268 366)</u>
(G)		6 101 574 344	6 601 901 429	6 270 932 593
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>391 055 798</u>	<u>307 390 459</u>	<u>540 326 782</u>
		6 492 630 142	6 909 291 888	6 811 259 375
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas de mercadorias e produtos	36	492 293 535	613 317 867	683 521 795
Prestações de serviços	36	<u>5 091 202 537</u>	<u>5 112 597 253</u>	<u>4 461 001 373</u>
Varição da produção		1 588 174	2 691 766	369 889
Trabalhos para a própria empresa	56	114 033 783	179 349 158	133 888 345
Proveitos suplementares		52 138 788	51 664 300	50 736 575
Subsídios à exploração		3 089 412	3 039 066	895 485
Outros proveitos e ganhos operacionais		<u>(252 068)</u>	<u>3 076 989</u>	<u>288 335</u>
(B)		5 754 094 161	5 965 736 399	5 330 701 797
Proveitos e ganhos financeiros:				
Ganhos de participações de capital:				
Relativos a empresas associadas	44	25 322 786	21 852 287	27 703 876
Relativos a outras empresas	44	1 143 322	4 999 581	6 642 401
Outros juros e proveitos similares	44	<u>509 927 692</u>	<u>362 257 225</u>	<u>219 507 918</u>
(D)		6 290 487 961	6 354 845 492	5 584 555 992
Proveitos e ganhos extraordinários	45	202 142 181	554 446 396	1 226 703 383
(F)		6 492 630 142	6 909 291 888	6 811 259 375
Resultados operacionais:	(B)-(A)	1 229 457 195	1 124 199 989	880 515 559
Resultados financeiros:	(D-B)-(C-A)	(524 929 355)	(1 097 031 954)	(611 411 171)
Resultados correntes:	(D)-(C)	704 527 840	27 168 035	269 104 388
Resultados antes de impostos e interesses minoritários:	(F)-(E)	660 306 686	155 294 875	766 153 160
Resultado consolidado líquido do exercício:	(F)-(G)	391 055 798	307 390 459	540 326 782

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada de resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002, 2001 e 2000

valores expressos em euros

	Notas	2002	2001	2000
Vendas e prestações de serviços	65. a)	5 583 937 981	5 726 778 440	5 146 986 991
Custo das vendas e das prestações de serviços		(3 359 101 301)	(3 624 654 254)	(3 331 524 319)
Resultados brutos		2 224 836 680	2 102 124 186	1 815 462 672
Outros proveitos e ganhos operacionais	65. b)	77 190 034	113 219 850	85 175 347
Custos de distribuição		(197 768 269)	(177 500 271)	(90 493 556)
Custos administrativos		(492 574 996)	(451 803 400)	(553 466 835)
Outros custos e perdas operacionais	65. c)	(408 487 272)	(526 834 794)	(395 238 311)
Resultados operacionais		1 203 196 177	1 059 205 571	861 439 317
Custo líquido de financiamento	65. e)	(219 880 498)	(563 329 483)	(445 559 013)
Ganhos/(perdas) em filiais e associadas	65. f)	(267 344 439)	(175 894 745)	564 665 516
Perdas em outros investimentos		(359 322)	(432 415)	(387 915)
Resultados não usuais ou não frequentes	65. g)	(62 082 447)	(180 212 487)	(222 139 788)
Resultados correntes		653 529 471	139 336 441	758 018 117
Impostos sobre os resultados correntes	65. h)	(337 094 337)	(174 595 736)	(259 959 702)
Interesses minoritários		74 620 664	342 649 754	42 268 366
Resultado consolidado líquido do exercício		391 055 798	307 390 459	540 326 782

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

valores expressos em euros

	Notas	2002	2001
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		6 521 776 690	6 192 127 487
Pagamentos a fornecedores		(2 940 476 605)	(3 166 127 437)
Pagamentos ao pessoal		(763 798 144)	(714 043 254)
Fluxos gerados pelas operações		2 817 501 941	2 311 956 796
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(289 131 732)	(290 713 747)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à actividade operacional		(384 970 914)	(507 491 566)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		2 143 399 295	1 513 751 483
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	66. a)	43 098 416	33 417 607
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	66. a)	(94 174 202)	(71 725 604)
Fluxos das actividades operacionais (1)		2 092 323 509	1 475 443 486
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	66. b)	1 311 634 564	432 174 704
Imobilizações corpóreas		29 038 119	95 702 446
Imobilizações incorpóreas		–	17 652
Subsídios de investimento		196 288	2 770 745
Juros e proveitos similares		245 909 913	158 241 121
Dividendos	66. c)	20 734 668	19 114 831
Outros recebimentos de actividades de investimento		17 622 306	21 537 893
		1 625 135 858	729 559 392
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	66. d)	(321 342 491)	(1 690 145 409)
Imobilizações corpóreas		(855 984 006)	(1 211 442 106)
Imobilizações incorpóreas		(358 641 234)	(24 597 468)
Adiantamentos a empresas participadas	66. e)	(947 451 821)	(331 923 416)
Outros investimentos	66. f)	(151 343 088)	–
		(2 634 762 640)	(3 258 108 399)
Fluxos das actividades de Investimento (2)		(1 009 626 782)	(2 528 549 007)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	66. g)	13 457 226 263	14 005 233 673
Aumentos de capital e prémios de emissão	66. h)	176 434 867	129 696 665
Venda de acções próprias		34 299 931	60 697 659
Subsídios		699 631	324 479
Outros recebimentos provenientes de actividades de financiamento		48 484	1 404 737
		13 668 709 176	14 197 357 213
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	66. i)	(13 472 717 994)	(11 775 883 397)
Amortizações de contratos de locação financeira		(4 136 597)	(3 650 245)
Juros e custos similares		(506 569 415)	(464 132 421)
Dividendos/distribuição de resultados		(129 035 959)	(37 825 479)
Aquisição de acções próprias		(42 197 733)	(61 256 697)
Outros pagamentos provenientes de actividades de financiamento		(126 683)	(14 755 367)
		(14 154 784 381)	(12 357 503 606)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(486 075 205)	1 839 853 607
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		596 621 522	786 748 086
Efeito das diferenças de câmbio		(45 211 595)	(34 402 524)
Consolidação Brasilcel		485 410 651	–
Caixa e seus equivalentes no início do período	66. j)	1 231 222 245	472 704 669
Caixa e seus equivalentes no fim do período	66. j)	2 268 042 823	1 225 050 231

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa anteriormente denominada Portugal Telecom, S.A.) (“Portugal Telecom”) e as suas empresas subsidiárias e associadas (indicadas nas Notas 1 a 6), que integram o universo empresarial da Portugal Telecom (“grupo”), operam essencialmente no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e no estrangeiro.

A empresa-mãe do grupo é a Portugal Telecom, uma empresa constituída em 23 de Junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A. (“Telecom Portugal”), Telefones de Lisboa e Porto (“TLP”), S.A. e Teledifusora de Portugal (“TDP”), S.A.

Por escritura pública realizada em 12 de Dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objecto social para sociedade gestora de participações sociais.

Em resultado das operações de privatização realizadas em 1 de Junho de 1995, 11 de Junho de 1996, 9 de Outubro de 1997, 12 de Julho de 1999 e 4 de Dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por accionistas privados, detendo o Estado e as entidades por si controladas, em 31 de Dezembro de 2002, 6,5% do capital e 500 acções da Categoria A, que lhes conferem direitos especiais, conforme descrito na Nota 54.

As acções da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Lisboa e na NYSE – New York Stock Exchange.

a) Actividade

O grupo opera no sector das telecomunicações e multimédia em Portugal e em outros países, nomeadamente no Brasil.

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efectuada pela PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações de 20 de Março de 1995, o qual foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de Dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, decorrente do facto da PT Comunicações ter celebrado com o Estado um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (“Rede Básica”). Mediante

este contrato, a PT Comunicações passou a deter a propriedade plena da Rede Básica, tendo pago em 27 de Dezembro de 2002 o montante de 365 milhões de euros (Nota 27). O referido contrato introduz as seguintes alterações fundamentais ao actual Contrato de Concessão: i) cessação do pagamento da renda ao Estado, incluindo a renda do exercício de 2002, no montante de 16 604 413 euros; ii) não reversão para o Estado dos bens e direitos afectos à concessão no seu término; e iii) previsão de mecanismos de compensação por parte do Estado para eventuais margens negativas para a PT Comunicações, decorrentes do cumprimento das obrigações inerentes à prestação dos serviços fixo de telex, telegráfico, de teledifusão e móvel marítimo.

A prestação do serviço móvel terrestre de telecomunicações, em Portugal, é efectuada pela TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), que obteve em 19 de Dezembro de 2000 uma licença para a exploração do sistema de telecomunicações móveis universais (“UMTS”), cujo custo ascendeu a 99 759 579 euros (Nota 27 a)).

A prestação do serviço de transmissão de dados, em Portugal, é assegurada pela PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A. (“PT Prime”), que desenvolve igualmente a prestação do serviço de Internet Service Provider (“ISP”) a grandes clientes.

O serviço de ISP para clientes residenciais e pequenas e médias empresas é prestado pela Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A. (“Telepac”), empresa detida pela PT Multimedia.com – Serviços de Acesso à Internet, SGPS, S.A. (“PTM.com”). A PTM.com concentra igualmente, através das suas participadas, serviços de concepção e de disponibilização de espaços publicitários e informação em portais de Internet.

O grupo, através da TV Cabo Portugal, S.A. (“TV Cabo Portugal”), presta o serviço de televisão por cabo e satélite em Portugal Continental, Madeira e Açores.

A Lusomundo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. (“Lusomundo”), através das suas participadas, desenvolve actividades nas áreas de audiovisuais, imprensa e rádio, sendo as áreas mais significativas a edição e venda de cassetes de vídeo, a exploração de cinemas, a distribuição de filmes e a edição e distribuição de jornais de grande circulação.

No Brasil, o grupo presta o serviço móvel terrestre de telecomunicações através da sua participação na joint venture (Brasilcel N.V. – “Brasilcel”), constituída entre o Grupo Portugal Telecom (através da PT Móveis, SGPS, S.A. – “PT Móveis”) e o Grupo Telefónica (através da Telefónica Móviles, S.A.). Esta empresa desenvolve a sua actividade nos Estados Brasileiros de: São Paulo, por intermédio da Telesp Celular, S.A.; Paraná e Santa Catarina, por intermédio da Global Telecom, S.A.; Rio de Janeiro, por intermédio da Telerj Celular, S.A.; Bahia, por intermédio da Telebahia Celular, S.A.; Rio Grande do Sul, por intermédio da Celular CRT, S.A.; Sergipe, por intermédio da Telegirpe Celular, S.A.; e Espírito Santo, por intermédio da Telest Celular, S.A. Esta nova empresa abrange cerca de 14 milhões de clientes, cobrindo uma área representativa de 70% do PIB brasileiro e cerca de 90 milhões de habitantes, tornando-se no maior operador de telefonia móvel da América do Sul.

b) Internacionalização

Na prossecução da estratégia de reforço da posição do grupo no mercado de telefonia celular brasileiro, conforme antes referido, foi constituída em 27 de Dezembro de 2002 a Brasilcel, empresa detida em partes iguais pela PT Móveis e pela Telefónica Móviles, S.A., por incorporação dos investimentos financeiros detidos por ambas, em empresas de telefonia celular no Brasil. Os investimentos financeiros contribuídos pela PT Móveis foram os seguintes:

- > 42,58 % da Telesp Celular Participações, S.A.
- > 100% da Intertelcom, Lda.
- > 100% da Ptelecom Brasil, S.A.
- > 100% da Portelcom Fixa, S.A.
- > 60,15% da Portelcom Participações, S.A.
- > 2,08% da Celular CRT Participações, S.A. (“Celular CRT”).

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Portugal Telecom, e todas as suas filiais e associadas constantes do mapa I em anexo.

2. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, bem como os motivos da sua exclusão, constam do mapa II em anexo.

3. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, constantes do mapa III em anexo, foram incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial.

4. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas, cujas participações em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 são materialmente irrelevantes para a obtenção de uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto de empresas compreendidas na consolidação, constam do mapa IV em anexo.

5. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

As empresas que em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 foram incluídas na consolidação pelo método proporcional, são as constantes do mapa V em anexo.

6. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, para além das participações referidas nas notas anteriores, o grupo detinha directa e indirectamente participações financeiras em outras empresas, as quais constam do mapa VI em anexo.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício de 2002, o número médio de pessoal ao serviço do grupo foi de aproximadamente 21 400 empregados.

10. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO ACTIVAS

O saldo desta rubrica corresponde aos valores de goodwill decorrentes de aquisições de investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, respeitantes à diferença entre o custo de aquisição e o valor proporcional dos capitais próprios dessas empresas na data da sua aquisição. Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo desta rubrica e das correspondentes amortizações acumuladas (Nota 27), tem a seguinte composição:

valores expressos em euros

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Grupo Brasilcel:			
Telesp Celular Participações	808 374 553	22 730 096	785 644 457
Teleleste	92 517 374	6 702 807	85 814 567
TeleSudeste	413 766 162	63 224 464	350 541 698
Celular CRT	195 603 249	16 332 291	179 270 958
	1 510 261 338	108 989 658	1 401 271 680
Grupo Lusomundo:			
Lusomundo	213 453 739	21 336 430	192 117 309
Jornal de Notícias	26 820 995	13 742 805	13 078 190
Diário de Notícias	5 687 403	2 445 922	3 241 481
Rádio Press	4 020 740	1 889 538	2 131 202
Vasp	2 452 949	245 295	2 207 654
Pressmundo	1 566 719	261 719	1 305 000
Prodiário	1 423 414	225 547	1 197 867
Outras empresas	4 386 730	2 524 289	1 862 441
	259 812 689	42 671 545	217 141 144
Outras participações:			
PT Multimedia	184 122 189	12 958 294	171 163 895
PTM.com	173 465 618	2 168 320	171 297 298
Marconi (negócio de telecomunicações internacionais)	133 542 589	51 032 347	82 510 242
Páginas Amarelas ⁽¹⁾	89 338 064	1 116 726	88 221 338
PrimeSys (Nota 14 d))	43 132 915	16 805 224	26 327 691
Unitel	39 327 032	8 739 341	30 587 691
Cabo Verde Telecom	10 226 699	3 767 727	6 458 972
PT Sistemas de Informação	8 046 455	3 218 582	4 827 873
Megamédia	6 735 331	210 479	6 524 852
Outras empresas	5 293 064	275 713	5 017 351
	693 229 956	100 292 753	592 937 203
	2 463 303 983	251 953 956	2 211 350 027

(1) Este montante corresponde ao goodwill, relativo aos interesses minoritários, gerado na aquisição pela Portugal Telecom deste investimento à PT Multimedia no quarto trimestre de 2002.

Quando uma empresa subsidiária é alienada, os valores de goodwill e respectivas amortizações acumuladas são anulados por contrapartida de resultados extraordinários.

Amortização do goodwill

O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em operadores de telecomunicações é amortizado a partir da data de aquisição, no período remanescente da concessão ou licença. O goodwill decorrente da aquisição de investimentos financeiros em outras empresas é amortizado no período de recuperação esperada do investimento. São os seguintes os métodos e prazos de amortização do goodwill adotados:

Empresa	Método de contabilização	Período de tempo
Empresas pertencentes ao Grupo Brasilcel	Progressivo, em função das receitas esperadas de cada empresa operadora	Período da licença de cada empresa operadora
Lusomundo	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PrimeSys	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (10 anos)
PTM.com	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
PT Multimedia	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Marconi (negócio de telecomunicações internacionais)	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Unitel	Quotas constantes	Período de concessão (9 anos, à data de aquisição do investimento)
Páginas Amarelas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (20 anos)
Cabo Verde Telecom	Quotas constantes	Período de concessão (19 anos, à data de aquisição do investimento)
Outras empresas participadas	Quotas constantes	Período esperado de recuperação do investimento (no máximo em 20 anos)

Recuperabilidade dos investimentos financeiros

A Portugal Telecom, suportada nos planos de negócio das empresas participadas e nos resultados previsionais aí considerados, entende que, em 31 de Dezembro de 2002, o valor contabilístico dos seus investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas (incluindo o valor do goodwill, líquido de amortizações acumuladas) não é superior ao respectivo valor estimado de realização (Fair Value). Ainda assim, em 31 de Dezembro de 2002, o grupo mantém registada uma provisão para impairments, no montante de 98 815 669 euros (Nota 46), que se considera adequada para cobrir eventuais perdas no valor de realização de determinados investimentos financeiros, resultantes da evolução desses negócios no futuro.

14. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o exercício de 2002, verificaram-se alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação, tal como evidenciado no mapa anexo VII.

18. CRITÉRIOS DE CONTABILIZAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES EM ASSOCIADAS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS

As empresas do grupo que detêm investimentos financeiros em empresas associadas e em outras empresas participadas adoptam a seguinte política contabilística para registar, nas suas demonstrações financeiras individuais, esses investimentos financeiros:

> Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como estabelecido na Directriz Contabilística n.º 9. Segundo este método, os investimentos financeiros são inicialmente contabilizados pelo seu custo de aquisição, que é posteriormente ajustado pela diferença entre esse custo e o valor proporcional dos capitais próprios da empresa participada à data da aquisição. Por sua vez, essa diferença é registada na rubrica “Outras reservas”, caso seja negativa, ou no imobilizado incorpóreo, na rubrica “Diferenças de consolidação”, caso seja positiva (goodwill) (Nota 10).

> De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente

à participação nos resultados líquidos das empresas participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do período, e em outras variações no capital próprio dessas empresas, por contrapartida da rubrica “Outras reservas”. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

> As diferenças de consolidação apuradas nas aquisições de empresas participadas são amortizadas durante o período médio estimado de recuperação daqueles investimentos (Nota 10).

> Os investimentos financeiros noutras empresas (participações inferiores a 20%) encontram-se registados ao custo de aquisição, ou ao valor nominal, para o caso dos empréstimos concedidos, diminuídos por provisões para perdas estimadas, quando se antecipa a existência de perdas de valor desses investimentos financeiros.

> Os empréstimos concedidos a empresas associadas são registados, pelo seu valor nominal, na rubrica “Empréstimos de financiamento”.

21. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002 o grupo, para além das obrigações financeiras constantes do balanço, assumiu os seguintes compromissos financeiros:

(a) Em Outubro de 2000 a Médi Télécom celebrou contratos de financiamento de médio e longo prazo com um consórcio liderado pela International Finance Corporation e pelos bancos ABN Amro e Société Générale, num total de 1 000 000 000 de euros. Os empréstimos, que têm uma duração média de oito anos, destinaram-se a refinar a dívida de curto prazo contraída em Agosto de 1999 para atribuição da licença de operador de telecomunicações móveis em Marrocos e à cobertura do investimento ligado à instalação e desenvolvimento da rede GSM.

Nos termos destes contratos, a Médi Télécom obriga-se perante o sindicato bancário a atingir determinadas metas de performance financeira. No âmbito desta operação de financiamento, os accionistas de referência da Médi Télécom [PT Móveis (31,34% do capital), Telefónica Intercontinental, S.A. (31,34% do capital) e Grupo Banque Marocaine de Commerce Extérieur (19,14% do capital)], assinaram um Shareholder Support Deed, segundo o qual estes accionistas se comprometem a realizar futuras contribuições de capital na Médi Télécom (sob a forma de capital ou de empréstimos de accionistas), se tal for necessário para

cobrir eventuais deficiências nas metas financeiras acordadas. Este compromisso dos accionistas de referência está limitado, durante a vigência dos empréstimos, a um máximo acumulado de 210 000 000 de euros e cessa logo que a Médi Télécom atinja um rácio de Endividamento/EBITDA inferior a 3,0 em quatro trimestres consecutivos.

(b) Em 31 de Dezembro de 2002 o grupo tinha assumido compromissos de compra perante fornecedores, essencialmente relativos a equipamentos, no montante de aproximadamente 45 600 000 euros.

(c) Conforme referido na Nota 27, a TMN celebrou em 2001 e 2002 duas operações de Cross Border Lease, tendo assumido compromissos no montante de aproximadamente 29 000 000 de euros.

22. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002 o grupo tinha apresentado avales, garantias e cartas conforto a favor de terceiros correspondentes às seguintes situações:

valores expressos em euros	
Avaless	47 403 168
Garantias bancárias a favor de tribunais	1 885 297
Garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela:	
PT Comunicações	10 428 568
TMN	2 493 989
PT Multimedia	3 086 284
Outras	1 002 158
	17 010 999
Cartas conforto a favor de terceiros:	
PT Multimedia	17 978 674
Carta conforto relativa a financiamento prestado à TV Cabo Macau	9 535 615
Outras	466 487
	27 980 776

O valor total dos “Avaless” foi concedido pela PT Multimedia e refere-se a garantias de financiamentos bancários de empresas associadas.

As garantias bancárias a favor de terceiros solicitadas pela PT Comunicações e pela PT Multimedia são essencialmente a favor da administração fiscal, sendo as da PT Comunicações referentes a liquidações adicionais de IRC que foram impugnadas (Nota 57). As garantias bancárias solicitadas pela TMN foram apresentadas à ANACOM.

A Telesp Celular Participações prestou um aval a favor da Global Telecom relativo ao empréstimo obtido por esta empresa junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) no Brasil, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2002

ascendia a aproximadamente 336 milhões de reais brasileiros. Nesta mesma data, algumas metas financeiras (covenants) estabelecidas neste contrato de financiamento, não foram atingidas pela Global Telecom, tendo, no entanto, sido concedida uma dilatação temporal para o cumprimento de tais obrigações.

A Portugal Telecom emitiu uma carta conforto ao Banco CitiBank, S.A. a favor da Global Telecom, tendo em vista a concretização por esta empresa de operações de cobertura de risco de taxa de câmbio e de taxa de juro, em linha com as políticas do grupo, com um valor de capital equivalente a 299 692 669 euros.

23. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 1), de acordo com a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação das imobilizações), em conformidade com os princípios contabilísticos da prudência, da continuidade, da especialização dos exercícios, da consistência, da materialidade e da substância sobre a forma e consideram igualmente determinados ajustamentos e reclassificações contabilísticos, decorrentes da uniformização com as políticas contabilísticas seguidas pela empresa-mãe.

As notas deste anexo seguem a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao grupo, ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

É ainda de referir que a Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações financeiras consolidadas em formato internacional, incluídas em anexo, com a finalidade de serem apresentadas junto da Securities and Exchange Commission of

the United States of America (“US SEC”) e da New York Stock Exchange (Bolsa de Valores de Nova Iorque). Aquelas demonstrações financeiras consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, capital próprio e resultado líquido que as presentes, mas diferem destas na sua apresentação, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações financeiras elaboradas nos Estados Unidos da América. No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados na versão preparada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (“versão POC”) e na versão internacional, apresenta-se de seguida uma reconciliação para os itens relevantes: proveitos operacionais, resultado operacional e resultado antes de impostos e de interesses minoritários.

valores expressos em euros

Proveitos operacionais (versão POC)	5 754 094 161
Custos e proveitos extraordinários ^(a)	(1 462 951)
Trabalhos para a própria empresa ^(b)	(114 033 783)
Proveitos suplementares ^(b)	(52 138 788)
Subsídios à exploração ^(b)	(3 089 412)
Outros proveitos e ganhos operacionais ^(b)	(1 336 107)
Proveitos operacionais (versão internacional)	5 582 033 120
Resultado operacional (versão POC)	1 229 457 195
Custos e proveitos extraordinários, deduzidos aos proveitos operacionais ^(a)	18 280 111
Outros custos e proveitos extraordinários ^(c)	18 953 585
Resultado operacional (versão internacional)	1 266 690 891
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão POC)	660 306 686
Excesso de estimativa de imposto (Nota 45) ^(d)	(6 777 215)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários (versão internacional)	653 529 471

(a) Na versão internacional estes valores são deduzidos aos proveitos operacionais.

(b) Na versão internacional estes valores são registados a deduzir aos custos operacionais.

(c) Estes valores respeitam a custos e proveitos extraordinários, dos quais se destacam os itens de subsídios para investimento e formação profissional e a constituição/reversão de provisões extraordinárias, que na versão internacional constituem custos ou redução aos custos operacionais.

(d) Este valor constitui um proveito extraordinário na versão POC, enquanto na versão internacional é incluído na rubrica de imposto sobre o rendimento do período.

Princípios de consolidação

As empresas referidas na Nota 1 foram consolidadas pelo método de integração global, com excepção das participadas pela Telesp Celular Participações, conforme abaixo explicado, pelo que as transacções, saldos e fluxos de caixa significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação e o valor correspondente à participação de terceiros nessas empresas é apresentado no balanço consolidado e na demonstração consolidada de resultados na rubrica “Interesses minoritários” (Nota 55).

Conforme mencionado na Nota Introdutória, no dia 27 de Dezembro de 2002 foi constituída a Brasilcel, empresa detida

em partes iguais pela PT Móveis e pela Telefónica Móviles, através da contribuição das participações financeiras que detinham nos operadores de telefonia móvel brasileiros.

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, aplicaram-se as seguintes regras de consolidação, relativas à operação supra referida:

> A demonstração dos resultados e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 incorpora os resultados e os fluxos de caixa das empresas integradas no Grupo Telesp Celular Participações, dado que a contribuição das participações financeiras naquelas empresas foi efectuada no fim daquele exercício.

> O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 incorpora os activos e passivos consolidados da Brasilcel àquela data, consolidados proporcionalmente em 50%.

> Adicionalmente, nas notas incluídas no anexo às demonstrações financeiras, que mostram movimentos de rubricas de balanço ocorridos no exercício de 2002 (activo imobilizado, provisões e outras), foi incluída uma coluna denominada “Brasilcel”, a qual inclui 50% dos saldos consolidados daquelas rubricas proveniente das demonstrações financeiras consolidadas da Brasilcel, líquido da exclusão da totalidade dos saldos das mesmas rubricas, provenientes das empresas do Grupo Telesp Celular Participações.

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas associadas (Nota 3) encontram-se valorizados no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial (Nota 18).

Os ganhos e perdas financeiros decorrentes de operações de aumentos de capital em empresas do grupo e em empresas associadas não subscritos pelo grupo, bem como os decorrentes de outras operações que originem alterações da percentagem de participação do grupo, são registados na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do grupo, são diferidas ou anuladas até ao momento da sua alienação a terceiros.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas basicamente por diferenças de consolidação, despesas de instalação, propriedade industrial e outros direitos e despesas de investigação e desenvolvimento. As diferenças de consolidação são amortizadas de acordo com os critérios explicados na Nota 10. As restantes imobilizações incorpóreas são amortizadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do início do mês da sua utilização, num período que varia entre três e seis anos, com excepção: (i) do valor da licença de operador de telefonia móvel, adquirida pela Global Telecom, que está a ser amortizado no período de vida útil estimado, actualmente de trinta anos, de acordo com taxas progressivas em função das receitas estimadas (Nota 27); e (ii) do valor referente à aquisição da propriedade da Rede Básica que será amortizado, a partir do exercício de 2003, no período remanescente até final da concessão. O valor da licença UMTS e todos os custos inerentes à entrada em exploração da rede UMTS, serão amortizados no período da licença, a partir da data de entrada em funcionamento desta rede (Nota 27).

b) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição (adicionado das despesas imputáveis à compra), de produção ou reavaliado com base em coeficientes oficiais de correcção monetária, de acordo com as disposições legais (Nota 41). A amortização destes activos é realizada de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, a partir do mês de início de utilização dos bens ou da sua entrada em funcionamento.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10-50
Equipamento básico:	
Cabos submarinos	15-20
Estações de rádio convencionais, equipamentos e instalações	6
Equipamento de comutação	5-10
Equipamento terminal	5-10
Instalações e equipamento de rede – interior e exterior	5-25
Estações, equipamento e instalações de satélites	15
Outros equipamentos de telecomunicações	3-10
Equipamento de transporte	4-8
Ferramentas e utensílios	4-10
Equipamento administrativo	3-10
Outras imobilizações corpóreas	3-10

Na sequência da aprovação do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão relacionado com a compra da Rede Básica (Nota Introdutória), que aboliu a disposição constante do Contrato de Concessão relativa à reversão para o Estado dos bens afectos à concessão, alterou-se o período de amortização daqueles bens nas situações em que o mesmo estava indexado ao término da concessão, passando os mesmos a ser amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

Os bens afectos de modo permanente à actividade de distribuição de televisão por cabo e prestação de serviços subsidiários são amortizados de acordo com os limites máximos permitidos pela legislação fiscal em vigor, ou até ao final do período remanescente da licença, se este for menor. De acordo com o contrato de licenciamento, no fim da licença e em caso da sua não renovação, as infra-estruturas de televisão por cabo instaladas e operadas pelas empresas detidas pela TV Cabo Portugal podem estar sujeitas a reversão ou transferência para terceiros, sem compensação. Nos termos do Decreto-Lei n.º 241/97, de 18 de Setembro, as infra-estruturas próprias que sejam construídas em propriedade de um operador de serviço público de telecomunicações, ou instaladas no domínio público, ou ainda instaladas em edifícios ou suas fracções, reverterão para esse operador, para a respectiva autoridade pública ou ainda para o utente do edifício/fracção, consoante o caso, salvo disposição legal ou contratual em contrário. Em 31 de Dezembro de 2002, o valor líquido destes activos ascendia a aproximadamente 114 535 milhões de euros.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são provisionadas por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias do imobilizado corpóreo são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos.

c) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, encontram-se reflectidos no balanço, sendo amortizados de acordo com as taxas referidas na Nota 23 b). As rendas

relativas aos contratos de locação financeira são registadas como redução daquelas responsabilidades, na componente de capital, e como custos financeiros, na componente de juros (Nota 47).

d) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição.

A provisão para depreciação de existências inclui o valor dos materiais sem utilização prevista, por motivo de obsolescência tecnológica, bem como a diferença de preços para os materiais cujo valor de realização é inferior ao custo médio de aquisição.

Os produtos e trabalhos em curso que respeitam à instalação de equipamentos de telecomunicações para clientes, encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui principalmente os custos com os equipamentos e materiais diversos utilizados nessas instalações, bem como os custos com o pessoal envolvido nas mesmas.

e) Provisão para dívidas de cobrança duvidosa

A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é constituída/reforçada tendo em consideração a avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas ou incorridas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas (Nota 53).

g) Subsídios para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de imobilizações corpóreas são registados no passivo, como proventos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos em resultados extraordinários proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Registo de receitas

As receitas da actividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto, sendo os valores não facturados

a clientes ou não facturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, registados com base em estimativas. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

As receitas de circuitos alugados são registadas no período a que respeitam.

As receitas de publicidade relativas a listas telefónicas e outras, bem como os respectivos custos, são registadas durante o período de vigência das listas.

As receitas decorrentes do serviço de televisão por cabo e satélite resultam essencialmente de: (i) valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização do serviço; (ii) valores facturados pela instalação do serviço; (iii) publicidade colocada nos canais de televisão por cabo; e (iv) aluguer de equipamento. As receitas provenientes da assinatura mensal e da instalação são reconhecidas no período em que o serviço é prestado ao cliente. As receitas de publicidade são reconhecidas no período em que a mesma é inserida. As receitas de aluguer de equipamento são reconhecidas no período do aluguer.

Os custos incorridos com a programação dos canais de televisão por cabo são apurados em função do número de subscritores e são reconhecidos no período em que o serviço é prestado.

As receitas provenientes do serviço ISP resultam fundamentalmente de assinaturas mensais pela disponibilização do acesso à Internet e do tráfego telefónico gerado pelos clientes quando utilizam o serviço. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas relativas à exibição cinematográfica decorrem da venda de bilhetes de cinema e as receitas relativas à distribuição cinematográfica provêm da venda a outros operadores cinematográficos de direitos de distribuição adquiridos pela Lusomundo a distribuidores e produtores de filmes. Estas receitas são reconhecidas no período de exibição ou de venda dos direitos.

As receitas de publicidade relativas à publicação de revistas e jornais são reconhecidas no período da sua inserção.

As receitas relativas a vendas de publicações são reconhecidas no momento da venda, à excepção das assinaturas, que são reconhecidas no período da duração das mesmas.

Os proveitos decorrentes da actividade de telecomunicações móveis resultam, essencialmente, dos valores facturados a título de assinatura mensal pela utilização da rede ao que acresce a facturação das chamadas telefónicas efectivamente efectuadas, bem como outros serviços complementares de telecomunicações. O momento do reconhecimento das receitas geradas no âmbito da actividade de telecomunicações móveis, bem como as rubricas onde se encontram reconhecidas, pode ser resumido da seguinte forma:

Origem do proveito	Classificação	Reconhecimento
Utilização da rede	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestação de serviços	No mês da venda ou carregamento
Telemóveis e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda

i) Repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efectuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do

crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

j) Pensões de reforma

(i) Nos termos do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 219/00, de 9 de Setembro, os regimes jurídicos aplicáveis em virtude das disposições do art.º 5 do Decreto-Lei n.º 122/94, de 14 de Maio

(diploma regulamentador da criação da Portugal Telecom, S.A.) continuarão a produzir efeitos relativamente aos empregados que foram transferidos da Portugal Telecom para a PT Comunicações e aos pensionistas e reformados abrangidos por esses regimes. Assim sendo, a PT Comunicações tem o compromisso de conceder:

	Benefícios
A reformados e empregados oriundos e admitidos pelos CTT até 14 de Maio de 1992	Pensão de reforma
A reformados e empregados oriundos dos TLP e da TDP	Complemento de pensão de reforma ou sobrevivência

Os empregados oriundos da Telecom Portugal, que tenham sido admitidos directamente por esta empresa, ou pelos CTT após 14 de Maio de 1992, assim como os empregados admitidos directamente pela Portugal Telecom e pela PT Comunicações, encontram-se excluídos do âmbito dos benefícios acima referidos, estando abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

As responsabilidades por serviços passados respeitantes aos empregados no activo, pré-reformados e reformados são determinadas com base em estudos actuariais, elaborados por uma empresa independente de actuários internacionais. Para a cobertura destas responsabilidades existem três fundos de pensões autónomos, um para cada uma das empresas fundidas na Portugal Telecom, e provisões específicas. Os fundos de pensões são geridos autonomamente por uma sociedade gestora de fundos de pensões.

Adicionalmente, para os empregados oriundos da Marconi, a PT Comunicações tem um regime especial de Segurança Social através da Caixa de Previdência do Pessoal da Companhia Portuguesa Rádio Marconi ("Caixa"), entidade independente, tutelada pela Secretaria de Estado da Segurança Social do Ministério da Solidariedade e Segurança Social, aplicável a todos os empregados admitidos até 1 de Fevereiro de 1998. Os empregados admitidos após 1 de Fevereiro de 1998 encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social.

Para cobertura das responsabilidades com os empregados abrangidos por este esquema especial de Segurança Social, a PT Comunicações tem os seguintes Fundos:

> Fundo de Pensões Regulamentares, cujo objectivo consiste na cobertura das responsabilidades com as pensões de reforma dos empregados.

> Fundo de Melhoria, que consiste basicamente na atribuição de um suplemento de 15% às pensões de invalidez e velhice, tendo para isso a PT Comunicações que efectuar uma contribuição adicional de 1,55% sobre a massa salarial.

> Fundo de Complementos, que assegura um complemento das pensões de reforma e das pensões de sobrevivência concedidas aos cônjuges sobreviventes dos reformados. Este fundo atribui, igualmente, um complemento de pensão aos empregados abrangidos pela Caixa, desde que tenham anteriormente contribuído para a Caixa Geral de Aposentações mas não estejam abrangidos pelo regime de pensão unificada.

(ii) A Lusomundo, através das suas participadas Diário de Notícias e Jornal de Notícias, está obrigada a complementar as pensões de reforma e sobrevivência aos empregados admitidos até 1979, no caso do Diário de Notícias, e até 16 de Novembro de 1994, no caso do Jornal de Notícias, quando estes atingem a idade da reforma.

(iii) A PT Sistemas de Informação tem, também, responsabilidades em complementar pensões de reforma de determinados empregados.

A PT Comunicações, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação adoptam como política contabilística para o reconhecimento das suas responsabilidades por pagamentos de pensões e complementos os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19. Esta directriz estabelece a obrigatoriedade de as empresas com planos de pensões reconhecerem os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários.

No final de cada exercício, a PT Comunicações, a Lusomundo e a PT Sistemas de Informação obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, o custo com pensões a registar nesse exercício e a previsão dos custos a reconhecer no exercício seguinte. As responsabilidades e custos assim estimados são comparados com os registos entretanto efectuados pelas empresas e com os valores das eventuais contribuições a efectuar para os Fundos, bem como com o valor da provisão a registar no passivo, a qual é apresentada líquida dos correspondentes custos e proveitos diferidos com pensões, tal como preconizado na Norma Internacional de Contabilidade ("NIC") n.º 19 (Nota 43).

(iv) A Telesp Celular e as empresas controladas pela Tele Leste e pela Tele Sudeste, em conjunto com outras empresas do antigo Sistema TELEBRÁS, são patrocinadoras de um plano de pensões administrado pela Fundação Sistel de Seguridade Social – SISTEL. Até 28 de Dezembro de 1999, todas as patrocinadoras do plano administrado pela SISTEL eram solidárias. Nessa data, essas patrocinadoras negociaram condições para a criação de planos individuais de pensões por patrocinadora e para manutenção da solidariedade apenas para os reformados que se encontravam em tal condição em 31 de Janeiro de 2000, o que foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Estado Brasileiro, em 13 de Janeiro de 2000.

Em resultado deste acordo, em Dezembro de 2000 a Telesp Celular, a Tele Leste e a Tele Sudeste implementaram, através da SISTEL, planos individuais de contribuição definida (“TCP PREV” e “Plano de Benefícios Visão Celular”) que abrangem 99% dos empregados da Telesp Celular, 94% dos empregados da Tele Leste e 83% dos empregados da Tele Sudeste e que são viabilizados através de contribuições feitas pelos participantes (empregados) e pelas patrocinadoras, as quais são creditadas em contas individuais dos participantes. As empresas são responsáveis por todas as despesas administrativas e de manutenção destes planos e pelos riscos de morte e invalidez dos participantes.

As contribuições da Telesp Celular, Tele Leste e Tele Sudeste para o Plano TCP PREV são iguais às dos participantes, variando de 0% a 9% do salário de participação, em função de percentagem escolhida pelo participante.

Os custos destes planos são registados pela Telesp Celular, Tele Leste e Tele Sudeste na data em que se vencem as contribuições a efectuar pela empresa.

Na sequência da quebra de solidariedade do Fundo SISTEL ocorrida em Dezembro de 1999, as empresas patrocinam individualmente um plano de benefícios definidos destinado a atribuir um suplemento de pensão a custo partilhado aos empregados beneficiários (“PBS Telesp Celular”, “PBS Tele Leste Celular” e “PBS Tele Sudeste Celular”). Este plano abrange aproximadamente 1% dos empregados das empresas. A contribuição para o plano é determinada com base num estudo actuarial elaborado por actuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custo é o da capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 12% sobre a remuneração dos empregados participantes do plano.

A CRT patrocina planos de previdência privada de benefícios definidos multipatrocinados, os quais são administrados pela Fundação dos Empregados da Companhia Riograndense de Telecomunicações – FCRT. Os benefícios de reforma por tempo de serviço, por idade, por invalidez e especial são calculados pelo regime de capitalização; o benefício de pensão por morte é constituído pelo regime financeiro de repartição de capitais de cobertura; o benefício de auxílio-reclusão é calculado através do regime financeiro de repartição simples, com método de capital de cobertura; e os benefícios de auxílio-doença, natalidade e pecúlio por morte são constituídos pelo regime financeiro de repartição simples. As contribuições para os planos são determinadas com base em estudos actuariais preparados por actuários independentes. O custo mensal é de 18,18% sobre os salários.

Em Dezembro de 2001, a CRT solicitou a desvinculação total entre as patrocinadoras. Em 31 de Dezembro de 2002 ainda não tinha sido autorizada a desvinculação, tendo, no entanto, sido registadas as responsabilidades de acordo com esta solicitação após a sua actualização até essa data.

Em 9 de Maio de 2002, a CRT solicitou à Secretaria da Previdência Complementar a implementação do Plano de Benefícios Visão CRT de contribuição definida. Em 31 de Dezembro de 2002, ainda não tinha sido obtida a aprovação para a constituição deste plano.

(v) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do grupo não se encontram abrangidos pelos benefícios sociais acima referidos.

1) Responsabilidades com cuidados de saúde

(i) A PT Comunicações (excluindo os empregados da Marconi) mantém um Plano de Saúde aplicável a todos os seus empregados activos, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis, o qual é gerido pela associação denominada Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (“PT ACS”), criada para o efeito em 29 de Setembro de 1995. O referido plano entrou em vigor em 1 de Janeiro de 1996, ainda no quadro da Portugal Telecom, S.A.

Para o financiamento do Plano de Saúde contribuem:

> Os beneficiários titulares (beneficiários de algum dos regimes de saúde anteriormente vigentes na empresa), com 1,5% dos ordenados.

> O Serviço Nacional de Saúde (“SNS”), com 168,40 euros por beneficiário do Plano.

> A Portugal Telecom, com o valor restante, necessário à cobertura da totalidade dos custos.

Adicionalmente, a PT Comunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos empregados admitidos pela Marconi até 1 de Fevereiro de 1998, bem como aos respectivos familiares elegíveis, sendo a gestão deste plano de saúde efectuada igualmente pela PT ACS, desde 1 de Julho de 1997.

Os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma foram registados na rubrica “Custos com o pessoal – Encargos sociais”, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente.

As contribuições entregues à PT ACS correspondentes aos cuidados de saúde prestados ao pessoal no activo são registadas como custos à medida que estes são incorridos.

O subsídio do SNS e as quotizações dos empregados são registados como redução de custos do período a que respeitam.

(ii) A PT Sistemas de Informação tem, também, responsabilidades com cuidados de saúde a prestar a determinados empregados, a partir da idade de reforma.

A PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação adoptam como política contabilística para reconhecimento das responsabilidades com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, os critérios consagrados na Directriz Contabilística n.º 19, reconhecendo os custos com a atribuição destes benefícios à medida que os serviços são prestados pelos empregados, tal como acontece com as pensões de reforma.

No final de cada exercício, a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação, obtêm estudos actuariais elaborados de acordo com métodos e pressupostos actuariais aceites internacionalmente, no sentido de conhecer o valor das suas responsabilidades a essa data, os custos com saúde a registar nesse exercício e, ainda, a previsão dos custos a incorrer no exercício seguinte, determinada a partir dos mesmos pressupostos (Nota 59). Para cobertura destas responsabilidades, as empresas constituem uma provisão específica, que é apresentada líquida dos correspondentes custos e proveitos diferidos relacionados com cuidados de saúde, tal como previsto na NIC n.º 19 (Nota 43).

(iii) Os empregados da Telesp Celular, Tele Leste e Tele Sudeste encontram-se abrangidos pelo plano de assistência médica aos empregados aposentados (PAMA) gerido pela Fundação SISTEL,

sendo o financiamento do fundo assegurado pelas empresas resultantes do processo de cisão da TELEBRÁS e pelos seus empregados participantes. As características do plano de benefícios e do fundo são idênticas às referidas para o fundo de pensões SISTEL existente antes da quebra de solidariedade desse fundo. Sendo este um fundo com características de multi-empregador, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma são reconhecidos em resultados à medida que as contribuições vão sendo devidas.

(iv) Os empregados admitidos directamente pelas restantes empresas do grupo encontram-se fora do âmbito dos benefícios acima referidos.

m) Reformas antecipadas, pré-reformas e suspensões do contrato de trabalho

No momento da passagem dos empregados às situações de pré-reforma, de reforma antecipada ou de suspensão do contrato de trabalho, é registada como custos extraordinários (Nota 45) a totalidade das responsabilidades pelo pagamento de salários até à idade de reforma, bem como com pensões ou complementos de pensões a pagar e com cuidados de saúde após aquela data, os quais são determinados com base em estudos actuariais elaborados por entidades independentes (Notas 58 e 59).

n) Classificação do balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respectivamente, no activo e no passivo a médio e longo prazo.

o) Férias e subsídios de férias

Os encargos com férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como custo do período em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento, sendo incluídos no balanço na rubrica “Acréscimos de custos”.

p) Impostos sobre o rendimento

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (actualmente designado por regime especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que participa, directa ou indirectamente, em pelo menos 90% do respectivo capital e que,

simultaneamente, são residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades, são tributadas individualmente, com base nas respectivas matérias colectáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pela Directriz Contabilística n.º 28. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data do balanço.

Tal como estabelecido na referida directriz, são reconhecidos activos por impostos diferidos apenas quando exista razoável segurança de que tais impostos diferidos activos poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos activos sejam revertidos.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em reservas, foi registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do exercício.

q) Títulos negociáveis e outras aplicações de tesouraria

Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria (constituídas por depósitos e aplicações a prazo) encontram-se registados ao mais baixo do custo de aquisição ou do valor de mercado. Adicionalmente, os empréstimos concedidos a empresas participadas titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis no mercado são registados como títulos negociáveis.

r) Saldos e transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, para os quais não há acordos de fixação de câmbio, foram convertidos para euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis,

que resultam da comparação entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proventos e custos na demonstração de resultados, excepto no que respeita às seguintes transacções:

> As diferenças de câmbio provenientes de operações financeiras de cobertura do risco cambial de investimentos financeiros expressos em moeda estrangeira, bem como da conversão cambial de empréstimos que financiem investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira (hedging), são registados na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21, desde que cumpram o critério de eficiência estabelecido pela NIC n.º 39. Esta última norma define como eficiente um hedging cujo quociente entre a variação cambial no item coberto e a verificada no instrumento de cobertura se situe entre 80% e 125%; no caso de as variações não se encontrarem dentro dos limites referidos, o impacto das mesmas é registado como ganho ou perda na demonstração de resultados do período em que ocorrem.

> As diferenças de câmbio provenientes da conversão cambial de saldos intragrupo de médio e longo prazo em moeda estrangeira, que na prática se constituam como uma extensão dos investimentos financeiros, são registadas na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”, tal como preconizado na NIC n.º 21.

A conversão de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

> Taxa de câmbio vigente à data do balanço, para a conversão dos activos e passivos.

> Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados.

> Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações).

> Taxas de câmbio históricas, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira foram incluídas no capital próprio, na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

s) Instrumentos financeiros e gestão de risco

Os instrumentos financeiros incluem essencialmente operações de swap de taxa de juro e de taxa de câmbio sobre empréstimos, para reduzir o risco de alterações nas taxas de juro e nas taxas de câmbio, na prossecução da política de cobertura da exposição a evoluções na taxa de juro e de cobertura de passivos em moeda estrangeira. Com este último objectivo, são igualmente contratadas operações de forward e opções cambiais (Nota 6o). Os prémios recebidos ou pagos bem como os encargos com estas operações são reconhecidos durante o período de vigência das mesmas.

t) Planos de incentivos

As responsabilidades assumidas no âmbito dos planos de incentivos da Portugal Telecom com os administradores e determinados quadros ao serviço das empresas do grupo (Nota 61) são reconhecidas como custo em cada período, tendo em conta o tempo decorrido para o vencimento do direito de exercício das opções ou de atribuição das acções.

A respectiva provisão é constituída/reforçada atendendo ao faseamento dos direitos atribuídos e dos inerentes encargos, pelo período do plano. Estes encargos correspondem à diferença entre o valor estimado de aquisição das acções pela empresa e o seu preço de venda aos empregados. Os custos correspondentes são registados na rubrica “Custos com o pessoal”, sendo os custos com as respectivas operações de hedging registados na rubrica “Custos e perdas financeiros” (Notas 46 e 61).

u) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão-de-obra e transportes) incorridos na formação do activo imobilizado são objecto de capitalização, sendo contabilizados na demonstração de resultados na rubrica “Trabalhos para a própria empresa”.

24. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002, os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio do euro relativamente a tais moedas, divulgadas pelo Banco de Portugal.

Designação	Código	Cotação
Direito de Saque Especial	DSE	1,29973
Coroa Dinamarquesa	DKK	7,4288
Coroa Norueguesa	NOK	7,2756
Coroa Sueca	SEK	9,1528
Dirham Marroquino	MAD	10,6705
Dobra São Tomense	STD	9 456,65
Dólar Australiano	AUD	1,8556
Dólar Americano	USD	1,0487
Dólar Canadiano	CAD	1,6550
Dólar de Hong Kong	HKD	8,1781
Escudo Cabo Verdiano	CVE	110,265
Forint Húngaro	HUF	236,29
Franco CFA	XOF	655,957
Franco Suíço	CHF	1,4524
Kuanza Angolano	AOA	60,5944
Libra Esterlina	GBP	0,65050
Metical Moçambicano	MZM	24 164,6
Pataca Macaense	MOP	8,4234
Peso Argentino	ARS	3,5535
Pula do Botswana	BWP	5,7010
Rand Sul-Africano	ZAR	9,0094
Real Brasileiro	BRL	3,7124
Xelim Queniano	KES	81,2743
Xelim Ugandês	UGX	1 940,10
Yene Japonês	JPY	124,39

Em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações de resultados das empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira foram convertidas com base nas seguintes taxas de câmbio médio do euro relativamente a tais moedas:

Designação	Código	Cotação
Dobra São Tomense	STD	8 609,62
Dólar Americano	USD	0,9474
Dólar de Hong Kong	HKD	–
Dirham Marroquino	MAD	10,4185
Escudo Cabo Verde	CVE	110,265
Franco CFA	XOF	655,957
Forint Húngaro	HUF	242,91
Franco Suíço	CHF	1,4659
Metical Moçambicano	MZM	22 001,6
Pataca Macaense	MOP	7,6105
Peso Argentino	ARS	3,0672
Pula do Botswana	BWP	5,9124
Kuanza Angolano	AOA	42,8684
Real Brasileiro	BRL	2,7836
Xelim Queniano	KES	74,7856
Xelim Ugandês	UGX	1 721,37

27. ACTIVO IMOBILIZADO

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, os movimentos ocorridos no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram como segue:

valores expressos em euros

	Imobilizado bruto						Saldo final
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Brasilcel (Nota 23)	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	92 456 693	(716 893)	1 591 485	(2 823 741)	(4 196 404)	(943)	86 310 197
Despesas de investigação e desenvolvimento	52 639 566	(846 752)	12 672 606	(20 903)	8 018 989	–	72 463 506
Propriedade industrial e outros direitos	233 510 200	2 725 377	398 071 822	(70 924 216)	27 758 527	(4 861 242)	586 280 468
Outras imobilizações incorpóreas	12 464 863	(3 427 040)	324 436	(1 709 971)	2 121 424	130 840 201	140 613 913
Imobilizações em curso	138 004 013	(7 504)	357 984 074	(2 663 673)	(373 848 599)	(1 272 012)	118 196 299
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	1 524 401	–	1 924 872	–	(1 494)	–	3 447 779
Diferenças de consolidação (Nota 10)	5 072 071 666	–	231 304 621	(1 370 060 339)	(1 281 885 819)	(188 126 146)	2 463 303 983
	5 602 671 402	(2 272 812)	1 003 873 916	(1 448 202 843)	(1 622 033 376)	(63 420 142)	3 470 616 145
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	123 025 450	(187 481)	24 408	(8 180 913)	(1 640 349)	(2 561 571)	110 479 544
Edifícios e outras construções	884 859 156	(1 741 811)	37 986 008	(1 689 638)	(11 671 930)	11 364 682	919 106 467
Equipamento básico	9 829 232 812	87 355 121	494 318 667	(952 848 206)	18 655 125	(11 099 386)	9 465 614 133
Equipamento de transporte	55 590 621	(1 958 158)	8 186 731	(2 151 344)	(6 478 552)	(401 973)	52 787 325
Ferramentas e utensílios	32 971 338	(107 141)	1 336 337	(7 646 858)	(665 474)	(3 498 194)	22 390 008
Equipamento administrativo	712 092 577	(1 230 872)	93 810 915	(47 175 640)	(10 186 958)	39 721 760	787 031 782
Outras imobilizações corpóreas	60 655 331	1 118 147	4 852 280	(725 708)	(461 645)	256 230	65 694 635
Imobilizações em curso	467 309 854	(257 266)	296 219 770	(156 341 246)	(475 316 425)	26 840 000	158 454 687
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	3 254 878	–	70 624	–	(2 390 170)	–	935 332
	12 168 992 017	82 990 539	936 805 740	(1 176 759 553)	(490 156 378)	60 621 548	11 582 493 913

valores expressos em euros

	Amortizações acumuladas						Saldo final
	Saldo inicial	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos cambiais	Transferências e abates	Brasilcel (Nota 23)	
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	(65 508 529)	563 132	(18 035 664)	436 444	1 893 809	429	(80 650 379)
Despesas de investigação e desenvolvimento	(35 308 443)	623 677	(14 774 177)	(2 125)	6 659 644	–	(42 801 424)
Propriedade industrial e outros direitos	(95 478 470)	2 466 348	(45 605 498)	25 455 322	184 971	(1 138 575)	(114 115 902)
Outras imobilizações incorpóreas	(5 247 588)	2 230 817	(2 325 239)	391 586	174 079	(7 572 220)	(12 348 565)
Diferenças de consolidação (Nota 10)	(466 700 312)	–	(142 909 438)	130 149 810	73 539 820	153 966 164	(251 953 956)
	(668 243 342)	5 883 974	(223 650 016)	156 431 037	82 452 323	145 255 798	(501 870 226)
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	(14 995 847)	–	–	–	310 131	–	(14 685 716)
Edifícios e outras construções	(431 355 271)	481 266	(38 416 246)	659 190	10 883 745	(1 354 143)	(459 101 459)
Equipamento básico	(5 655 785 979)	(70 389 630)	(728 083 311)	436 124 421	173 257 389	(14 820 642)	(5 859 697 752)
Equipamento de transporte	(36 101 658)	1 479 184	(7 311 425)	1 021 127	5 471 695	(70 596)	(35 511 673)
Ferramentas e utensílios	(18 222 828)	77 689	(1 539 558)	1 591 133	231 988	864 281	(16 997 295)
Equipamento administrativo	(476 277 000)	1 121 809	(112 557 541)	19 464 663	10 368 753	(13 810 888)	(571 690 204)
Outras imobilizações corpóreas	(44 974 986)	(599 340)	(3 991 335)	424 172	135 607	12 718	(48 993 164)
	(6 677 713 569)	(67 829 022)	(891 899 416)	459 284 706	200 659 308	(29 179 270)	(7 006 677 263)

Os valores apresentados na coluna “Alteração do perímetro de consolidação” respeitam aos saldos das rubricas de imobilizações e amortizações acumuladas das empresas excluídas da consolidação em 31 de Dezembro de 2002 (PT Angola, Satcom, Academia Global, Infordesporto, Deltapress, Distribuidora Jardim, Sport Notícias, Empresa Recreios Artísticos, Tentativa, Grande Reportagem e Diverfun), e os saldos iniciais das empresas incluídas pela primeira vez no perímetro de consolidação (Clip Anúncios – Serviços de Gestão de Informação, S.A., Lusocine e PrimeSys (Nota 1)).

O aumento verificado no exercício de 2002 na rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui o montante de 348 395 587 euros, relativo à aquisição da propriedade da Rede Básica, pela PT Comunicações em 27 de Dezembro de 2002 (Nota Introdutória), que corresponde à diferença entre o valor pago nessa aquisição e o valor da renda da concessão de 2002 (16 604 413 euros) que estava contemplado naquele valor.

A rubrica “Outras imobilizações incorpóreas” inclui 123 360 495 euros relativos a 50% do valor de custo da licença de operador de telefonia móvel adquirida pela Global Telecom, em exercícios anteriores, para operar nos Estados Brasileiros do Paraná e Santa Catarina. A amortização da licença é efectuada de acordo com a sua vida útil estimada (30 anos) e utilizando taxas progressivas em função das receitas estimadas.

A rubrica “Imobilizações incorpóreas em curso” inclui 99 759 579 euros referentes ao valor pago pela TMN para obtenção de uma licença UMTS. Os planos de negócios da TMN para o UMTS indicam que este valor é recuperável durante o período de duração da licença, que termina em Dezembro de 2015.

Os aumentos de amortizações no exercício de 2002, de 1 115 549 432 euros, têm a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Amortização do exercício do imobilizado incorpóreo	80 644 019
Amortização do exercício do imobilizado corpóreo	891 899 416
	972 543 435
Amortização das diferenças de consolidação (Nota 44)	142 909 438
Amortizações extraordinárias	96 559
	1 115 549 432

Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe da rubrica de equipamento básico era o seguinte:

valores expressos em euros	
Valor de custo ou reavaliado:	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	5 059 472 149
Equipamento de comutação	2 229 908 329
Equipamento terminal	823 101 091
Cabos submarinos	247 991 788
Estações, equipamentos e instalações de satélites	61 307 844
Outros equipamentos de telecomunicações	764 415 852
Outro equipamento básico	279 417 080
	9 465 614 133
Amortizações acumuladas:	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	2 964 761 474
Equipamento de comutação	1 573 621 321
Equipamento terminal	475 888 619
Cabos submarinos	91 677 540
Estações, equipamentos e instalações de satélites	59 153 712
Outros equipamentos de telecomunicações	550 213 321
Outro equipamento básico	144 381 765
	5 859 697 752
Valor líquido:	
Instalações e equipamentos de rede – interior e exterior	2 094 710 675
Equipamento de comutação	656 287 008
Equipamento terminal	347 212 472
Cabos submarinos	156 314 248
Estações, equipamentos e instalações de satélites	2 154 132
Outros equipamentos de telecomunicações	214 202 531
Outro equipamento básico	135 035 315
	3 605 916 381

Relativamente às imobilizações corpóreas e em curso são de referir as seguintes situações, expressas pelos respectivos valores líquidos contabilísticos em 31 de Dezembro de 2002:

- > A existência de imobilizações corpóreas instaladas em edifícios e espaços de propriedade alheia, no valor total de 120 875 910 euros. Adicionalmente, existe equipamento básico relativo a redes de clientes e redes de distribuição de televisão por cabo que se encontra implantado em propriedade alheia ou de domínio público, representando um valor de 232 730 604 euros.
- > Das imobilizações afectas ao património da PT Comunicações, ainda não se encontravam registados em seu nome, ou em nome da Portugal Telecom, imóveis no valor de 27 940 000 euros.
- > Os bens que se encontram incluídos no imobilizado corpóreo da PT Comunicações e que, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 40/95, de 15 de Fevereiro, e do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão se encontram afectos à Concessão, ascendem a 1 858 098 368 euros.

> A PT Comunicações tem localizadas no estrangeiro imobilizações corpóreas no valor de 23 903 736 euros, das quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos que não amarram em Portugal. Adicionalmente, a PT Comunicações tem imobilizações corpóreas em poder de terceiros no valor de 6 109 401 euros.

> Em Dezembro de 2001, a TMN efectuou uma operação com investidores americanos, os quais actuaram através de duas entidades estrangeiras, pela qual vendeu, com reserva de propriedade, determinados equipamentos da sua rede GSM, pelo montante global de 233 270 276 euros, sendo que o valor líquido contabilístico desses equipamentos ascendia a 174 475 787 euros. Para a celebração desta operação de cross border lease, a TMN cobrou uma comissão de 16 345 526 euros, a qual foi registada como um proveito extraordinário do respectivo exercício.

Em Maio de 2002, a TMN efectuou uma nova transacção com as mesmas características da efectuada em Dezembro de 2001, pelo montante global de 210 839 093 euros, sendo que o valor líquido contabilístico desses equipamentos ascendia a 155 718 508 euros.

Em simultâneo, cada uma daquelas entidades celebrou um contrato de leasing dos equipamentos adquiridos, com duas sociedades holandesas constituídas especialmente para o efeito, por um período de dezasseis anos, sendo que cada uma destas tem duas opções de compra dos respectivos equipamentos. A primeira, aproximadamente, no décimo segundo ano de vida da transacção, e a segunda no final do período da locação. Por sua vez, cada uma destas empresas celebrou com a TMN um contrato de venda condicional desses equipamentos (Conditional Sale Agreements), por um valor idêntico ao valor por que a TMN havia vendido os equipamentos.

A TMN mantém legalmente a posse desses equipamentos, sem prejuízo das alienações e substituições de equipamentos que possa vir a efectuar.

Estas operações de cross border lease configuram globalmente operações de sale and lease-back, pelo que a TMN não reconheceu a venda destes equipamentos, tal como previsto nas Directrizes Contabilísticas n.ºs 25 e 26, mantendo-os registados no seu activo.

No âmbito destas operações de cross border lease, a TMN comprometeu-se a substituir todos os equipamentos abrangidos pelas transacções que durante o período dos contratos de leasing venham a encontrar-se não operacionais ou obsoletos, bem como quaisquer equipamentos que a TMN pretenda alienar a terceiros, por novos equipamentos de igual valor. Adicionalmente, a TMN e a Portugal Telecom celebraram um put option agreement com cada uma daquelas entidades, pelo qual a TMN e a Portugal Telecom lhes concederam o direito de cada um poder provocar a aquisição pela TMN ou pela Portugal Telecom das posições das empresas holandesas na transacção.

A TMN e a Portugal Telecom venderam ainda àquelas entidades opções de compra, tendo recebido, cada uma, um prémio de 465 080 euros. Nas demonstrações financeiras do grupo, estes prémios, que totalizam 930 160 euros, foram registados em proveitos diferidos até à maturidade da opção ou até à data de um eventual exercício da opção.

Pela celebração da operação de cross border lease ocorrida em 2002, a TMN cobrou uma comissão de 12 588 096 euros (Nota 45 d)), a qual foi registada como um proveito extraordinário do exercício (Notas 45 e 51). Em simultâneo, esta operação originou diversos custos com a sua operacionalização, que ascendem a 2 948 463 euros (Nota 45 b)), os quais foram registados como custos extraordinários.

b) Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 as partes de capital em empresas do grupo excluídas da consolidação (Nota 2) tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Guiné Telecom ^(a)	3 716 555	3 716 555
TPT	1 754 981	–
Regiforum ^(b)	441 967	518 483
Marconi Luxembourg ^(b)	292 092	350 000
Portugal Telecom North América, Inc. ^(c)	127 501	127 501
PT Inovação Brasil ^(d)	–	747 297
Outras ^(c)	212 065	563 385
	6 545 161	6 023 221
Provisão para investimentos financeiros	(3 733 540)	(3 733 540)
	2 811 621	2 289 681

(a) Investimento totalmente provisionado, conforme descrito na Nota 2.

(b) Investimentos registados pelo método da equivalência patrimonial.

(c) Investimentos registados ao custo de aquisição.

(d) Empresa constituída no fim do exercício de 2001.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as partes de capital em empresas associadas (com situação líquida positiva – Nota 3) tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
CTM	42 587 093	48 968 119
Banco Best	9 842 519	9 876 863
Warner Cines de España	9 047 223	10 051 101
Web-Lab ^(a)	8 192 526	8 191 047
Idealyse ^(a)	7 417 741	5 618 895
Páginas Amarelas	5 723 371	5 366 629
Lisboa TV	4 597 851	4 827 431
Unitel	4 558 615	1 846 286
Bancoi.net	3 040 117	7 394 056
Naveprinter, S.A.	2 832 722	2 423 359
Hungaro Digitel KFT (HDT)	1 835 083	2 052 416
SGPICE	1 604 681	2 930 995
Previsão	1 487 395	1 421 141
Lusa	1 360 825	2 902 181
Vasp (Nota 14 a))	1 242 678	–
Tradecom Internacional	116 678	5 091 157
TBS Celular Participações ^(b)	–	72 078 958
BUS Holding (Nota 14 d))	–	71 780 315
Médi Télécom	–	66 859 849
BUS Telecomunicações (Nota 14 d))	–	13 621 442
TV Cabo Macau	–	706 373
Outras	5 210 692	7 258 141
	110 697 810	351 266 754
Provisão para investimentos financeiros	(15 720 003)	(109 736)
	94 977 807	351 157 018

(a) Investimento financeiro totalmente provisionado.

(b) No âmbito da constituição da Brasilcel, o investimento financeiro nesta participada foi transferido para joint venture em 27 de Dezembro de 2002 (Nota Introdutória).

Em 31 de Dezembro de 2002, as partes de capital em empresas associadas, com situação líquida negativa e consolidadas pela equivalência patrimonial, encontram-se registadas na rubrica “Provisões para perdas em empresas associadas” (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as partes de capital em outras empresas tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
UOL	142 393 202	258 316 933
Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”)	55 300 000	47 600 000
Intelsat	13 127 252	13 127 252
Celular CRT Participações, S.A. ^(a)	–	5 991 186
New Skies Satellites N.V.	4 674 500	4 674 500
Eutelsat	3 055 710	4 439 710
Spy Glass Entertainment LP	3 016 754	3 016 754
INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (“INESC”)	2 992 787	2 992 787
Telefónica (Nota 14 c))	2 156 034	54 244 061
Inmarsat Holding, Ltd.	1 640 663	1 640 663
Tagusparque – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia da Área de Lisboa, S.A.	1 296 875	1 296 875
Vortal – Comércio Electrónico, Consultoria e Multimédia, S.A.	687 517	687 517
HARII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	498 798	498 798
I-CO Global Communications, Ltd. (“I-CO Global”) ^(b)	–	19 847 611
Outras empresas	1 573 222	1 898 793
	232 413 314	420 273 440
Provisão para investimentos financeiros	(94 242 706)	(22 968 890)
	138 170 608	397 304 550

(a) No âmbito da constituição da Brasilcel, o investimento financeiro nesta participada foi transferido para joint venture em 27 de Dezembro de 2002 (Nota Introdutória).

(b) Empresa liquidada. Esta participação encontrava-se integralmente provisionada (Nota 45).

Os empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas destinam-se essencialmente a financiar as suas actividades, nomeadamente no desenvolvimento de novos negócios. Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os empréstimos de financiamento a empresas associadas e outras eram como segue:

valores expressos em euros		
	2002	2001
UOL	101 296 053	113 468 740
Médi Télécom	42 160 630	–
Idealyse	38 212 716	45 471 016
Sportinveste	19 381 155	19 381 155
Sport TV	15 475 958	9 975 958
Web-Lab	4 886 562	4 886 562
Ptelcom Brasil, S.A.	3 900 247	–
INESC	3 292 066	3 292 066
Marconi Suisse	1 775 987	1 469 105
GSF	287 350	–
Diverfun	125 000	–
Teledata de Moçambique	81 972	–
Global Telecom	–	810 000 000
Marconi France	–	750 000
Outras empresas	270 254	180 692
	231 145 950	1 008 875 294
Provisão para investimentos financeiros	(113 961 757)	(3 292 066)
	117 184 193	1 005 583 228

O empréstimo concedido à UOL refere-se à aquisição à PT Multimedia, em 28 de Junho de 2002, de 6 017 141 obrigações convertíveis emitidas por aquela empresa ao respectivo valor nominal acrescido dos juros acumulados até àquela data. Estas obrigações vencem juros calculados à taxa anual de 6,76%.

O empréstimo concedido em 2001 à Global Telecom, no valor de 810 000 000 de euros, foi reembolsado na sua totalidade durante o segundo semestre de 2002.

O montante relativo à Ptelecom Brasil, S.A. (empresa participada pela Brasilcel), corresponde a 50% do empréstimo concedido a esta empresa, em virtude da consolidação proporcional na Brasilcel.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os títulos e outras aplicações financeiras tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Instrumentos financeiros derivados ^(a)	93 345 831	—
Investimentos em imóveis	28 850 145	31 220 130
Outros	983 827	919 189
	123 179 803	32 139 319
Provisões para títulos e outras aplicações financeiras	(91 920 984)	—
Amortização acumulada	(11 518 019)	(12 449 484)
	19 740 800	19 689 835

(a) Em 31 de Dezembro de 2001, os instrumentos financeiros derivados encontravam-se classificados no balanço consolidado, na rubrica "Acréscimos e diferimentos". Estes instrumentos financeiros foram na sua totalidade contratados pelas empresas participadas brasileiras e encontram-se provisionados até ao seu valor estimado de realização.

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os adiantamentos por conta de investimentos financeiros tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Médi Télécom ^(a)	2 547 533	88 384 461
Global Telecom ^(b)	—	134 910 460
Outros	920 166	948 148
	3 467 699	224 243 069

(a) Este montante foi parcialmente utilizado em aumentos de capital na Médi Télécom (Nota 14 b)), existindo uma parcela de 42 160 630 euros que foi convertida em empréstimo.

(b) O adiantamento efectuado pela Telesp Celular Participações à Global Telecom em 2001 foi parcialmente utilizado no aumento de capital desta participada ocorrido em 2002. O remanescente foi eliminado na consolidação integral da Global Telecom efectuada pela Telesp Celular Participações.

33. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos tinham a seguinte composição (Nota 34):

valores expressos em euros		
	2002	2001
Dívidas a instituições de crédito	304 463 815	648 472 869
Empréstimos por obrigações	1 000 000 000	1 000 000 000
	1 304 463 815	1 648 472 869

34. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, o detalhe dos empréstimos obtidos era como segue:

valores expressos em euros				
	2002		2001	
	Curto prazo	Médio e longo prazo (f)	Curto prazo	Médio e longo prazo
Empréstimos bancários (a):				
Empréstimos externos	240 785 146	1 280 561 255	258 254 668	1 375 108 663
Descobertos bancários	8 465 072	—	66 422 727	—
Empréstimos internos	8 087 864	9 277 512	35 398 099	36 015 096
	257 338 082	1 289 838 767	360 075 494	1 411 123 759
Empréstimos por obrigações convertíveis (b):				
Exchangeable Bonds	—	1 059 035 000	—	1 059 035 000
Empréstimos por obrigações não convertíveis (c):				
Global Medium Term Notes/Floating Rate Notes	285 118 370	2 600 000 000	197 024 625	2 600 000 000
Obrigações PT/97 – 2.ª Emissão	—	124 699 474	—	124 699 474
	285 118 370	2 724 699 474	197 024 625	2 724 699 474
Outros empréstimos obtidos:				
Papel comercial (d)	524 668 403	62 000 000	712 526 475	39 987 979
Empréstimos externos (e)	27 230 960	83 534 427	48 924 840	193 256 522
Empréstimos internos	—	—	739 239	195 023
	551 899 363	145 534 427	762 190 554	233 439 524
TOTAL	1 094 355 815	5 219 107 668	1 319 290 673	5 428 297 757

(a) Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2002		2001	
	Divisas	Euros	Divisas	Euros
Euros	1 240 167 957	1 240 167 957	1 576 715 999	1 576 715 999
Dólares Americanos (USD)	121 663 496	116 013 632	112 466 616	127 614 451
Ienes Japoneses (JPY)	—	—	17 570 756	152 352
Reais Brasileiros (BRL)	568 155 441	153 042 625	78 032 768	38 131 728
Outros		37 952 635		28 584 723
		1 547 176 849		1 771 199 253

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, as garantias prestadas por terceiros relacionadas com estes empréstimos eram as seguintes:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Garantias bancárias a favor do Banco Europeu de Investimento	346 120 447	310 549 327
Aval do Estado a favor do Kreditanstalt für Wiederaufbau	12 043 505	13 501 709

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre 2,87% e 5,90% e entre 3,10% e 5,90%, respectivamente.

Em 18 de Junho de 2001, a Portugal Telecom e a PTI Finance BV contrataram um Multicurrency Revolving Credit Facility ("Facility") no montante de 560 000 000 de euros, com uma maturidade de três anos. Esta Facility destinou-se a refinarçar a dívida existente na Global Telecom. A taxa a vigorar para a Facility é igual à Euribor do período da contagem de juros, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao início de cada contagem de juros, acrescida de 0,45%. Em 31 de Dezembro de 2002 encontram-se utilizados 510 000 000 de euros desta Facility.

(b) Em 7 de Junho de 1999, a PTI Finance BV emitiu Exchangeable Bonds no valor de 509 435 000 euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS ("American Depositary Shares") da Portugal Telecom, ao preço de conversão de 10,725 euros por acção, no termo da emissão (53,625 euros antes do stock split). À data de 31 de Dezembro de 2002, o preço de conversão é de 10,515 euros por acção, em consequência dos aumentos de capital ocorridos até essa data. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 7 de Junho de 2004, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. Em 24 de Abril de 2001 foi pedida

a conversão antecipada de 76 obrigações, equivalentes a 35 431 acções da Portugal Telecom, sendo o montante das obrigações em circulação em 31 de Dezembro de 2002 de 509 035 000 euros. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 1,5%, sendo o pagamento de juros anual. No decorrer do segundo semestre de 2002, e aproveitando as condições favoráveis à Portugal Telecom, foram adquiridas em mercado secundário 11 710 obrigações convertíveis com um valor nominal de 58 550 000 euros (Nota 52).

Em 6 de Dezembro de 2001, a PTI Finance BV procedeu a nova emissão de Exchangeable Bonds no valor de 550 000 000 de euros, as quais conferem o direito à subscrição ou aquisição de acções ordinárias ou ADS ("American Depositary Shares") da Portugal Telecom ao preço de conversão de 12,3985 euros por acção, no termo da emissão. O reembolso das obrigações convertíveis será efectuado em 6 de Dezembro de 2006, salvo se tiverem sido previamente reembolsadas, adquiridas e canceladas ou se a conversão houver sido previamente efectuada. O montante das obrigações em circulação em 31 de Dezembro de 2002 é de 550 000 000 de euros. A taxa de juro anual deste empréstimo é de 2%, sendo o pagamento de juros anual. No decorrer do segundo semestre de 2002, e aproveitando as condições favoráveis à Portugal Telecom, foram adquiridas em mercado secundário 11 890 obrigações convertíveis com um valor nominal de 59 450 000 euros (Nota 52).

(c) Em 31 de Dezembro de 2002, o grupo detém um empréstimo por obrigações não convertíveis no montante de 124 699 474 euros. A taxa de juro deste empréstimo é variável e indexada à "Euribor 365 a 6 meses" acrescida de 0,25%, sendo a taxa anual de juro em vigor de 3,3588%; os juros vencem-se semestralmente a 17 de Maio e 17 de Novembro. O reembolso das obrigações deverá ser efectuado em 17 de Novembro de 2004, com possibilidade de amortização antecipada, total ou parcial, em

17 de Novembro de 2003. Em 19 de Novembro de 1999 procedeu-se à redenominação dos 25 000 000 de obrigações integrantes deste empréstimo, nos seguintes termos:

> O valor nominal é de um cêntimo.

> A quantidade de obrigações redenominadas é de 12 469 947 426.

Em 7 de Abril de 1999, a PTI Finance BV procedeu à emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de dez anos e uma taxa de juro anual de 4,625%. No decorrer do segundo semestre de 2002, e aproveitando as condições favoráveis à Portugal Telecom, foram adquiridas em mercado secundário obrigações convertíveis com um valor nominal de 120 500 000 euros (Nota 52).

Em 21 de Fevereiro de 2001, a PTI Finance BV procedeu a uma segunda emissão de Global Medium Term Notes no valor de 1 000 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de cinco anos e uma taxa de juro anual de 5,75%. No decorrer do segundo semestre de 2002, e aproveitando as condições favoráveis à Portugal Telecom, foram adquiridas em mercado secundário obrigações com um valor nominal de 100 500 000 euros (Nota 52).

Em 16 de Dezembro de 2001, a PTI Finance BV procedeu a uma segunda emissão de Floating Rate Notes no valor de 600 000 000 de euros. Estes títulos correspondem a obrigações emitidas por esta empresa, disponíveis no mercado do euro, com uma maturidade de três anos e três meses e uma taxa de juro variável, indexada à Euribor a três meses acrescida de 0,75%. No decorrer do segundo semestre de 2002, e aproveitando as condições favoráveis à Portugal Telecom, foram adquiridas em mercado secundário obrigações convertíveis com um valor nominal de 15 050 000 euros (Nota 52).

No primeiro trimestre de 2002, a PTI Finance BV procedeu à emissão de obrigações (Notes) no montante global de 100 000 000 de euros, com maturidade de um ano. Estas emissões foram contratadas com taxas fixas anuais de 3,694% e de 3,725%.

A PTI Finance BV emitiu ainda três outras séries de obrigações no montante global de 105 000 000 de euros e de 30 000 000 de libras esterlinas, todas com maturidade de um ano. Estas emissões foram contratadas com spreads até 0,24% sobre a Euribor 12 meses.

No quarto trimestre de 2002, a PTI Finance BV emitiu obrigações (Zero Coupon) no montante de 34 000 000 de euros, com maturidade de três meses e uma taxa fixa anual de 3,323%.

(d) Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo de papel comercial respeita basicamente a programas de papel comercial emitidos pelas seguintes empresas do grupo:

valores expressos em euros	
Portugal Telecom ⁽ⁱ⁾	508 668 403
Lusomundo	78 000 000
	586 668 403

(i) Programas de papel comercial de curto prazo contratados pelo montante total de 875 000 000 de euros, encontrando-se utilizados 508 668 403 euros. Este valor foi subscrito em Dezembro de 2002, com taxas de juro anuais compreendidas entre 3,025% e 3,18%, com liquidação em Janeiro de 2003.

(e) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui empréstimos obtidos pela Brasilcel junto do BNDES, no montante total de 94 103 137 euros, dos quais 48 978 165 euros foram contraídos pela Telesp Celular e 45 124 972 euros pela Global Telecom.

(f) Em 31 de Dezembro de 2002, os empréstimos classificados a médio e longo prazo têm o seguinte plano de reembolso previsto:

valores expressos em euros	
2004	1 213 507 210
2005	813 316 620
2006	1 649 472 833
2007	127 648 457
2008	110 698 733
2009 e anos seguintes (Nota 33)	1 304 463 815
	5 219 107 668

(g) Em 31 de Dezembro de 2002 existiam os seguintes principais condicionalismos financeiros (covenants) relativos ao Credit Facility de 510 000 000 de euros e aos empréstimos bancários obtidos junto do Banco Europeu de Investimentos no montante total de 772 000 000 de euros, os quais àquela data estavam a ser cumpridos:

Notações de rating

Caso o rating atribuído à Portugal Telecom pelas agências de rating seja reduzido para BBB+/Baa1 ou inferior, esta deverá providenciar para que a dívida líquida consolidada não exceda 3,25 vezes o EBITDA consolidado.

Controlo das empresas participadas

A Portugal Telecom terá de manter, directa ou indirectamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das “Material Subsidiaries”, entendendo-se por tal aquelas empresas cujo

activo bruto seja igual ou superior a 10% do activo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

Gearing

Em consequência de qualquer aquisição, investimento ou fusão efectuada por qualquer empresa englobada na consolidação, a Portugal Telecom não deverá apresentar, por um período superior a três meses, um gearing (rácio correspondente à dívida líquida a dividir pelo capital próprio mais dívida líquida) superior a 66%.

Alienações

Existem algumas restrições à alienação de activos (cujo valor seja superior a 850 000 000 de euros e/ou a 10% do valor do imobilizado líquido da Portugal Telecom e da PT Comunicações) sem prévia autorização das entidades financiadoras.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2002, o Programa de Global Medium Term Notes e as emissões de obrigações convertíveis estão abrangidas por cláusulas de Negative Pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os activos das empresas englobadas na consolidação do grupo.

36. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços consolidadas dos exercícios de 2002, 2001 e 2000 excluem as transacções intragrupo, pelo que não são directamente comparáveis com os valores constantes da Nota 62, e repartem-se da seguinte forma:

	valores expressos em euros		
	2002	2001	2000
PT Comunicações	1 983 088 020	2 183 986 905	1 955 192 190
Prestações de serviços	1 957 082 961	2 150 240 420	1 916 195 440
Vendas	26 005 059	33 746 485	38 996 750
PT Prime	264 911 367	215 861 680	176 802 516
Prestações de serviços	258 535 177	207 075 061	167 871 028
Vendas	6 376 190	8 786 619	8 931 488
TMN	1 267 153 326	1 171 880 094	994 183 164
Prestações de serviços	1 132 889 769	1 007 903 832	842 359 119
Vendas	134 263 557	163 976 262	151 824 045
TeleSp Celular Participações	1 217 622 274	1 401 174 530	1 643 819 202
Prestações de serviços	1 048 632 419	1 178 724 559	1 175 883 557
Vendas	168 989 855	222 449 971	467 935 645
PT Multimedia	640 442 789	591 184 413	226 804 973
Prestações de serviços	492 924 044	426 553 578	220 319 234
Vendas	147 518 745	164 630 835	6 485 739
Outros negócios:	210 278 296	161 827 498	147 721 123
Prestações de serviços	201 138 167	142 099 803	138 372 995
Vendas	9 140 129	19 727 695	9 348 128
Total das vendas e prestações de serviços	5 583 496 072	5 725 915 120	5 144 523 168

39. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2002 e 2001, as remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Portugal Telecom foram as seguintes:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Conselho de Administração	12 188 313	8 309 816
Conselho Fiscal	196 490	207 468
Assembleia Geral	3 235	27 611
	12 388 038	8 544 895

As remunerações do Conselho de Administração no exercício de 2002 incluem as remunerações pagas aos administradores que cessaram funções antes do final do seu mandato, aquando

da reestruturação da Comissão Executiva e do Conselho de Administração ocorrida em Maio de 2002, no montante de aproximadamente 1,3 milhões de euros. A Comissão Executiva reduziu nessa data a sua composição de sete para cinco membros e o Conselho de Administração de vinte e três para dezanove membros. Adicionalmente, o montante de remunerações atribuídas ao Conselho de Administração no exercício de 2002 inclui o pagamento de indemnizações no montante de aproximadamente 3,6 milhões de euros aos administradores que cessaram funções antes do final do seu mandato, aquando da reestruturação ocorrida em Maio de 2002.

Adicionalmente, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração incluem o custo das acções atribuídas aos membros da Comissão Executiva no âmbito dos planos de incentivos da PT (Nota 61).

41. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E AJUSTAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS (LEGISLAÇÃO)

Em anos anteriores, as empresas incluídas na consolidação procederam à reavaliação das suas imobilizações corpóreas, basicamente ao abrigo da legislação aplicável em Portugal, nomeadamente:

> Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril.

- > Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro.
- > Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho.
- > Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro.
- > Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio.
- > Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril.
- > Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro.
- > Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

Conforme referido na Nota 18, as participações financeiras em empresas associadas foram ajustadas nas demonstrações financeiras individuais das detentoras pela aplicação do método da equivalência patrimonial, em conformidade com a Directriz Contabilística n.º 9, de 19 de Novembro de 1992, e com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho.

42. REAVALIAÇÕES DO ACTIVO IMOBILIZADO

Em 31 de Dezembro de 2002, o detalhe dos custos históricos líquidos do activo imobilizado e correspondente reavaliação, é o seguinte:

valores expressos em euros

	Custos históricos líquidos	Reavaliações líquidas	Valores contabilísticos líquidos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	53 166 743	42 627 085	95 793 828
Edifícios e outras construções	365 744 898	94 260 110	460 005 008
Equipamento básico	3 520 341 364	85 575 017	3 605 916 381
Equipamento de transporte	17 275 652	—	17 275 652
Ferramentas e utensílios	5 391 501	1 212	5 392 713
Equipamento administrativo	214 936 388	405 190	215 341 578
Outras imobilizações corpóreas	16 687 407	14 064	16 701 471
Imobilizado em curso	158 454 687	—	158 454 687
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	935 332	—	935 332
	4 352 933 972	222 882 678	4 575 816 650
Investimentos financeiros (Nota 27):			
Terrenos e recursos naturais	3 266 936	2 878 591	6 145 527
Edifícios e outras construções	7 823 393	3 363 206	11 186 599
	11 090 329	6 241 797	17 332 126

De acordo com a legislação portuguesa em vigor, uma parte (40%) do aumento das amortizações resultantes das reavaliações (excepto as reavaliações resultantes do Decreto-Lei n.º 126/77, de 2 de Abril), não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de IRC, originando um imposto diferido passivo de 33 883 143 euros (Nota 57 c)).

43. CONTAS NÃO COMPARÁVEIS COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

Tal como mencionado na Nota 23, o Grupo Portugal Telecom procedeu no final do exercício de 2002 à contribuição para a Brasilcel dos seus investimentos financeiros em empresas de

telefonía móvel no Brasil. Por este facto, em 31 de Dezembro de 2002 o balanço consolidado do grupo inclui 50% dos activos e passivos consolidados da Brasilcel, enquanto que em 31 de Dezembro de 2001 o balanço consolidado do grupo incluía a totalidade dos activos e passivos das empresas objecto da contribuição efectuada pela PT.

Conforme previsto na NIC n.º 19, em 31 de Dezembro de 2002 o grupo passou a relevar no balanço consolidado as suas responsabilidades por benefícios de reforma a pagar aos empregados activos e reformados ajustadas pelos montantes correspondentes aos custos e proveitos diferidos relacionados com esses benefícios de reforma, que incluem essencialmente

as responsabilidades na data de transição e as perdas e ganhos actuariais e de experiência por reconhecer, os quais anteriormente eram relevados no balanço consolidado nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 46). Em consequência desta alteração, as rubricas de custos diferidos e de proveitos diferidos foram reduzidas, respectivamente, em 937 908 023 euros

e 19 753 842 euros, por contrapartida de uma redução de 918 154 181 euros na provisão para benefícios de reforma.

Consequentemente, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 não são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior.

44. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros consolidados dos exercícios de 2002, 2001 e 2000 têm a seguinte composição:

	valores expressos em euros		
	2002	2001	2000
Custos e perdas			
Juros suportados	453 227 338	503 333 942	400 287 684
Perdas relativas a empresas associadas (a)	186 196 155	403 426 446	72 582 896
Amortizações de investimentos financeiros (b)	143 323 963	155 025 213	100 093 832
Diferenças de câmbio desfavoráveis (c)	142 899 003	192 974 338	57 820 598
Descontos de pronto pagamento concedidos	5 703 317	5 811 319	2 304 124
Provisão para investimentos financeiros	—	—	2 070 658
Outros custos e perdas financeiros (d)	129 973 379	225 569 789	230 105 574
	1 061 323 155	1 486 141 047	865 265 366
Resultados financeiros	(524 929 355)	(1 097 031 954)	(611 411 171)
	536 393 800	389 109 093	253 854 195
Proveitos e ganhos			
Juros obtidos	256 166 495	203 390 860	142 762 653
Diferenças de câmbio favoráveis (c)	230 675 349	74 121 366	49 187 368
Ganhos relativos a empresas associadas e outras (e)	25 322 786	21 852 287	27 703 876
Ganhos em participações de capital	1 143 322	4 999 581	6 642 401
Descontos de pronto pagamento obtidos	836 881	1 549 181	9 593 282
Outros proveitos e ganhos financeiros (d)	22 248 967	83 195 818	17 964 615
	536 393 800	389 109 093	253 854 195

(a) No exercício de 2002, a rubrica “Perdas relativas a empresas associadas” tem a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Global Telecom	88 641 563
Médi Télécom	55 508 346
Sport TV	7 163 244
PrimeSys Soluções Empresariais	5 401 078
Tradecom Internacional	4 295 880
Banco Best	3 630 865
Porto TV	2 977 086
Sportinveste	2 868 710
TV Cabo Macau	2 691 976
Academia Global	2 164 240
Idealyze	1 931 780
Marconi France	1 490 956
Bancoi.net	1 331 970
SGPICE	1 326 314
Warner Lusomundo Cines de España	1 003 878
Lusa	847 043
Marconi Suisse	827 159
Academia Global	534 535
Multitel	275 788
Outras	1 283 744
	186 196 155

(b) No exercício de 2002, a rubrica “Amortizações de investimentos financeiros” tem a seguinte composição (Nota 27):

	valores expressos em euros
Telep Celular Participações, Global Telecom e Ceterp	48 731 785
Grupo Lusomundo:	
Lusomundo	29 394 937
Jornal de Notícias	1 341 050
Diário de Notícias	284 370
Rádio Press	201 037
Pressmundo – Editora de Publicação	78 336
Prodiário	71 171
Outras	555 154
	31 926 055
Outras participações:	
PrimeSys	15 661 906
PTM.com	8 974 176
PT Multimedia	8 371 068
Marconi	6 875 854
Bancoi.net	5 194 310
Unitel	4 369 670
Mobitel	3 554 384
Investnews	3 275 838
PT Sistemas de Informação	1 609 291
Megamédia	688 510
Cabo Verde Telecom	538 247
Idealyze	526 504
Outras	2 611 840
	62 251 598
	142 909 438
Amortização de investimentos em imóveis	414 525
	143 323 963

(c) No exercício de 2002, a rubrica de custos “Diferenças de câmbio desfavoráveis” inclui 71 042 737 euros decorrentes de actualizações cambiais de empréstimos em dólares americanos obtidos pela Telesp Celular e pela Telesp Celular Participações; o valor remanescente resulta essencialmente da actualização cambial de outros activos e passivos em moeda estrangeira. A rubrica de proveitos “Diferenças de câmbio favoráveis” inclui 147 846 301 euros resultantes da renegociação, cancelamento e actualização de swaps de taxa de câmbio euro/dólar e 13 474 256 euros decorrentes da actualização cambial do empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento denominado em dólares americanos.

(d) No exercício de 2002, a rubrica “Outros custos e perdas financeiros” inclui, essencialmente, os custos associados à constituição de uma provisão para perdas em instrumentos financeiros no montante de 42 576 411 euros (Nota 46) e os encargos bancários suportados pela Telesp Celular e Telesp Celular Participações no montante de 56 239 022 euros.

No exercício de 2002, a rubrica “Outros proveitos e ganhos financeiros” inclui 15 746 172 euros referentes a uma redução nas provisões para outros riscos e encargos respeitante ao derivado sobre acções PT Multimedia (Nota 46), resultante da valorização das acções desta empresa participada.

(e) No exercício de 2002, a rubrica “Ganhos relativos a empresas associadas e outras” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
CTM	14 468 022
Páginas Amarelas	4 165 056
Unitel	3 597 925
TBS Celular Participações	985 165
Celular CRT Participações	797 325
Octal	448 458
Wisdown Television	201 569
Hungaro Digitel KFT (HDT)	169 808
Previsão	94 659
TV Lab	24 303
Teledata	21 650
Telelarm	18 035
Telesat	13 798
Outras	317 013
	25 322 786

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários consolidados dos exercícios de 2002, 2001 e 2000 têm a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	2002	2001	2000
Custos e perdas			
Aumentos de provisões (Nota 46)	122 379 249	158 666 573	233 273 768
Perdas em imobilizações (a)	36 630 785	11 779 551	347 205 137
Dívidas incobráveis	15 775 132	23 415 754	9 210 024
Correcções relativas a exercícios anteriores	13 056 568	12 112 635	12 729 971
Perdas em existências	4 860 650	2 359 825	2 856 481
Donativos	2 518 643	2 856 502	2 484 444
Multas e penalidades	639 125	891 202	10 760 222
Outros custos e perdas extraordinários (b)	50 503 183	214 237 514	111 134 564
	246 363 335	426 319 556	729 654 611
Resultados extraordinários	(44 221 154)	128 126 840	497 048 772
	202 142 181	554 446 396	1 226 703 383
Proveitos e ganhos			
Ganhos em imobilizações (c)	55 758 669	379 646 839	1 069 271 062
Redução de provisões (Nota 46)	52 897 428	40 119 701	64 295 222
Correcções relativas a exercícios anteriores	19 836 072	10 816 772	17 383 754
Benefícios de penalidades contratuais	12 145 960	8 804 377	2 978 015
Recuperação de dívidas	2 471 627	4 702 628	4 566 897
Ganhos em existências	637 974	735 850	1 444 863
Redução de amortizações	347 757	417 193	142 928
Restituição de impostos	160 592	64 458	43 578
Outros proveitos e ganhos extraordinários (d)	57 886 102	109 138 578	66 577 064
	202 142 181	554 446 396	1 226 703 383

(a) No exercício de 2002, a rubrica “Perdas em imobilizações” inclui o montante de 19 934 160 euros referente à liquidação da empresa ICO-Global, cuja participação estava totalmente provisionada.

(b) Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002, 2001 e 2000, a rubrica “Outros custos e perdas extraordinários” é composta como segue:

valores expressos em euros			
	2002	2001	2000
Custos com reformas antecipadas e pré-reformas:			
Pensões – Pré-reformas	18 572 000	48 596 316	55 695 773
Cuidados de saúde	974 206	3 317 096	7 137 798
Insuficiência de estimativa para impostos sobre o rendimento	1 005 864	6 071 324	–
Compensações por rescisões de contratos por mútuo acordo	7 721 713	5 354 737	4 432 398
Perdas decorrentes do processo de liquidação da Globalsis	–	–	3 164 259
Amortizações extraordinárias ⁽ⁱ⁾	–	132 858 629	–
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	22 229 400	18 039 412	40 704 336
	50 503 183	214 237 514	111 134 564

(i) O valor em 2001 refere-se essencialmente à amortização extraordinária do goodwill da Global Telecom.

(ii) No exercício de 2002, esta rubrica inclui custos financeiros de 2 948 463 euros (Nota 27 a)), decorrentes de um contrato de cross-border lease celebrado pela TMN.

(c) No exercício de 2002, a rubrica “Ganhos em imobilizações” inclui essencialmente 30 519 163 euros relativos à mais-valia gerada na alienação a terceiros de 6 500 000 acções da Telefónica; 5 098 510 euros relativos à mais-valia gerada na alienação da participação financeira na Deltapress (Nota 14 d)); e 13 375 269 euros gerados na alienação de imobilizado corpóreo da PT Comunicações, nomeadamente a venda de imóveis efectuada durante o ano aos Fundos de Pensões.

(d) Nos exercícios de 2002, 2001 e 2000, a rubrica “Outros proveitos e ganhos extraordinários” é composta como segue:

valores expressos em euros			
	2002	2001	2000
Subsídios para investimentos e formação profissional (Nota 23 g))	28 430 447	33 742 064	37 210 534
Excesso de estimativa para impostos sobre o rendimento	7 783 079	22 033 451	8 418 724
Outros ⁽ⁱ⁾	21 672 576	53 363 063	20 947 806
	57 886 102	109 138 578	66 577 064

(i) No exercício de 2002, a rubrica “Outros” inclui um ganho de 12 588 096 euros decorrente de um contrato de cross border lease celebrado pela TMN (Nota 27 a)).

46. MOVIMENTOS NAS PROVISÕES

Durante o exercício de 2002 realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

valores expressos em euros								
	Saldos iniciais	Alteração do perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Utilizações/ /Transferências/ /Regularizações	Ajustamentos cambiais	Brasilcel (Nota 23)	Saldos finais
Provisões para riscos e encargos:								
Benefícios de reforma:								
Pensões (Nota 58)	1 173 915 256	–	344 168 460	(2 394 447)	(925 395 769)	(118 914)	(29 326)	590 145 260
Cuidados de saúde (Nota 59)	636 128 539	–	31 648 787	–	(196 257 964)	(207 358)	–	471 312 004
Impostos	67 153 725	–	11 024 408	(16 905 510)	(1 869 191)	(22 006 542)	(11 252 275)	26 144 615
Processos judiciais em curso	7 653 111	–	2 811 824	(188 974)	(429 959)	(8 834)	–	9 837 168
Imobilizado	35 768 526	–	3 134 615	(2 819 667)	(458 879)	(2 641 418)	–	32 983 177
Outras provisões para riscos e encargos	449 368 513	(130 568)	833 740 805	(23 813 299)	(310 154 470)	(163 029 599)	(415 742 987)	370 238 395
Subtotal	2 369 987 670	(130 568)	1 226 528 899	(46 121 897)	(1 434 566 232)	(188 012 665)	(427 024 588)	1 500 660 619
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	345 610 216	(1 272 468)	99 444 913	(1 910 615)	(30 979 935)	(32 440 610)	(8 698 818)	369 752 683
Provisões para depreciação de existências	15 984 208	–	5 023 283	(763 477)	1 719 444	(5 406 603)	392 544	16 949 399
Provisões para investimentos financeiros	30 104 232	–	13 079 088	(19 847 611)	459 900 945	(2 512 204)	(161 145 460)	319 578 990
Provisões para títulos negociáveis (Nota 52)	19 066	–	–	–	–	–	–	19 066
Subtotal	391 717 722	(1 272 468)	117 547 284	(22 521 703)	430 640 454	(40 359 417)	(169 451 734)	706 300 138
TOTAL	2 761 705 392	(1 403 036)	1 344 076 183	(68 643 600)	(1 003 925 778)	(228 372 082)	(596 476 322)	2 206 960 757

As “Provisões para impostos” destinam-se a fazer face a responsabilidades estimadas com base em informações de advogados e outros consultores, decorrentes de contingências de natureza fiscal que se encontram pendentes em 31 de Dezembro de 2002, respeitantes às seguintes empresas:

valores expressos em euros	
Brasilcel ^(a)	19 949 951
Portugal Telecom	2 575 565
PT Comunicações (Nota 57 b))	1 357 867
PT Prime	1 200 547
Outras empresas	1 060 685
	26 144 615

(a) A provisão destina-se, essencialmente, a fazer face a contingências relativas a Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente nas operações das empresas integradas na Brasilcel.

As “Provisões para processos judiciais em curso” destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra as empresas incluídas na consolidação, estimadas com base em informações dos advogados.

As “Provisões para imobilizado” destinam-se essencialmente a cobrir perdas emergentes da substituição de equipamento de redes de telecomunicações e de estações e extensões terrestres, antes do termo da sua vida útil, resultante da evolução tecnológica.

As “Outras provisões para riscos e encargos” têm a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Provisões para perdas em empresas associadas ⁽ⁱ⁾	31 822 874
Provisão para impairments ⁽ⁱⁱ⁾	98 815 669
Provisões para instrumentos financeiros derivados:	
Sobre ações PT Multimedia (Nota 6o)	62 416 460
Sobre ações próprias (Nota 6o)	42 576 411
Provisões para planos de incentivos (Notas 23 t) e 61)	9 173 262
Outras provisões ⁽ⁱⁱⁱ⁾	125 433 719
	370 238 395

(i) As “Provisões para perdas em empresas associadas” resultam da aplicação do método da equivalência patrimonial, reflectindo as responsabilidades em empresas associadas com capitais próprios negativos. Em 31 de Dezembro de 2002 esta provisão tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Sport TV	23 492 798
EJV	3 660 034
Marconi Suisse	2 114 593
Outras	2 555 449
	31 822 874

(ii) Em Junho de 2002, a Portugal Telecom registou uma provisão para impairment no montante de 500 000 000 de euros. Esta provisão incluía um impairment do investimento na Telesp Celular Participações no montante aproximado de 1 500 milhões de euros, deduzido do efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios de telecomunicações móveis que se encontrava em curso nessa data, no montante de 1 000 milhões de euros. Esta provisão, por ser considerada um ajustamento extraordinário e de grande significado às demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2001, foi registada por contrapartida de resultados transitados (Nota 54). No quarto trimestre de 2002, e no âmbito da contribuição dos investimentos detidos pelo grupo para a Brasilcel, esta provisão foi utilizada para registar o impairment na Telesp Celular Participações, de 1 141 milhões de euros. A provisão foi também utilizada para cobrir a perda resultante do impairment realizado pela PT Multimedia ao seu

investimento da Luosomundo (190 milhões de euros, deduzidos da parcela atribuível a interesses minoritários) e ainda para cobrir impairments verificados no quarto trimestre de 2002, em outros investimentos do grupo, nomeadamente na PrimeSys, Medi Télécom, Bancor.net e Investnews. Em 31 de Dezembro de 2002, a provisão para impairment ascendia a 98 815 669 euros, destinando-se essencialmente a fazer face a riscos inerentes à actividade das empresas participadas, que podem resultar em perdas no valor de realização dos respectivos investimentos financeiros. A informação disponível à data indica que esta provisão é adequada para cobrir essas eventuais perdas.

(iii) Nesta rubrica incluem-se provisões para regularização de activos e registo de responsabilidades na TMN de cerca de 51 000 000 de euros, bem como para riscos inerentes à actividade de empresas do grupo e associadas.

O reforço de provisões verificado no exercício de 2002 foi registado nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados, de capitais próprios e de acréscimos e diferimentos:

valores expressos em euros	
Provisões:	
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	95 922 227
Provisões para imobilizado	3 134 615
Provisões para outros riscos e encargos	8 505 736
Provisões para impostos	10 976 595
Provisão para processos judiciais em curso	2 549 121
Provisão para depreciação de existências	1 866 814
	122 955 108
Custos com o pessoal:	
Planos de incentivos	4 925 990
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	80 726 460
Provisão para cuidados de saúde	43 462 299
	129 114 749
Custos e perdas financeiros:	
Provisões para outros riscos e encargos (perdas em empresas associadas)	98 463 048
Provisão para perdas em instrumentos financeiros	42 576 411
Planos de incentivos	4 629 969
	145 669 428
Custos e perdas extraordinários (Nota 45):	
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa	3 522 686
Provisões para impostos	47 813
Provisões para benefícios de reforma:	
Provisão para pensões	31 382 000
Provisão para cuidados de saúde	2 273 317
Provisões para investimentos financeiros	13 079 088
Provisões para outros riscos e encargos	68 655 173
Provisão para depreciação de existências	3 156 469
Provisão para processos judiciais em curso	262 703
	122 379 249
Capitais próprios:	
Resultados transitados (Nota 54) ⁽ⁱ⁾	500 000 000
Ajustamentos de conversão cambial	105 984 478
	605 984 478
Acréscimos e diferimentos	
Encargos com pensões	232 060 000
Encargos com cuidados de saúde	(14 086 829)
	217 973 171
	1 344 076 183

(i) Esta provisão destina-se a cobrir perdas em investimentos financeiros e foi registada por contrapartida de resultados transitados, conforme dispõe a Directiva Contabilística n.º 8.

As reduções de provisões verificadas no exercício de 2002 foram registadas nas seguintes rubricas da demonstração consolidada de resultados:

valores expressos em euros	
Proveitos financeiros (Nota 44)	15 746 172
Proveitos extraordinários (Nota 45)	52 897 428
	68 643 600

A “Utilização da provisão para pensões” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Pagamento de prestações de pré-reformas e de suspensões de contrato e afins (Nota 58)	121 484 609
Contribuição extraordinária para os fundos de pensões (Nota 58)	54 018 782
Custos e proveitos diferidos – benefícios de reforma ⁽ⁱ⁾	749 892 378
	925 395 769

(i) Este montante refere-se à reclassificação em 31 de Dezembro de 2002 dos custos e proveitos diferidos relativos a responsabilidades com pensões de reforma (Nota 43).

A “Utilização da provisão para cuidados de saúde” respeita a pagamentos com os cuidados de saúde a reformados, efectuados durante o exercício de 2002, líquidos da comparticipação do Serviço Nacional de Saúde e das quotizações dos reformados,

no montante de 27 996 161 euros (Nota 59) e da reclassificação dos custos e proveitos diferidos relativos a responsabilidades com benefícios de saúde em 31 de Dezembro de 2002, tal como preconizado pela NIC n.º 19, no montante de 168 261 803 euros (Nota 43).

As utilizações, transferências e regularizações verificadas na provisão para outros riscos e encargos, de 310 154 470 euros, correspondem essencialmente ao reconhecimento de perdas em investimentos financeiros em empresas participadas localizadas no Brasil e na Lusomundo, após se considerarem os inerentes impostos diferidos activos (Nota 57).

47. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2002 existia diverso equipamento administrativo e de transporte em regime de locação financeira e de aluguer de longa duração, sendo as responsabilidades relativas a rendas vincendas como segue:

valores expressos em euros			
	Capital	Juros	Total
2003	7 674 165	1 074 770	8 748 935
2004	7 429 271	1 149 823	8 579 094
2005	4 529 246	425 035	4 954 281
2006	2 680 006	269 408	2 949 414
2007 e seguintes	6 285 809	398 605	6 684 414
	28 598 497	3 317 641	31 916 138

49. FUNDOS COMUNITÁRIOS

No âmbito das candidaturas aos fundos comunitários, durante o exercício de 2002 foram recebidos subsídios no valor de 2 362 043 euros.

50. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

valores expressos em euros				
	2002		2001	
	Saldos devedores	Saldos credores	Saldos devedores	Saldos credores
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	215 842 425	877 597	15 357 660	76 601 676
Descontos concedidos a reformados e pensionistas (líquido da renda a pagar ao Estado) (b)	27 399 604	–	60 380 376	–
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16 351 568	48 741 693	33 588 093	55 694 634
Segurança Social	–	10 218 074	–	9 742 135
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	–	8 981 320	–	9 175 629
Tributação das Autarquias Locais	–	1 779 804	–	1 792 944
Processo de Electrotécnicos e Equiparados (c)	111 576	–	111 576	–
Outros	452 645	475 564	87 712	569 368
	260 157 818	71 074 052	109 525 417	153 576 386

(a) O saldo devedor da rubrica “Impostos sobre o rendimento de pessoas colectivas” respeita essencialmente a pagamentos por conta efectuados pela Portugal Telecom no exercício de 2002. Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo credor do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas inclui:

valores expressos em euros	
Estimativa do imposto corrente sobre o rendimento do exercício	4 078 512
Retenções efectuadas a terceiros	397 818
Pagamentos por conta	(3 235 445)
Retenções efectuadas por terceiros	(363 288)
	877 597

A estimativa do imposto corrente sobre o rendimento foi registada por contrapartida das seguintes rubricas:

valores expressos em euros	
Imposto sobre o rendimento (Nota 57 c))	496 940 450
Ajustamentos de conversão cambial (Notas 23 p) e 54)	(48 843 918)
Outros credores (imposto sobre o rendimento de empresas do grupo sediadas no estrangeiro)	(15 655 420)
Impostos diferidos activos – reestruturação societária (Nota 57 c))	(434 496 983)
Excesso de estimativa do exercício anterior ⁽ⁱ⁾	6 549 711
Outros	(415 328)
	4 078 512

(i) Refere-se essencialmente à liquidação da ICO-Global, em que a Marconi procedeu à utilização da provisão que havia constituído para o investimento financeiro e à consequente reversão do activo por imposto diferido associado. Tendo esta liquidação ocorrido no exercício de 2001, o ganho associado a um excesso de estimativa do ano transacto foi registado directamente em imposto corrente.

Em 31 de Dezembro de 2002, o saldo devedor do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas inclui um montante de 10 000 000 de euros referente a uma reclamação efectuada pela Portugal Telecom relacionada com um pagamento em excesso ao Estado efectuado pela Inbrug (empresa fundida na PT Investimentos, que por sua vez foi fundida na Portugal Telecom). (b) Em 31 de Dezembro de 2002, o valor correspondente a descontos concedidos por conta do Estado Português a reformados e pensionistas, de acordo com o Decreto-Lei n.º 20-C/86, de 13 de Fevereiro, ascende a 27 399 604 euros. No âmbito das negociações que conduziram à celebração do contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex, a totalidade do valor em dívida reportado a 31 de Dezembro de 2001 foi regularizada. Adicionalmente, o Estado Português assumiu o compromisso de regularizar o valor em dívida relativo ao exercício de 2002 no decurso do ano de 2003 e de, por outro lado, passar a incluir nos Orçamentos de Estado dos anos seguintes a verba necessária à regularização dos descontos que vierem

a ser concedidos no futuro, posição esta que foi confirmada pelo Decreto-Lei 18/2003, de 3 de Fevereiro, o qual alterou a redacção do Art.º 4.º do Decreto-Lei 20-C/86 de 13 de Fevereiro. (c) O montante registado na rubrica “Processo de electrotécnicos e equiparados” corresponde ao valor das indemnizações pagas pela PT Comunicações durante os anos de 1998 a 2001, e ainda não reembolsadas pelo Estado Português até 31 de Dezembro de 2002, decorrentes das acções de natureza laboral em que esteve envolvida com um conjunto de empregados. Em 31 de Dezembro de 2002, as indemnizações pagas pela PT Comunicações já reembolsadas pelo Estado Português, nos termos do Despacho n.º 138/97 SETF, ascendiam a 25 057 331 euros. Eventuais indemnizações adicionais que a PT Comunicações possa vir a pagar deverão igualmente ser objecto de reembolso pelo Estado Português, ao abrigo daquele mesmo Despacho.

51. OUTROS DEVEDORES E CREDITORES DE CURTO PRAZO

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 estas rubricas tinham a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Outros devedores		
Estados de países estrangeiros ^(a)	50 860 520	73 666 090
Subsídios Comunitários	10 535 771	9 327 790
IEP – Instituto das Estradas de Portugal	3 879 398	–
Facturação diversa	5 870 803	7 410 078
Fundo de Pensões (Nota 58) ^(b)	1 392 110	–
Outros ^(c)	51 504 295	163 482 183
	124 042 897	253 886 140
Menos: Provisão para devedores duvidosos	(18 157 904)	(14 814 024)
	105 884 993	239 072 116
Outros credores		
Estados de países estrangeiros ^(d)	68 138 114	67 947 529
PT ACS	23 212 392	16 168 629
Caixa Geral de Aposentações	7 116 136	6 855 042
Contribuições a pagar aos Fundos de Pensões ^(b)	–	23 761 349
Outros	103 210 978	53 456 739
	201 677 620	168 189 288

(a) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui o montante de 35 682 200 euros de impostos a recuperar pelas empresas integradas na Brasilcel.

(b) Em 31 de Dezembro de 2002, o montante registado nesta rubrica respeita ao valor dos pagamentos por conta do Fundo de Pensões efectuados pela PT Comunicações, no montante de 7 127 917 euros, líquido das contribuições de 2002 por entregar aos Fundos de 5 735 807 euros. Em 31 de Dezembro de 2001, os pagamentos por conta do Fundo de Pensões efectuados pela PT Comunicações ascendia a 6 866 823 euros e o montante das contribuições a liquidar ao Fundo de Pensões ascendia a 30 628 172 euros.

(c) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui: (i) 9 224 015 euros relativos à alienação de acções próprias, liquidados em 2003; (ii) 4 918 717 euros, referentes a valores a receber no âmbito de contratos de cross border lease celebrados; e (iii) 4 055 530 euros, relativos a juros corridos de bonds adquiridas no exercício de 2002.

(d) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui o valor a pagar ao Estado Brasileiro pelas empresas integradas na Brasilcel, no montante de 45 525 343 euros, referente essencialmente a impostos sobre a receita.

52. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 esta rubrica tem a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Títulos negociáveis e outras aplicações ⁽ⁱ⁾	651 236 933	600 515 369
Aplicações de tesouraria expressas em moeda local ⁽ⁱⁱ⁾	1 108 200 855	163 441 714
Aplicações de tesouraria expressas em moedas estrangeiras	163 685 870	10 088 684
	1 923 123 658	774 045 767
Menos: Provisões para títulos negociáveis (Nota 46)	(19 066)	(19 066)
	1 923 104 592	774 026 701

(i) No segundo semestre de 2002, a Portugal Telecom adquiriu em mercado secundário obrigações emitidas pela PTI Finance BV, no âmbito do programa de Global Medium Term Notes, e Exchangeable Bonds por si emitidas. Em 31 de Dezembro de 2002, os títulos em carteira têm a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	Valor nominal (Nota 34)	Valor de aquisição	Custo/(proveito) diferido (Nota 53)
Exchangeable Bonds:			
Vencimento em 7 de Junho de 2004	58 550 000	56 469 330	2 080 670
Vencimento em 6 de Dezembro de 2006	59 450 000	53 303 000	6 147 000
Global Medium Term Notes:			
Vencimento em 7 de Abril de 2009	120 500 000	114 110 109	6 389 891
Vencimento em 21 de Fevereiro de 2006	100 500 000	100 944 917	(444 917)
Vencimento em 16 de Fevereiro de 2005	15 050 000	14 998 937	51 063
	354 050 000	339 826 293	14 223 707

(ii) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica inclui 382 812 763 euros relativos a empréstimos concedidos à Telesp Celular Participações e titulados por Floating Rate Notes transaccionáveis em mercado.

53. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 os saldos destas rubricas apresentavam a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Acréscimos de proveitos:		
Valores a facturar a clientes	142 581 541	235 963 817
Instrumentos financeiros (Nota 27)	–	156 757 987
Juros a receber	23 021 841	36 212 138
Comparticipação do SNS ^(a)	9 525 382	9 514 350
Outros	11 005 990	5 656 198
	186 134 754	444 104 490
Custos diferidos:		
Benefícios de reforma (Nota 43)	–	761 854 381
Publicação de listas	53 940 510	55 448 540
Despesas com contratos plurianuais	41 665 856	46 979 000
Encargos financeiros ^(b)	18 250 930	22 817 188
Rendas e alugueres	4 341 165	5 702 344
Conservação plurianual	2 510 249	5 008 894
Subsídios de refeição	1 765 041	1 733 662
Outros	38 166 113	22 295 593
	160 639 864	921 839 602
Acréscimos de custos:		
Outros fornecimentos e serviços externos	114 662 492	167 800 626
Encargos financeiros	159 337 152	154 667 646
Encargos com férias e subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	93 321 551	89 150 044
Correcções à facturação emitida	27 570 232	13 730 800
Comissões a pagar a agentes	16 193 836	18 770 160
Juros compensatórios (Nota 57)	1 123 313	1 123 313
Outros	57 608 825	30 484 305
	469 817 401	475 726 894
Proveitos diferidos:		
Instrumentos financeiros ^(c)	93 132 085	–
Subsídios para investimentos em imobilizado	71 059 220	98 288 347
Facturação antecipada	23 798 458	15 153 469
Obrigações próprias (Nota 52)	14 223 707	–
Diferenças de câmbio ^(d)	11 282 554	21 316 385
Publicação de listas	10 246 226	9 990 385
Benefícios de reforma (Nota 43)	–	22 954 766
Outros	38 317 071	34 730 970
	262 059 321	202 434 322

(a) Os acréscimos de proveitos relacionados com a participação do SNS correspondem ao montante a receber relativo à participação nos cuidados de saúde de empregados no activo, reformados e pré-reformados.

(b) Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica engloba essencialmente encargos suportados com a obtenção de determinados financiamentos externos, os quais serão reconhecidos durante o respectivo período.

(c) Este montante corresponde a prémios recebidos por renegociações de contratos de swaps efectuadas em 2002, os quais serão reconhecidos em resultados durante o período remanescente dos contratos (Nota 60).

(d) Este montante diz respeito a diferenças de câmbio favoráveis relativas à actualização cambial de contas a receber de clientes considerados de cobrança difícil e como tal reconhecidas como proveitos diferidos até ao momento da efectiva cobrança dessas contas a receber.

54. CAPITAL PRÓPRIO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 o movimento verificado nas rubricas de capital próprio foi como segue:

valores expressos em euros				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital (Nota Introdutória)	1 254 285 000	–	–	1 254 285 000
Acções próprias – valor nominal	–	7 855 121	(7 855 121)	–
Acções próprias – descontos e prémios	–	44 495 920	(44 495 920)	–
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	–	–	2 149 565 000
Reserva legal	128 814 507	15 369 780	–	144 184 287
Outras reservas	1 935 039 113	87 434 541	(2 476 477)	2 019 997 177
Ajustamentos de conversão cambial	(944 948 774)	47 235 769	(1 368 703 187)	(2 266 416 192)
Resultados transitados	(163 362 198)	166 667 389	(584 652 031)	(581 346 840)
Resultado consolidado líquido	307 390 459	391 055 798	(307 390 459)	391 055 798
	4 666 783 107	760 114 318	(2 315 573 195)	3 111 324 230

Capital

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Portugal Telecom ascendia a 1 254 285 000 euros e estava representado por 1 254 285 000 acções nominativas, sob forma escritural, com o valor nominal de 1 euro cada e com a seguinte distribuição:

- > Um milhar de milhão, duzentos e cinquenta e quatro milhões e duzentos e oitenta e quatro mil e quinhentas acções ordinárias.
- > Quinhentas acções de Categoria A.

As acções de Categoria A são detidas na sua totalidade pelo Estado Português e, nos termos dos Estatutos da Portugal Telecom, conferem direitos especiais, como segue:

- > Eleição de um terço do número total de administradores, que compreenderá o Presidente do Conselho de Administração.
- > Autorização de distribuição de dividendos superiores a 40% dos lucros anuais distribuíveis da Portugal Telecom.

> Aumentos de capital e outras alterações aos Estatutos da Portugal Telecom.

> Emissão de obrigações e outros títulos de crédito.

> Autorização para que um accionista que exerça, directa ou indirectamente, uma actividade concorrente da Portugal Telecom possa ser titular de Acções Ordinárias representativas de mais de 10% do capital da empresa (Nota Introdutória).

> Alteração dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas da Portugal Telecom e das opções estratégicas, nomeadamente relativas à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestação de serviço.

> Definição dos princípios gerais de política de participação em sociedades, incluindo a autorização de aquisições e alienações.

Acções próprias

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 o movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Número de acções	valores expressos em euros		
		Variações		
		Valor nominal	Descontos e prémios	Valor
Saldo inicial	—	—	—	—
Compras	7 855 121	7 855 121	44 495 920	52 351 041
Alienações	(7 855 121)	(7 855 121)	(44 495 920)	(52 351 041)
Saldo final	—	—	—	—

As alienações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 têm a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Valor de venda	49 950 818
Valor de custo ^(a)	(52 351 041)
Menos-valia ^(b)	(2 400 223)

(a) O critério valorimétrico adoptado é o LIFO ("Last In First Out").

(b) As menos-valias foram registadas em reservas livres, tal como previsto nas normas de contabilidade portuguesas.

englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para a aquisição de acções próprias.

Reserva legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outras reservas

As variações verificadas nesta rubrica no exercício de 2002 resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros

	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Resultados atribuídos/resultados distribuídos ^(a)	84 652 031	—	84 652 031
Menos-valias na alienação de acções próprias	—	(2 400 223)	(2 400 223)
Outras variações	2 782 510	(76 254)	2 706 256
	87 434 541	(2 476 477)	84 958 064

(a) Transferências efectuadas de resultados transitados, referentes à diferença entre os lucros de 2001 das empresas do grupo e associadas que foram considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial e os resultados que vieram a ser distribuídos por essas empresas em 2002.

Ajustamentos de conversão cambial

O saldo desta rubrica inclui o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial das demonstrações financeiras de empresas do grupo e associadas localizadas no estrangeiro, bem como das diferenças cambiais resultantes da conversão cambial de empréstimos que financiam investimentos financeiros denominados em moeda estrangeira. O valor líquido dos

ajustamentos de conversão cambial negativos apurado no exercício de 2002, referente aos investimentos financeiros no Brasil, ascende a aproximadamente 1 322 milhões de euros. Este valor inclui o efeito positivo de 47 235 769 euros de imposto corrente (Nota 50) e o efeito negativo de 45 034 615 euros referentes a impostos diferidos (Nota 57 c)), relativos essencialmente a variações cambiais de instrumentos financeiros.

Resultados transitados

As variações verificadas no exercício de 2002 na rubrica de resultados transitados, resultam dos seguintes movimentos:

valores expressos em euros

	Variações		
	Positivas	Negativas	Total
Aplicação de resultados de 2001	166 592 179	—	166 592 179
Resultados atribuídos/resultados distribuídos	—	(84 652 031)	(84 652 031)
Provisões para outros riscos e encargos (Nota 46)	—	(500 000 000)	(500 000 000)
Outros	75 210	—	75 210
	166 667 389	(584 652 031)	(417 984 642)

Resultado líquido

O resultado líquido do exercício de 2001 foi aplicado como segue:

valores expressos em euros

Resultados transitados	166 592 179
Dividendos	125 428 500
Reserva legal	15 369 780
	307 390 459

55. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 esta rubrica de balanço tem a seguinte composição:

valores expressos em euros		
	2002	2001
Brasilcel ^(a)	226 107 885	787 644 053
PT Multimedia ^(b)	156 892 364	372 164 297
Cabo Verde Telecom	25 975 810	22 679 487
Mascom	11 338 439	4 122 933
Lusomundo ^(d)	10 264 923	15 637 256
PT Prime ^(b)	4 927 105	5 046 959
Cabo TV Madeirense, S.A.	4 439 994	3 772 739
LTM – Listas Telefónicas Moçambique, Lda.	1 727 857	2 078 870
Kenya Postel Directories, Ltd.	1 670 905	1 308 552
Cabo TV Açoreana, S.A.	1 617 935	1 412 478
CST – Companhia Santomense, SARL	1 591 980	1 817 431
PTM.com ^(c)	–	804 803
Outros	626 287	1 464 184
	447 181 484	1 219 954 042

Os lucros/(perdas) atribuíveis a interesses minoritários nos exercícios de 2002, 2001 e 2000 são como segue:

valores expressos em euros			
	2002	2001	2000
Cabo Verde Telecom	7 055 199	5 782 621	4 503 397
Mascom	4 532 724	1 371 400	1 081 567
Kenya Postel Directories, Ltd.	1 055 131	601 320	1 121 796
LTM – Listas Telefónicas Moçambique, Lda.	1 028 722	1 372 866	1 315 523
Cabo TV Madeirense, S.A.	890 458	872 711	668 592
Premium TV Portugal	688 824	–	–
Cabo TV Açoreana, S.A.	285 545	267 240	207 722
ELTA	202 232	–	–
CST – Companhia Santomense, SARL	153 815	318 349	331 753
PT Prime ^(b)	130 146	322 216	1 164 786
PT Multimedia ^(b)	(61 406 838)	(42 615 025)	(97 928 610)
Telesp Celular Participações ^(a)	(23 313 734)	(305 011 853)	73 453 874
Lusomundo ^(d)	(4 253 277)	(734 472)	–
PT Prime Tradecom	(1 063 025)	–	–
Megamédia	(543 811)	–	–
PTM.com (Nota 14 a))	–	(3 812 751)	(14 711 108)
Mobitel, S.A.	–	–	(11 866 470)
Outros	(62 775)	(1 384 376)	(1 611 188)
	(74 620 664)	(342 649 754)	(42 268 366)

(a) Estes interesses minoritários correspondem às empresas participadas da Brasilcel.

(b) Os interesses minoritários nestas empresas correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários nos seus capitais próprios e resultados, considerando a aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos financeiros detidos por estas empresas.

(c) Os interesses minoritários nesta empresa correspondem apenas à participação directa de accionistas minoritários nos capitais próprios e resultados da mesma.

(d) Os interesses minoritários nesta empresa correspondem à participação detida pelos accionistas minoritários das empresas consolidadas pelo método integral da Lusomundo.

56. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA EMPRESA

Nos exercícios de 2002, 2001 e 2000 a rubrica “Trabalhos para a própria empresa” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros			
	2002	2001	2000
Mão-de-obra interna:			
Equipamento básico	25 942 949	40 058 178	34 003 797
Outras imobilizações	8 324 727	10 605 779	5 444 924
	34 267 676	50 663 957	39 448 721
Consumo de materiais:			
Equipamento básico	78 150 605	126 028 523	76 415 473
Outras imobilizações	701 492	552 238	17 058 485
	78 852 097	126 580 761	93 473 958
Transportes internos:			
Equipamento básico	908 095	2 076 675	949 723
Outras imobilizações	5 915	27 765	15 942
	914 010	2 104 440	965 665
TOTAL	114 033 783	179 349 158	133 888 345

57. IMPOSTOS E TAXAS

(a) A Portugal Telecom e as empresas incluídas na consolidação, sediadas em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas à taxa de 30%, acrescida de, aproximadamente, 9% de Derrama. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o Grupo Portugal Telecom será tributado de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas em que a Portugal Telecom detém, directa ou indirectamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 63.º do Código do IRC.

(b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as cotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos). O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus serviços de assessoria fiscal, entende que eventuais revisões e correcções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não poderão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, considerando as provisões constituídas e as expectativas existentes à presente data quanto à resolução das situações abaixo descritas.

As situações objecto de provisão foram as seguintes:

> Imposto relacionado com liquidações adicionais e referentes aos exercícios de 1999 e 2000 e com o benefício do Crédito Fiscal ao Investimento (CFI) relativamente ao exercício de 1991

1 357 867 euros

> Juros compensatórios, relativos a regularizações de imposto dos exercícios de 1997 a 1999 (Nota 53)

1 123 313 euros

> Outras contingências em sede de IRC

1 200 550 euros

Outras situações que merecem destaque:

> Existem processos de reclamação e impugnação judicial em curso relativamente às liquidações adicionais efectuadas pela Administração Fiscal ao IRC de 1990 a 1993 dos ex-TLP, de 1993 da ex-Telecom Portugal, e de 1997, 1998 e 1999, da Portugal Telecom, S.A., no montante de 28 008 616 euros. A opinião dos consultores legais da empresa é de que existe uma expectativa razoável de que a decisão lhe seja favorável.

> Estão em curso processos de impugnação/reclamação relativamente à liquidação de taxas de licença de ocupação da via pública, efectuada pelas Câmaras Municipais do Porto e de Lisboa, nos montantes de 598 512 e 102 568 euros, respectivamente. A Lei de Bases publicada em 1997 veio confirmar a isenção da Portugal Telecom, S.A. e, em virtude do Decreto-Lei n.º 219/00, da PT Comunicações relativamente a taxas e outros encargos municipais a incidir sobre a ocupação e utilização de vias públicas por infra-estruturas de telecomunicações, já consagrada no artigo 29.º do Contrato de Concessão, pelo que a Portugal Telecom considera que aquelas acções são infundadas.

> Dada a frequente necessidade de proceder ao abate de equipamento por inutilização, antes do término da respectiva vida útil, a Administração Fiscal concordou com a assunção como custo fiscal do valor dos abates de 1992 a 1999, líquido de amortizações e reavaliações. Relativamente aos abates efectuados nos abates de 2000 a 2002, foram igualmente efectuados requerimentos à Administração Fiscal, para os quais a PT Comunicações aguarda deferimento e cujo valor global ascende a 12 253 296 euros.

> Durante o exercício de 2002, a Marconi recebeu liquidações adicionais de IRC referentes aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, no montante total de 13 136 553 euros, essencialmente relativas a perdas na alienação e liquidação de participações financeiras não consideradas fiscalmente dedutíveis pelos Serviços de Inspecção Tributária. A Marconi pagou o que considerou devido no montante de 99 649 euros, e irá apresentar impugnações judiciais pelo montante remanescente. Não foi registada qualquer provisão para este efeito, por se considerar suportada na opinião dos consultores legais, que assiste razão nas impugnações judiciais supra mencionadas.

(c) Em consequência da adopção da política contabilística de reconhecimento de impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal foram reconhecidos a 31 de Dezembro de 2002 activos e passivos por impostos diferidos nos montantes de, respectivamente, 1 697 266 155 e 403 270 498 euros, sendo o detalhe dos seus saldos e movimentos ocorridos no exercício, conforme segue:

valores expressos em euros

	Aumento/(redução)				Variação cambial	Regularizações	Brasilcel	Saldo final
	Saldo inicial	Resultado líquido	Estado e outros entes públicos	Capitais próprios				
Impostos diferidos activos								
Provisões	430 209 808	14 373 051	—	—	—	(170 597)	—	444 412 262
Prejuízos fiscais reportáveis ⁽ⁱ⁾	12 473 493	2 044 399	(434 496 983)	—	—	1 350 520 257	—	930 541 166
Instrumentos financeiros	90 935 522	(43 097 150)	—	(45 034 615)	—	—	—	2 803 757
Contribuição adicional para os Fundos de Pensões	26 158 836	1 700 046	—	—	—	—	—	27 858 882
Outras diferenças temporárias ⁽ⁱⁱ⁾	530 333 368	(42 184 893)	—	86 167 953	(225 771 888)	—	(56 894 452)	291 650 088
	1 090 111 027	(67 164 547)	(434 496 983)	41 133 338	(225 771 888)	1 350 349 660	(56 894 452)	1 697 266 155
Impostos diferidos passivos								
Reavaliação de imobilizações corpóreas (Nota 42)	35 158 631	(4 079 927)	—	(73 133)	—	2 877 572	—	33 883 143
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	576 465 152	(231 233 962)	—	—	—	—	—	345 231 190
Lucros não atribuídos	9 075 142	4 668 607	—	—	—	—	—	13 743 749
Outras diferenças temporárias	579	10 411 837	—	—	—	—	—	10 412 416
	620 699 504	(220 233 445)	—	(73 133)	—	2 877 572	—	403 270 498
		153 068 898	(434 496 983)	41 206 471	(225 771 888)	1 347 472 088	(56 894 452)	

(i) A reestruturação societária do grupo, concretizada no segundo semestre de 2002, originou o apuramento de menos-valias fiscais nas seguintes operações: (a) alienação das participações directas e indirectas detidas pela Portugal Telecom na Telesp Celular Participações, para a PT Móveis; (b) alienação da participação detida pela PT Ventures na Médi Télécom, para a PT Móveis; e (c) alienação da participação detida pela PT Prime SGPS na PrimeSys, para a PT Brasil. Estas operações foram efectuadas com base nos valores de mercado das participações alienadas e destinaram-se a concretizar a reestruturação societária do grupo que havia sido anteriormente aprovada pelo Conselho de Administração. As operações de reestruturação societária dos negócios de telefonia móvel geraram um montante de 1 349 519 052 euros relativo a prejuízos fiscais (Nota 46).

(ii) Em 31 de Dezembro de 2001 esta rubrica inclui um montante de 1 085 274 205 reais brasileiros, relativos a impostos diferidos activos registados pela Telesp Celular, os quais no decurso do exercício de 2002 foram reduzidos pela respectiva actualização cambial, no montante de 225 771 888 euros, registados por contrapartida de ajustamentos de conversão cambial.

No exercício de 2002, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

valores expressos em euros

Resultado consolidado antes de impostos	660 306 686
Taxa nominal de imposto	33,00%
Imposto esperado	217 901 206
Diferenças permanentes ^(a)	111 910 784
Alteração da taxa de imposto ^(b)	(2 495 194)
Ajustamentos à colecta	(14 584 469)
Prejuízos fiscais não reportáveis	30 395 700
Outros	743 525
	343 871 552
Taxa efectiva de imposto	52,08%
O imposto sobre o rendimento do exercício tem a seguinte composição:	
Imposto corrente (Nota 50) ^(a)	496 940 450
Imposto diferido	(153 068 898)
	343 871 552

(a) Este valor respeita essencialmente a:

Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 44)	160 873 369
Amortização de goodwill (Nota 44)	142 909 438
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	28 187 266
Outras	7 153 514
	339 123 587
Impacto fiscal (33%)	111 910 784

(b) Este valor engloba o efeito da alteração da taxa de derrama em algumas empresas do grupo, bem como o impacto de empresas sujeitas a taxas de imposto diferenciadas.

58. BENEFÍCIOS DE REFORMA – PENSÕES

(a) Conforme referido na Nota 23 j), a PT Comunicações, a PT Sistemas de Informação e a Lusomundo (através do Diário de Notícias e Jornal de Notícias) são responsáveis pelo pagamento de pensões de reforma e de complementos de pensões a empregados já reformados ou ainda no activo. Estas responsabilidades são estimadas com base em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais reportado a 31 de Dezembro de 2002 e realizado com base nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa anual de rendimento dos fundos a longo prazo	6,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa de crescimento de pensões ^(*)	2,0%
Taxa de inflação	2,0%

(*) Excepto para o “Diário de Notícias” e para o Fundo Melhoria da Marconi, onde não se considera crescimento de pensões.

Método actuarial – Projected Unit Credit.

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade:	
Activos e pré-reformados:	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos
Tábua de invalidez:	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados:	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades projectadas reportadas a 31 de Dezembro de 2002 e 2001 eram como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Valor actual das responsabilidades projectadas	3 015 107 000	2 938 690 979
Valor de mercado dos fundos	(1 664 249 000)	(1 731 994 829)
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 350 858 000	1 206 696 150

Em 31 de Dezembro de 2002, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com pensões não financiadas e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço é como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades não financiadas	1 350 858 000
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência ⁽ⁱ⁾	(726 002 450)
Responsabilidades na data da transição ⁽ⁱⁱ⁾	(29 203 596)
Responsabilidades com serviços passados	50 218
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	595 702 172

(i) Os “Ganhos e perdas actuariais e de experiência” decorrem, essencialmente, do facto da taxa de rentabilidade dos fundos ter sido inferior à estimada, conjugado com o crescimento superior ao expectável da massa salarial e das pensões, tendo em 2002 sido diferidas perdas actuariais e de experiência no montante de 232 060 000 euros. Estes custos serão reconhecidos em resultados ao longo de um período médio de dezasseis anos.

(ii) As “Responsabilidades na data da transição” decorrem da aplicação, pela primeira vez, do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com pensões em 1 de Janeiro de 1993, estando este valor a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos activos abrangidos pelo plano (18 anos).

Em 31 de Dezembro de 2002 as responsabilidades líquidas com pensões reconhecidas no balanço encontram-se registadas nas seguintes rubricas:

	valores expressos em euros
Provisões (Nota 46)	589 966 365
Outros devedores (Nota 51)	5 735 807
	595 702 172

Os custos com pensões de reforma, pré-reformas, reformas antecipadas e suspensão de contratos registados nos exercícios de 2002, 2001 e 2000, constantes dos relatórios do actuário independente, são como segue:

	valores expressos em euros		
	2002	2001	2000
Custos com pensões de reforma:			
Custo com os serviços do exercício	18 236 000	19 662 713	18 500 414
Custo financeiro do exercício	170 428 000	157 211 000	145 205 056
Rendimento estimado dos fundos	(102 580 000)	(104 578 000)	(103 620 000)
Amortizações das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	40 811 171	24 420 714	14 569 611
	126 895 171	96 716 427	74 655 081
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	42 930 000	163 200 000	229 751 299
	169 825 171	259 916 427	304 406 380

Os custos assim estimados foram registados nas demonstrações de resultados dos exercícios de 2002, 2001 e 2000, como segue:

	valores expressos em euros		
	2002	2001	2000
Custos com o pessoal	126 892 476	96 716 427	74 655 081
Custos extraordinários	42 930 000	163 200 000	229 751 299
	169 822 476	259 916 427	304 406 380

A diferença de 2 695 euros entre os custos registados no exercício e os apresentados no estudo actuarial, resulta da alteração da unidade de valor de apresentação dos estudos actuariais do milhão de euros em 2001 para milhares de euros em 2002.

O custo estimado do programa de redução do número de efectivos (excluindo os encargos com rescisões de contratos de trabalho) para o exercício de 2002, foi registado em custos extraordinários e ascende a 42 930 000 euros, com a seguinte composição:

	valores expressos em euros
Custos com reformas antecipadas	9 391 000
Custos com pré-reformas	7 417 000
Custos com suspensões de contratos e outros	26 122 000
	42 930 000

As contribuições entregues aos fundos de pensões e as prestações pagas a pré-reformados nos exercícios de 2002 e 2001, foram como segue:

	valores expressos em euros	
	2002	2001
Contribuições pagas aos fundos de pensões:		
Contribuições do grupo	114 069 777	111 625 211
Contribuições dos empregados	10 068 543	11 047 000
	124 138 320	122 672 211
Prestações pagas a pré-reformados e empregados na situação de suspensão de contrato e prémios de aposentação (Nota 46)	121 484 609	105 204 580

As contribuições da PT Comunicações no exercício de 2002, além de respeitarem à cobertura dos custos do ano, incluem contribuições extraordinárias para os fundos de pensões que totalizam 54 018 782 euros, e correspondem a utilizações de provisões constituídas em exercícios anteriores (Nota 46).

As prestações pagas a pré-reformados e a empregados na situação de suspensão de contrato são registadas como utilização directa da provisão para pensões.

(b) Na Telesp Celular, os custos com pensões referentes às contribuições para o Fundo de Pensões SISTEL ascenderam a 903 147 euros no exercício de 2002, tendo este montante sido registado em “Custos com o pessoal”. Adicionalmente, e de acordo com a Deliberação CVM n.º 371, de 13 de Dezembro de 2000, a Telesp Celular constituiu uma provisão para reflectir os passivos actuariais dos seus planos de pensões, tendo a mesma sido reforçada durante o exercício em 140 466 euros. Em 31 de Dezembro de 2002, a provisão para benefícios com pensões de reforma foi ajustada de modo a reflectir as responsabilidades das empresas integradas na Brasilcel, ascendendo a 178 895 euros (Nota 46).

59. BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE

(a) Conforme referido na Nota 23 l), a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação são responsáveis pelo financiamento dos Planos de Saúde aplicáveis aos seus empregados activos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis.

As responsabilidades das empresas são estimadas com bases em estudos actuariais elaborados por actuários independentes, o último dos quais se reporta a 31 de Dezembro de 2002 e assenta nos seguintes principais pressupostos e bases técnicas actuariais:

Taxa anual de crescimento dos custos com saúde:	
Primeiros 7 anos	3,5%
Anos seguintes	3,0%
Taxa anual de actualização	6,0%
Taxa anual de crescimento salarial	3,0%
Taxa de crescimento de pensões	2,0%

Adicionalmente, os pressupostos demográficos considerados foram os seguintes:

Tábuas de mortalidade:	
Activos e pré-reformados:	
Homens	AM (92)
Mulheres	AF (92)
Pensionistas:	
Homens	PA (90)m – deduzido de dois anos
Mulheres	PA (90)f – deduzido de dois anos
Tábua de invalidez:	Swiss Reinsurance Company
Rotação de empregados:	Nula

De acordo com os citados estudos actuariais, as responsabilidades reportadas a 31 de Dezembro de 2002 e 2001 eram de 639 229 395 e 635 680 395 euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2002, a reconciliação entre o valor actual das responsabilidades projectadas com cuidados de saúde e as respectivas responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço (Nota 46) é como segue:

	valores expressos em euros
Valor actual das responsabilidades projectadas	639 229 395
Ganhos e (perdas) actuariais e de experiência ⁽ⁱ⁾	(112 772 283)
Responsabilidades na data da transição ⁽ⁱⁱ⁾	(55 408 322)
Responsabilidades líquidas reconhecidas no balanço	471 048 790

(i) Os “Ganhos e perdas actuariais e de experiência” decorrem essencialmente do crescimento superior ao expectável dos custos com saúde, conjugado com uma taxa de inflação superior ao expectável. Estes custos serão reconhecidos em resultados ao longo de um período médio de dezasseis anos.

(ii) As “Responsabilidades na data da transição” decorrem da aplicação, pela primeira vez, do cálculo actuarial na determinação das responsabilidades com benefícios de saúde em 1 de Janeiro de 1997, estando este valor a ser reconhecido em resultados ao longo do período médio estimado de vida laboral dos activos abrangidos pelo plano (18 anos).

Em 31 de Dezembro de 2002, a empresa tem registada uma provisão de 471 048 786 euros (Nota 46), para fazer face às responsabilidades líquidas com benefícios de reforma.

Nos exercícios de 2002, 2001 e 2000, os custos com cuidados de saúde a prestar a partir da idade da reforma tiveram por base os valores estimados pelo actuário independente e são como segue:

valores expressos em euros

	2002	2001	2000
Custo com os serviços do exercício	6 142 000	5 277 282	6 010 515
Custo financeiro do exercício	37 454 000	30 900 530	29 648 547
Amortização das responsabilidades à data de transição e dos ganhos e perdas actuariais e de experiência	11 814 000	7 008 111	7 621 632
	55 410 000	43 185 923	43 280 694
Custos com pré-reformas, reformas antecipadas, suspensões de contratos e outros	3 313 000	15 323 161	24 944 883
	58 723 000	58 509 084	68 225 577

Os custos assim estimados foram registados na demonstração de resultados dos exercícios de 2002, 2001 e 2000, como segue:

valores expressos em euros

	2002	2001	2000
Custos com o pessoal	55 257 744	43 185 923	43 280 694
Custos extraordinários	3 050 206	15 323 161	24 944 883
	58 307 950	58 509 084	68 225 577

A diferença entre os custos registados no exercício e os apresentados no estudo actuarial resultam de um ajustamento efectuado ao estudo actuarial de 2001, que originou uma redução dos custos com pessoal de 152 256 euros e dos custos extraordinários de 262 794 euros.

No exercício de 2002, as despesas correntes com reformados, registadas como utilização directa da provisão para cuidados de saúde, ascenderam a 27 996 161 euros (Nota 46).

(b) Conforme Deliberação da CVM brasileira, de 13 de Dezembro de 2000, as empresas integradas na Brasilcel constituíram uma provisão para reflectir os passivos actuariais dos seus cuidados de saúde, a qual a 31 de Dezembro de 2002 ascendia a 263 214 euros (Nota 46). Esta provisão foi reforçada em 2002 pelo montante de 19 229 euros, em função das contribuições da Telesp Celular (Nota 43).

60. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

Em 31 de Dezembro de 2002 encontrava-se contratado um conjunto de instrumentos financeiros derivativos com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações, e consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento permanente da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pelo grupo. O valor de mercado (Fair Value) destes

instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações económico-financeiras.

Risco de taxa de juro

O Grupo Portugal Telecom contratou swaps de taxa de juro com instituições financeiras, de forma a diversificar o risco de taxa de juro ou a aproveitar condições vantajosas de mudança de taxa variável para taxa fixa. Considerando o facto das taxas de juro se situarem a níveis historicamente bastante reduzidos e tendo em conta as perspectivas de evolução futura, a Portugal Telecom contratou novos swaps de taxa de juro e reestruturou a carteira existente, de modo a aumentar o peso da componente de dívida a taxa fixa. Desta forma, e relativamente aos financiamentos contratados, reduziu-se significativamente o impacto que uma eventual subida das taxas de juro terá nos encargos financeiros futuros. Em 31 de Dezembro de 2002, o total da dívida da Portugal Telecom sujeita a operações de swaps de taxa de juro era de 2 983 milhões de euros, com uma maturidade média de 4,1 anos. Em resultado destas operações, a proporção da componente da taxa fixa na dívida total do grupo aumentou para 75,8%.

Exposição aos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio

De modo a atingir os objectivos acima referidos, quer no caso do risco de taxa de juro, quer no que respeita ao risco de taxa de câmbio, existiam em 31 de Dezembro de 2002 cross currency swaps com componente cambial e de taxa de juro.

Naquela data, o total da dívida sujeita a contratos desta natureza era de 200 milhões de euros de swaps de euros para dólares americanos, com uma maturidade média de 6,3 anos.

Em 31 de Dezembro de 2002, as empresas integradas na Brasilcel dispunham de instrumentos financeiros derivados com o objectivo de cobrir o risco de taxa de câmbio inerente a dívida em dólares americanos e euros.

Em 31 de Dezembro de 2002, as empresas integradas na Brasilcel possuíam cross currency swaps de dólares americanos para reais brasileiros no montante de 1 159,2 milhões de dólares americanos, com uma maturidade média de 2,2 anos, e venderam opções de compra no montante de 300 milhões de dólares americanos, com uma maturidade de 1,7 anos. Adicionalmente, estas empresas mantinham cross currency swaps de euros para reais brasileiros no valor de, aproximadamente, 760,2 milhões de euros, com uma maturidade de 1,8 anos.

Equity swaps

Em 1998 e 1999, a Portugal Telecom contratou equity swaps sobre acções próprias, para cobertura de planos de stock options em vigor, que visavam minimizar a exposição da empresa ao risco de variações no valor das suas acções. Estes equity swaps serão liquidados no próximo ano, pelo que, atendendo à evolução da cotação das acções da Portugal Telecom, foi registada uma provisão para cobrir a diferença entre os preços de exercício destes derivados (que variam entre 9,55 e 12,07 euros por acção) e a cotação da acção PT no final do ano (6,55 euros por acção) (Nota 46).

Em 2001, a Portugal Telecom contratou um equity swap sobre acções da PT Multimedia, cuja data de liquidação é 6 de Maio de 2003. Em 31 de Dezembro de 2002, a Portugal Telecom tem registada uma provisão para fazer face à diferença entre o preço de exercício deste derivado (14,10 euros por acção) e a cotação da acção PT Multimedia no final do ano (10,02 euros por acção) (Nota 46).

Fair Value dos instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2002, o Fair Value dos instrumentos financeiros e o correspondente valor contabilístico é o seguinte (valores em milhões de euros):

	2002		2001	
	Valor contabilístico	Fair Value	Valor contabilístico	Fair Value
Instrumentos financeiros relacionados com cobertura de risco ⁽ⁱ⁾ :				
Taxa de juro	1,1	(66,2)	(2,5)	(6,6)
Taxa de juro e taxa de câmbio	162,0	75,5	(35,1)	(237,2)
TOTAL	163,1	9,3	(37,6)	(243,8)
Equity swaps:				
Acções próprias ⁽ⁱⁱ⁾	(42,6)	(40,2)	(2,0)	(21,9)
PT Multimedia ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(68,5)	(69,1)	(78,1)	(83,3)
TOTAL	(111,1)	(109,3)	(80,1)	(105,2)

(i) Determinados derivados incluídos nesta rubrica foram objecto de renegociações no exercício de 2002, tendo a empresa recebido prémios no âmbito dessas operações. Estes prémios foram registados em proveitos diferidos e serão amortizados no período remanescente dos contratos. Em 31 de Dezembro de 2002 encontram-se por reconhecer em proveitos prémios no montante de 93 132 085 euros (Nota 53 d)).

(ii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para os equity swaps (Nota 46).

(iii) O valor contabilístico corresponde à provisão constituída para este equity swap (62,4 milhões de euros – Nota 46), acrescida da especialização de custos financeiros associados ao contrato (6,1 milhões de euros).

A evolução favorável do Fair Value dos instrumentos financeiros relacionados com cobertura de risco em 2002, resulta essencialmente das operações de cancelamento e de renegociação dos contratos de swap, bem como da evolução favorável dos mercados, em especial nas taxas de juro.

61. PLANOS DE INCENTIVOS

Em 21 de Abril de 1998, a Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom aprovou a criação de um plano de incentivos para administradores e quadros da empresa e de empresas participadas, constituído por opções de compra de acções da Portugal Telecom. Nos termos do referido plano, os seus beneficiários têm a opção de adquirir, no seu conjunto, um total de 2 927 725 acções ao preço de 9,39 euros por acção.

As opções poderão ser exercidas em períodos de três meses iniciados nas datas definidas no plano, como se segue:

8 de Junho de 2000	10%
8 de Junho de 2001	20%
8 de Junho de 2002	30%
8 de Junho de 2003	40%

As opções que não forem exercidas dentro dos prazos acima indicados, poderão ainda sê-lo numa única ocasião, num período de três meses a iniciar após a última data de exercício definida no plano, isto é, em 8 de Junho de 2003.

No âmbito deste plano de incentivos, ao nível da empresa, foram atribuídas 198 814 opções a administradores e alguns quadros da Portugal Telecom.

Para cobrir o risco associado a variações da cotação das acções prometidas vender ao preço definido no plano de incentivos, a empresa efectuou em 1998 operações de cobertura (hedging)

desse risco. O custo anual destas operações está a ser reconhecido durante o período de vigência do plano, e corresponde ao diferencial entre o valor médio unitário das acções da empresa fixado nas operações de hedging supra mencionadas, e o valor de exercício das opções fixado no plano, acrescido do custo anual de hedging, atendendo ao faseamento das opções e à repartição dos encargos pelo período do plano (Nota 23 t)). Para fazer face a este plano, a empresa tem registada uma provisão no montante de 5 085 907 euros (Nota 46).

Em 27 de Setembro de 1999, a Assembleia Geral Extraordinária da Portugal Telecom aprovou a criação e implementação de um novo plano de opções de compra de acções da Portugal Telecom, que abrange titulares do Conselho de Administração e quadros superiores de empresas do grupo. Este novo plano, que permite a distribuição de até 6 120 000 acções e de opções de compra de acções ao preço de exercício de 11,38 euros, é de concretização faseada durante um período de três anos, desde 27 de Abril de 2000. Durante o exercício de 2002, foram entregues 571 876 acções, cujo custo (incluindo encargos com as operações de hedging) totaliza 4 144 671 euros. Tendo por base os contratos de adesão já realizados e as operações de hedging efectuadas em 1999, a Portugal Telecom tem registada em 31 de Dezembro de 2002 uma provisão no montante de 4 087 355 euros para fazer face às responsabilidades já assumidas (Nota 46).

62. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO E POR ÁREA GEOGRÁFICA

Os principais segmentos de negócio do grupo apresentam a seguinte composição nos exercícios de 2002, 2001 e 2000:

valores expressos em euros

PT COMUNICAÇÕES	2002	2001	2000
Prestações de serviços – clientes externos	1 957 082 961	2 150 240 420	1 916 195 440
Prestações de serviços – intragrupo	317 922 484	238 653 747	210 733 385
Vendas – clientes externos	26 005 059	33 746 485	38 996 750
Vendas – intragrupo	351 263	89 990	109 571
Proveitos suplementares – clientes externos	21 868 621	22 761 153	25 474 598
Proveitos suplementares – intragrupo	39 195 828	34 868 843	50 396 312
Receitas de exploração	2 362 426 216	2 480 360 638	2 241 906 056
Outros proveitos operacionais	64 489 922	121 947 969	104 480 924
Total de proveitos operacionais	2 426 916 138	2 602 308 607	2 346 386 980
Custo das existências vendidas e consumidas	(85 338 792)	(140 439 643)	(121 573 725)
Custos de telecomunicações	(479 494 263)	(547 668 852)	(240 610 594)
Outros subcontratos	(200 905 862)	(125 858 952)	(203 268 360)
Conservação e reparação	(59 712 418)	(60 188 869)	(66 240 616)
Publicidade e propaganda	(18 737 629)	(25 349 163)	(36 325 047)
Trabalhos especializados	(53 247 888)	(51 583 683)	(42 231 865)
Outros fornecimentos e serviços	(77 145 065)	(164 488 471)	(84 369 137)
Custos com pessoal	(484 781 228)	(450 742 900)	(437 725 223)
Amortizações	(401 328 353)	(397 115 567)	(448 439 329)
Provisões	(17 840 037)	(17 653 831)	(78 666 611)
Impostos	(8 868 310)	(8 393 273)	(9 446 212)
Outros custos e perdas operacionais	(20 152 084)	(17 524 261)	(37 634 632)
Total de custos operacionais	(1 907 551 929)	(2 007 007 465)	(1 806 531 351)
Resultado operacional	519 364 209	595 301 142	539 855 629
Custos financeiros	(38 205 834)	(40 319 728)	(57 151 953)
Proveitos financeiros	20 755 515	23 407 270	29 342 623
Resultado antes de itens extraordinários e de impostos	501 913 890	578 388 684	512 046 299
Resultados extraordinários	11 888 782	(109 858 374)	(190 473 872)
Resultado antes de impostos	513 802 672	468 530 310	321 572 427
Imposto sobre o rendimento	(164 634 595)	(194 120 390)	(172 936 483)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	349 168 077	274 409 920	148 635 944

Os resultados deste segmento de negócio incorporam encargos com o programa de redução de efectivos no montante de 49 313 318 e 183 878 000 euros, respectivamente nos exercícios de 2002 e 2001.

PT PRIME	2002	2001	2000
Prestações de serviços – clientes externos	258 535 177	207 075 061	167 871 028
Prestações de serviços – intragrupo	68 810 470	51 486 282	47 520 229
Vendas – clientes externos	6 376 190	8 786 619	8 931 488
Vendas – intragrupo	856 962	571 634	–
Proveitos suplementares – clientes externos	143 093	1 534 921	1 271 592
Proveitos suplementares – intragrupo	119 608	765 721	–
Receitas de exploração	334 841 500	270 220 238	225 594 337
Outros proveitos operacionais	4 670	3 989 527	498 794
Total de proveitos operacionais	334 846 170	274 209 765	226 093 131
Custo das existências vendidas e consumidas	(7 880 693)	(9 050 926)	(8 563 079)
Custo de telecomunicações	(176 834 323)	(139 270 708)	(100 714 225)
Outros subcontratos	(21 925 627)	(20 598 494)	(13 776 987)
Conservação e reparação	(14 329 123)	(11 553 974)	(6 233 435)
Publicidade e propaganda	(2 855 412)	(6 437 069)	(6 430 877)
Trabalhos especializados	(13 654 367)	(5 966 368)	(5 551 493)
Outros fornecimentos e serviços	(13 899 484)	(11 195 597)	(12 335 263)
Custos com pessoal	(46 156 492)	(39 375 600)	(34 146 335)
Amortizações	(35 691 454)	(26 164 216)	(23 207 262)
Provisões	(4 993 319)	(2 420 866)	(2 287 473)
Impostos	(735 785)	(1 139 455)	(39 636)
Outros custos operacionais	(378 564)	(567 886)	(946 632)
Total de custos operacionais	(339 334 643)	(273 741 159)	(214 232 697)
Resultado operacional	(4 488 473)	468 606	11 860 434
Custos financeiros	(44 815 551)	(36 045 476)	(1 811 446)
Proveitos financeiros	2 448 851	10 074 955	5 384 837
Resultado antes de itens extraordinários, de impostos e de interesses minoritários	(46 855 173)	(25 501 915)	15 433 825
Resultados extraordinários	4 046 001	(404 973)	(22 140)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	(42 809 172)	(25 906 888)	15 411 685
Imposto sobre o rendimento	(1 114 310)	(1 984 688)	(6 588 097)
Interesses minoritários	909 824	1 022 665	(1 359 508)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(43 013 658)	(26 868 911)	7 464 080

valores expressos em euros

TMN	2002	2001	2000
Prestações de serviços – clientes externos	1 132 889 769	1 007 903 832	842 359 119
Prestações de serviços – intragrupo	199 947 958	211 397 993	52 063 980
Vendas – clientes externos	134 263 557	163 976 262	151 824 045
Vendas – intragrupo	8 155 430	11 097 491	16 194 586
Proveitos suplementares – clientes externos	15 166 507	11 881 296	11 523 690
Proveitos suplementares – intragrupo	536 133	579 233	2 551 768
Receitas de exploração	1 490 959 354	1 406 836 107	1 076 517 188
Outros proveitos operacionais	5 244 247	5 410 865	4 607 821
Total de proveitos operacionais	1 496 203 601	1 412 246 972	1 081 125 009
Custo das existências vendidas e consumidas	(167 988 386)	(223 612 344)	(217 480 064)
Custo de telecomunicações	(325 280 447)	(302 055 172)	(210 273 812)
Outros subcontratos	(3 226 971)	(1 750 296)	(768 209)
Conservação e reparação	(37 561 886)	(34 884 275)	(28 565 048)
Publicidade e propaganda	(20 058 815)	(19 414 697)	(34 766 336)
Trabalhos especializados	(50 626 781)	(46 958 185)	(31 646 751)
Outros fornecimentos e serviços	(140 558 608)	(143 329 303)	(99 359 379)
Custos com pessoal	(48 655 295)	(44 293 443)	(35 670 256)
Amortizações	(175 923 133)	(142 549 981)	(121 490 392)
Provisões	(46 980 802)	(36 557 178)	(14 477 359)
Impostos	(29 765 093)	(25 974 889)	(19 903 850)
Outros custos operacionais	(3 027 742)	(4 395 026)	(3 519 693)
Total de custos operacionais	(1 049 653 959)	(1 025 774 789)	(817 921 149)
Resultado operacional	446 549 642	386 472 183	263 203 860
Custos financeiros	(13 672 072)	(14 939 930)	(7 728 406)
Proveitos financeiros	4 102 883	1 274 115	1 595 429
Resultado antes de itens extraordinários e de impostos	436 980 453	372 806 368	257 070 883
Resultados extraordinários	(49 461 999)	44 146 570	4 649 151
Resultado antes de impostos	387 518 454	416 952 938	261 720 034
Imposto sobre o rendimento	(127 753 625)	(145 784 759)	(91 000 434)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	259 764 829	271 168 179	170 719 600

TELESP CELULAR PARTICIPAÇÕES	2002	2001	2000
Prestações de serviços – clientes externos	1 048 632 419	1 178 724 559	1 175 883 557
Prestações de serviços – intragrupo	438 283	609 195	–
Vendas – clientes externos	168 989 855	222 449 971	467 935 645
Outros proveito suplementares	–	1 427 365	3 340 504
Receitas de exploração e total de proveitos operacionais	1 218 060 557	1 403 211 090	1 647 159 706
Custo das existências vendidas e consumidas	(197 576 814)	(267 892 375)	(394 695 423)
Custo de telecomunicações	(109 159 918)	(165 431 117)	(162 826 006)
Outros subcontratos	(23 382 966)	(37 890 814)	(33 903 193)
Conservação e reparação	(1 890 071)	(3 773 292)	(4 261 126)
Publicidade e propaganda	(28 810 396)	(45 972 065)	(45 817 211)
Trabalhos especializados	(91 561 626)	(115 524 263)	(87 532 320)
Outros fornecimentos e serviços	(110 733 777)	(140 787 947)	(200 959 255)
Custos com pessoal	(61 238 837)	(60 740 113)	(68 850 077)
Amortizações	(236 719 658)	(281 833 892)	(324 998 537)
Provisões	(35 616 626)	(70 856 655)	(84 657 552)
Impostos	(36 132 042)	(34 295 478)	(55 390 072)
Outros custos operacionais	(391 165)	(1 040 693)	(2 039 171)
Total de custos operacionais	(933 213 896)	(1 226 038 704)	(1 465 929 943)
Resultado operacional	284 846 661	177 172 386	181 229 763
Custos financeiros ^(a)	(310 497 086)	(631 019 407)	(142 801 645)
Proveitos financeiros	45 334 793	69 757 274	47 218 532
Resultado antes de itens extraordinários e de impostos	19 684 368	(384 089 747)	85 646 650
Resultados extraordinários	(5 095 657)	(140 930 636)	36 493 593
Resultado antes de impostos	14 588 711	(525 020 383)	122 140 243
Imposto sobre o rendimento	(48 856 903)	5 993 881	–
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(34 268 192)	(519 026 502)	122 140 243

(a) No exercício de 2002, a rubrica de custos financeiros inclui os seguintes montantes: (i) 88 641 563 euros relativos à aplicação do método da equivalência patrimonial na valorização do investimento financeiro na Global Telecom; (ii) de 8 155 654 euros relativos a variações cambiais negativas apuradas pela Telesp Celular nos empréstimos obtidos; e (iii) 139 212 719 euros relativos a juros suportados.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos exercícios de 2002 e 2001 ascende a valores negativos de 23 313 734 e 305 011 853 euros, respectivamente.

valores expressos em euros

PT MULTIMEDIA	2002	2001	2000
Prestações de serviços – clientes externos	492 924 044	426 553 578	220 319 234
Prestações de serviços – intragrupo	35 814 283	32 864 976	21 170 453
Vendas – clientes externos	147 518 745	164 630 835	6 485 739
Vendas – intragrupo	359 915	55 673	2 676
Proveitos suplementares – clientes externos	12 457 123	6 284 459	6 106 722
Proveitos suplementares – intragrupo	1 331 325	67 204	293 457
Receitas de exploração	690 405 435	630 456 725	254 378 281
Outros proveitos operacionais	3 421 452	7 980 904	5 479 643
Total de proveitos operacionais	693 826 887	638 437 629	259 857 924
Custo das existências vendidas e consumidas	(91 044 680)	(111 289 723)	(7 507 550)
Custo de telecomunicações	(45 629 100)	(38 061 317)	(31 681 844)
Outros subcontratos	(214 248 903)	(177 398 661)	(98 406 874)
Conservação e reparação	(8 258 631)	(6 301 120)	(3 311 610)
Publicidade e propaganda	(32 638 523)	(39 354 166)	(30 923 601)
Trabalhos especializados	(34 345 520)	(34 491 541)	(37 934 606)
Outros fornecimentos e serviços	(74 927 867)	(68 793 357)	(34 005 014)
Custos com pessoal	(97 793 415)	(105 747 923)	(53 528 603)
Amortizações	(81 290 107)	(69 010 273)	(48 408 529)
Provisões	(12 590 642)	(8 085 967)	(4 279 080)
Impostos	(3 150 574)	(2 837 600)	(2 957 950)
Outros custos operacionais	(1 323 745)	(1 059 862)	(198 104)
Total de custos operacionais	(697 241 707)	(662 431 509)	(353 143 365)
Resultado operacional	(3 414 820)	(23 993 880)	(93 285 441)
Custos financeiros	(119 541 608)	(103 242 293)	(57 591 644)
Proveitos financeiros	15 637 708	15 993 530	25 818 049
Resultado antes de itens extraordinários, de impostos e de interesses minoritários	(107 318 720)	(111 242 642)	(125 059 036)
Resultados extraordinários	(35 711 242)	(18 826 575)	(9 015 953)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	(143 029 962)	(130 069 217)	(134 074 989)
Imposto sobre o rendimento	3 878 137	(2 634 220)	(1 291 492)
Interesses minoritários	2 432 193	16 050 350	29 585 951
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(136 719 632)	(116 653 087)	(105 780 530)

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual nos exercícios de 2002 e 2001 ascende a valores negativos de 59 498 581 e 17 660 105 euros, respectivamente. Os interesses minoritários constantes da demonstração deste segmento de negócio representam a parte do resultado líquido do segmento que respeita aos accionistas minoritários em empresas participadas pela PT Multimedia.

63. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

A introdução pela Portugal Telecom, S.A. a partir de Fevereiro de 1998 dos novos preços para o serviço fixo de telefone, aprovados pelo ICP, suscitou por parte da DECO a apresentação de diversas acções judiciais, das quais a mais relevante do ponto de vista financeiro consiste na acção inibitória, apresentada em Setembro de 1999, na qual se pede que o ICP se abstinhasse de aprovar a proposta de preços para 1999 e que a Portugal Telecom, S.A. fosse impedida de a aplicar.

Em primeira instância, o Tribunal concluiu pela ilegalidade do novo tarifário e condenou a PT Comunicações (que sucedeu à Portugal Telecom, S.A. como ré nesta acção) a restituir aos assinantes os valores cobrados em 1999 a título de taxa de activação e a publicitar essa decisão. A PT Comunicações recorreu para o Tribunal da Relação, que manteve a decisão do Tribunal de primeira instância, tendo posteriormente apresentado recurso para o Supremo Tribunal Administrativo.

A Portugal Telecom, embora reconhecendo que a decisão final neste processo lhe poderá ser desfavorável e que daí poderão resultar responsabilidades, não procedeu ao registo das mesmas, dada a impossibilidade prática de as estimar com aceitável grau de fiabilidade.

64. CLIENTES, CONTA CORRENTE

O valor a receber de clientes inclui um montante de 104 078 063 euros a receber da RTP – Radiotevisão Portuguesa, S.A. (“RTP”), a regularizar de acordo com o seguinte plano:

valores expressos em euros	
2003	75 728 356
2004	12 469 948
2005	15 879 759
	104 078 063

65. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções (“DRF”) foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- A rubrica “Vendas e prestações de serviços” da DRF não coincide com o somatório das rubricas “Vendas” e “Prestações de serviços” da Demonstração de Resultados por Naturezas (“DRN”), dado terem sido incluídas naquela rubrica as “Correcções Favouráveis de Exercícios Anteriores” relativas a vendas e prestações de serviços, classificadas na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- Na rubrica “Outros proveitos e ganhos operacionais” da DRF encontram-se considerados, para além dos montantes provenientes da rubrica com a mesma designação da DRN, valores classificados na rubrica “Proveitos suplementares” na DRN e, ainda, valores registados em “Outros Ganhos não Especificados” e “Outras Correcções de Exercícios Anteriores”, classificados na rubrica “Proveitos e ganhos extraordinários” na DRN.
- Na rubrica “Outros custos e perdas operacionais” da DRF foram englobados valores contabilizados em diversas contas de custos da DRN, inclusive algumas contas de custos extraordinários; deduzem a estes custos, os proveitos registados na rubrica “Subsídios à Exploração” e em “Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” na DRN.
- Determinadas naturezas de custos, nomeadamente, electricidade, água, rendas e alugueres, seguros, conservação e reparação, limpeza, higiene e conforto, vigilância e segurança, combustíveis, aluguer de viaturas, publicidade e pessoal, foram agrupadas e repartidas por várias áreas de actividade, de acordo com critérios definidos pelo grupo.
- A rubrica “Custo líquido de financiamento” da DRF distingue-se dos resultados financeiros apresentados na DRN, uma vez que não inclui os “Ganhos e Perdas em Empresas Associadas e Outras não Consolidadas”, e os “Rendimentos de Participações de Capital”.

f) A rubrica “Ganhos/perdas em filiais e associadas” da DRF inclui as seguintes naturezas de proveitos e custos registadas na DRN em resultados financeiros e em resultados extraordinários:

valores expressos em euros	
Ganhos em filiais e associadas:	
Ganhos decorrentes da alienação de participações de capital na:	
Telefónica	30 519 163
Deltapress	5 098 510
Outras empresas	2 571 447
Ganhos em empresas associadas e outras não consolidadas:	
CTM	14 468 022
Unitel	3 597 925
Outras empresas	7 256 839
Rendimentos de participações de capital	1 143 322
	64 655 228
Perdas em filiais e associadas:	
Perdas em empresas associadas e outras não consolidadas:	
Global Telecom	(88 641 563)
Médi Télécom	(55 508 346)
Sport TV	(7 163 244)
PrimeSys Soluções Empresariais	(5 401 078)
Tradecom Internacional	(4 295 880)
Banco Best	(3 630 865)
Porto TV	(2 977 086)
Sportinvest	(2 868 710)
TV Cabo Macau	(2 691 976)
Idealyse	(1 931 780)
Outras empresas	(11 085 627)
Amortização de goodwill:	
Investimentos na Telesp Celular Participações,	
Global Telecom e Ceterp	(48 731 785)
Investimentos no grupo Lusomundo	(31 926 055)
Investimentos na PrimeSys Soluções Empresariais	(15 661 906)
Investimentos na PTM.com	(8 974 176)
Investimentos em outras participações	(37 615 516)
Menos-valias na alienação de outros investimentos financeiros	(2 894 074)
	(331 999 667)
Ganhos e perdas em filiais e associadas não consolidadas, líquidos	(267 344 439)

g) A rubrica “Resultados não usuais ou não frequentes” da DRF inclui custos com pensões e cuidados de saúde a prestar a partir da idade de reforma, relacionados com as pré-reformas e com as reformas antecipadas ocorridas durante o exercício de 2002, bem como com encargos com reestruturação, tendo a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Pensões	41 868 553
Saúde	3 050 206
Rescisões de contratos de trabalho	7 721 713
Reestruturação	9 441 975
	62 082 447

h) A rubrica “Impostos sobre os resultados correntes” da DRF para o exercício de 2002 tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Estimativa de imposto sobre o rendimento na DRN	343 871 552
Excesso de estimativa de IRC de 2001	(6 777 215)
	337 094 337

66. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração de Fluxos de Caixa foi elaborada tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 14, havendo os seguintes aspectos a salientar:

a) Outras informações relevantes:

A rubrica “Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias” inclui essencialmente o recebimento pela TMN de um montante de 30 585 676 euros relacionado com uma operação de cross border lease.

A rubrica “Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias” inclui essencialmente o pagamento efectuado pela PT Comunicações de um montante de 85 446 322 euros de contribuição extraordinária para o fundo de pensões PT/CGA.

b) No exercício de 2002, a rubrica “Recebimentos provenientes de investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
Alienação de partes de capital:	
Telesp Celular Participações	200 305 535
Telefónica	181 740 776
Delta Press	3 174 833
Mascom	2 212 503
Eutelsat	1 684 462
Megamédia	1 536 766
Satcom	1 117 815
Outras	723
	391 773 413
Recebimentos de empréstimos concedidos:	
Global Telecom	917 000 000
Marconi France	1 500 000
Unitel	1 124 399
TV Cabo Macau	236 752
	919 861 151
	1 311 634 564

c) No exercício de 2002, a rubrica “Recebimentos provenientes de dividendos” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros	
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL	13 563 011
Páginas Amarelas	3 838 000
BES	1 052 800
TBS – Celular Participações	1 422 407
Hungaro Digitel KFT	409 704
CRT	218 247
Regiforum	75 000
Outras	155 499
	20 734 668

d) No exercício de 2002, a rubrica “Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros

Aquisição/constituição de partes de capital:	
Global Telecom	96 286 439
PT Multimedia	27 621 673
PTM.com	8 113 739
Mobitel	3 554 384
Vasp	3 511 527
Megamédia	3 047 858
Tradecom Internacional	2 996 676
TV Cabo Macau	1 732 406
Infordesporto	1 345 881
Clipanúncios	337 851
Outros	633 472
	149 181 906
Realização de capital subscrito em participadas:	
Banco Best	3 596 520
Sport TV	1 668 664
Sgpice	999 997
Academia Global Brasil	198 077
	6 463 258
Aumentos de capital em participadas:	
Médi Télécom	17 143 742
BES	7 700 000
Marconi France	2 670 000
	27 513 742
Pagamentos respeitantes a empréstimos concedidos:	
Global Telecom	107 000 000
BUS	14 310 233
Porto TV	2 935 172
Sport TV	5 500 000
Marconi France	750 000
Infordesporto	472 331
Marconi Suisse	306 882
TV Cabo Macau	251 297
Outros	6 657 670
	138 183 585
	321 342 491

e) No exercício de 2002, a rubrica “Pagamento de adiantamentos a empresas participadas” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros

Global Telecom	944 904 288
TV Cabo Macau	2 547 533
	947 451 821

f) No exercício de 2002, a rubrica “Outros investimentos” respeita essencialmente a pagamentos efectuados pela Telesp Celular Participações por conta da Global Telecom.

g) No exercício de 2002, a rubrica “Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos” tem a seguinte composição:

valores expressos em euros

Papel comercial e outros empréstimos bancários	12 906 303 897
Fixed/Floating Rate Notes	550 922 366
	13 457 226 263

h) No exercício de 2002, a rubrica “Recebimentos de aumentos de capital e prémios de emissão”, no montante de 176 434 867 euros, refere-se ao aumento de capital efectuado na Telesp Celular Participações, subscrito pelos accionistas minoritários.

i) No exercício de 2002, a rubrica “Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos”, no montante de 13 472 717 994 euros,

refere-se essencialmente a papel comercial e outros empréstimos bancários.

j) A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2002 e 2001 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço naquelas datas, são como segue:

valores expressos em euros

	2002	2001
Numerário	7 540 373	4 269 190
Depósitos bancários	345 862 930	513 177 067
Outros títulos negociáveis	683 462 041	600 496 303
Outras aplicações de tesouraria	1 239 642 551	173 530 398
Disponibilidades constantes do balanço	2 276 507 895	1 291 472 958
Descobertos bancários (Nota 34)	(8 465 072)	(66 422 727)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 268 042 823	1 225 050 231

O saldo de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2001 difere do saldo inicial que consta da demonstração de fluxos de caixa de 31 de Dezembro 2002, em virtude do perímetro de consolidação ter sido alterado, como segue:

valores expressos em euros

Saldo em 31 de Dezembro de 2001	1 225 050 231
Alteração no perímetro de consolidação	6 172 014
Saldo de caixa e seus equivalentes em 1 de Janeiro de 2002	1 231 222 245

67. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2002, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

> Em 16 de Janeiro de 2003, a Brasilcel, através da Telesp Celular Participações, celebrou um acordo para a aquisição da totalidade do capital da Tele Centro Oeste Participações, S.A. (“TCO” – empresa que controla a operadora de telefonia móvel na região Norte e Centro Oeste do Brasil). Esta aquisição será efectuada em três fases: (i) aquisição de 61,1% do capital pelo montante de 1 408 milhões de reais; (ii) oferta pública de aquisição; e (iii) a parcela remanescente será adquirida através de um processo de fusão com a Telesp Celular Participações.

Com esta aquisição, a Brasilcel irá consolidar a sua posição de líder no mercado de telefonia móvel brasileiro, abrangendo 16,8 milhões de clientes e uma quota de mercado superior a 50%.

> Em Janeiro de 2003, a empresa procedeu a uma reestruturação dos Programas de Papel Comercial emitidos pela PT Finance, passando os mesmos a incluir a PT Comunicações e a TMN como emitentes. No âmbito desta reestruturação, a TMN utilizou parcialmente esta facilidade com o intuito de liquidar a dívida decorrente da aquisição da PT Móveis à Portugal Telecom.

ANEXO

I. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Portugal Telecom (empresa-mãe) (Nota Introdutória)	Lisboa	Gestão de participações sociais			
Academia Global – Serviços de Educação e Formação de Base Tecnológica, S.A. ("Academia Global")	Lisboa	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica nas áreas da educação e formação profissional, incluindo serviços de apoio	–	–	37,37%
Açormedia – Comunicação Multimédia e Edição de Publicações, S.A. ("Açormedia")	Ponta Delgada	Edição de publicações, comunicação audiovisual, actividades editoriais multimédia e edição de livros	Lusomundo Media (90%)	38,10%	36,45%
Asle, SGPS, S.A. ("Asle") ^(a)	Funchal	Gestão de participações sociais	–	–	54,05%
Cabo TV Açoreana, S.A.	Ponta Delgada	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma dos Açores	TV Cabo Portugal (83,82%)	47,34%	45,30%
Cabo TV Madeirense, S.A.	Funchal	Distribuição do sinal de televisão por cabo e satélite na Região Autónoma da Madeira	TV Cabo Portugal (69%)	38,97%	37,29%
Cabo Verde Telecom, S.A. ("Cabo Verde Telecom")	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações	PT Ventures (40%)	40,00%	40,00%
Clipanúncios – Serviços de Gestão de Informação, SA	Lisboa	Gestão electrónica de anúncios e implementação de serviços comércio electrónico	Lusomundo SGPS (75%)	42,36%	–
Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. ("Marconi") ^(a)	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação de serviços de telecomunicações internacionais	–	–	100,00%
CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL	São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Deltapress – Sociedade Distribuidora de Publicações, S.A. ("Deltapress") (Nota 14 c))	Sintra	Distribuição de publicações diárias e não diárias, assim como de quaisquer outros produtos, bens e mercadorias	–	–	42,95%
Diário de Notícias, S.A. ("Diário de Notícias")	Lisboa	Edição de publicações jornalísticas	Lusomundo Media (100%)	42,34%	40,45%
Directel – Listas Telefónicas Internacionais, Lda. ("Directel")	Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais	PT Ventures (100%)	100,00%	100,00%
Directel Cabo Verde – Serviços de Comunicação, Lda.	Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins	Directel (60%) Cabo Verde Telecom, S.A. (40%)	76,00%	76,00%
Directel Macau – Listas Telefónicas, Lda.	Macau	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins	Directel (75%) PT Ásia (5%)	80,00%	80,00%
Directel Uganda – Telephone Directories, Limited	Uganda	Publicação de listas telefónicas	Directel (90%)	90,00%	90,00%
Distribuidora Jardim – Livros e Publicações, Lda. (Nota 14 c))	Loures	Comércio por grosso de livros, revistas e jornais	–	–	42,95%
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun") (Nota 3)	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio	–	–	27,02%
Editorial Notícias, Lda. ("Editorial Notícias")	Lisboa	Exercício da actividade editorial sob qualquer forma ou modalidade e respectiva comercialização	Lusomundo Media, SGPS, S.A. (100%)	42,34%	40,51%
EJV – Plataforma de Comércio Electrónico, S.A. ("EJV")	Lisboa	Criação e gestão de plataformas de comércio electrónico de bens e serviços	PT Multimedia.com (100,00%)	100%	38,97%
Elta – Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda. ("Elta") ⁽¹⁾	Luanda	Publicação de listas telefónicas	Directel (55%)	55,00%	67,99%
Empracine – Empresa Promotora de Actividades Cinematográficas, Lda. ("Empracine")	Lisboa	Exibição cinematográfica	Lusomundo SII (100%)	56,40%	53,27%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("Empresa de Recreios Artísticos") (Nota 3)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	–	–	49,00%

			percentagem de capital detido		
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Empresa do Jornal de Notícias, S.A. ("Jornal de Notícias")	Porto	Edição de publicações jornalísticas	Lusomundo Media (99,64%)	42,19%	40,36%
Empresa Gráfica Funchalense, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de tipografia, litografia, plastificação, gravura, encadernação, fotocomposição e offset	Lusomundo Serviços (50%)	28,24%	27,02%
Foliver – Serviços de Telecomunicações e Transferência de Informação, S.A.	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado do vinho	PT Multimedia.com (74,88%)	74,88%	39,97%
Grafilme – Sociedade Impressora de Legendas, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de legendagem audiovisual	Lusomundo Serviços (50%)	28,24%	30,02%
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. (Nota 3)	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas	–	–	40,51%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda.	Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial Infonet	PT Prime (90%)	78,75%	78,75%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A. ("Infordesporto") (Nota 3)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação	–	–	39,98%
Intertelecom, Ltda. ("Intertelecom") (Nota Introdutória)	São Paulo	Gestão de participações sociais	PT Móveis (100,00%)	100,00%	100,00%
Janela Digital – Informativo e Telecomunicações, Lda. ("Janela Digital")	Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	26,69%
Jornal do Fundão Editora, Lda.	Fundão	Edição de publicações jornalísticas	Lusomundo Media (51,34%)	21,74%	20,80%
Kabwe, Ltda. ("Kabwe")	São Paulo	Gestão de participações sociais	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	53,38%
Kenya Postel Directories, Ltd.	Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações	Directel (57%)	57,00%	60,00%
LTM – Listas Telefónicas de Moçambique, Lda.	Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações	Directel (50%)	50,00%	50,00%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine") (Nota 2)	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica	Lusomundo (82,75%)	46,73%	–
Lusomundo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SGPS, S.A. ("Lusomundo")	Lisboa	Gestão de participações sociais	PT Multimedia (99,98%)	56,47%	54,03%
Lusomundo Audiovisuais, S.A.	Lisboa	Importação, distribuição, exploração, comércio e produção de produtos audiovisuais	Lusomundo (100%)	56,47%	54,03%
Lusomundo – Audiovisuais, SGPS, S.A. ("Lusomundo Audiovisuais") ^(a)	Lisboa	Gestão de participações sociais	–	–	54,03%
Lusomundo – Serviços, SGPS, S.A. ("Lusomundo Serviços")	Lisboa	Gestão de participações sociais	Lusomundo (100%)	56,47%	54,03%
Lusomundo – Sociedade Investimentos Imobiliários, SGPS, S.A. ("Lusomundo SII")	Lisboa	Exploração de activos imobiliários	Lusomundo (99,87%)	56,40%	53,27%
Lusomundo Cinemas, S.A. ("Lusomundo Cinemas")	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo (100%)	56,47%	54,03%
Lusomundo Editores, S.A.	Lisboa	Distribuição cinematográfica	Lusomundo (100%)	56,47%	54,03%
Lusomundo España, SL	Madrid	Gestão de participações sociais, no âmbito de investimentos em Espanha	Lusomundo (100%)	56,47%	54,03%
Lusomundo Imobiliária 2, S.A.	Lisboa	Exploração de activos imobiliários	Lusomundo SII (99,80%)	56,29%	52,11%
Lusomundo Media, SGPS, S.A. ("Lusomundo Media")	Lisboa	Gestão de participações sociais	Lusomundo (74,97%)	42,34%	40,51%
Lusomundo Moçambique, Lda.	Maputo	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo (90%) Lusomundo Cinemas (10%)	56,47%	54,03%
Lusomundo.net – Comércio Electrónico e Informática, Lda.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações e multimédia	Lusomundo Serviços (100%)	56,47%	54,03%

			percentagem de capital detido		
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Mascom Wireless Botswana (Proprietary) Limited ("Mascom") ^(d)	Botswana	Prestação de serviços de telecomunicações móveis	PT Móveis (50,01%)	50,01%	66,41%
Megamédia, Soluções Multimédia, S.A. ("Megamédia") (Nota 14 a) e d))	Lisboa	Serviços de consultoria, desenvolvimento, produção e comercialização de soluções de tecnologia de informação em sistemas interactivos, especialmente em comércio electrónico e multimédia	PT Sistemas de Informação (100%)	95,00%	75,00%
Mobitel, S.A. ("Mobitel")	São Paulo	Prestação de serviços de telecomunicações, de transmissão de dados e informações	PT Brasil (56,96%)	56,96%	48,96%
Motormédia – Comércio, Publicidade e Serviços Multimédia, S.A. ("Motormédia")	Lisboa	Produção e edição multimédia de informação relativa ao mercado e desporto automóveis	PT Multimedia.com (74,90%)	74,90%	39,98%
Notícias Direct – Distribuição ao Domicílio, Lda.	Lisboa	Distribuição ao domicílio de publicações e outros bens e serviços	Lusomundo Serviços (100%)	56,47%	53,89%
Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.	Lisboa	Edição, distribuição de livros e outras publicações	Editorial Notícias (51%)	21,59%	20,66%
Plataforma – Empresa de Trabalho Temporário, Lda. ("Plataforma")	Lisboa	Cedência temporária de pessoal para utilização de terceiros e selecção, orientação e formação profissional	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Portelcom Fixa, S.A. ("Portelcom Fixa") (Nota Introdutória)	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Portelcom Participações, S.A. ("Portelcom Participações") (Nota Introdutória)	São Paulo	Gestão de participações sociais	PT Móveis (59,83%) Ptelecom Brasil (25,80%) Intertelecom (14,37%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Angola, Lda. ("PT Angola") ^(b)	Luanda	Prestação e comercialização de serviços e produtos de telecomunicações, públicos e privados, participação no capital e gestão de outras sociedades	–	–	100,00%
Portugal Telecom Ásia, Lda. ("PT Ásia")	Macau	Promoções e marketing de produtos e serviços de telecomunicações	Portugal Telecom (95,92%) PT Comunicações (4,04%)	99,96%	99,96%
Portugal Telecom Brasil, S.A. ("PT Brasil")	São Paulo	Elaboração de projectos, estudos e pareceres sobre questões técnicas, financeiras ou comerciais, nas áreas das comunicações e de informação	Portugal Telecom (99,94%) PT Comunicações (0,06%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. ("PT Europa")	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. (Nota 2)	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações	PT Inovação (100%)	100,00%	–
Portugal Telecom Internacional Finance B.V. ("PTI Finance BV")	Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures, SGPS, S.A. ("PT Ventures") (ex-PT Internacional SGPS, S.A.)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos investimentos Internacionais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Investment Company, Limited ("PT Investment")	Ilhas Cayman	Obtenção de fundos no mercado internacional	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom, Inovação, S.A. ("PT Inovação")	Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Premium TV Portugal, S.A. ("Premium TV")	Lisboa	Lançamento, promoção e desenvolvimento de televisão por assinatura, multimédia e licenciamento de programação para televisão	PT Conteúdos (46%) Lusomundo (8%)	30,50%	29,18%
Pressmundo – Editora de Publicações, S.A.	Lisboa	Edição de publicações, incluindo edições electrónicas	Lusomundo Media (98,72%)	41,79%	28,35%
PrimeSys, S.A. ("PrimeSys")	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
PrimeSys, Soluções Empresariais, S.A. ex-BUS ("PrimeSys Soluções Empresariais") (Nota 14 c) e e)) (Nota 3)	São Paulo	Prestação de serviços nas áreas de tecnologia de informação e telecomunicações	PrimeSys (100%)	100,00%	–
PT Sistemas de Informação, S.A. ("PT Sistemas de Informação")	Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação	Portugal Telecom (94,8%) PT Comunicações (0,1%) TMN (0,1%)	95,00%	95,00%

			percentagem de capital detido		
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
PT Comunicações (Nota Introdutória)	Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infra-estruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. (“PT Contact”)	Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e sua assistência técnica	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Conteúdos, SGPS, S.A. (“PT Conteúdos”)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios de conteúdos multimédia	PT Multimedia (100%)	56,48%	54,05%
PT Meios – Serviços de Publicidade e Marketing, S.A.	Lisboa	Compra, venda e permuta de espaço publicitário, prestação de serviços de consultoria e análise de projectos de investimento publicitário ou de marketing.	Portugal Telecom (100%)	100%	–
PT Móveis, SGPS, S.A. (“PT Móveis”) ^(c)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios móveis	TMN (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia.com Brasil, Ltda. (“PTM.com Brasil”)	São Paulo	Gestão de participações sociais	PT Brasil (100%)	100,00%	53,38%
PT Multimedia.com, SGPS (Nota 14 a))	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios Internet	Portugal Telecom (100%)	100,00%	53,38%
PT Prime – Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações, e actividades no âmbito das tecnologias de informação e respectivos conteúdos	PT Prime SGPS (87,50%)	87,50%	87,50%
PT Prime Tradecom – Soluções Empresariais de Comércio Electrónico, S.A. (“Tradecom”)	Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio electrónico, conteúdos e tecnologias de informação	Tradecom SGPS (66%)	66,00%	66,00%
PT Prime, SGPS, S.A. (“PT Prime SGPS”)	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios do mercado empresarial e de grandes clientes	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Ptelecom Brasil, S.A. (“Ptelecom Brasil”) (Nota Introdutória)	Rio de Janeiro	Gestão de participações sociais	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
PTI Serviços – Consultoria Telecomunicações, S.A.	Lisboa	Comercialização de produtos, equipamentos e serviços de telecomunicações, multimédia e tecnologias e sistemas de informação	Portugal Telecom (100%)	100,00%	99,99%
PT Multimedia – Serviço Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 14 a))	Lisboa	Gestão de participações sociais, no âmbito dos negócios multimédia	Portugal Telecom (56,48%)	56,48%	54,05%
Publicações Prodiário, S.A. (“Prodiário”)	Lisboa	Edição de publicações periódicas ou unitárias	Lusomundo Media (100%)	42,34%	40,51%
Rádio Notícias – Produções e Publicidade, S.A. (“Rádio Notícias”)	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários	Lusomundo Media (67,71%) “Jornal de Notícias” (10%) “Diário de Notícias” (5%)	35,00%	33,48%
Radiopress – Comunicação e Radiodifusão, Lda.	Porto	Radiodifusão, edições e comercialização discográficas e quaisquer outros suportes audiovisuais	Rádio Notícias (100%)	35,00%	33,48%
RJN – Rádio Jornal do Norte, Lda.	Porto	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários	Rádio Notícias (100%)	35,00%	33,48%
Saber e Lazer – Informática e Comunicação, S.A. (“Saber e Lazer”)	Lisboa	Gestão de informação e elaboração de produtos informáticos	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	53,38%
Satcom – Comunicações Móveis Via Satélite, S.A. ^(d)	Lisboa	Estudo, desenvolvimento e fabrico de sistemas de telecomunicações, engenharia e integração de sistemas de transmissão de dados e de telecomunicações móveis via satélite	–	–	100,00%
Simarc – Promoções Imobiliárias, S.A. (“Simarc”)	Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Someios – Edições e Publicidade, Lda. (“Someios”)	Porto	Exercício de actividades promocionais e de publicidade e distribuição de publicações	“Jornal de Notícias” (66,66%) “Diário de Notícias” (33,33%)	40,40%	40,39%
Someios – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda. (“Someios SGPS”) ^(a)	Porto	Gestão de participações sociais	–	–	40,51%
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda. (“Sport Notícias”) (Nota 3)	Porto	Organização de provas desportivas	–	–	40,37%

			percentagem de capital detido		
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Sportstat – Informação Desportiva Independente, S.A. ^(a)	Lisboa	Recolha, tratamento, consultoria, formação, publicações, comercialização e exploração de informação e dados estatísticos sobre desporto	PT Multimedia.com (99,98%)	99,98%	39,97%
Superemprego – Sistemas de Informação para Gestão de Recursos Humanos, S.A. ("Superemprego")	Lisboa	Produção e disponibilização de informação sobre oferta e procura de emprego	PT Multimedia.com (63,75%)	63,75%	34,03%
TDC – Tecnologia das Comunicações, Lda. ("TDC")	Lisboa	Prestação de serviços e cooperação no domínio das telecomunicações e postal, bem como a transferência das respectivas tecnologias	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Telemática – Consultores de Telecomunicações e Informática, Lda.	Lisboa	Fornecimento de material informático, formadores e instalações	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
Telepac II – Comunicações Interactivas, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços, desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de telecomunicações, sistemas de informação e multimédia	PT Multimedia.com (100%)	100,00%	53,38%
Telesp Celular (Nota Introdutória)	São Paulo	Exploração do serviço móvel celular	Telesp Celular Participações (100%)	50,44%	41,23%
Telesp Celular International, Ltd.	Ilhas Cayman	Obtenção de fundos no mercado internacional	Telesp Celular (100%)	50,44%	41,23%
Telesp Celular Overseas, Ltd.	Ilhas Cayman	Obtenção de fundos no mercado internacional	Telesp Celular (100%)	50,44%	41,23%
Telesp Celular Participações (Nota Introdutória)	São Paulo	Gestão de participações sociais	PT Móveis (42,58%) Portelcom Participações (7,86%)	50,44%	41,23%
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A. (Nota 3)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	–	–	43,51%
TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Tradecom, SGPS, S.A. ("Tradecom SGPS")	Lisboa	Gestão de participações sociais	PT Prime SGPS (100%)	100,00%	100,00%
TSF – Rádio Jornal de Lisboa, Lda.	Lisboa	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários	Rádio Notícias (100%)	35,00%	33,48%
TV Cabo Audiovisuais, S.A. ("TV Cabo Audiovisuais")	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade	PT Conteúdos (100%)	56,48%	54,05%
TV Cabo Interactiva, S.A. ("TV Cabo Interactiva")	Lisboa	Televisão interactiva	TV Cabo Portugal (100%)	56,48%	54,05%
TV Cabo Portugal, S.A. ("TV Cabo Portugal")	Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, concepção, realização produção e difusão de emissões de programas de televisão, exploração de serviços de telecomunicações	PT Multimedia (100%)	56,48%	54,05%
TV Cabo Porto, S.A. TV Cabo Lisboa, S.A. TV Cabo Guadiana, S.A. TV Cabo Sado, S.A. TV Cabo Douro, S.A. TV Cabo Mondego, S.A. TV Cabo Tejo, S.A.	Porto Lisboa Faro Almada Braga Coimbra Lisboa	Distribuição de televisão por cabo e satélite, exploração e prestação de serviços de telecomunicações	TV Cabo Portugal (100%)	56,48%	54,05%
VoxPop – Música Interactiva, S.A. ("VoxPop")	Lisboa	Prestação de serviços e estabelecimento, desenvolvimento e exploração de um canal interativo dedicado à música e à comercialização de artigos relacionados	PT Multimedia.com (74,90%)	74,90%	39,98%
Warner Lusomundo Sociedade Ibérica de Cinemas, Lda.	Lisboa	Exploração de espectáculos e divertimentos públicos	Lusomundo (50%)	28,24%	27,02%

(a) No âmbito da reorganização do grupo estas empresas foram objecto de fusão.

(b) Empresa liquidada em 24 de Maio de 2002.

(c) Alienada à TMN em Dezembro de 2002.

(d) Empresa dissolvida.

(e) Em 28 de Março de 2002, esta participação foi transferida para a PT Multimedia.com.

(f) Em Fevereiro de 2002 a PT Ásia alienou os 13% de participação nesta empresa.

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método de integração global, com base no estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho (maioria de direitos de voto), com excepção da Cabo Verde Telecom, a qual foi consolidada com base na alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º daquele diploma (influência dominante com base em acordos parassociais ou em outros contratos).

II. EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Academia Global, Ltda. ("Academia Global Brasil")	São Paulo	Desenvolvimento e comercialização de produtos e serviços de base tecnológica, nas áreas de educação e formação profissional	PT Multimedia.com Brasil (100%)	100,00%	53,38%
Canal 20 TV, S.A.	Madrid	Distribuição de produtos televisivos	Lusomundo (50%)	28,24%	27,02%
Cine Esplanada Ideal Olhanense, Lda. ^(a)	Olhão	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo (100%)	56,47%	54,03%
DirectMedia Ásia ^(a)	Hong Kong	Publicação de directórios B2B e similares, em suporte de papel e/ou electrónico	Directel (99%) PT Ásia (1%)	100,00%	100,00%
Empresa Cine Mourense, Lda. ^(a)	Moura	Exibição cinematográfica	Lusomundo (99,46%)	56,17%	53,74%
Empresa Teatro Sá da Bandeira, Lda. ^(a)	Santarém	Exploração de espectáculos públicos	Lusomundo (60%)	33,88%	32,42%
Guiné Telecom – Companhia de Telecomunicações da Guiné-Bissau, SARL ("Guiné Telecom") ^(b)	Bissau	Prestação de serviço público de telecomunicações	PT Comunicações (51,14%)	51,14%	51,14%
GSF – Gestão e Serviços Financeiros ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços financeiros, gestão de investimentos e realização de estudos económico-financeiros	Lusomundo SII (100%)	56,40%	53,27%
Hotel Video – Prestação de Serviços, Lda.	Lisboa	Instalação e exploração de sistemas para difusão de obras videográficas em hotéis e similares	Lusomundo (60%)	33,88%	32,42%
Lusocine – Sociedade Exibidora de Filmes, Lda. ("Lusocine") (Nota 1)	Vila Real de Santo António	Exibição cinematográfica	–	–	44,71%
Marconi France Telecommunications SAS ("Marconi France") ^(d)	Paris	Prestação de serviços de telecomunicações	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Luxembourg Telecommunications, SARL ("Marconi Luxembourg") ^(d)	Luxemburgo	Prestação de serviços de telecomunicações	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Marconi Sprint – Serviços de Comunicação, Lda. ^(c)	Lisboa	Comercialização de serviços de telecomunicações de transmissão de dados e voz	PT Ventures (51%)	51,00%	51,00%
Marconi Suisse Telecommunications, SARL ("Marconi Suisse") ^(a)	Lausanne	Prestação de serviços de telecomunicações	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Argentina, S.A. ^(c)	Buenos Aires	Prestação de serviços de telecomunicações	Portugal Telecom (10,01%) PTI (40%)	50,01%	50,01%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Ltda. (Nota 1)	São Paulo	Desenvolvimento de actividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações	–	–	100,00%
Portugal Telecom North América, Inc. ^(c)	Washington	Promoção e marketing de produtos, elaboração de projectos, estudos e pareceres e desenvolvimento de projectos de investimento, no âmbito das telecomunicações	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimedia – Serviços de Apoio à Gestão, S.A. ^(a)	Lisboa	Prestação de serviços de apoio à gestão	PT Multimedia (100%)	56,48%	54,05%
Rádio Canal Aberto	Ponta Delgada	Produção de programas de radiodifusão e exploração e produção de produtos publicitários	Açormedia (76%) Rádio Comercial Açores (4%)	30,48%	28,87%
Rádio Comercial dos Açores, Lda. ^(a)	Ponta Delgada	Radiodifusão e comunicação	Açormedia (100%)	38,10%	29,16%
Regiforum – Empreendimentos Comerciais e Culturais, Lda. ("Regiforum") ^(d)	Lisboa	Exploração do espaço Forum Telecom, detendo, para isso, um contrato de cessão de exploração do mesmo com a Portugal Telecom	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
S.D.I.M. – Sociedade Distribuidora de Imprensa da Madeira, Lda. (Nota 14.c))	Funchal	Distribuição de publicações	–	–	26,09%
SPN – Sociedade Produtora de Notícias, Lda. ^(e)	Funchal	Criação, gestão e exploração de órgãos de comunicação social e actividade de radiodifusão sonora	–	–	23,49%
Sport Notícias – Organizações Desportivas, Lda.	Porto	Organização de provas desportivas	"Jornal de Notícias" (90%) "Diário de Notícias" (10%)	42,20%	40,37%

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 3)	Lisboa	Sociedade Gestora de Participações Sociais	–	–	27,02%
Teat Flower Trading Ltd. ^(a)	Ilha British Virgin	International Business Trading Company	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
Techlab – Electrónico, Lda. ^(a)	São Paulo	Exploração do serviço móvel aeronáutico	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom	Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor	TPT (50,10%)	38,15%	–
TCF – Formação e Consultadoria		Sem actividade – não consta na nota de Junho/02			–
TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A.	Timor	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação	PT Ventures (75,16%) Harri (17,90%) PT Ásia (0,98%)	76,14%	–

(a) Empresas excluídas da consolidação dado serem imateriais para a apresentação de uma imagem fiel e verdadeira da situação económica e financeira e resultados consolidados (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho).

(b) Esta empresa foi excluída da consolidação a partir de 1998, dadas as alterações ocorridas na Guiné-Bissau, tendo sido constituída uma provisão, correspondente à totalidade do valor do investimento financeiro.

(c) Esta empresa encontra-se sem actividade.

(d) Esta empresa não foi consolidada pelo método integral, mas antes pelo método da equivalência patrimonial, já que a sua actividade é distinta da prosseguida pelo grupo (n.º 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

(e) Empresa alienada no decorrer do primeiro semestre de 2002.

III. EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
24 Horas INC	Newark	Edição de publicações	Prodiario (51%)	21,59%	20,66%
Banco 1.net, S.A. ("Banco 1.net")	São Paulo	Prestação de serviços financeiros através da Internet	PT Multimedia.com Brasil (31,50%)	31,50%	16,81%
BEST – Banco Electrónico de Serviço Total, S.A. ("Banco Best")	Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da Internet	PT Multimedia.com (34%)	34,00%	18,15%
Bus Holding, S.A. ("BUS Holding") (Nota 14 d))	São Paulo	Gestão de participações sociais	–	–	2,3%
PrimeSys, Soluções Empresariais, S.A. ex-BUS ("PrimeSys Soluções Empresariais") (Nota 14 d)) (Nota 1)	São Paulo	Gestão de rede de dados interbancários	–	–	73,93%
Cinerg – Sociedade Madeirense de Cinemas, Lda.	Funchal	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo SII (100%)	56,40%	53,27%
CTM – Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL ("CTM")	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas	PT Comunicações (3%) PT Ventures (25%)	28,00%	28,00%
Daini do Brasil, S.A. ("Daini") ^(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais	Telesp Celular Participações (83%)	41,86%	34,22%
Diverfun – Centros de Recreio, Lda. ("Diverfun") (Nota 1)	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio	Lusomundo (50%)	28,24%	–
Empresa do Diário de Notícias, Lda. (Funchal)	Funchal	Produção e comercialização de publicações	Lusomundo Media SGPS (40%)	16,93%	16,20%
Empresa de Recreios Artísticos, Lda. ("Empresa de Recreios Artísticos") (Nota 1)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo SII (87,90%) Lusomundo (4,03%)	51,85%	–
Grande Reportagem – Sociedade Editora, Lda. (Nota 1)	Lisboa	Edição, produção, distribuição, venda, importação e exportação de publicações periódicas ou não periódicas	Lusomundo Media (100%)	42,34%	–
Globaltelcom – Telecomunicações, S.A. ("Globaltelcom")	São Paulo	Gestão de participações sociais	Telesp Celular Participações (100%)	41,86%	34,22%
Hungaro Digitel KFT (HDT)	Budapeste	Prestação de serviços de comunicações de empresa	PT Ventures (44,62%)	44,62%	44,62%
Idealyze, S.A. ("Idealyze")	São Paulo	Produção e comercialização de conteúdos para Internet	PT Multimedia.com (33,33%)	33,33%	17,79%
Inepar, S.A. ("Inepar") ^(a)	Paraná	Gestão de participações sociais	Telesp Celular Participações (83%)	41,86%	34,22%
Infordesporto – Informática e Desporto, S.A. ("Infordesporto") ^(b) (Nota 1)	Lisboa	Desenvolvimento de soluções informáticas para o desporto e recolha e tratamento de dados estatísticos e de informação	Sportinveste Multimédia (100%)	50,00%	–
Lisboa TV – Informação e Multimédia, S.A. ("Lisboa TV")	Lisboa	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade	PT Conteúdos (40%)	22,59%	21,62%
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa")	Lisboa	Agência noticiosa	Lusomundo (23,35%)	13,19%	12,62%
Médi Télécom, S.A. ("Médi Télécom")	Casablanca	Exploração do serviço móvel celular	PT Móveis (31,34%)	31,34%	30,50%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (Nota 4)	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica	–	–	17,5%
Multitel – Serviços de Telecomunicações, Lda. ("Multitel")	Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Mundifun – Centros de Recreio, Lda.	Lisboa	Instalação e gestão de centros de recreio	Diverfun (66,66%)	18,82%	18,01%
Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica e edição de publicações	Empresa Jornal de Notícias (38,46%)	16,22%	15,52%
Octal TV, SA. ("Octal")	Lisboa	Desenvolvimento, comercialização, formação e consultoria em sistemas para televisão interactiva e de banda larga	PT Multimedia (20%)	11,30%	10,81%

			percentagem de capital detido		
Denominação	Sede	Actividade principal	Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Páginas Amarelas, S.A. ("Páginas Amarelas")	Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras	Portugal Telecom (24,88%) PT Prime (0,125%)	24,98%	13,61%
Porto TV – Informação e Multimédia, S.A. ("Porto TV")	Porto	Actividade de televisão, designadamente, produção e comercialização de programas e exploração de publicidade	–	–	40,53%
Previsão – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ("Previsão")	Lisboa	Gestão de fundos de pensões	Portugal Telecom (31,56%)	31,56%	31,56%
SGPICE – Sociedade de Gestão de Portais de Internet e Consultoria a Empresas, S.A. ("SGPICE")	Lisboa	Oferta de um conjunto completo de informação, produtos e serviços através da Internet	PTC (11,11%) PT Multimedia (11,11%) Tradecom SGPS (11,11%)	28,50%	28,22%
Sociedade Teatral Bejense, S.A.	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo SII (84,8%)	47,83%	45,17%
Sport TV Portugal, S.A. ("Sport TV")	Lisboa	Concepção, produção, realização e comercialização de programas desportivos para teledifusão, aquisição e revenda de direitos de transmissão televisiva de programas desportivos, exploração de publicidade	PT Conteúdos (33,33%)	18,83%	18,01%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A. (Nota 2)	Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (50%)	50,00%	–
TBS Celular Participações, S.A. ("TBS Celular Participações")	São Paulo	Participação no capital de outras sociedades e serviços de telecomunicações	Portelcom Fixa (23%)	23,00%	23,00%
Tele Larm Portugal – Transmissão de Sinais, S.A. ("Tele Larm")	Lisboa	Exploração de serviços de transmissão e supervisão de alarmes, telemedida, telecontrolo e troca de dados	PT Prime (50%)	43,75%	43,75%
Teledata de Moçambique, Lda. ("Teledata")	Maputo	Exploração e comercialização do serviço público de telecomunicações de dados e outros serviços telemáticos	PT Ventures (50%)	50,00%	50,00%
Telesat – Satellite Communications, Limited ("Telesat")	Macau	Operação de estações terrenas de satélite, comercialização de serviços de redes privadas de telecomunicações	PT Ventures (18,52%) PT Ásia (3,7%) Cosmos Televisão para Satélite (33,30%)	24,44%	24,42%
A Tentativa (Empresa Cinematográfica), S.A. (Nota 1)	Lisboa	Exibição cinematográfica, organização e exploração de espectáculos públicos	Lusomundo SII (81,77%) Lusocine (0,08%) Empresa Recreios Artísticos (0,08%)	46,13%	–
Tradecom International N.V.	Roterdão	Desenvolvimento de negócio electrónico via Internet na América Latina	Tradecom SGPS (20%)	20,00%	20,00%
TV Cabo Macau, S.A.	Macau	Distribuição de sinais de televisão e áudio, instalação e operação de um sistema de telecomunicações público e prestação de serviços de vídeo	PT Ventures (35%) PT Ásia (40%)	74,98%	44,99%
TV Lab – Serviços e Equipamentos Interactivos, S.A. ("TV Lab")	Lisboa	Desenvolvimento de soluções para televisão digital interactiva	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	19,99%
Unitel, S.A. ("Unitel")	Luanda	Exploração do serviço móvel celular	PT Ventures (25%)	25,00%	25,00%
Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuições, Lda. ("Vasp") (Nota 14 a))	Sintra	Distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais de qualquer natureza	Lusomundo Serviços (33,33%) Lusomundo (0,01%)	18,82%	–
Warner Lusomundo Sogetel Cines de España, S.A.	Madrid	Exploração de espectáculos públicos	Lusomundo España (33,33%)	18,82%	18,01%
WebLab, SGPS S.A. ("Web-Lab") ^(c)	Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (36,26%)	36,26%	20,00%
Wisdown Tele Vision – Serviços e Produtos de Televisão, Lda. ("WT Vision")	Lisboa	Desenvolvimento de serviços e produtos relacionados com as novas tecnologias aplicadas no mercado televisivo	PT Multimedia.com (50%)	50,00%	19,99%

(a) Em 31 de Dezembro de 2002, estas empresas detêm a totalidade do capital da Global Telecom.

(b) Em 28 de Março de 2002, esta participação foi alienada à Sportinvest Multimédia.

(c) Em 31 de Dezembro de 2002, o investimento financeiro nesta empresa participada encontra-se totalmente provisionado (Nota 46).

As empresas participadas antes referidas estão registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial.

IV. PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES EM EMPRESAS ASSOCIADAS

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Centro Publicitário, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços publicitários	Lusomundo, SGPS (30%)	16,94%	16,21%
Cineasso – Cinemas Associados, Lda.	Lisboa	Exploração de espaços públicos para realização de espectáculos	Lusomundo (16,67%) Intercine (66,66%)	10,35%	9,01%
Companhia de Pesca e Comércio de Angola, SARL	Luanda	Sem actividade	Lusomundo (15,78%)	8,91%	–
Filmes Mundáfrica, SARL	Luanda	Sem actividade	Lusomundo (23,91%)	13,50%	18,01%
Gesgráfica – Projectos Gráficos, Lda.	Porto	Prestação de serviços de produção gráfica	Empresa Recreios Artísticos (20%)	3,39%	9,8%
Hipormédica – Material de Cirurgia e Medicina, Lda.	Lisboa	Distribuição de material hospitalar, ortopédico, farmacêutico e óptico	Lusomundo, SGPS (40%)	22,59%	21,61%
Multicert – Serviços de Certificação Electrónica, S.A. (Nota 3)	Lisboa	Prestação de serviços de certificação electrónica	–	–	17,5%
Notícias Alfândega 8 – Serviços de Comunicação, Lda. ^(a)	Funchal	Prestação de serviços de apoio na área da comunicação social	–	–	16,20%
Senda Investments B.V.	Amesterdão	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (50%) PT Móveis (0%)	50%	50%
Socofil – Sociedade Comercial de Armazenamento e Expedição de Filmes, Lda.	Lisboa	Distribuição, exibição, importação e exportação de produtos cinematográficos e organização e exploração de espectáculos	Lusomundo, SGPS (45%)	25,41%	24,31%
Subtel – Sociedade Portuguesa de Cabos Submarinos Telefónicos, Lda. ^(b)	Lisboa	Estudo, instalação e gestão do sistema de telecomunicações por cabo submarino	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Turismo da Samba (Tusal), SARL	Luanda	Sem actividade	Lusomundo (30%)	16,94%	16,21%

(a) Empresa alienada no decorrer do primeiro semestre de 2002.

(b) Empresa em fase de liquidação.

V. EMPRESAS CONSOLIDADAS PROPORCIONALMENTE

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Brasilcel NV (JV) “Brasilcel” ^(a) (Nota Introdutória)	Amesterdão	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações	PT Móveis (49,99%) Portugal Telecom (0,01%)	50%	–
Distodo – Distribuição e Logística, Lda. ^(a)	Lisboa	Armazenamento, distribuição e venda de fonogramas e videogramas	Lusomundo Serviços (50%)	28,24%	27,02%
Investnews, S.A. (“Investnews”) ^(a)	São Paulo	Serviços de informação económico-financeira via Internet	PT Multimedia.com Brasil (50,00%)	50,00%	26,69%

(a) Estas empresas foram consolidadas pelo método proporcional, uma vez que o grupo detém uma participação de 50% no respectivo capital, sendo a gestão partilhada com os outros accionistas. Por este facto, é entendimento que, nas actuais condições, o método de consolidação proporcional é aquele que melhor se adequa à realidade económica e financeira subjacente.

VI. PARTICIPAÇÕES NÃO INFERIORES A 10% EM EMPRESAS NÃO REFERIDAS NAS NOTAS ANTERIORES

Em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, para além das participações referidas nas notas anteriores, o grupo detinha directa e indirectamente as seguintes participações financeiras:

Denominação	Sede	Actividade principal	percentagem de capital detido		
			Directamente	Efectiva 2002	Efectiva 2001
Caixanet – Telemática e Comunicações, S.A. ("Caixanet")	Lisboa	Concepção, implementação e exploração de soluções nos domínios das tecnologias de informação aplicadas a canais de distribuição de produtos financeiros e de seguros	PT Prime (10%) PT Multimedia (5%) PT Sistemas de Informação (5%)	16,32%	16,20%
DCSI – Dados, Computadores e Soluções Informáticas, Lda.	Lisboa	Exploração de centros de processamento e base de dados	Portugal Telecom (11%)	11,00%	11,00%
HarII – Sociedade para o Desenvolvimento de Timor Lorosae, SGPS, S.A.	Timor	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (11,26%)	11,26%	11,26%
Talentum – Sociedade de Consultoria de Gestão, S.A.	Lisboa	Estudos, consultoria de gestão, prestação de serviços especializados, formação e representação de terceiros	Portugal Telecom (10%)	10,00%	10,00%
UOL, Inc. ("UOL")	São Paulo	Prestação de serviços de Internet Service Provider, produção e disponibilização de conteúdos para Internet	PT Multimedia.com Brasil (17,64%) Kabwe (0,30%)	17,94%	9,57%
Vortal – Comércio Electrónico, Consultadoria e Multimédia, S.A.	Lisboa	Desenvolvimento de aplicações informáticas, consultadoria e serviços de Internet, no âmbito do sector da construção	PT Prime Tradecom (13,75%)	9,08%	9,08%

Estas empresas estão registadas ao custo de aquisição deduzido de uma provisão para perdas estimadas, quando aplicável.

VII. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Durante o exercício de 2002 verificaram-se as seguintes alterações de relevo na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

a) Aquisições

> Em 15 de Fevereiro de 2002 a PT Prime, SGPS adquiriu 1 443 acções correspondentes a 3,6075% da Megamédia, alterando assim a sua participação para 63,6075%. Em 15 de Outubro esta participação foi na sua totalidade alienada à PT Sistemas de Informação pelo montante de 5 461 340 euros.

> Em 12 de Abril de 2002, a PT Multimedia reforçou a sua participação na PTM.com para 100%, através da concretização da Oferta Pública de Aquisição Potestativa anunciada no dia 8 de Março de 2002. O custo total desta operação, que se traduziu na aquisição de 4 186 593 acções da PT Multimedia.com, ascendeu a 8 113 738 euros. Em resultado desta operação, foi registado um goodwill de 7 308 935 euros.

> Em Junho de 2002, a Lusomundo subcreveu três quotas da Vasp – Sociedade de Transporte e Distribuição, Lda. representati-

vas de 33,33% do seu capital, pelo montante de 3 511 527 euros, com o objectivo de alargar a sua intervenção na área de distribuição e comercialização de publicações jornalísticas e editoriais. Em resultado desta operação, foi reconhecido um goodwill de 2 452 949 euros.

> No decorrer do último trimestre de 2002 a PT Sistemas de Informação adquiriu 15% do capital da Megamédia ao BES pelo montante de 1 287 900 euros e 21,39% aos sócios fundadores, pelo montante de 1 341 000 euros, passando assim a deter a totalidade do capital da Megamédia.

> No decorrer do exercício de 2002 foram adquiridas em bolsa acções da PT Multimedia, correspondentes a 2,4% do capital desta empresa participada. Em 31 de Dezembro de 2002 a Portugal Telecom detém 88 617 454 acções, a que corresponde 56,48% do respectivo capital. Estas aquisições geraram um goodwill de 18 825 556 euros.

> Em 27 de Dezembro de 2002, após a aprovação da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL ("ANATEL"), a Telesp Celular Participações adquiriu através das empresas holdings que participam directamente no capital da Global Telecom, 17% do capital desta empresa, passando a deter indirectamente 100% do seu capital. Nesta aquisição foram despendidos cerca de 82 milhões de dólares.

b) Aumentos de capital

> Em 1 de Julho de 2002 a BUS Serviços de Telecomunicações, S.A. alterou a denominação social para PrimeSys Soluções Empresariais, S.A. Em Dezembro de 2002 foi realizado um aumento de capital no valor de 66 325 281 reais brasileiros ("reais"), tendo o capital social passado de 43 112 840 reais para 109 438 121 reais.

> Em Julho de 2002 realizou-se um aumento de capital na Médi Télécom de 6 500 000 000

dirhams marroquinos (“MAD”) para 7 975 000 000 MAD, o qual foi integralmente subscrito e realizado por todos os accionistas. Em Dezembro ocorreu um segundo aumento de capital de 7 975 000 000 MAD para 8 333 837 600 MAD, apenas subscrito e realizado pela PT Ventures e pela Telefónica, tendo a PT Ventures incrementado a sua participação para 31,34%.

> Em 9 de Setembro de 2002 foi concluído o processo de aumento de capital da Telesp Celular Participações. A Portugal Telecom subscreveu 76,6% das acções emitidas, tendo alienado posteriormente 172 016 089 mil acções à Telefónica Móviles, S.A., correspondente a uma participação de 14,68% do capital da Telesp Celular Participações. Após esta operação o grupo aumentou a sua participação na Telesp Celular Participações de 41,23% para 50,44%. A subscrição de acções pela Portugal Telecom foi financiada através do reembolso pela Telesp Celular Participações de empréstimos que tinham sido concedidos pelo grupo no âmbito do processo de reestruturação financeira desta empresa. No final de 2002, a Telesp Celular Participações tinha no seu balanço empréstimos concedidos pelo grupo no montante de 765 625 526 euros.

Com a consolidação proporcional da Brasilcel em 31 de Dezembro de 2002, o grupo apresenta no seu balanço um valor a receber da Telesp Celular Participações de 382 812 763 euros, que corresponde a 50% dos empréstimos concedidos (Nota 52), que não são anulados pela consolidação proporcional.

C) Alienações

> A PT Prime SGPS alienou 6 500 000 acções da Telefónica, S.A. (“Telefónica”), originando uma mais-valia de 30 519 163 euros (Nota 45).
> Ao abrigo de compromissos assumidos anteriormente com accionistas minoritários da Mascom, a PT Ventures alienou 16,4% do capital desta empresa, pelo montante de 2 212 503 euros, tendo sido originada uma mais-valia de 199 532 euros. Após esta alienação a participação passou a ser de 50,01%.
> Em Junho de 2002, a Lusomundo Serviços alienou a totalidade da sua participação na Deltapress pelo montante de 3 174 833 euros, tendo reconhecido uma mais-valia de 5 098 510 euros (Nota 45). Esta empresa era detentora das participações da Distribuição Jardim – Livros e Publicações, Lda. e da SDIM – Sociedade Distribuidora de Imprensa da Madeira, Lda.

d) Outras situações

> Em 28 de Junho de 2002, e após aprovação pela ANATEL da transferência do controlo da BUS Telecomunicações para a PrimeSys, foi firmado o “Acordo de Fechamento” entre as partes – Unibanco, Banco Bradesco, PT Prime, SGPS, BUS Telecomunicações, BUS Holding, PrimeSys e Portugal Telecom, através do qual foi efectuado o resgate e cancelamento de 23 191 acções preferenciais classe “B” de emissão da BUS Holding e de titularidade da PrimeSys, mediante a entrega a esta de 266 701 acções ordinárias da BUS Telecomunicações e de titularidade da BUS Holding, equivalente a 80,01% do capital votante e 26,67% do capital total. Desta forma, a PrimeSys, àquela data, passou a ser detentora de 100% do capital votante e total detentora da BUS Telecomunicações, e o Unibanco e o Banco Bradesco tornaram-se conjuntamente detentores de 100% do capital votante e total da BUS Holding.

Em 27 de Dezembro de 2002, e após aprovação da ANATEL, foi constituída a Brasilcel, empresa detida em partes iguais pelo Grupo Portugal Telecom e pelo grupo Telefónica, por incorporação dos investimentos financeiros detidos por ambos os grupos em empresas de telefonia celular no Brasil.

BALANÇOS CONSOLIDADOS

Portugal Telecom, SGPS, S.A. e Subsidiárias

[Formato Internacional]

em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

valores expressos em euros

	2002	2001
Activo circulante:		
Depósitos bancários e caixa	353 403 303	517 446 257
Títulos negociáveis	1 923 104 592	774 026 701
Dívidas de terceiros:		
Clientes	1 011 342 161	1 105 155 002
Outras dívidas de terceiros:		
Outros devedores	426 708 657	372 398 897
Empresas associadas	32 227 918	19 197 346
Existências	149 783 875	132 001 128
Impostos diferidos de curto prazo	819 956 480	589 579 495
Custos diferidos	134 391 528	118 338 096
Total do activo circulante	4 850 918 514	3 628 142 922
Investimentos financeiros, líquidos	376 352 728	2 000 267 381
Imobilizações corpóreas, líquidos	4 575 816 650	5 491 278 447
Custos diferidos – benefícios de reforma	–	761 854 381
Imobilizações incorpóreas, líquidos	2 968 745 919	4 934 428 060
Impostos diferidos de médio e longo prazo	877 309 675	500 531 532
Outros activos de médio e longo prazo	76 983 094	319 752 527
Total do activo	13 726 126 580	17 636 255 250
Passivo circulante:		
Empréstimos de curto prazo	1 094 355 815	1 319 290 673
Dívidas a terceiros:		
Fornecedores	658 789 960	546 687 890
Empresas associadas	1 402 427	13 148 026
Outras dívidas a terceiros:		
Outros credores	450 620 085	586 643 635
Empresas associadas	2 288 607	701 796
Acréscimos de custos	460 165 628	471 123 380
Estado e outros entes públicos	71 074 053	153 576 386
Impostos diferidos de curto prazo	44 220 045	43 367 887
Proveitos diferidos	175 080 091	105 497 634
Total do passivo circulante	2 957 996 711	3 240 037 307
Empréstimos de médio e longo prazo	5 219 107 668	5 428 297 757
Provisões para benefícios de reforma	1 061 457 264	1 810 043 795
Proveitos diferidos – subsídios	51 067 354	63 110 928
Proveitos diferidos – benefícios de reforma	–	22 954 766
Impostos diferidos de médio e longo prazo	359 050 453	577 331 617
Outros passivos de médio e longo prazo	518 941 416	607 741 931
Total do passivo	10 167 620 866	11 749 518 101
Interesses minoritários	447 181 484	1 219 954 042
Capital próprio:		
Capital	1 254 285 000	1 254 285 000
Prémios de emissão de acções	2 149 565 000	2 149 565 000
Acções próprias	–	–
Reserva legal	144 184 287	128 814 507
Outras reservas e resultados transitados	1 438 650 337	1 771 676 915
Ajustamentos de conversão cambial	(2 266 416 192)	(944 948 774)
Resultado consolidado líquido do semestre/exercício	391 055 798	307 390 459
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3 111 324 230	4 666 783 107
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO	13 726 126 580	17 636 255 250

[Formato Internacional]

em 31 de Dezembro de 2002, 2001 e 2000

valores expressos em euros

	2002	2001	2000
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	4 950 845 832	4 976 310 428	4 329 809 249
Vendas de mercadorias e produtos	492 030 480	613 477 704	684 718 283
Publicidade em listas	139 156 808	136 786 165	131 723 000
Total de proveitos operacionais	5 582 033 120	5 726 574 297	5 146 250 532
Custos operacionais:			
Custos com remunerações e outros encargos com o pessoal	694 775 367	668 638 240	578 131 443
Custos com benefícios de reforma	183 213 062	140 677 528	103 443 790
Custos de telecomunicações	622 938 664	715 099 148	470 683 614
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	962 824 885	956 208 793	1 021 475 957
Subsídios	(31 519 859)	(36 781 131)	(38 106 019)
Conservação e reparação	129 248 379	120 110 278	105 731 747
Trabalhos para a própria empresa	(114 033 783)	(179 349 158)	(133 888 345)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	97 182 987	139 078 586	97 308 584
Custo das mercadorias vendidas	462 664 452	619 849 449	658 050 274
Custos com publicidade em listas	92 049 002	89 182 839	87 121 204
Publicidade e propaganda	108 812 870	141 990 448	157 486 932
Renda da concessão	17 977 351	14 524 283	22 725 478
Outros fornecimentos e serviços externos	923 863 322	997 141 894	846 970 141
Provisões para dívidas de cobrança duvidosa, existências e outros riscos	132 763 318	130 713 769	188 599 105
Outros custos e proveitos operacionais	(45 258 357)	(45 323 661)	(52 004 892)
Impostos	77 840 569	87 032 366	95 743 660
Total de custos operacionais	4 315 342 229	4 558 793 671	4 209 472 673
Resultado operacional	1 266 690 891	1 167 780 626	936 777 859
Outros custos/(proveitos) não operacionais:			
Juros suportados	453 227 338	503 333 942	400 287 684
Amortização de goodwill	142 909 439	154 551 382	99 618 541
Outros custos financeiros	279 053 145	425 255 516	120 253 723
Juros obtidos	(256 166 495)	(203 390 860)	(142 762 653)
Outros proveitos financeiros	(255 093 307)	(162 428 004)	(83 672 636)
Perdas/(ganhos) na alienação de imobilizações corpóreas	(3 966 594)	(12 692 979)	(17 461 314)
Perdas/(ganhos) em empresas do grupo e associadas	160 873 350	381 339 934	43 318 252
Custos extraordinários com o programa de redução de efectivos	53 701 919	183 877 898	252 728 516
Outros custos/(proveitos) não operacionais	23 002 337	(22 486 449)	4 188 283
Perdas/(ganhos) na alienação de investimentos financeiros	15 620 288	(218 916 195)	(496 405 883)
Resultado antes de impostos e interesses minoritários	653 529 471	139 336 441	756 685 346
Imposto sobre o rendimento	(337 094 337)	(174 595 736)	(258 626 930)
Resultado consolidado antes de interesses minoritários	316 435 134	(35 259 295)	498 058 416
Interesses minoritários	74 620 664	342 649 754	42 268 366
RESULTADO CONSOLIDADO LÍQUIDO	391 055 798	307 390 459	540 326 782
RESULTADO LÍQUIDO POR ACÇÃO	0,31	0,25	0,45

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM (com a redacção dada pelo Regulamento n.º 24/2000), presta-se a seguinte informação quanto às participações qualificadas detidas por terceiros no capital social da PT à data de 31 de Dezembro de 2002:

> O grupo Banco Espírito Santo (“BES”) detém directa e indirectamente 9,3% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BES calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Banco Espírito Santo, S.A.	33 813 720
Membros da Administração e Fiscalização do BES	181 569
Empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com o BES	26 419 392
Acções detidas por titulares do direito de voto que celebraram com o BES acordo para o seu exercício	11 704 252
Acções que o BES pode adquirir em virtude de acordo celebrado com os respectivos titulares	21 369 000
Acções dadas em garantia ao BES ou por este administradas ou depositadas junto desta instituição	23 431 728
TOTAL	116 919 661

> A Brandes Investments Partners, I.P. detém indirectamente através dos seus clientes um total de 68 833 640 acções da PT, equivalente a uma participação de aproximadamente 5,5% do capital social e dos direitos de voto.

> A Telefónica, S.A. detém directamente um total de 46 941 037 acções da PT, representando uma participação de 3,7% do capital social e dos direitos de voto. Adicionalmente, a Telesp S.A. (Fixa) e a Aliança Atlântica Holding B.V. (empresas que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a Telefónica) detêm, respectivamente, um total de 7 994 250 e 5 329 500 acções da PT, equivalente a participações de 0,6% e 0,4% do capital social, a que corresponde idêntica percentagem de direitos de voto. Em termos globais, a participação da Telefónica na PT ascende a 4,8%.

> O Grupo Caixa Geral de Depósitos (“CGD”) detém directa e indirectamente 4,7% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação da CGD calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	52 571 596
Companhia de Seguros Fidelidade – Mundial Confiança, S.A.	6 379 692
Caixa-Banco de Investimento, S.A.	60 000
TOTAL	59 011 288

> O grupo Banco Português de Investimento (BPI) detém directa e indirectamente 2,9% do capital social da PT e dos direitos de voto. No quadro seguinte apresenta-se a participação do BPI calculada nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do CVM:

Entidades	Número de acções
Banco Português de Investimento, S.A.	153 376
Banco BPI, S.A.	20 747 471
BPI Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	12 779 604
BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1 848 839
BPI Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.	34 020
Clientes institucionais cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	304 922
Clientes particulares cuja carteira é gerida ao abrigo de gestão discricionária	12 164
TOTAL	35 880 396

> A Cinveste, SGPS, S.A. detém um total de 28 712 500 acções da PT, correspondente a 2,3% do capital social e dos direitos de voto.

PARTICIPAÇÕES NOS TERMOS DO ARTIGO 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

Nos termos e para os efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, presta-se a seguinte informação quanto às participações financeiras detidas pelos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da PT, em 31 de Dezembro de 2002:

Conselho de Administração

> Francisco Luís Murteira Nabo, Presidente do Conselho de Administração, é titular de 58 947 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 193 499 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 76 313 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 7/06/02 alienou 76 313 acções da PT por 538 007 euros. Em 22/07/02 adquiriu 28 211 acções da PT por 189 860 euros. O cônjuge é titular de 747 acções da PT.

> Miguel António Igrejas Horta e Costa, Administrador, é titular de 23 295 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 61 052 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 7/06/02 alienou 61 052 acções da PT por 430 417 euros.

> Zeinal Bava, Administrador, é titular de 63 011 acções da PT e de 44 598 acções da PT Multimedia e tem o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 5/02/02 foram-lhe atribuídas 62 600 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 61 052 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 7/06/02 alienou 61 052 acções da PT por 430 417 euros. O cônjuge é titular de 75 acções da PT.

> Carlos Manuel de Lucena e Vasconcellos Cruz, Administrador, é titular de 13 549 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 39 262 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. O cônjuge é titular de 236 acções da PT.

> Iriarte José de Araújo Esteves, Administrador, é titular de 5 582 acções da PT e tem o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 61 052 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 7/06/02 alienou 61 052 acções da PT por 430 417 euros.

> Paulo Jorge da Costa Gonçalves Fernandes, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, tendo o direito de adquirir à PT 154 799 acções ao preço unitário de 11,38 euros ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 61 052 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Em 7/06/02 alienou 61 052 acções da PT por 430 417 euros.

> Victor Manuel Pereira Dias, Administrador, e cônjuge são titulares de 26 583 acções da PT. Em 24/01/02 alienou 437 acções da PT Multimedia por 3 063 euros. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 3 562 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.

> Manuel António Ribeiro Serzedelo de Almeida, Administrador, e cônjuge são titulares de 26 022 acções da PT e de 237 acções da PT Multimedia. No âmbito da oferta potestativa lançada pela PT Multimedia sobre as acções da PT Multimedia.com, em Abril de 2002, alienou 1 acção da PT Multimedia.com por 1,93 euros. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 3 562 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa. Adicionalmente, a Companhia de Cervejas Estrela, S.A., na qual Manuel António Ribeiro

Serzedelo de Almeida é accionista e exerce o cargo de Presidente do Conselho de Administração, não detém acções da PT Multimedia, no entanto efectuou as seguintes transacções durante o ano de 2002: Em 27/06/02 foram adquiridas 25 000 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 200 250 euros. Em 28/06/02 foram adquiridas 19 500 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 161 850 euros. Em 01/07/02 foram adquiridas 27 000 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 223 830 euros. Em 22/07/02 foram adquiridas 5 000 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 37 500 euros. Em 23/07/02 foram adquiridas 9 363 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 69 567 euros. Em 24/07/02 foram adquiridas 6 824 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 48 723 euros. Em 25/07/02 foram adquiridas 4 575 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 35 136 euros. Em 26/07/02 foram adquiridas 20 000 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 145 000 euros. Em 29/07/02 foram adquiridas 9 304 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 68 850 euros. Em 31/07/02 foram adquiridas 5 919 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 43 386 euros. Em 1/08/02 foram adquiridas 5 000 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 36 650 euros. Em 2/08/02 foram adquiridas 778 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 5 563 euros. Em 2/08/02 foram adquiridas 14 237 acções da PT Multimedia por 102 934 euros. Em 5/08/02 foram adquiridas 22 182 acções da PT Multimedia por 159 045 euros. Em 6/08/02 foram adquiridas 21 220 acções da PT Multimedia por 151 086 euros. Em 8/08/02 foram adquiridas 8 185 acções da PT Multimedia por 57 704 euros e 3 196 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 22 372 euros. Em 9/08/02 foram adquiridas 1 030 acções da PT Multimedia por 7 365 euros. Em 12/08/02 foram adquiridas 12 938 acções da PT Multimedia por 92 119 euros. Em 14/08/02 foram alienadas

3 742 acções da PT Multimedia por 26 942 euros. Em 19/08/02 foram adquiridas 8 669 acções da PT Multimedia por 63 024 euros. Em 20/08/02 foram adquiridas 4 700 acções da PT Multimedia por 34 028 euros. Em 21/08/02 foram adquiridas 4 071 acções da PT Multimedia por 29 800 euros. Em 22/08/02 foram adquiridas 8 276 acções da PT Multimedia por 60 911 euros. Em 23/08/02 foram adquiridas 6 775 acções da PT Multimedia por 50 813 euros. Em 29/08/02 foram adquiridas 1 500 acções da PT Multimedia por 10 785 euros. Em 30/08/02 foram adquiridas 16 721 acções da PT Multimedia por 119 555 euros e 4 147 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 29 527 euros. Em 2/09/02 foram adquiridas 3 670 acções da PT Multimedia por 26 241 euros. Em 3/08/02 foram adquiridas 12500 acções da PT Multimedia por 89 000 euros. Em 6/09/02 foram adquiridas 3 604 acções da PT Multimedia por 25 697 euros e 4 815 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 33 224 euros. Em 9/09/02 foram adquiridas 3 623 acções da PT Multimedia por 25 904 euros. Em 10/09/02 foram adquiridas 8 865 acções da PT Multimedia por 63 828 euros. Em 13/09/02 foram adquiridas 1 207 acções da PT Multimedia por 8 666 euros. Em 16/09/02 foram adquiridas 2 500 acções da PT Multimedia por 17 925 euros. Em 17/09/02 foram adquiridas 12 500 acções da PT Multimedia por 89 250 euros. Em 18/09/02 foram adquiridas 7 157 acções da PT Multimedia por 49 813 euros e 475 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 3 230 euros. Em 19/09/02 foram adquiridas 2 500 acções da PT Multimedia por 17 000 euros e 2 500 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 17 000 euros. Em 20/09/02 foram adquiridas 31 946 acções da PT Multimedia por 209 885 euros e 3 850 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 25 218 euros. Em 24/09/02 foram adquiridas 1 191 acções da PT Multimedia por 7 527 euros. Em 26/09/02 foram adquiridas 1 150 acções da

PT Multimedia – Emissão 2001-A por 7 268 euros. Em 30/09/02 foram adquiridas 5 000 acções da PT Multimedia por 30 250 euros, 3 500 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-A por 22 225 euros e 1 500 acções da PT Multimedia – Emissão 2001-C por 9 075 euros. Em 3/10/02 foram adquiridas 2 000 acções da PT Multimedia por 11 980 euros. Em 26/11/02 foram alienadas 50 000 acções da PT Multimedia por 432 000 euros. Em 27/11/02 foram alienadas 27 500 acções da PT Multimedia por 244 200 euros. Em 28/11/02 foram alienadas 60 900 acções da PT Multimedia por 548 100 euros. Em 29/11/02 foram alienadas 20 908 acções da PT Multimedia por 188 799 euros. Em 02/12/02 foram alienadas 111 100 acções da PT Multimedia por 968 344 euros. Em 3/12/02 foram alienadas 592 acções da PT Multimedia por 5 334 euros. Em 4/12/02 foram adquiridas 71 000 acções da PT Multimedia por 628 350 euros. Em 11/12/02 foram alienadas 100 000 acções da PT Multimedia por 942 000 euros. Em 12/12/02 foram alienadas 17 000 acções da PT Multimedia por 163 200 euros. Em 13/12/02 foram alienadas 26 339 acções da PT Multimedia por 253 645 euros. Em 16/12/02 foram alienadas 13 500 acções da PT Multimedia por 131 625 euros. Em 17/12/02 foram alienadas 31 582 acções da PT Multimedia por 311 714 euros.

> Carlos Alberto de Oliveira Cruz, Administrador, é titular de 134 acções da PT. Em 2/04/02 alienou 236 acções da PT por 2 030 euros.

> João Manuel de Mello Franco, Administrador, e cônjuge são titulares de 13 308 acções da PT. Em Junho de 2002 foram-lhe atribuídas 3 562 acções da PT ao abrigo do Plano de Incentivos aprovado pela empresa.

> Fernando Maria Costa Duarte Ulrich, Administrador, é titular de 265 acções da PT. O cônjuge é titular de 265 acções da PT. Apresentam-se de seguida as transacções efectuadas por sociedades controladas pelo Grupo BPI nas quais Fernando Maria Costa Duarte

Ulrich exerce cargos de administração: Em 2/01/02 foram alienadas 10 900 acções da PT por 96 325 euros. Em 3/01/02 foram adquiridas 102 300 acções da PT por 935 728 euros e alienadas 83 800 acções da PT por 767 220 euros e 500 acções da PT Multimedia por 4 130 euros. Em 4/01/02 foram adquiridas 97 795 acções da PT por 917 543 euros e 1 440 acções da PT Multimedia por 11 956 euros e alienadas 47 500 acções da PT por 448 099 euros. Em 7/01/02 foram adquiridas 55 724 acções da PT por 518 799 euros e 2 112 acções da PT Multimedia por 17 316 euros e alienadas 51 508 acções da PT por 478 138 euros. Em 8/01/02 foram adquiridas 98 947 acções da PT por 906 340 euros e 17 219 acções da PT Multimedia por 139 944 euros e alienadas 2 200 acções da PT por 20 184 euros. Em 9/01/02 foram adquiridas 158 459 acções da PT por 1 452 398 euros e 97 acções da PT Multimedia por 782 euros e alienadas 50 600 acções da PT por 463 078 euros. Em 10/01/02 foram adquiridas 16 800 acções da PT por 150 543 euros e 18 300 acções da PT Multimedia por 145 484 euros e alienadas 36 918 acções da PT por 330 693 euros e 176 acções da PT Multimedia por 1 408 euros. Em 11/01/02 foram adquiridas 17 059 acções da PT por 153 374 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 960 euros e alienadas 99 252 acções da PT por 894 250 euros e 2 376 acções da PT Multimedia por 19 054 euros. Em 14/01/02 foram adquiridas 50 000 acções da PT por 444 050 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 850 euros e alienadas 143 990 acções da PT por 1 286 926 euros e 880 acções da PT Multimedia por 6 933 euros. Em 15/01/02 foram adquiridas 126 318 acções da PT por 1 116 632 euros e 2 076 acções da PT Multimedia por 16 417 euros e alienadas 23 000 acções da PT por 203 540 euros e 900 acções da PT Multimedia por 7 074 euros. Em 16/01/02 foram adquiridas 32 327 acções da PT por 284 160 euros e 88 acções da PT Multimedia por 702 euros e alienadas 76 500

acções da PT por 670 513 euros. Em 17/01/02 foram adquiridas 40 699 acções da PT por 359 493 euros e 2 264 acções da PT Multimedia por 18 477 euros e alienadas 35 822 acções da PT por 317 368 euros. Em 18/01/02 foram adquiridas 84 837 acções da PT por 755 219 euros e 352 acções da PT Multimedia por 2 846 euros e alienadas 332 769 acções da PT por 2 960 415 euros e 300 acções da PT Multimedia por 2 415 euros. Em 21/01/02 foram alienadas 11 500 acções da PT por 100 775 euros. Em 22/01/02 foram adquiridas 47 700 acções da PT por 420 380 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 8 000 euros e alienadas 117 200 acções da PT por 1 033 518 euros. Em 23/01/02 foram adquiridas 101 395 acções da PT por 871 799 euros e 440 acções da PT Multimedia por 3 472 euros e alienadas 30 277 acções da PT por 262 916 euros e 264 acções da PT Multimedia por 2 072 euros. Em 24/01/02 foram adquiridas 157 644 acções da PT por 1 364 103 euros e 1 408 acções da PT Multimedia por 11 230 euros e alienadas 45 000 acções da PT por 391 050 euros e 6 000 acções da PT Multimedia por 47 871 euros. Em 25/01/02 foram alienadas 145 600 acções da PT por 1 275 224 euros. Em 28/01/02 foram adquiridas 25 218 acções da PT por 226 122 euros e 176 acções da PT Multimedia por 1 403 euros e alienadas 84 900 acções da PT por 764 808 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 980 euros. Em 29/01/02 foram adquiridas 62 213 acções da PT por 561 989 euros e 616 acções da PT Multimedia por 4 856 euros e alienadas 75 700 acções da PT por 684 774 euros. Em 30/01/02 foram adquiridas 192 113 acções da PT por 1 683 601 euros e 616 acções da PT Multimedia por 4 769 euros e alienadas 17 000 acções da PT por 148 880 euros. Em 31/01/02 foram adquiridas 31 895 acções da PT por 280 712 euros e 540 acções da PT Multimedia por 4 219 euros e alienadas 57 400 acções da PT por 502 691 euros. Em 1/02/02 foram adquiridas 31 400 acções da PT por 273 366 euros e alienadas 50 890 acções da PT por 442 751 euros e 880 acções da PT Multimedia por 6 692 euros. Em 4/02/02 foram adquiridas 6 391 acções da PT por 55 445 euros e alienadas 79 758 acções da PT por 687 096 euros e 1 144 acções da PT Multimedia por 8 560 euros. Em 5/02/02 foram adquiridas 36 900 acções da PT por 318 479 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 370 euros e alienadas 22 654 acções da PT por 195 378 euros e 1 028 acções da PT Multimedia por 7 635 euros. Em 6/02/02 foram adquiridas 137 816 acções da PT por 1 200 009 euros e alienadas 129 087 acções da PT por 1 122 447 euros e 3 810 acções da PT Multimedia por 28 170 euros. Em 7/02/02 foram adquiridas 75 257 acções da PT por 639 053 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 450 euros e alienadas 16 557 acções da PT por 140 812 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 080 euros. Em 8/02/02 foram adquiridas 20 463 acções da PT por 171 394 euros e alienadas 31 390 acções da PT por 264 738 euros e 3 300 acções da PT Multimedia por 24 721 euros. Em 11/02/02 foram adquiridas 17 927 acções da PT por 151 000 euros e alienadas 22 627 acções da PT por 189 611 euros. Em 13/02/02 foram adquiridas 72 500 acções da PT por 591 261 euros e alienadas 63 900 acções da PT por 524 305 euros. Em 14/02/02 foram adquiridas 20 800 acções da PT por 168 295 euros e alienadas 32 789 acções da PT por 262 659 euros e 90 acções da PT Multimedia por 667 euros. Em 15/02/02 foram adquiridas 29 200 acções da PT por 237 754 euros e alienadas 166 400 acções da PT por 1 336 717 euros e 26 200 acções da PT Multimedia por 193 094 euros. Em 18/02/02 foram adquiridas 58 459 acções da PT por 466 158 euros e 2 790 acções da PT Multimedia por 20 630 euros e alienadas 22 611 acções da PT por 180 575 euros. Em 19/02/02 foram adquiridas 79 412 acções da PT por 623 395 euros e 720 acções da PT Multimedia por 5 288 euros e alienadas 50 200 acções da PT por 393 738 euros. Em 20/02/02 foram adquiridas 180 077 acções da PT por 1 395 872 euros e 3 870 acções da PT Multimedia por 28 518 euros e alienadas 63 000 acções da PT por 488 874 euros e 500 acções da PT Multimedia por 3 640 euros. Em 21/02/02 foram adquiridas 47 406 acções da PT por 365 502 euros e 360 acções da PT Multimedia por 2 705 euros e alienadas 50 700 acções da PT por 395 756 euros. Em 22/02/02 foram adquiridas 15 789 acções da PT por 119 321 euros e 90 acções da PT Multimedia por 677 euros e alienadas 72 345 acções da PT por 549 865 euros e 450 acções da PT Multimedia por 3 402 euros. Em 25/02/02 foram adquiridas 78 548 acções da PT por 598 784 euros e alienadas 19 000 acções da PT por 144 171 euros. Em 26/02/02 foram adquiridas 34 286 acções da PT por 261 599 euros e alienadas 165 186 acções da PT por 1 279 371 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 360 euros. Em 27/02/02 foram adquiridas 29 800 acções da PT por 235 268 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 298 euros e alienadas 72 200 acções da PT por 572 336 euros. Em 28/02/02 foram adquiridas 56 000 acções da PT por 450 955 euros e alienadas 135 678 acções da PT por 1 089 581 euros e 2 180 acções da PT Multimedia por 16 553 euros. Em 1/03/02 foram adquiridas 55 508 acções da PT por 453 489 euros e 450 acções da PT Multimedia por 3 404 euros e alienadas 95 763 acções da PT por 785 076 euros. Em 4/03/02 foram adquiridas 61 147 acções da PT por 514 628 euros e 2 070 acções da PT Multimedia por 16 219 euros e alienadas 91 000 acções da PT por 762 615 euros. Em 5/03/02 foram adquiridas 15 637 acções da PT por 134 613 euros e 270 acções da PT Multimedia por 2 155 euros e alienadas 256 770 acções da PT por 2 168 001 euros. Em 6/03/02 foram adquiridas 83 200 acções da PT por 723 189 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 900 euros e alienadas 63 100 acções da PT por 542 393 euros. Em 7/03/02 foram adquiridas 75 300 acções da PT por 659 285 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 980

euros e alienadas 217 089 acções da PT por 1 902 372 euros e 9 090 acções da PT Multimedia por 72 995 euros. Em 8/03/02 foram adquiridas 34 200 acções da PT por 301 000 euros e alienadas 30 000 acções da PT por 263 600 euros. Em 11/03/02 foram adquiridas 39 500 acções da PT por 353 392 euros e alienadas 33 967 acções da PT por 302 495 euros e 270 acções da PT Multimedia por 2 145 euros. Em 12/03/02 foram adquiridas 44 000 acções da PT por 387 030 euros e 5 019 acções da PT Multimedia por 39 304 euros e alienadas 31 456 acções da PT por 276 453 euros e 379 acções da PT Multimedia por 2 949 euros. Em 13/03/02 foram adquiridas 41 513 acções da PT por 359 782 euros e 1 530 acções da PT Multimedia por 12 038 euros e alienadas 6 078 acções da PT por 53 637 euros e 180 acções da PT Multimedia por 1 409 euros. Em 14/03/02 foram adquiridas 20 000 acções da PT por 171 807 euros e alienadas 10 000 acções da PT por 86 200 euros. Em 15/03/02 foram adquiridas 309 601 acções da PT por 2 689 683 euros e alienadas 16 401 acções da PT por 142 020 euros e 10 800 acções da PT Multimedia por 85 534 euros. Em 18/03/02 foram adquiridas 22 500 acções da PT por 197 965 euros e alienadas 16 100 acções da PT por 141 825 euros. Em 19/03/02 foram adquiridas 11 600 acções da PT por 102 144 euros e alienadas 36 300 acções da PT por 319 619 euros. Em 20/03/02 foram adquiridas 131 920 acções da PT por 1 139 125 euros e alienadas 54 320 acções da PT por 469 509 euros. Em 21/03/02 foram adquiridas 174 758 acções da PT por 1 489 417 euros e alienadas 6 458 acções da PT por 55 185 euros. Em 22/03/02 foram adquiridas 25 400 acções da PT por 216 614 euros e alienadas 27 500 acções da PT por 234 505 euros. Em 25/03/02 foram adquiridas 26 100 acções da PT por 222 080 euros e alienadas 34 000 acções da PT por 288 067 euros. Em 26/03/02 foram adquiridas 59 900 acções da PT por 505 802 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 560.

Em 27/03/02 foram adquiridas 83 200 acções da PT por 708 029 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 191 euros e alienadas 10 000 acções da PT por 84 900 euros. Em 28/03/02 foram adquiridas 34 600 acções da PT por 296 019. Em 2/04/02 foram adquiridas 83 800 acções da PT por 699 054 euros e alienadas 74 400 acções da PT por 631 942 euros. Em 3/04/02 foram adquiridas 15 400 acções da PT por 126 562 euros e alienadas 79 390 acções da PT por 654 633 euros. Em 4/04/02 foram adquiridas 33 779 acções da PT por 275 528 euros e alienadas 40 612 acções da PT por 332 264 euros e 720 acções da PT Multimedia por 5 472 euros. Em 5/04/02 foram adquiridas 90 011 acções da PT por 737 825 euros e alienadas 1 500 acções da PT por 12 370 euros. Em 8/04/02 foram adquiridas 20 300 acções da PT por 163 939 euros e alienadas 84 100 acções da PT por 683 310 euros. Em 9/04/02 foram adquiridas 24 651 acções da PT por 205 585 euros e 289 acções da PT Multimedia por 2 228 euros e alienadas 88 018 acções da PT por 739 859 euros e 559 acções da PT Multimedia por 4 313 euros. Em 10/04/02 foram adquiridas 133 700 acções da PT por 1 138 259 euros e alienadas 40 968 acções da PT por 348 011 euros e 1 080 acções da PT Multimedia por 8 331 euros. Em 11/04/02 foram adquiridas 96 500 acções da PT por 803 075 euros e alienadas 83 000 acções da PT por 694 036 euros. Em 12/04/02 foram adquiridas 88 300 acções da PT por 732 129 euros e alienadas 43 200 acções da PT por 356 755 euros. Em 15/04/02 foram adquiridas 11 224 acções da PT por 93 559 euros e alienadas 21 024 acções da PT por 174 694 euros e 7 000 acções da PT Multimedia por 54 320 euros. Em 16/04/02 foram adquiridas 40 100 acções da PT por 337 486 euros e 3 003 acções da PT Multimedia por 23 656 euros e alienadas 68 600 acções da PT por 580 713 euros e 5 203 acções da PT Multimedia por 41 642 euros. Em 17/04/02 foram adquiridas 71 941 acções da PT por 614 854 euros e alienadas 83 241 acções

da PT por 711 023 euros. Em 18/04/02 foram adquiridas 27 300 acções da PT por 231 394 euros e alienadas 23 700 acções da PT por 201 322 euros. Em 19/04/02 foram adquiridas 12 900 acções da PT por 109 465 euros e alienadas 254 300 acções da PT por 2 150 847 euros e 6 300 acções da PT Multimedia por 51 030 euros. Em 22/04/02 foram adquiridas 4 100 acções da PT por 34 518 euros e alienadas 1 900 acções da PT por 15 995 euros e 1 500 acções da PT Multimedia por 12 354 euros. Em 23/04/02 foram adquiridas 22 900 acções da PT por 192 751 euros e alienadas 31 300 acções da PT por 264 183 euros. Em 24/04/02 foram alienadas 11 700 acções da PT por 98 893 euros. Em 26/04/02 foram adquiridas 61 700 acções da PT por 512 493 euros e alienadas 9 300 acções da PT por 76 577 euros. Em 29/04/02 foram adquiridas 9 600 acções da PT por 79 347 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 8 040 euros e alienadas 15 000 acções da PT por 123 892 euros. Em 30/04/02 foram adquiridas 15 300 acções da PT por 124 406 euros e 335 acções da PT Multimedia por 2 697 euros e alienadas 3 800 acções da PT por 31 004 euros. Em 2/05/02 foram adquiridas 125 278 acções da PT por 985 681 euros e 2 945 acções da PT Multimedia por 23 476 euros e alienadas 60 598 acções da PT por 473 504 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 16 000 euros. Em 3/05/02 foram adquiridas 42 680 acções da PT por 327 704 euros e alienadas 200 930 acções da PT por 1 542 832 euros. Em 6/05/02 foram adquiridas 73 950 acções da PT por 566 196 euros e alienadas 8 000 acções da PT por 61 775 euros. Em 7/05/02 foram adquiridas 48 300 acções da PT por 365 721 euros e alienadas 50 400 acções da PT por 378 797 euros. Em 8/05/02 foram adquiridas 66 576 acções da PT por 511 587 euros e 89 acções da PT Multimedia por 723 euros e alienadas 80 000 acções da PT por 616 256 euros. Em 9/05/02 foram adquiridas 94 312 acções da PT por 725 854 euros e alienadas 37 329 acções da

PT por 285 914 euros. Em 10/05/02 foram adquiridas 115 901 acções da PT por 862 301 euros e alienadas 30 000 acções da PT por 222 800 euros e 100 acções da PT Multimedia por 804 euros. Em 13/05/02 foram adquiridas 83 646 acções da PT por 618 192 euros e alienadas 20 300 acções da PT por 150 408 euros. Em 14/05/02 foram adquiridas 24 700 acções da PT por 183 663 euros e alienadas 56 400 acções da PT por 421 726 euros. Em 15/05/02 foram adquiridas 24 376 acções da PT por 180 650 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 8 120 euros e alienadas 35 256 acções da PT por 261 674 euros e 979 acções da PT Multimedia por 7 979 euros. Em 16/05/02 foram adquiridas 74 556 acções da PT por 564 960 euros e alienadas 62 773 acções da PT por 476 521 euros e 2 089 acções da PT Multimedia por 17 625 euros. Em 17/05/02 foram adquiridas 46 630 acções da PT por 363 653 euros e 1 600 acções da PT Multimedia por 13 776 euros e alienadas 171 333 acções da PT por 1 331 637 euros. Em 20/05/02 foram adquiridas 37 000 acções da PT por 282 700 euros e alienadas 34 400 acções da PT por 262 814 euros. Em 21/05/02 foram adquiridas 1 700 acções da PT por 13 158 euros e alienadas 61 591 acções da PT por 476 984 euros e 445 acções da PT Multimedia por 3 811 euros. Em 22/05/02 foram adquiridas 9 840 acções da PT por 75 397 euros e 50 267 acções da PT Multimedia por 477 420 euros e alienadas 42 800 acções da PT por 328 052 euros e 51 000 acções da PT Multimedia por 484 300 euros. Em 23/05/02 foram adquiridas 48 813 acções da PT por 372 442 euros e 5 034 acções da PT Multimedia por 46 152 euros e alienadas 43 333 acções da PT por 328 387 euros. Em 24/05/02 foram alienadas 33 201 acções da PT por 257 368 euros. Em 27/05/02 foram alienadas 9 199 acções da PT por 71 647 euros. Em 28/05/02 foram adquiridas 3 000 acções da PT por 23 510 euros e alienadas 57 650 acções da PT por 447 120 euros. Em 29/05/02 foram adquiridas 26 700 acções da PT por 206 188 euros e 2 500 acções da PT Multimedia por 23 480 euros e alienadas 87 500 acções da PT por 677 860 euros e 2 500 acções da PT Multimedia por 23 500 euros. Em 31/05/02 foram adquiridas 14 000 acções da PT por 109 093 euros e 100 acções da PT Multimedia por 915 euros e alienadas 45 040 acções da PT por 349 741 euros e 5 267 acções da PT Multimedia por 49 451 euros. Em 3/06/02 foram alienadas 99 080 acções da PT por 773 462 euros e 1 424 acções da PT Multimedia por 13 250 euros. Em 4/06/02 foram adquiridas 75 700 acções da PT por 576 880 euros e 3 365 acções da PT Multimedia por 30 863 euros e alienadas 29 240 acções da PT por 222 801 euros e 712 acções da PT Multimedia por 6 563 euros. Em 5/06/02 foram adquiridas 30 500 acções da PT por 232 726 euros e alienadas 8 280 acções da PT por 62 928 euros e 89 acções da PT Multimedia por 826 euros. Em 6/06/02 foram adquiridas 1 850 acções da PT por 13 751 euros e alienadas 3 700 acções da PT por 27 881 euros. Em 7/06/02 foram adquiridas 77 400 acções da PT por 545 197 euros e 5 545 acções da PT Multimedia por 50 691 euros e alienadas 20 400 acções da PT por 144 304 euros e 10 acções da PT Multimedia por 94 euros. Em 11/06/02 foram adquiridas 51 797 acções da PT por 371 494 euros e alienadas 21 597 acções da PT por 153 022 euros. Em 12/06/02 foram adquiridas 38 120 acções da PT por 268 339 euros e 356 acções da PT Multimedia por 3 326 euros e alienadas 39 300 acções da PT por 275 237 euros. Em 13/06/02 foram adquiridas 18 560 acções da PT por 129 614 euros e 178 acções da PT Multimedia por 1 655 euros e alienadas 16 500 acções da PT por 113 040 euros e 1 100 acções da PT Multimedia por 10 176 euros. Em 14/06/02 foram adquiridas 130 080 acções da PT por 861 804 euros e 5 600 acções da PT Multimedia por 50 789 euros e alienadas 81 640 acções da PT por 537 505 euros e 2 403 acções da PT Multimedia por 21 493 euros. Em 17/06/02 foram adquiridas 31 220 acções da PT por 208 852 euros e 801 acções da PT Multimedia por 7 337 euros e alienadas 6 500 acções da PT por 43 810 euros. Em 18/06/02 foram adquiridas 500 acções da PT por 3 435 euros e alienadas 83 200 acções da PT por 569 746 euros. Em 19/06/02 foram adquiridas 19 720 acções da PT por 135 657 euros e 856 acções da PT Multimedia por 7 739 euros e alienadas 47 400 acções da PT por 326 416 euros. Em 20/06/02 foram adquiridas 62 084 acções da PT por 434 073 euros e 2 334 acções da PT Multimedia por 21 008 euros e alienadas 85 005 acções da PT por 593 066 euros e 2 690 acções da PT Multimedia por 23 939 euros. Em 21/06/02 foram adquiridas 211 500 acções da PT por 1 493 024 euros e alienadas 107 300 acções da PT por 752 606 euros e 12 500 acções da PT Multimedia por 109 000 euros. Em 24/06/02 foram adquiridas 4 300 acções da PT por 30 315 euros e alienadas 28 400 acções da PT por 200 103 euros. Em 25/06/02 foram adquiridas 33 000 acções da PT por 237 007 euros e alienadas 115 800 acções da PT por 833 516 euros e 500 acções da PT Multimedia por 4 252 euros. Em 26/06/02 foram adquiridas 102 000 acções da PT por 711 380 euros e 500 acções da PT Multimedia por 4 037 euros e alienadas 34 500 acções da PT por 240 628 euros. Em 27/06/02 foram adquiridas 52 915 acções da PT por 379 069 euros e 89 acções da PT Multimedia por 778 euros e alienadas 41 335 acções da PT por 295 916 euros e 500 acções da PT Multimedia por 4 130 euros. Em 28/06/02 foram adquiridas 154 631 acções da PT por 1 117 235 euros e 267 acções da PT Multimedia por 2 418 euros e alienadas 60 854 acções da PT por 436 095 euros e 1 496 acções da PT Multimedia por 13 389 euros. Em 1/07/02 foram adquiridas 32 700 acções da PT por 231 019 euros e alienadas 34 984 acções da PT por 245 552 euros. Em 2/07/02 foram adquiridas 26 016 acções da PT por 176 788 euros e alienadas 55 040 acções da PT por 373 316 euros e 243 acções da PT Multimedia por 1 993 euros. Em 3/07/02 foram

adquiridas 84 692 acções da PT por 557 276 euros e 243 acções da PT Multimedia por 1 946 euros e alienadas 101 408 acções da PT por 672 734 euros e 405 acções da PT Multimedia por 3 228 euros. Em 4/07/02 foram adquiridas 1 908 acções da PT por 12 497 euros e 81 acções da PT Multimedia por 658 euros e alienadas 18 616 acções da PT por 122 493 euros e 1 500 acções da PT Multimedia por 12 270 euros. Em 5/07/02 foram adquiridas 36 616 acções da PT por 246 352 euros e 162 acções da PT Multimedia por 1 351 euros e alienadas 30 900 acções da PT por 209 023 euros e 500 acções da PT Multimedia por 4 185 euros. Em 8/07/02 foram adquiridas 9 072 acções da PT por 62 105 euros e 324 acções da PT Multimedia por 2 736 euros e alienadas 55 280 acções da PT por 378 450 euros. Em 9/07/02 foram adquiridas 28 816 acções da PT por 197 175 euros e 162 acções da PT Multimedia por 1 354 euros e alienadas 68 496 acções da PT por 468 959 euros e 972 acções da PT Multimedia por 8 084 euros. Em 10/07/02 foram adquiridas 26 621 acções da PT por 182 202 euros e alienadas 34 121 acções da PT por 234 047 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 8 250 euros. Em 11/07/02 foram adquiridas 37 144 acções da PT por 253 004 euros e alienadas 15 444 acções da PT por 104 480 euros e 650 acções da PT Multimedia por 5 304 euros. Em 15/07/02 foram adquiridas 23 824 acções da PT por 157 360 euros e 893 acções da PT Multimedia por 7 227 euros e alienadas 26 008 acções da PT por 172 424 euros e 81 acções da PT Multimedia por 660 euros. Em 16/07/02 foram adquiridas 42 300 acções da PT por 278 289 euros e 262 acções da PT Multimedia por 2 070 euros e alienadas 53 600 acções da PT por 353 530 euros e 262 acções da PT Multimedia por 2 079 euros. Em 17/07/02 foram adquiridas 104 101 acções da PT por 692 759 euros e 405 acções da PT Multimedia por 3 236 euros e alienadas 60 161 acções da PT por 401 936 euros. Em 18/07/02 foram adquiridas 69 120 acções da PT por 456 261 euros e 1 260 acções da PT Multimedia por 10 076 euros e alienadas 35 000 acções da PT por 235 120 euros e 45 acções da PT Multimedia por 354 euros. Em 19/07/02 foram adquiridas 228 463 acções da PT por 1 445 621 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 15 420 euros e alienadas 48 763 acções da PT por 309 856 euros. Em 22/07/02 foram adquiridas 28 664 acções da PT por 180 653 euros e alienadas 50 064 acções da PT por 316 893 euros. Em 23/07/02 foram adquiridas 25 832 acções da PT por 162 081 euros e 1 324 acções da PT Multimedia por 9 864 euros e alienadas 34 300 acções da PT por 217 024 euros. Em 24/07/02 foram adquiridas 102 558 acções da PT por 620 371 euros e 1 405 acções da PT Multimedia por 9 882 euros e alienadas 44 525 acções da PT por 268 106 euros. Em 25/07/02 foram adquiridas 69 431 acções da PT por 432 587 euros e alienadas 91 931 acções da PT por 572 901 euros e 864 acções da PT Multimedia por 6 398 euros. Em 26/07/02 foram adquiridas 28 000 acções da PT por 174 108 euros e alienadas 16 500 acções da PT por 102 118 euros. Em 29/07/02 foram adquiridas 41 500 acções da PT por 260 075 euros e alienadas 30 000 acções da PT por 188 510 euros. Em 30/07/02 foram adquiridas 66 200 acções da PT por 413 552 euros e alienadas 37 900 acções da PT por 234 398 euros. Em 31/07/02 foram adquiridas 17 400 acções da PT por 108 096 euros e alienadas 103 312 acções da PT por 643 901 euros e 624 acções da PT Multimedia por 4 537 euros. Em 1/08/02 foram adquiridas 37 800 acções da PT por 235 269 euros e alienadas 19 039 acções da PT por 118 629 euros e 78 acções da PT Multimedia por 573 euros. Em 2/08/02 foram adquiridas 84 950 acções da PT por 518 501 euros e alienadas 9 350 acções da PT por 56 568 euros. Em 5/08/02 foram adquiridas 5 800 acções da PT por 34 400 euros e alienadas 35 300 acções da PT por 209 567 euros. Em 6/08/02 foram adquiridas 45 117 acções da PT por 264 566 euros e 234 acções da PT Multimedia por 1 669 euros e alienadas 13 500 acções da PT por 79 920 euros. Em 7/08/02 foram adquiridas 4 737 acções da PT por 28 243 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 173 euros e alienadas 26 837 acções da PT por 160 746 euros. Em 8/08/02 foram adquiridas 43 043 acções da PT por 258 427 euros e 312 acções da PT Multimedia por 2 228 euros e alienadas 90 587 acções da PT por 543 388 euros. Em 9/08/02 foram adquiridas 110 517 acções da PT por 675 969 euros e 234 acções da PT Multimedia por 1 676 euros e alienadas 63 800 acções da PT por 392 148 euros. Em 12/08/02 foram adquiridas 20 000 acções da PT por 122 025 euros e alienadas 34 000 acções da PT por 207 520 euros. Em 13/08/02 foram adquiridas 61 758 acções da PT por 374 762 euros e 1 716 acções da PT Multimedia por 12 294 euros e alienadas 20 517 acções da PT por 124 700 euros e 234 acções da PT Multimedia por 1 664 euros. Em 14/08/02 foram adquiridas 20 300 acções da PT por 121 396 euros e alienadas 3 300 acções da PT por 19 797 euros. Em 16/08/02 foram adquiridas 92 931 acções da PT por 557 414 euros e alienadas 9 360 acções da PT por 56 386 euros e 3 078 acções da PT Multimedia por 22 376 euros. Em 19/08/02 foram adquiridas 700 acções da PT por 4 193 euros e alienadas 200 acções da PT por 1 198 euros. Em 20/08/02 foram adquiridas 76 333 acções da PT por 459 259 euros e alienadas 72 428 acções da PT por 435 342 euros. Em 21/08/02 foram adquiridas 126 329 acções da PT por 775 732 euros e 468 acções da PT Multimedia por 3 415 euros e alienadas 252 100 acções da PT por 1 563 446 euros. Em 22/08/02 foram adquiridas 95 192 acções da PT por 601 562 euros e 312 acções da PT Multimedia por 2 327 euros e alienadas 255 736 acções da PT por 1 641 458 euros. Em 23/08/02 foram adquiridas 134 031 acções da PT por 883 376 euros e alienadas 156 331 acções da PT por 1 034 454 euros. Em 26/08/02 foram adquiridas 21 400 acções da PT por 137 072 euros e alienadas 31 300 acções da PT por

203 011 euros. Em 27/08/02 foram adquiridas 86 390 acções da PT por 565 108 euros e 780 acções da PT Multimedia por 5 733 euros e alienadas 98 456 acções da PT por 643 813 euros. Em 28/08/02 foram adquiridas 17 017 acções da PT por 111 116 euros e 641 acções da PT Multimedia por 4 648 euros e alienadas 49 868 acções da PT por 327 980 euros. Em 29/08/02 foram adquiridas 75 764 acções da PT por 487 836 euros e alienadas 47 264 acções da PT por 307 757 euros. Em 30/08/02 foram adquiridas 126 600 acções da PT por 821 089 euros e alienadas 120 000 acções da PT por 785 320 euros. Em 2/09/02 foram adquiridas 46 324 acções da PT por 293 320 euros e alienadas 38 624 acções da PT por 247 551 euros. Em 3/09/02 foram adquiridas 109 349 acções da PT por 682 088 euros e alienadas 85 786 acções da PT por 539 507 euros e 79 acções da PT Multimedia por 562 euros. Em 4/09/02 foram adquiridas 83 178 acções da PT por 515 301 euros e alienadas 46 835 acções da PT por 293 517 euros. Em 5/09/02 foram adquiridas 45 100 acções da PT por 280 389 euros e alienadas 91 080 acções da PT por 561 600 euros e 79 acções da PT Multimedia por 560 euros. Em 6/09/02 foram adquiridas 130 200 acções da PT por 803 359 euros e alienadas 6 837 acções da PT por 42 120 euros e 3 079 acções da PT Multimedia por 21 985 euros. Em 9/09/02 foram adquiridas 23 536 acções da PT por 144 961 euros e alienadas 50 000 acções da PT por 309 500 euros. Em 10/09/02 foram adquiridas 61 000 acções da PT por 378 527 euros e alienadas 47 000 acções da PT por 292 220 euros. Em 11/09/02 foram adquiridas 57 247 acções da PT por 358 848 euros e alienadas 4 183 acções da PT por 26 520 euros. Em 12/09/02 foram adquiridas 92 889 acções da PT por 572 733 euros e 3 000 acções da PT Multimedia por 21 800 euros e alienadas 85 889 acções da PT por 533 022 euros. Em 13/09/02 foram adquiridas 127 411 acções da PT por 760 141 euros e alienadas 120 411 acções da PT por 731 787 euros. Em 16/09/02 foram adquiridas 52 848 acções da PT por 315 934 euros e 316 acções da PT Multimedia por 2 269 euros e alienadas 40 800 acções da PT por 241 915 euros. Em 17/09/02 foram adquiridas 229 913 acções da PT por 1 345 741 euros e 3 449 acções da PT Multimedia por 24 722 euros e alienadas 262 466 acções da PT por 1 523 418 euros. Em 18/09/02 foram adquiridas 73 012 acções da PT por 402 491 euros e 1 474 acções da PT Multimedia por 10 249 euros e alienadas 7 800 acções da PT por 42 900 euros e 2 000 acções da PT Multimedia por 14 053 euros. Em 19/09/02 foram adquiridas 41 409 acções da PT por 221 961 euros e 79 acções da PT Multimedia por 529 euros e alienadas 61 445 acções da PT por 330 157 euros e 1 200 acções da PT Multimedia por 8 189 euros. Em 20/09/02 foram adquiridas 141 306 acções da PT por 749 536 euros e 1 200 acções da PT Multimedia por 7 872 euros e alienadas 86 283 acções da PT por 454 624 euros. Em 23/09/02 foram adquiridas 41 898 acções da PT por 222 309 euros e 316 acções da PT Multimedia por 2 053 euros e alienadas 40 200 acções da PT por 214 758 euros. Em 24/09/02 foram adquiridas 51 900 acções da PT por 264 475 euros e alienadas 45 100 acções da PT por 231 845 euros. Em 25/09/02 foram adquiridas 248 263 acções da PT por 1 235 291 euros e 158 acções da PT Multimedia por 1 014 euros e alienadas 232 889 acções da PT por 1 167 402 euros. Em 26/09/02 foram adquiridas 141 128 acções da PT por 723 319 euros e alienadas 116 628 acções da PT por 602 417 euros. Em 27/09/02 foram adquiridas 79 100 acções da PT por 401 076 euros e alienadas 169 239 acções da PT por 839 079 euros e 3 713 acções da PT Multimedia por 23 216 euros. Em 30/09/02 foram adquiridas 113 000 acções da PT por 522 773 euros e 1 500 acções da PT Multimedia por 9 000 euros e alienadas 153 400 acções da PT por 730 370 euros. Em 1/10/02 foram adquiridas 50 611 acções da PT por 234 304 euros e alienadas 128 142 acções da PT por 597 075 euros e 474 acções da PT Multimedia por 2 876 euros. Em 2/10/02 foram adquiridas 100 501 acções da PT por 480 490 euros e alienadas 158 317 acções da PT por 756 163 euros e 1 975 acções da PT Multimedia por 11 815 euros. Em 3/10/02 foram adquiridas 113 500 acções da PT por 553 906 euros e alienadas 116 900 acções da PT por 572 583 euros. Em 4/10/02 foram adquiridas 67 670 acções da PT por 334 558 euros e alienadas 111 815 acções da PT por 562 505 euros. Em 7/10/02 foram adquiridas 109 395 acções da PT por 554 576 euros e alienadas 56 264 acções da PT por 290 435 euros. Em 8/10/02 foram adquiridas 58 898 acções da PT por 305 028 euros e alienadas 59 398 acções da PT por 308 559 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 6 080 euros. Em 9/10/02 foram adquiridas 74 265 acções da PT por 384 777 euros e alienadas 133 096 acções da PT por 689 272 euros e 1 185 acções da PT Multimedia por 7 229 euros. Em 10/10/02 foram adquiridas 100 851 acções da PT por 528 578 euros e alienadas 59 388 acções da PT por 312 633 euros e 79 acções da PT Multimedia por 479 euros. Em 11/10/02 foram adquiridas 43 644 acções da PT por 241 892 euros e alienadas 129 507 acções da PT por 717 379 euros e 158 acções da PT Multimedia por 970 euros. Em 14/10/02 foram adquiridas 76 912 acções da PT por 434 829 euros e alienadas 67 712 acções da PT por 380 717 euros. Em 15/10/02 foram adquiridas 47 340 acções da PT por 269 252 euros e alienadas 98 758 acções da PT por 563 758 euros e 5 381 acções da PT Multimedia por 34 425 euros. Em 16/10/02 foram adquiridas 103 574 acções da PT por 592 982 euros e 4 292 acções da PT Multimedia por 27 853 euros e alienadas 73 274 acções da PT por 418 806 euros. Em 17/10/02 foram adquiridas 75 100 acções da PT por 429 017 euros e 40 984 acções da PT Multimedia por 302 143 euros e alienadas 95 213 acções da PT por 542 748 euros e 31 621 acções da PT Multimedia por 244 885 euros. Em 18/10/02 foram adquiridas 128 775 acções

da PT por 712 615 euros e alienadas 61 853 acções da PT por 344 343 euros. Em 21/10/02 foram adquiridas 12 785 acções da PT por 69 689 euros e 304 acções da PT Multimedia por 2 268 euros e alienadas 26 000 acções da PT por 141 996 euros. Em 22/10/02 foram adquiridas 116 724 acções da PT por 639 211 euros e 304 acções da PT Multimedia por 2 356 euros e alienadas 81 200 acções da PT por 444 729 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 593 euros. Em 23/10/02 foram adquiridas 93 730 acções da PT por 506 294 euros e 5 320 acções da PT Multimedia por 41 423 euros e alienadas 43 437 acções da PT por 232 317 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 890 euros. Em 24/10/02 foram adquiridas 48 000 acções da PT por 264 493 euros e alienadas 67 718 acções da PT por 372 558 euros e 152 acções da PT Multimedia por 1 177 euros. Em 25/10/02 foram adquiridas 72 900 acções da PT por 410 991 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 7 941 euros e alienadas 74 600 acções da PT por 422 396 euros. Em 28/10/02 foram adquiridas 43 019 acções da PT por 251 557 euros e 152 acções da PT Multimedia por 1 240 euros e alienadas 143 368 acções da PT por 849 331 euros e 3 952 acções da PT Multimedia por 31 243 euros. Em 29/10/02 foram adquiridas 100 586 acções da PT por 576 640 euros e 500 acções da PT Multimedia por 3 855 euros e alienadas 87 987 acções da PT por 507 781 euros e 500 acções da PT Multimedia por 3 875 euros. Em 30/10/02 foram adquiridas 51 800 acções da PT por 301 341 euros e alienadas 168 944 acções da PT por 1 000 366 euros e 1 216 acções da PT Multimedia por 9 490 euros. Em 31/10/02 foram adquiridas 151 559 acções da PT por 921 793 euros e 1 520 acções da PT Multimedia por 11 969 euros e alienadas 128 049 acções da PT por 780 349 euros. Em 4/11/02 foram adquiridas 80 200 acções da PT por 495 610 euros e alienadas 10 000 acções da PT por 61 509 euros. Em 5/11/02 foram adquiridas 51 112 acções da PT por 306 980 euros e alienadas 156 834 acções da PT por 946 448 euros e 4 408 acções da PT Multimedia por 34 862 euros. Em 6/11/02 foram adquiridas 40 204 acções da PT por 245 508 euros e alienadas 82 058 acções da PT por 499 444 euros e 456 acções da PT Multimedia por 3 674 euros. Em 7/11/02 foram adquiridas 124 062 acções da PT por 742 471 euros e alienadas 206 328 acções da PT por 1 239 041 euros e 304 acções da PT Multimedia por 2 403 euros. Em 8/11/02 foram adquiridas 217 299 acções da PT por 1 334 225 euros e alienadas 231 335 acções da PT por 1 429 106 euros e 304 acções da PT Multimedia por 2 380 euros. Em 11/11/02 foram adquiridas 10 100 acções da PT por 61 599 euros e alienadas 53 750 acções da PT por 329 283 euros e 760 acções da PT Multimedia por 5 905 euros. Em 12/11/02 foram adquiridas 86 926 acções da PT por 530 037 euros e 1 064 acções da PT Multimedia por 8 284 euros e alienadas 78 000 acções da PT por 475 721 euros. Em 13/11/02 foram adquiridas 95 278 acções da PT por 571 342 euros e 3 800 acções da PT Multimedia por 29 292 euros e alienadas 49 328 acções da PT por 296 793 euros. Em 14/11/02 foram adquiridas 119 355 acções da PT por 738 304 euros e 583 acções da PT Multimedia por 4 552 euros e alienadas 87 840 acções da PT por 544 944 euros e 127 acções da PT Multimedia por 985 euros. Em 15/11/02 foram adquiridas 213 100 acções da PT por 1 345 274 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 8 000 euros e alienadas 108 800 acções da PT por 684 329 euros. Em 18/11/02 foram adquiridas 82 195 acções da PT por 528 328 euros e alienadas 84 696 acções da PT por 548 228 euros. Em 19/11/02 foram adquiridas 26 835 acções da PT por 172 106 euros e alienadas 37 728 acções da PT por 241 947 euros. Em 20/11/02 foram adquiridas 56 153 acções da PT por 366 510 euros e alienadas 61 953 acções da PT por 407 998 euros. Em 21/11/02 foram adquiridas 93 870 acções da PT por 628 880 euros e 760 acções da PT Multimedia por 6 151 euros e alienadas 133 458 acções da PT por 896 639 euros e 4 192 acções da PT Multimedia por 33 810 euros. Em 22/11/02 foram adquiridas 50 631 acções da PT por 341 186 euros e alienadas 50 631 acções da PT por 340 747 euros. Em 25/11/02 foram adquiridas 74 460 acções da PT por 503 912 euros e alienadas 44 881 acções da PT por 303 821 euros e 2 900 acções da PT Multimedia por 24 741 euros. Em 26/11/02 foram adquiridas 95 387 acções da PT por 624 441 euros e alienadas 62 720 acções da PT por 406 179 euros e 1 456 acções da PT Multimedia por 12 674 euros. Em 27/11/02 foram adquiridas 51 300 acções da PT por 334 055 euros e alienadas 45 400 acções da PT por 296 924 euros. Em 28/11/02 foram adquiridas 42 000 acções da PT por 279 860 euros e alienadas 31 900 acções da PT por 214 197 euros. Em 29/11/02 foram adquiridas 19 378 acções da PT por 131 082 euros e alienadas 82 660 acções da PT por 560 572 euros. Em 2/12/02 foram adquiridas 172 305 acções da PT por 1 202 336 euros e 1 672 acções da PT Multimedia por 15 214 euros e alienadas 175 025 acções da PT por 1 227 517 euros. Em 3/12/02 foram adquiridas 112 604 acções da PT por 772 797 euros e 152 acções da PT Multimedia por 1 373 euros e alienadas 165 238 acções da PT por 1 130 536 euros e 304 acções da PT Multimedia por 2 733 euros. Em 4/12/02 foram adquiridas 160 202 acções da PT por 1 101 835 euros e alienadas 143 679 acções da PT por 984 540 euros e 100 acções da PT Multimedia por 889 euros. Em 5/12/02 foram adquiridas 174 819 acções da PT por 1 217 372 euros e 760 acções da PT Multimedia por 6 839 euros e alienadas 197 855 acções da PT por 1 385 768 euros e 1 152 acções da PT Multimedia por 10 457 euros. Em 6/12/02 foram adquiridas 65 916 acções da PT por 452 621 euros e 1 824 acções da PT Multimedia por 16 417 euros e alienadas 67 600 acções da PT por 467 077 euros. Em 9/12/02 foram adquiridas 38 300 acções da PT por 257 949 euros e alienadas 31 800 acções da PT por 215 550 euros. Em 10/12/02 foram adquiri-

das 50 969 acções da PT por 337 058 euros e alienadas 70 068 acções da PT por 463 310 euros. Em 11/12/02 foram adquiridas 97 000 acções da PT por 638 699 euros e alienadas 81 200 acções da PT por 540 486 euros e 20 000 acções da PT Multimedia por 190 200 euros. Em 12/12/02 foram adquiridas 73 500 acções da PT por 473 057 euros e alienadas 55 000 acções da PT por 351 763 euros. Em 13/12/02 foram adquiridas 45 719 acções da PT por 288 395 euros e 8 000 acções da PT Multimedia por 77 599 euros e alienadas 60 719 acções da PT por 384 186 euros. Em 16/12/02 foram adquiridas 38 200 acções da PT por 243 080 euros e 10 000 acções da PT Multimedia por 98 095 euros e alienadas 27 000 acções da PT por 172 610 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 9 700 euros. Em 17/12/02 foram adquiridas 61 819 acções da PT por 395 560 euros e alienadas 38 636 acções da PT por 245 934 euros e 304 acções da PT Multimedia por 2 994 euros. Em 18/12/02 foram adquiridas 16 000 acções da PT por 102 354 euros e alienadas 91 519 acções da PT por 583 929 euros. Em 19/12/02 foram adquiridas 71 110 acções da PT por 454 030 euros e alienadas 49 634 acções da PT por 316 259 euros e 1 976 acções da PT Multimedia por 19 588 euros. Em 20/12/02 foram adquiridas 169 400 acções da PT por 1 070 503 euros e 11 000 acções da PT Multimedia por 108 900 euros e alienadas 10 410 acções da PT por 66 306 euros e 1 000 acções da PT Multimedia por 9 850 euros. Em 23/12/02 foram adquiridas 15 000 acções da PT por 93 450 euros. Em 27/12/02 foram adquiridas 7 000 acções da PT por 43 050 euros e alienadas 84 836 acções da PT por 581 398 euros e 304 acções da PT Multime-

dia por 3 028 euros. Em 30/12/02 foram adquiridas 700 acções da PT por 4 375 euros e alienadas 10 000 acções da PT por 63 000 euros.

> António Viana Baptista, Administrador, é titular de 9 008 acções da PT e de 795 acções da PT Multimedia. O cônjuge é titular de 1 817 acções da PT e de 40 acções da PT Multimedia.

> Joaquim Aníbal Freixial de Goês, Administrador, é titular de 2 437 acções da PT e de 75 acções da PT Multimedia.

> Luís Augusto da Silva, Administrador, é titular, através da sociedade Cinveste, SGPS, S.A. na qual é detentor de 50,2% do capital, de 28 712 500 acções da PT, das quais 212 500 acções são propriedade da Cinveste Luxembourg, SARL (sociedade 100% detida pela Cinveste, SGPS, S.A.), e 42 219 acções da PT Multimedia. Em 7/06/2002 adquiriu 212 500 acções da PT por 1 497 330 euros. Em 3/07/02 adquiriu 5 000 acções da PT Multimedia por 40 250 euros. Em 18/07/02 adquiriu 3 550 acções da PT Multimedia por 28 152 euros. Em 19/07/02 adquiriu 4 650 acções da PT Multimedia por 36 131 euros. Em 22/07/02 adquiriu 5 000 acções da PT Multimedia por 37 400 euros. Em 23/07/02 adquiriu 3 519 acções da PT Multimedia por 26 217 euros. Em 24/07/02 adquiriu 10 000 acções da PT Multimedia por 71 500 euros. Em 25/07/02 adquiriu 5 000 acções da PT Multimedia por 37 200 euros. Em 29/07/02 adquiriu 4 000 acções da PT Multimedia por 29 680 euros. Em 1/08/02 adquiriu 1 500 acções da PT Multimedia por 10 920 euros. Em 11/10/02 alienou 212 500 acções da PT à Cinveste Luxembourg, SARL, por 1 498 125 euros.

> Israel Vainboim, Administrador, não é titu-

lar de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Fernando Abril-Martorell, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Jorge Humberto Correia Tomé, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> Patrick Monteiro de Barros, Administrador, é titular, através da sociedade Telexpress Investments, Limited, na qual é Presidente do Conselho de Administração, de 23 000 000 acções da PT.

> Jorge Maria Bleck, Administrador, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

Conselho Fiscal

> Manuel Cabeçadas Athayde Ferreira, presidente do Conselho Fiscal, é titular de 2 915 acções da PT.

> José António Cordeiro Baptista, vogal do Conselho Fiscal, é titular de 3 389 acções da PT.

> Mário João de Matos Gomes, Revisor Oficial de Contas, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

> José Vieira dos Reis, vogal suplente do Conselho Fiscal, não é titular de quaisquer acções da PT nem de outras sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo, sendo o cônjuge titular de 80 acções da PT.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS E APLICAÇÃO DE RESERVAS

1. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 apurou-se, como resultado líquido do exercício, o montante de 391 113 318 euros. De acordo com a lei e os estatutos da sociedade, 5% do Resultado Líquido do exercício destinar-se-iam ao reforço da Reserva Legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

Em 31 de Dezembro de 2002, porém, o balanço da Portugal Telecom, SGPS, S.A. apresenta resultados transitados negativos de 2 448 973 427 euros, em resultado essencialmente do registo de uma provisão para impairment de 500 milhões de euros e da transferência para resultados transitados dos ajustamentos de partes de capital negativos referentes à Telesp Celular Participações, no montante de 1 879 338 335 euros, na sequência da venda desta participação financeira para a PT Móveis e posterior contribuição para a Brasilcel, a empresa que corporiza a joint venture com a Telefónica para os negócios de telefonia móvel no Brasil.

Em consequência, e de acordo com o disposto na Lei, o Resultado Líquido do exercício deverá ser aplicado na cobertura de resultados transitados.

2. Deste modo, e nos termos do artigo 30.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que o Resultado Líquido do exercício de 2002, de 391 113 318 euros, seja integralmente aplicado na cobertura de resultados transitados negativos.

3. Após a aplicação dos resultados líquidos acima referida, os resultados transitados negativos ascenderão a 2 057 860 109 euros, con-

siderando o Conselho de Administração ser apropriado propor aos Senhores Accionistas a cobertura destes resultados transitados negativos por reservas.

Uma vez que a legislação em vigor, aplicável e recentemente explicitada quanto às sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados supervisionados pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, permite que as quantias provenientes de prémios de emissão, a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais, sejam utilizadas para cobrir resultados transitados negativos sem dependência de utilização prévia de outras reservas, o Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que seja efectuada a cobertura dos resultados transitados negativos remanescentes após a cobertura parcial referida no número 2 supra, no montante de 2 057 860 109 euros, por afectação nesse mesmo quantitativo de reservas de prémios de emissão (no quantitativo total de 2 149 565 000 euros acusado no balanço de 31 de Dezembro de 2002), as quais após tal afectação passarão a ser no montante de 91 704 891 euros.

4. Por último, o Conselho de Administração, atenta a actual situação financeira e patrimonial da Portugal Telecom e a afectação obrigatória dos resultados do exercício acima mencionada, propõe aos Senhores Accionistas que, por utilização de reservas livres (no quantitativo total de 670 650 198 euros acusado no balanço de 31 de Dezembro de 2002), seja pago a título de dividendos um montante de 200 685 600 euros (correspondendo a um dividendo de 16 cêntimos por acção, relativamente ao montante total de acções emitidas), com o que o montante

de reservas livres passará a corresponder a 469 964 598 euros.

5. Considerando, ainda, que a verba global de 200 685 600 euros prevista no número anterior para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida (no caso, 16 cêntimos por acção), e que não é possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade, designadamente no acréscimo da liquidez dos seus títulos, propõe-se que se delibere, em relação à deliberação de distribuição de dividendos constante do número quatro, que:

a) A cada acção emitida seja pago o dividendo unitário de 16 cêntimos que presidiu à elaboração da proposta.

b) Não seja pago, transitando para conta nova, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

6. Considerando, finalmente, o direito a dividendo das acções resultantes do exercício do direito de conversão de obrigações convertíveis emitidas, mais se propõe que se delibere, em relação à deliberação de distribuição de dividendos constante do número quatro, que:

a) A cada acção com direito a dividendo resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja pago o referido montante unitário de 16 cêntimos.

b) O pagamento referente a cada acção resultante do exercício de conversão de obrigações convertíveis seja também efectuado mediante utilização do montante remanescente de reservas livres após a distribuição constante do número quatro da presente proposta.

Ao Conselho de Administração e Accionistas
de Portugal Telecom, SGPS, S.A.:

Conforme se encontra legal e estatutariamente previsto, ao longo do exercício de 2002 procedemos ao acompanhamento da gestão e da evolução da actividade e dos negócios do Grupo PT, tendo sempre recebido do Conselho de Administração e dos Serviços da Portugal Telecom, SGPS, S.A. todos os esclarecimentos e provas que solicitámos; neste período, procedemos também ao acompanhamento regular do desenvolvimento e conclusões dos trabalhos da Auditoria Interna Corporativa e dos Auditores Externos do Grupo PT, em reuniões realizadas nos termos estabelecidos no Regimento do Conselho Fiscal, bem como à participação no estudo e ponderação das implicações no Modelo de Governance dos novos requisitos, decorrentes do Sarbanes-Oxley Act, impostos às empresas com títulos admitidos à cotação na NYSE.

Conforme referido no Relatório e Contas Consolidadas do Conselho de Administração, o ano de 2002 foi caracterizado pela alteração do modelo de gestão da empresa e pelo prosseguimento e intensificação dos esforços de contenção e controlo dos custos e dos investimentos, de simplificação da estrutura e de reestruturação e racionalização do universo empresarial do grupo, numa envolvente muito concorrencial e num quadro macro-económico desfavorável, agravado pelo impacto da acentuada desvalorização do real brasileiro no exercício, continuando o Grupo PT a revelar grande dinamismo e a manter uma posição de liderança na generalidade dos sectores de actividade e dos mercados em que opera.

Apraz-nos também registar a conclusão neste exercício do processo de reestruturação dos negócios de telefonia móvel do Grupo PT, envolvendo, nomeadamente, a constituição da Brasilcel, N.V. (joint venture com a Telefónica, S.A. no âmbito dos negócios móveis, no Brasil), bem como o desenvolvimento do processo de reorganização e reestruturação dos negócios na área da multimédia e, ainda, a concretização, no final de 2002, da aquisição ao Estado da Rede Básica de Telecomunicações e da Rede de Telex.

É ainda de notar que, conforme explicado em mais detalhe na Certificação Legal das Contas, no primeiro semestre de 2002

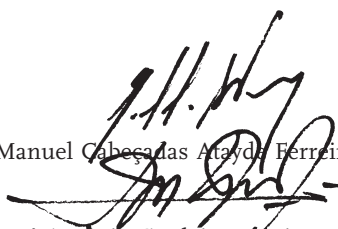
a empresa apurou um impairment do seu investimento financeiro na Telesp Celular Participações, S.A., tendo para o efeito constituído uma provisão de 500 milhões de euros, por contrapartida de resultados transitados, a qual veio a ser utilizada no decurso do segundo semestre também para fazer face a perdas estimadas supervenientes em outros investimentos financeiros.

Em fecho de trabalho, examinámos o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002 e as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos, bem como o Relatório Consolidado do Conselho de Administração, para o exercício findo naquela data, tendo o nosso exame sido suportado do ponto de vista técnico pela Certificação Legal das Contas anexa ao presente, bem como pelos Relatórios dos Auditores Externos do Grupo PT.

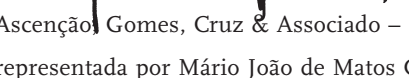
Assim, é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras Consolidadas acima referidas e o Relatório Consolidado do Conselho de Administração satisfazem os requisitos legais e estatutários aplicáveis e deverão ser aprovados pela Assembleia Geral.

Desejamos, ainda, expressar ao Conselho de Administração e aos Serviços o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram no exercício das nossas funções de fiscalização e pela forma como foi conduzida a gestão dos negócios.

Lisboa, 5 de Março de 2003


Manuel Cabecadas Atayde Ferreira, Presidente


José António Cordeiro Baptista, Vogal


Ascensão Gomes, Cruz & Associado – SROC, Vogal,
representada por Mário João de Matos Gomes, ROC

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2002 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de balanço de 13 726 126 580 euros e um total de capital próprio de 3 111 324 230 euros, incluindo um resultado consolidado líquido do exercício de 391 055 798 euros), as Demonstrações Consolidadas de Resultados por Naturezas e por Funções e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu (a) a verificação de que as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação foram apropriadamente examinadas e a avaliação das estima-

tivas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, (b) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial, (c) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, (d) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e (e) a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentaram de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, em 31 de Dezembro de 2002, e o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

7. Sem afectar a nossa opinião sem reservas expressa no parágrafo anterior, salientamos que:

(a) A nossa Certificação Legal das Contas relativa ao exame das demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2001, datada de 13 de Março de 2002, continha uma reserva por limitação de âmbito relacionada com as avaliações da recuperabilidade do goodwill relativo ao investimento financeiros na Telesp Celular Participações, S.A., que se encontravam em curso. Na sequência do desenvolvimento deste processo, no primeiro semestre de 2002 a Portugal Telecom apurou um impairment do seu investimento na Telesp Celular Participações, o qual, deduzido do

efeito fiscal associado à reestruturação societária dos negócios móveis que então se encontrava em curso, foi reconhecido nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2002 mediante a constituição de uma provisão de 500 milhões de euros, que, por ser considerada um ajustamento extraordinário e de grande significado às demonstrações financeiras do exercício de 2001, foi registada por contrapartida de resultados transitados (Nota 54); devido a um conjunto de circunstâncias, das quais se destaca a acentuada desvalorização do real brasileiro entretanto ocorrida e a conclusão das acções de reestruturação societária acima referida, aquela provisão veio a revelar-se excessiva, tendo sido utilizada também para fazer face a perdas estimadas supervenientes em outros investimentos financeiros (Nota 46);

(b) Conforme explicado em mais detalhe na Nota 43, decorrente da constituição da Brasilcel N.V. (joint venture dos grupos Portugal Telecom e Telefónica) no final de 2002 e da alteração do critério de apresentação no balanço das suas responsabilidades com pensões de reforma e cuidados de saúde (Nota 46), as demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2002 não são integralmente comparáveis com as demonstrações financeiras do exercício anterior;

(c) No decurso do exercício de 2002, o total do capital próprio foi reduzido em cerca de 1,3 mil milhões de euros, correspondentes a variações cambiais negativas decorrentes da conversão cambial de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro e de empréstimos de financiamento concedidos a empresas participadas (Nota 54).

Lisboa, 5 de Março de 2003



Ascensão, Gomes, Cruz & Associado – SROC, representada por Mário João de Matos Gomes, ROC

RELATÓRIO DOS AUDITORES

DELOITTE & TOUCHE

Aos Accionistas e ao Conselho de Administração de Portugal Telecom, SGPS, S.A.

1. Audítamos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igual-

mente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2001, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas e a opinião sobre as mesmas, expressa em relatório datado de 13 de Março de 2002, contém uma reserva por limitação de âmbito que foi resolvida durante 2002, conforme explicado no parágrafo 5, e ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002. Adicionalmente, caberá referir que, tal como descrito na Nota 43 do anexo das demonstrações financeiras consolidadas, estas não são directamente comparáveis com as do exercício anterior.

5. Como referido no parágrafo 4, o relatório de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001

incluía uma reserva por limitação de âmbito, relativa à impossibilidade de concluir, por falta de informação, sobre a recuperabilidade do trespasse (goodwill) apurado na aquisição das participações financeiras directas e indirectas na Telesp Celular Participações, S.A. Atendendo a que aquela informação se tornou disponível durante o primeiro semestre de 2002, apurou-se uma perda de valor no referido investimento, a qual, deduzida do efeito fiscal associado à reestruturação societária das empresas operadoras de telefonia móvel, resultou no registo de uma provisão de 500 milhões de euros, por contrapartida de resultados transitados conforme dispõe a Directriz Contabilística n.º 8 (Nota 54). No segundo semestre de 2002 consubstanciou-se a contribuição dos investimentos financeiros em empresas de telefonia móvel a operar no Brasil para a Brasilcel N.V. (empresa detida indirectamente e em partes iguais pela Portugal Telecom e pela Telefónica S.A.) tendo-se utilizado a referida provisão para o fim para o qual tinha sido constituída, bem como para outras perdas estimadas entretanto apuradas em outros investimentos financeiros.

6. Conforme descrito na Nota 54 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, o capital próprio foi reduzido durante o exercício findo nessa data, em aproximadamente 1 300 milhões de euros, decorrente de variações cambiais negativas apuradas, essencialmente, na conversão cambial de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro.

Lisboa, 3 de Março de 2003



RELATÓRIO DOS AUDITORES

FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão consolidado e sobre as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 de Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("Portugal Telecom"), as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, que evidencia um total de 13 726 126 580 euros e capitais próprios de 3 111 324 230 euros incluindo um resultado líquido de 391 055 798 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Portugal Telecom: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, posição financeira ou resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Direc-

trizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente: a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação; a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações; a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Portugal Telecom, em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 supra, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

6. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de Dezembro de 2001, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós exa-

minadas e a nossa opinião sobre as mesmas foi expressa no relatório datado de 13 de Março de 2002. Esta opinião contém uma reserva por limitação de âmbito que foi resolvida durante 2002, conforme explicado no parágrafo 7 infra, e ênfases não aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002. Adicionalmente, caberá referir que, tal como descrito na Nota 43 do anexo das demonstrações financeiras consolidadas, estas não são directamente comparáveis com as do exercício anterior.

7. Como referido no parágrafo 6 supra, o nosso relatório de auditoria às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2001 incluía uma reserva por limitação de âmbito, relativa à impossibilidade de concluir, por falta de informação, sobre a recuperabilidade do *trespasse* (*goodwill*) apurado na aquisição das participações financeiras directas e indirectas na Telesp Celular Participações, S.A. Atendendo a que aquela informação se tornou disponível, durante o primeiro semestre de 2002 apurou-se uma perda de valor no referido investimento, a qual, deduzida do efeito fiscal associado à reestruturação societária das empresas operadoras de telefonia móvel, resultou no registo de uma provisão de 500 milhões de euros, por contrapartida de resultados transitados conforme dispõe a Directriz Contabilística n.º 8 (Nota 54). No segundo semestre de 2002 constata-se a contribuição dos investimentos financeiros em empresas de telefonia móvel a operar no Brasil para a Brasilcel N.V. (empresa detida indirectamente e em partes iguais pela Portugal Telecom e pela Telefónica S.A.) tendo-se utilizado a referida provisão para o fim para o qual tinha sido constituída, bem como para outras perdas estimadas entretanto apuradas em outros investimentos financeiros.

8. Conforme descrito na Nota 54 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2002, o capital próprio foi reduzido durante o exercício findo nessa data, em aproximadamente 1 300 milhões de euros, decorrente de variações cambiais negativas apuradas, essencialmente, na conversão cambial de demonstrações financeiras de empresas participadas localizadas no estrangeiro.

Lisboa, 3 de Março de 2003



Freire, Loureiro e Associados – SROC
representada por Carlos Pereira Freire

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL

Realizada em 4 de Abril de 2003

... “Não havendo quaisquer pedidos de esclarecimento, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação do ponto um da Ordem de Trabalhos – Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício de 2002...”

... “Realizada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haverem o relatório de gestão, balanço e contas relativos ao exercício do ano de dois mil e dois sido aprovados, por maioria.”

... “O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação do ponto dois da Ordem de Trabalhos – Deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativos ao exercício de 2002...”

... “Realizada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral proclamou haverem o relatório de gestão, balanço e contas consolidadas relativos ao exercício do ano de dois mil e dois sido aprovados, por maioria.”

... “O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral passou, então, ao ponto três da Ordem de Trabalhos – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados e afectação de reservas...”

... “Realizada a votação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, verificando que nos votos a favor se compreendia o voto da totalidade das acções da categoria A, proclamou haver a proposta relativa ao ponto três da Ordem de Trabalhos sido aprovada, por maioria...”

Detalhe das Receitas Consolidadas

PT Comunicações

Serviço fixo de telefone

Nacional

RECEITAS FIXAS

TRÁFEGO

Local

Regional

Nacional

Internet

Fixo-móvel

Outros

Internacional

Serviços a operadores

Tráfego

Circuitos

Teledifusão

Vendas

Listas Telefónicas

Outros

PT Prime

Comunicação de dados

Banda larga

Circuitos alugados

Voz

Internet

Outsourcing

Vendas e outros

TMN

Prestação de serviços

Vendas e outros

Telesp Celular

Prestação de serviços

Vendas e outros

PT Multimedia

Televisão por subscrição

Internet e portais

Media

Vendas e outros

Outros

TOTAL

em milhões de euros		
2002	2001	Δ %
1 983,1	2 184,6	(9,2)
1 512,1	1 712,8	(11,7)
1 291,8	1 502,3	(14,0)
629,1	638,7	(1,5)
662,7	863,7	(23,3)
134,4	180,5	(25,6)
75,3	100,0	(24,7)
77,3	95,5	(19,0)
0,0	62,5	n.s.
364,1	417,7	(12,8)
11,6	7,5	54,3
220,3	210,5	4,7
269,2	268,1	0,4
128,1	116,1	10,3
107,0	117,7	(9,1)
34,1	34,3	(0,5)
26,0	33,7	(22,9)
139,1	136,8	1,7
36,6	33,3	10,2
264,9	215,9	22,7
92,3	82,1	12,3
8,7	9,3	(6,7)
57,0	44,7	27,4
17,1	16,5	3,2
48,1	13,1	267,5
13,2	15,9	(16,8)
28,6	34,2	(16,4)
1 266,6	1 171,9	8,1
1 132,0	1 006,7	12,4
134,6	165,2	(18,5)
1 217,6	1 401,2	(13,1)
1 048,6	1 178,7	(11,0)
169,0	222,5	(24,0)
640,3	592,9	8,0
353,6	260,2	35,9
14,9	16,9	(11,7)
119,0	138,1	(13,8)
152,7	177,7	(14,0)
209,5	160,1	30,8
5 582,0	5 726,6	(2,5)

Dados Operacionais • PT Comunicações

SERVIÇO FIXO DE TELEFONE

	Unidades	2002	2001	Δ %
Acessos telefónicos totais ⁽¹⁾	mil	5 847	5 921	(1,3)
Acessos telefónicos principais em serviço ⁽²⁾	mil	4 143	4 301	(3,7)
Acessos telefónicos principais por 100 habitantes	n.º	41,9	42,3	(0,9)
Acessos RDIS equivalentes	mil	826	800	3,2
Taxa de penetração RDIS	%	19,9	18,6	1,3 p.p.
Tráfego total cursado ⁽³⁾ :	milhões de minutos	20 065	20 713	(3,1)
Retalho		8 868	9 733	(8,8)
Fixo-fixo nacional		6 479	7 431	(12,8)
Fixo-móvel		1 118	1 215	(7,9)
Outros		236	23	n.s.
Internacional		1 036	1 064	(2,7)
Saída		402	411	(2,0)
Entrada		633	654	(3,1)
Tráfego total originado na rede fixa		16 340	17 296	(5,5)
Tráfego originado / acesso / dia	minutos	10,6	11,0	(3,2)
Variação média de preços (cabaz de preços): ⁽⁴⁾	%	(0,2)	(2,9)	2,7 p.p.

SERVIÇOS A OPERADORES

Acessos ADSL	mil	52,7	3,3	n.s.
Tráfego de serviço a operadores ⁽⁵⁾	milhões de minutos	11 197	10 980	1,9
Internet		6 581	6 916	(4,8)
Variação média dos preços	%	(17,0)	(16,5)	(0,5 p.p.)
Originação		(19,2)	(30,4)	11,2 p.p.
Terminação		(17,3)	(27,9)	10,6 p.p.
Circuitos alugados a operadores:				
Número de circuitos	mil	57,7	58,8	(1,8)
Capacidade (equivalente a 64 kbps)	mil	1 421	1 474	(3,6)
Digitais	%	98,6	98,5	0,1 p.p.

(1) Inclui postos suplementares exteriores, marcação directa de extensões, múltiplos activos e ADSL.

(2) Não inclui postos suplementares exteriores, marcação directa de extensões, múltiplos activos e ADSL.

(3) Tráfego originado, terminado e de passagem na rede fixa.

(4) Contempla o impacto do Pacote Económico.

(5) Tráfego com origem na rede fixa e destino a outros operadores, nacional e internacional, e tráfego móvel terminado e de passagem na rede fixa.

Dados Operacionais • PT Prime

	Unidades	2002	2001	Δ %
Acessos para comunicação de dados, dos quais:	mil	35,7	33,8	5,5
Frame relay		10,8	8,6	25,2
Banda larga		0,8	0,5	57,9
Capacidade vendida de Corporate WEB	Mbps	847,0	268,0	215,7
Circuitos de clientes finais:				
Número de circuitos	mil	20,4	22,1	(7,7)
Capacidade (equivalente a 64 kbps)	mil	109,7	99,1	10,7
Digitais	%	91,2	89,3	1,9 p.p.

Dados Operacionais • TMN

Total de clientes activos em Portugal ⁽¹⁾	
Clientes móveis por 100 habitantes ⁽¹⁾	
Total de clientes activos TMN	
Pré-pagos	
Terminais Wap	
Novos clientes TMN	
Quota de mercado TMN ⁽¹⁾	
Clientes activos	
Novos clientes	
Dados (em relação às receitas de serviço)	
ARPU ⁽²⁾	
Facturado ao cliente	
Interconexão	
MOU ⁽³⁾	
ARPM ⁽⁴⁾	
CCPU ⁽⁵⁾	
ARPU menos CCPU	
SAC ⁽⁶⁾	

Unidades	2002	2001	Δ %
mil	8 529	7 978	6,9
%	82,5	77,2	5,3 p.p.
mil	4 426	3 905	13,3
%	83,6	83,6	(0,1 p.p.)
mil	831	544	52,7
mil	521	966	(46,1)
%			
	51,9	49,0	2,9 p.p.
	53,4	49,7	3,7 p.p.
%	7,4	5,9	1,4 p.p.
euros	27,1	30,1	(9,8)
	19,0	19,9	(4,3)
	8,1	10,2	(20,6)
minutos	130,5	137,4	(5,1)
euros/100	20,8	21,9	(5,0)
euros	13,5	16,1	(16,1)
euros	13,6	13,9	(2,6)
euros	65,0	72,2	(9,9)

(1) Fonte: Anacom e TMN.

(2) Receita média por cliente.

(3) Utilização média mensal.

(4) Receita média por minuto.

(5) Cash cost por cliente.

(6) Custo de aquisição de um cliente: custos de agenciamento, 70% dos custos com publicidade e subsídio de terminais.

Dados Operacionais • Telesp Celular

Total de clientes – Estado de São Paulo	
Clientes móveis por 100 habitantes	
Total de clientes Telesp Celular	
Pré-pagos	
Digitais	
Terminais Wap	
Novos clientes Telesp Celular	
Quota de mercado Telesp Celular ⁽¹⁾ :	
Clientes totais	
Novos clientes	
ARPU ⁽²⁾	
MOU ⁽³⁾	
Pós-pagos	
Pré-pagos	
CCPU ⁽⁴⁾	
ARPU menos CCPU	
SAC ⁽⁵⁾	

Unidades	2002	2001	Δ %
milhões	9,0	7,9	14,7
%	23,8	21,1	2,7
mil	6 060	5 104	18,7
%	76,5	73,2	3,3 p.p.
%	97,6	93,3	4,2 p.p.
mil	2 841	2 031	39,9
mil	956	802	19,2
%			
	67	65	2 p.p.
	80	80	0 p.p.
reais	44	44	1,3
minutos	109	116	(5,8)
	210	174	20,4
	75	88	(14,8)
reais	21	24	(14,4)
reais	23	19	21,4
reais	97	128	(24,2)

(1) Área da concessão.

(2) Receita média por cliente.

(3) Utilização média mensal.

(4) Cash cost por cliente.

(5) Custo de aquisição de um cliente: custos de agenciamento, 70% dos custos com publicidade e subsídio de terminais.

Dados Operacionais • Global Telecom

Total de clientes – Estados de Paraná e Santa Catarina	
Clientes móveis por 100 habitantes	
Total de clientes Global Telecom	
Pré-pagos	
Novos clientes Global Telecom	
Pré-pagos	
Quota de mercado Global Telecom ⁽¹⁾ :	
Clientes totais	
Novos clientes	
ARPU ⁽²⁾	
MOU ⁽³⁾	
Pós-pagos	
Pré-pagos	
CCP ⁽⁴⁾	
ARPU menos CCPU	
SAC ⁽⁵⁾	

(1) Área da concessão.

(2) Receita média por cliente.

(3) Utilização média mensal.

(4) Cash cost por cliente.

(5) Custo de aquisição de um cliente: custos de agenciamento, 70% dos custos com publicidade e subsídio de terminais.

Unidades	2002	2001	Δ %
milhões	2,9	2,5	16,0
%	19,4	16,5	2,9
mil	1 177	862	36,5
%	78,6	62,6	16,0 p.p.
mil	315	399	(21,1)
%	100,0	100,0	0,0 p.p.
	41	35	6 p.p.
	73	64	9 p.p.
reais	34	40	(15,0)
minutos	96	132	(27,3)
	138	139	(0,6)
	80	123	(34,5)
reais	26	50	(48,0)
reais	8	(10)	n.s.
reais	126	237	(46,9)

Dados Operacionais • PT Multimédia

TV POR SUBSCRIÇÃO

Casas passadas	
Casas passadas com bidireccionalidade	
Clientes do serviço básico:	
Cabo	
Satélite	
Clientes Premium	
Pay to Basic Ratio ⁽¹⁾	
Acessos Internet (Netcabo)	
ARPU ⁽²⁾	

Unidades	2002	2001	Δ %
mil	2 390	2 286	4,5
	2 048	1 439	42,4
mil	1 307	1 160	12,7
	1 017	936	8,7
	290	224	29,6
mil	916	736	24,5
%	70,0	63,4	6,6 p.p.
mil	140	62	126,6
euros	21,6	19,3	11,6

LUSOMUNDO

Bilhetes vendidos	
Portugal	
Espanha	
Total circulação média diária:	
Jornal de Notícias	
Diário de Notícias	
24 Horas	

milhões	14,9	14,7	1,9
	8,1	8,6	(5,4)
	6,8	6,1	12,2
%			
	108,5	107,0	1,4
	53,7	61,1	(12,1)
	39,5	32,1	23,1

(1) Rácio de clientes Premium de cabo e satélite sobre o total de clientes.

(2) Receita média por cliente total.

Dados Operacionais • PTM.com

Acessos ADSL	
Subscritores Dial-up	
PORTAL SAPO (Dezembro)	
Page views por mês	
Visitantes únicos por mês	

Unidades	2002	2001	Δ %
mil	43	2	n.s.
	940	616	52,6
milhões	190,3	170,8	11,4
milhões	2,3	2,0	13,2

Conselho de Administração

Portugal Telecom

Presidente do Conselho de Administração

Francisco Murteira Nabo

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Miguel Horta e Costa

Administradores Executivos

Zeinal Bava

Carlos Vasconcellos Cruz

Iriarte Esteves

Paulo Fernandes

Administradores não Executivos

Victor Pereira Dias

Manuel Serzedelo de Almeida*

Carlos Oliveira Cruz

João Mello Franco

Fernando Ulrich

António Viana Baptista

Joaquim Goes

Luís Silva

Israel Vainboim

Fernando Abril-Martorell

Jorge Tomé

Patrick Monteiro de Barros

Jorge Bleck

* Pediu a suspensão temporária das suas funções como membro dos Conselhos de Administração da Portugal Telecom e da PT Multimedia, em 24 de Janeiro de 2003.

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO

Principais Empresas do Grupo

PT Comunicações

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Carlos Vasconcellos Cruz
Administradores Executivos
Álvaro Roquette
Josete Berrones
Manuel Garcia
José Pedro Pereira da Costa

Administradores não Executivos
Jorge Metello de Nápoles

PT Prime SGPS

Presidente
Miguel Horta e Costa

Administradores não Executivos
Carlos Vasconcellos Cruz
Álvaro Roquette
José Pedro Pereira da Costa
Iriarte Esteves

PT Prime

Presidente
Carlos Vasconcellos Cruz
Vice-Presidente
Álvaro Roquette

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Álvaro Roquette
Administradores Executivos
José Roque de Pinho
Victor Bento

Administradores não Executivos
Josete Berrones
José Pedro Pereira da Costa
Manuel Garcia

PT Móveis

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Iriarte Esteves
Administradores Executivos
Pedro Brandão Rodrigues
José Manuel Biosa e Gala

Administradores não Executivos
António Gomes de Azevedo

TMN

Presidente
Miguel Horta e Costa

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Iriarte Esteves
Administradores Executivos
Rodrigo Mendonça Ferreira
António Soares
António Gomes de Azevedo
Maria da Graça Galvão de Carvalho

Administrador não Executivo
Carlos Vasconcellos Cruz

Telesp Celular Participações

Presidente
Miguel Horta e Costa
Vice-Presidentes
Iriarte Esteves
Carlos Vasconcellos Cruz

DIRECTORIA
Presidente
Francisco Padinha
Directores Executivos
Gilson Rondinelli Filho [Vice-Presidente]
Maria Paula Canais
Guilherme Portela Santos
Luís Filipe Avelar
Carlos Alberto Ferreira

Conselheiros
Zeinal Bava
Paulo Fernandes
Eduardo Correia de Matos
Luís Todo Bom
Norberto Fernandes
Estanislau Mata Costa
José Pedro Pereira da Costa
Rui Patrício
Paulo Soares
António Gonçalves

Telesp Celular

DIRECTORIA
Presidente
Gilson Rondinelli Filho
Directores Executivos
Maria Paula Canais [Vice-Presidente]
Luís Filipe Avelar
Carlos Alberto Ferreira

PT Multimedia

Presidente
Miguel Horta e Costa
Vice-Presidente
Zeinal Bava

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Manuel Lancastre
Administradores Executivos
Luís Ribeiro
José Graça Bau
Luís Pacheco de Melo
José Egreja

Administradores não Executivos
Manuel Serzedelo de Almeida*
Fernando Ulrich
Joaquim Goes
Henrique Granadeiro
Franquelim Alves
José Pedro Alenquer
Joaquim Ferreira de Oliveira
Carlos Barbosa

TV Cabo Portugal

Presidente
Manuel Lancastre

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
José Graça Bau
Administradores Executivos
Luís Pacheco de Melo
José Pedro Salas Pires
António Caria
Luís Leal Victor

Administradores não Executivos
Luís Ribeiro
José Egreja
José Antunes João

PTM.com

Presidente
Manuel Lancastre

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Pedro Leitão
Administrador Executivo
José Egreja

Administradores não Executivos
Luís Ribeiro
José Graça Bau

Lusomundo

Presidente
Manuel Lancastre
Vice-Presidente
Luís Ribeiro

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Luís Ribeiro
Administradores Executivos
Luís Pacheco de Melo
Henrique Granadeiro

Administradores não Executivos
José Egreja
José Antunes João
Luís Bordallo da Silva

PT Ventures

Presidente
Miguel Horta e Costa
Vice-Presidente
Paulo Fernandes

COMISSÃO EXECUTIVA
Presidente
Nuno Caldeira da Silva
Administradores Executivos
Margarida Sá Costa
João Trigo da Rosa

Administradores não Executivos
Luís Sousa de Macedo
José Lamego
Manuel Pinto Barbosa
Miguel Chambel

INFORMAÇÃO AOS ACCIONISTAS

Negociação das acções e ADS

As acções da PT estão cotadas na Euronext Lisboa (código: PTCO.IN) e na New York Stock Exchange, sob a forma de ADS – American Depositary Shares (código: PT). Um ADS é equivalente a uma acção ordinária.

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital social da empresa encontrava-se representado por 1 254 285 000 acções com o valor nominal de 1 euro cada, estando cotadas em Bolsa 1 254 284 500 acções. Na mesma data, o número de ADS registados ascendia a 60 759 732.

Informação bolsista

	2002	2001
Em 31 de Dezembro:		
Capital Social (mil euros)	1 254 285	1 254 285
Número de acções	1 254 285 000	1 254 285 000
Cotação (euros)	6,55	8,75
Capitalização bolsista (mil euros)	8 215 567	10 974 994
Dividendo bruto por acção ⁽¹⁾ (euros)	0,16	0,10
Dividend Yield ⁽²⁾	2,4%	1,1%
Resultado líquido (mil euros)	391 113	307 396
Pay-out Ratio	51,3%	40,8%
Cotações/transacções		
Cotação máxima (euros)	9,53	12,24
Cotação mínima (euros)	4,39	6,15
Transacções em volume (mil acções)	1 170 670	1 525 207
Transacções em valor (mil euros)	8 369 079	13 874 140
Quota de mercado	40%	45%
Variação anual		
PSI 20	-25,6%	-24,7%
PSI geral	-20,7%	-19,0%
DJ Stoxx telecoms europeias	-38,8%	-30,4%
Acção PT	-25,1%	-8,4%

(1) Em 2002, conforme proposta a apresentar em Assembleia Geral.

(2) Relativamente à cotação do final do ano.

Informações

Os accionistas, investidores, analistas e demais interessados devem enviar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (Relatórios e Contas Anuais e Semestrais, Form 20-F, Press-releases, etc.) para o seguinte contacto ou endereço:

Portugal Telecom

Relação com Investidores (RIC)
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40-8.º
1069-300 Lisboa (Portugal)
Tel. / Fax: +(351) 21 500 1701 / +(351) 21 355 6623
E-mail: vitor.j.sequeira@telecom.pt

Os detentores de ADS podem também solicitar directamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADS da PT em Nova Iorque:

The Bank Of New York

ADR Division
101 Barclay Street, 22nd Floor
New York, NY 10286, USA
Tel. / Fax: 1 212 815 4693/ 1 212 815 3050

Página da Internet

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da empresa, estão disponíveis na página da Internet da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Calendário Financeiro 2003

6 MAR Divulgação dos Resultados do exercício de 2002

4 ABR Assembleia Geral Anual de Accionistas

30 ABR Divulgação dos Resultados do Primeiro Trimestre de 2003

JUN Investor Day 2003 da PT

30 JUN Filing do Form 20F com a SEC e NYSE

SET Divulgação dos Resultados do Primeiro Semestre de 2003

30 OUT Divulgação dos Resultados dos Primeiros Nove Meses de 2003

31 DEZ Fim do exercício de 2003

Sede Social

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40

1069-300 Lisboa - Portugal

Tel.: +(351) 21 500 2000

Portugal Telecom

www.telecom.pt